

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAEL BARBOSA DA SILVA DE OLIVEIRA

Os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o
atendimento de família

Maringá
2020

RAFAEL BARBOSA DA SILVA DE OLIVEIRA

Os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o
atendimento de família

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Desenvolvimento Humano e Processos Educativos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski.

Maringá
2020

Ficha catalográfica – elemento obrigatório

Elaborado somente pela Biblioteca Central da UEM

A ficha catalográfica ficará no verso da folha anterior

RAFAEL BARBOSA DA SILVA DE OLIVEIRA

Os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o
atendimento de família

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dra. Renata Heller de Moura
DPI/Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dra. Graziela Lucchesi Rosa da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Aprovado em: 06 de Março de 2020.

Local da defesa: Sala _____ do Bloco _____, campus da Universidade Estadual de Maringá.

Dedico este trabalho a todas as famílias que estão em sofrimento físico e emocional, necessitando de acompanhamento psicológico para superação das contradições.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma produção coletiva, na qual teve muitos envolvidos que participaram e contribuíram direta e indiretamente na construção destas reflexões, por isso quero deixar aqui o meu agradecimento a algumas pessoas, dentre as muitas que participaram deste laborioso processo.

Aos professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que fizeram parte da minha formação profissional, no decorrer do curso e da pós-graduação em Psicologia, muito obrigado por me ensinarem e me incentivarem na investigação desta temática.

Em especial quero agradecer aos professores Alvaro Marcel Palomo Alves e Renata Heller de Moura que desde o início da minha trajetória acadêmica me acompanharam na iniciação científica (PIBIC) e, de certo modo, me prepararam para chegar até aqui, muito obrigado!

Não poderia deixar de lembrar aqui dos colegas e amigos que ganhei durante a minha trajetória profissional. Muito obrigado aos profissionais da Casa Lar da Prefeitura de Astorga, que em todo tempo me apoiaram e também aos acolhidos que ali conheci e que me oportunizaram experiências e aprendizados que vou levar para vida.

Agradeço também aos profissionais e alunos vinculados à Secretaria de Educação da Prefeitura de Maringá que têm me permitido conhecer este novo campo de atuação, que tem contribuído profundamente na construção de reflexões práticas para a produção desta dissertação.

Às professoras Graziela Lucchesi Rosa da Silva e Renata Heller de Moura, que aceitaram o convite para participar da banca e assim contribuir na construção deste trabalho, muito obrigado pelas preciosas sugestões que me ajudaram a chegar até aqui.

Em especial, quero agradecer à professora Silvana Calvo Tuleski, minha orientadora, muito obrigado por orientar e me ensinar aspectos tão importantes da teoria. Muito obrigado pela paciência nestes três anos e pela compreensão diante das dificuldades que surgiram no decorrer da produção deste texto.

Aos membros da Primeira Igreja Batista de Maringá, que são os meus amigos “mais chegados que irmãos”, que em todo tempo me incentivaram a concluir esta pesquisa, em especial agradeço aos jovens e adolescentes – não tem como citar todos os nomes, é muita gente – que estiveram presentes durante esta etapa.

Não poderia deixar aqui de agradecer às minhas amigas “Ervilhas”, Daiane de Oliveira Neves, Juliane da Silva Peres Muzulon, Tatiane Mayumi Sakamoto Ercoles, que me acompanham desde o curso de Psicologia e que também fizeram parte deste processo e me apoiaram. Valeu, meninas!

À minha família, digo toda família, “papai, mamãe, titia”, e até a sogra pode colocar no pacote. Muito obrigado a toda família que sempre segurou as pontas para me ajudar a terminar esta dissertação e que sempre me incentivou a “perseverar até o fim”.

Em especial, deixo aqui meu muito obrigado aos meus pais Antonio Carlos de Oliveira e Elaine Cristina Barbosa da Silva de Oliveira, e ao meu irmãozinho, Gabriel Barbosa da Silva de Oliveira, que sempre me apoiaram para a conclusão da dissertação. Muito obrigado família, amo vocês!

À minha esposa, Glaucia Rodrigues da Silva de Oliveira, que nestes três anos esteve ao meu lado, inclusive nos momentos mais difíceis para a conclusão deste trabalho. Muito obrigado por fazer parte deste processo me apoiando e também me dando forças quando eu já não tinha mais. Obrigado pelos comentários e sugestões na produção deste texto.

Por fim, agradeço à Pessoa mais importante da minha história, a Deus, “por tudo o que tens feito e por tudo que vais fazer”. Muito obrigado pela existência, mas também por me fazer chegar até aqui, na conclusão deste trabalho. Especialmente, agradeço a Deus por me permitir fazer parte deste processo crítico de reflexão sobre a sociedade e sobre a vida.

“A burguesia arrancou da família seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma simples relação monetária.”

Karl Marx

Os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família

RESUMO

Tradicionalmente, a Psicologia Histórico-Cultural desenvolveu seus conceitos e intervenções no Brasil vinculadas ao contexto escolar. **Objetiva-se** neste texto, de caráter bibliográfico e conceitual, investigar os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família. **Justifica-se** que a aplicação dos princípios do materialismo histórico dialético que fundamentam esta abordagem teórica propicia a intervenção do(a) psicólogo(a) em todas as áreas de atuação, e fazem-se necessárias sistematizações, ainda que iniciais, que avancem nesta direção. Desse modo, o **Capítulo 1** apresenta uma revisão bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca virtual da SciELO, que buscou levantar as produções da Psicologia entre 2007 e 2016 que discutem o atendimento de família e, especificamente baseadas na Psicologia Histórico-Cultural. Em seguida, o **Capítulo 2** abarca a constituição da família, recuperando o desenvolvimento seu histórico em cada modelo de sociedade, a partir das discussões feitas por autores clássicos e contemporâneos ancorados no materialismo histórico-dialético. Por fim, discute-se o sofrimento vivenciado pelas famílias brasileiras, em contexto de vulnerabilidade social, advindo da legitimação dos interesses da classe dominante, e o modelo de família burguesa da atualidade. Objetivando avançar, no **Capítulo 3** discutem-se os limites e possibilidades da Teoria Sistêmica, do Construcionismo Social e da Psicologia Sócio-Histórica, como tentativas de superação do modelo tradicional de atendimento psicológico familiar. Na sequência, apresenta-se a demarcação teórica das bases conceituais da Psicologia Histórico-Cultural e os eixos norteadores para o atendimento de família em sofrimento, tais como: a entrevista inicial, o diagnóstico psicológico do sofrimento, a intervenção psicológica e o trabalho coletivo com as famílias. **Conclui-se** que o atendimento de família é uma das possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a), especialmente no contexto das políticas públicas. Este trabalho defende que a práxis psicológica nesse âmbito deve partir da compreensão da família atual concreta, produto dos conflitos de classe e contradições deste momento histórico, dentre elas o estabelecimento de um modelo ideal familiar, a família nuclear burguesa (composta por pai, mãe e filhos). Assim, cabe à Psicologia Concreta romper com as práticas individualizantes e patologizantes propondo um trabalho psicológico que alcance a essência dos problemas enfrentados pelas famílias no contexto atual do capitalismo, produzindo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores que integram a consciência, no conjunto de seus membros, por meio da atividade.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural. Atendimento psicológico. Família. Sofrimento psíquico.

Theoretical and methodological fundamentals of Cultural-Historical Psychology for family assistance

ABSTRACT

Traditionally, Cultural-Historical Psychology has developed its concepts and interventions in Brazil in connection with the context of school education. The objective of this text, bibliographic and conceptual, is to investigate the theoretical and methodological fundamentals of Cultural-Historical Psychology for family assistance. It has been verified that the application of the principles of dialectic and historical materialism, on which this theoretical approach is based, is conducive to the intervention of psychologists in all practices. Systematizations, at least initially, are necessary in order to promote advancement in this direction. Thus, Chapter 1 presents a bibliographical review realized on the CAPES Portal of Journals and at the SciELO virtual library, which intended to survey psychology productions from between 2007 and 2016 that dealt with the work with families, especially the ones based on Cultural-Historical psychology. Next, Chapter 2 takes on the constitution of family by means of an investigation into its historical development for each model of society and into the discussions promoted by classical and contemporaneous authors anchored on dialectic-historical materialism. Finally, there is a discussion on the suffering of Brazilian families in situations of social vulnerability caused by the legitimation of interests by the ruling class and the current model of bourgeois family. Furthermore, Chapter 3 brings discussions on the limits and possibilities of Systemic Theory, of Social Constructionism and of Sociohistorical Psychology as attempts to overcome the traditional model of psychological family assistance. Subsequently, there is a presentation of the theoretical demarcation of the conceptual bases of Cultural-Historical Psychology and of the guiding axes for the work with suffering families such as: the initial interview, the psychological diagnosis of suffering, psychological intervention and the collective work with families. In conclusion, the work with families is one of the possibilities for practice by psychologists, especially in the context of public policies. This article proposes the notion that psychological practice in this realm must be based on a comprehension of the modern family in concrete terms and as the product of class conflicts and contradictions of the historical moment such as the establishment of an ideal family model, especially the nuclear bourgeois family (father, mother and children). As a consequence, it is up to concrete psychology to break away from individualizing, pathologizing practices that deem different family models as dysfunctional, and promote a psychological practice that reaches the essence of the problems faced by families in the current context of capitalism in order to produce the development of superior psychic functions that are part of a healthy family conscience by means of special activities.

Keywords: Cultural-Historical Psychology. Psychological assistance. Family. Psychological suffering.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dialética do singular-particular-universal.....	96
Figura 2 – Desenvolvimento sócio-histórico da família.....	106
Figura 3 – A família punaluana.....	110
Figura 4 – A família sindiásmica	114
Figura 5 – Genograma	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de artigos por idioma	29
Gráfico 2 – Relação de artigos por ano de publicação	31
Gráfico 3 – Relação de artigos por periódico	33
Gráfico 4 – Relação de artigos por tipo de pesquisa	35
Gráfico 5 – Relação de artigos por abordagem teórica	37
Gráfico 6 – Relação de artigos sobre as temáticas de "família" e "psicologia"	39
Gráfico 7 – Relação de artigos por idioma	69
Gráfico 8 – Relação de artigos por ano	70
Gráfico 9 – Relação de artigos por periódico	72
Gráfico 10 – Relação de artigos por tipo de pesquisa	74
Gráfico 11 – Relação de artigos por abordagem teórica	75
Gráfico 12 – Relação de artigos sobre as temáticas de "família" e "psicologia"	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de artigos que discutem sobre os modelos de família.....	41
Quadro 2 – Relação de artigos que discutem sobre o ciclo vital	45
Quadro 3 – Relação de artigos que discutem sobre a transmissão geracional.....	50
Quadro 4 – Relação de artigos que discutem sobre os estilos parentais	53
Quadro 5 – Relação de artigos que discutem sobre o sofrimento em famílias	56
Quadro 6 – Relação de artigos que discutem sobre a intervenção do(a) psicólogo(a).....	59
Quadro 7 – Relação de artigos que discutem sobre as políticas públicas com famílias.....	62
Quadro 8 – Relação de artigos para análise apropriação de conceitos.....	78
Quadro 9 – Relação de artigos que discutem o sofrimento físico e/ou psicológico.....	81
Quadro 10 – Relação de artigos que discutem sobre as políticas públicas.....	85
Quadro 11 – Periodização do desenvolvimento à luz da Psicologia Histórico-Cultural.....	156
Quadro 12 – Estratégias de intervenção com a família em sofrimento psicológico	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Processo de levantamento de dados I.....	27
Tabela 2 – Processo de levantamento de dados II.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CID – Classificação Internacional de Doenças
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CVF – Ciclo Vital Familiar
DSM – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF – Estratégia Saúde da Família
EUA – Estados Unidos da América
FPS – Funções Psicológicas Superiores
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IML – Instituto Médico Legal
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAF – Instituto de Psicologia Aplicada e Formação
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PSF – Programa Saúde da Família
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEDUC – Secretária de Educação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNB – Universidade de Brasília

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

UPA – Unidade de Psicologia Aplicada

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

ZDP – Zona de Desenvolvimento Próximo

ZDR – Zona de Desenvolvimento Real

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A PSICOLOGIA E OS ESTUDOS SOBRE A FAMÍLIA NA ATUALIDADE	25
1.1. As concepções em psicologia sobre a família nos artigos científicos atuais	26
<i>1.1.1. Análise quantitativa dos artigos científicos</i>	28
<i>1.1.2. Análise qualitativa dos artigos científicos</i>	40
1.2. Os estudos atuais sobre família que se pautam na Psicologia Histórico-Cultural	65
<i>1.2.1. Análise quantitativa dos artigos científicos</i>	67
<i>1.2.2. Análise qualitativa dos artigos científicos</i>	77
2. A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	88
2.1 Fundamentos metodológicos para atuação do(a) psicólogo(a) com famílias em sofrimento	90
<i>2.1.1 A dialética do singular-particular-universal</i>	93
<i>2.1.2 O conceito de trabalho na constituição da família</i>	96
<i>2.1.3. O método marxista para o atendimento de família</i>	100
2.2 Desenvolvimento social e histórico da família	101
<i>2.2.1 A Idade das Pedras, a Sociedade Primitiva e a Família Punaluana</i>	107
<i>2.2.2 A Idade dos Metais, a Sociedade Asiática e a Família Sindiásmica</i>	112
<i>2.2.3 A Idade Antiga, a Sociedade Escravista e a Família Monogâmica</i>	115
<i>2.2.4 A Idade Média, a Sociedade Feudal e a Família Aristocrata</i>	118
<i>2.2.5 A Idade Moderna, a Sociedade Capitalista e a Família Burguesa</i>	120
<i>2.2.6 O capitalismo contemporâneo e as implicações sobre a família atual: entre rupturas e continuidades</i>	125
3. O ATENDIMENTO DE FAMÍLIA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	132
3.1 Os limites e as possibilidades do atendimento psicológico de famílias	134
<i>3.1.1 As contribuições da Teoria Sistêmica para o atendimento psicológico de famílias</i>	135
<i>3.1.2 Os limites teóricos-filosóficos do Construcionismo Social para o atendimento de família</i>	141
<i>3.1.3 As possibilidades do atendimento de família a partir da Psicologia Sócio-Histórica</i>	146
3.2 As bases conceituais da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família	150
<i>3.2.1 A relação entre a periodização do desenvolvimento humano e a família</i>	155
<i>3.2.2 O papel da família na constituição do psiquismo</i>	166

3.3 Eixos norteadores para o atendimento de família à luz da psicologia histórico-cultural	170
<i>3.3.1 Proposta de atendimento psicológico com famílias</i>	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE A – Dados do levantamento bibliográfico (Parte 1)	211
APÊNDICE B – Dados do levantamento bibliográfico (Parte 2)	216
APÊNDICE C – Modelo de Entrevista Psicológica com a Família	217

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa, o atendimento à família, surgiu durante a minha graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), no ano de 2014, na disciplina optativa de Terapia familiar – abordagem sistêmica. Na ocasião, o programa da disciplina estava estruturado na discussão dos fundamentos teórico-filosóficos do pensamento sistêmico, principalmente, a partir das contribuições de Capra (1982) no livro “O ponto de mutação”. Nesta disciplina, foi abordada a compreensão da família por meio dos autores como Kaloustian (2002), Cervený (1994) e outros, que contribuíram para defesa das peculiaridades dos sistemas que compõem a família e, inclusive, uma análise sistêmica da família brasileira.

No decorrer das aulas, essa “nova” proposta chamou minha atenção, à medida que suas diretrizes teóricas se estruturavam numa nova possibilidade de atendimento que rompia com o modelo tradicional – atendimento individual. Dentre os conteúdos ministrados em sala de aula foram apresentados os conceitos teórico-práticos para a intervenção do(a) psicólogo(a) no atendimento à família, quais sejam: metaconceito (sequências) (Breunlin, Schwartz & Kune-Karrer, 2000), ciclo vital familiar e genograma (Carter, McGoldrick, 1995), e outras intervenções sistêmicas que serão discutidas posteriormente.

Neste caso, a psicologia sistêmica surge na aparência como uma nova abordagem teórica, contudo em sua essência acaba reproduzindo as mesmas bases da psicologia tradicional¹. Os pressupostos desta psicologia caracterizam-se por uma visão universalizante acerca dos indivíduos, como se todos fossem iguais, deixando de lado as idiosincrasias derivadas de cada contexto sócio-histórico; naturalizante, uma vez que compreende que o desenvolvimento dos indivíduos tem uma base biológica e o papel da sociedade é secundarizado; e patologizante, a compreensão do funcionamento individual parte de sua sintomatologia (Vigotski², 1996b).

Ao longo do 3º ano de graduação, imbuído pela necessidade de uma atuação psicológica para além da proposta tradicional, dei início a uma pesquisa junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) cuja temática foi “As possibilidades de uma prática clínica na Psicologia Sócio-histórica”. A partir deste estudo, pude analisar que as contribuições do

¹ É necessário contextualizar que a psicologia tradicional de inspiração psicanalítica desenvolve sua prática em torno de um atendimento individualista (Moreira, Romagnoli & Neves, 2007) e sofre fortes influências de Sigmund Freud (1856-1939).

² Existem variações do nome “Vigotski”, em virtude dos escritos deste autor ser em russo. A sua tradução para o português, demorou a chegar ao Brasil, de igual forma no Ocidente, e quando este chegou, foi apresentada de forma incompleta e equivocada. A dificuldade pelo domínio da língua russa gerou vários conflitos epistemológicos, tal qual na tradução do nome do autor e desta teoria. Por isso, existem variações, como “Vygotski”, “Vygotsky” ou “Vigotsky”. Deste modo, no decorrer do corpo do texto, será feita a padronização do nome deste autor para “Vigotski”, sendo respeitada a grafia utilizada em cada obra.

materialismo histórico-dialético para a Psicologia Sócio-Histórica propiciam um espaço crítico para a atuação do(a) psicólogo(a) clínico(a). Para tanto, constatei a necessidade de retomada dos conceitos que fundamentam esta perspectiva teórica, tais como: subjetividade, afetividade, atividade, linguagem, Funções Psicológicas Superiores (FPS), Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP³) e a periodização do desenvolvimento.

No ano seguinte, 2015, no 4º ano de Psicologia, a partir da inquietação acerca da impossibilidade de restringir o construto teórico da Psicologia Sócio-Histórica a somente um campo de atuação psicológica, desenvolvi a segunda pesquisa de iniciação científica: “Contribuições da perspectiva sócio-histórica para a produção da práxis psicológica no contexto hospitalar”. Através desta pesquisa, compreendi a necessidade de um aprofundamento nos conceitos da psicologia da saúde, por exemplo, clínica ampliada, apoio matricial e o trabalho em equipe multidisciplinar. As possibilidades de atuação e intervenção no contexto hospitalar estruturam-se na superação de uma proposta da perspectiva tradicional vinculada ao *setting* psicanalítico.

Em seguida, em 2016, a ênfase do 5º ano em Psicologia foi realizada no contexto da saúde e da clínica. Nesta circunstância, as orientações do estágio supervisionado fundamentaram-se no referencial teórico da Abordagem Sistêmica. Desse modo, o estágio foi realizado na Unidade de Psicologia Aplicada (UPA), por meio de atendimentos individuais, de casais e de famílias. Essa experiência prática alavancou o desejo em aprimorar os conhecimentos teórico-práticos no atendimento à família, visto a necessidade de desenvolver uma atuação psicológica alternativa à proposta tradicional de atendimento individual, e ao mesmo tempo considerar a importância das relações familiares para a constituição do psiquismo, como um campo possível de intervenção.

Posterior à formação acadêmica em Psicologia, no ano de 2017, com a aprovação no Concurso Público na Prefeitura Municipal de Astorga (PR), foi possível a vivência na Política de Assistência Social, dentro da Proteção Social de Alta Complexidade, no caso, o Serviço de Acolhimento denominado de Casa Lar. Nesta instituição, cuja finalidade é de ser uma medida de proteção provisória e excepcional, pude ter contato com crianças e adolescentes que foram vítimas de violência e/ou que tiveram seus direitos violados. Diante deste contexto de interação com estas famílias, esta experiência impulsionou meu interesse e discussões referentes à necessidade de buscar novas contribuições para o trabalho da Psicologia neste âmbito.

³ É importante destacar diferenças na tradução do conceito de Zona de Desenvolvimento Próximo, devido à produção científica ter sido elaborada por autores russos no contexto da ex-URSS. Atualmente, no processo de tradução, alguns autores como Zoia Prestes (2010) traduzem este conceito como “Zona de Desenvolvimento Imanente”, enquanto outros autores utilizam “Nível de Desenvolvimento”.

Em seguida, com a convocação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maringá (PR), em 2019, minha experiência profissional passou a estar voltada para o campo educacional, com a lotação na Secretária de Educação (SEDUC). Diferente da atuação como Psicólogo Social em Astorga, este novo cargo público, agora como Psicólogo Escolar proporcionou a vivência em contexto escolar com profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Todavia, neste mesmo caso, os membros da família entram em cena como personagens fundamentais deste processo, o que manteve a necessidade de novas possibilidades de atendimento à família para além da perspectiva de atendimento clínico, objetivando potencializar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, em seus aspectos afetivo-cognitivos.

Destaca-se que este tema de pesquisa surgiu da necessidade acadêmica e profissional de realizar o atendimento de família, por meio do atendimento psicológico numa perspectiva crítica. Parte da crítica em relação à psicologia tradicional que compreende, interpreta e analisa os fenômenos a partir de um viés que não visa à superação dessa sociedade de classes na direção da emancipação do ser humano. Desse modo, questiona-se a possibilidade do psicólogo(a) de exercer um atendimento de família que ultrapasse os limites deste *setting* terapêutico – atendimento clínico individualizante⁴ – e assim tenha condições de viabilizar um trabalho tendo em vista a emancipação humana.

Tradicionalmente, esta ação profissional do psicólogo(a) foi desenvolvida na ideia de reforçar as problemáticas e os sofrimentos enfrentados no seio familiar de seus membros. Em consequência disso há uma culpabilização, na maioria dos casos, dos membros da família e o encaminhamento aos profissionais de saúde para receber um diagnóstico que revela uma dificuldade, um transtorno ou deficiência (Tanamachi & Meira, 2003). Destaca-se que a família que procura o serviço de psicologia encontra-se, muitas vezes, em sofrimento físico e/ou emocional devido ao contexto em que vive, à precarização das políticas públicas, dos altos índices de violência, do desemprego, dos homicídios, da pobreza, da vulnerabilidade social, etc. Assim, alinhado a um processo de medicalização da vida, a ação dos profissionais da Psicologia pode contribuir para legitimar um modelo biomédico de intervenção com a família, disseminando psicodiagnósticos como forma de explicação e intervenção de tais problemáticas e sofrimentos.

Considerando o exposto, questiona-se: como superar isso? É possível desenvolver um atendimento psicológico que leve em conta as múltiplas determinações de um dado fenômeno?

⁴ A expressão “atendimento clínico” (ou psicoterapia) vincula-se à área de maior atuação do campo psicológico, sendo esta realizada dentro dos consultórios. Essa modalidade de atendimento deriva das fortes influências da medicina, na qual a práxis do psicólogo foca na remissão da sintomatologia das doenças físicas e/ou emocionais (Moreira, Romagnoli & Neves, 2007).

Nesta pesquisa será utilizada a expressão “atendimento psicológico” com o intuito de superar esse modelo tradicional e individualizante, que não apresenta uma proposta teórico-metodológica suficiente para compreender e enfrentar as problemáticas e sofrimentos vivenciados pela família. Sendo assim, diante das proximidades com a Psicologia Histórico-Cultural, por meio dos conceitos e categorias apoiadas no materialismo histórico dialético, defende-se a necessidade de investigar este fenômeno, no caso, a família como grupo social.

Para tanto, objetiva-se nesta pesquisa, de caráter bibliográfico e conceitual, investigar os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família, a fim de responder a estes questionamentos. Esta Psicologia Soviética chegou ao Brasil por meio dos(as) educadores(as), gerando maior aprofundamento da teoria⁵ em temas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem (Tuleski, 2008), inviabilizando formas de atuação em outros campos da Psicologia. Neste sentido, ainda são poucos autores que desenvolvem pesquisas nesta abordagem sobre a prática no contexto clínico e da saúde, por exemplo: Aires (2006), Lima e Carvalho (2013), Marangoni e Aires (2006).

Por isso, de certo modo, propõe-se com essa pesquisa dar continuidade às iniciativas existentes, já realizadas no contexto da saúde mental referentes ao atendimento psicológico no contexto clínico e/ou hospitalar (Oliveira & Alves, 2015; Oliveira & Moura, 2016). Nessa direção, os conhecimentos da Psicologia Histórico-Cultural trazem contribuições para o atendimento à família por romper com o discurso naturalizante que legitima a culpabilização da mesma. Por exemplo, busca superar a compreensão no contexto escolar do fracasso escolar e problemas de aprendizagem como vinculados ao tipo de configuração familiar ou às condições socioeconômicas da família.

Ressalta-se a necessidade da investigação sobre a constituição histórica da família, pois essa é objeto de intervenção da Psicologia em suas mais diversas áreas de atuação. No decorrer da história, a profissionalização da Psicologia constituiu-se no Brasil em torno de três grandes áreas: a clínica, a escola e as organizações (Bastos & Gomide, 1989; Yamamoto & Campos, 1997). Atualmente, diante das mudanças sócio-históricas e da saturação do mercado profissional, a família passou também a se configurar como um dos objetos de estudo, pesquisa e intervenção psicológica.

⁵ Compreende-se essa dificuldade, pois, de um lado, a obra foi produzida na Rússia (ex-URSS) e no processo de tradução, a partir da versão em língua inglesa, e não do idioma original, houve uma “limpeza” e seleção dos conteúdos, reduzindo a análise e a compreensão dos fenômenos em sua essência. Além disso, houve a entrada desses conteúdos no Brasil vinculados exclusivamente ao campo educacional (Tuleski, 2008).

A título de exemplo, no contexto clínico, com o avanço da Terapia Familiar Sistêmica, o(a) psicólogo(a) começou a trazer a família para o consultório particular, como uma das possibilidades de remissão dos sintomas. Além disso, desde a implantação do Sistema Único de Saúde⁶ (SUS) com a criação de programas, serviços e estratégias, o trabalho do(a) psicólogo(a) passou a constituir-se como parte integrante da equipe profissional na área da saúde mental, como no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou na Unidade Básica de Saúde (UBS). Nesse sentido, o psicólogo(a) encontra nesses lugares espaços para desenvolver atividades com as famílias, a fim de mediar a relação da tríade paciente, família e equipe profissional, com objetivo de amenizar o sofrimento psicológico (Pinheiro & Bomfim, 2009).

De modo semelhante às políticas públicas no contexto da saúde, percebe-se que essa possibilidade se revela também no âmbito da assistência social. Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS)⁷ apresenta um modelo de gestão descentralizado e participativo, por meio de serviços, programas e projetos desenvolvidos que focalizam as famílias, seus membros e indivíduos. O(A) psicólogo(a) que atua no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem a possibilidade de envolver no seu trabalho a participação das famílias em situação de vulnerabilidade social, a partir das políticas sociais (Ferreira, 2010).

Além disso, constata-se que no contexto organizacional, a organização da família acaba interferindo nas relações de trabalho e vice-versa, pois os pais oriundos da classe operária acabam saindo cedo de casa para vender sua força de trabalho. Por outro lado, a classe que usufrui dos lucros, a burguesia, ocupa seu tempo na gestão de negócios e acumulação. Em ambos os casos, tanto para a classe trabalhadora como para a burguesia, dadas as devidas possibilidades, a família passa a se ocupar da incumbência de criar e educar os filhos.

Deste modo, os filhos(as) da classe operária, já desde muito cedo, passam a maior parte do tempo em instituições de ensino e/ou profissionalização ou, muitas vezes, em ocupações de trabalho não regulamentadas, com o objetivo de auxiliar financeiramente a família. Na posição oposta, a classe mais abastada e dirigente lança mão das melhores instituições privadas de

⁶ Em 1990, o SUS foi regulamentado pela Lei Federal nº 8.080, pela qual se abandonou o modelo biomédico que vigorava naquele contexto, que compreendia o processo saúde-doença apenas pelos determinantes biofísicos. Os princípios e diretrizes do SUS encontram-se fundamentados na determinação social do processo saúde-doença, resultante de condições materiais de existência ou, em outras palavras, na promoção da assistência integral ao indivíduo (biopsicossocial) (Yamamoto & Oliveira, 2010).

⁷ A criação do SUAS surge a partir da incorporação da Política Assistência, no capítulo de Seguridade Social, na Constituição Federal de 1988, bem como na aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. Contudo, apenas em 2004 foi aprovada a Política de Assistência Social, e consequentemente o SUAS, na qual são desenvolvidos programas e serviços pelo CRAS e CREAS (Macedo, Sousa, Carvalho, Magalhães, Sousa & Dimenstein, 2011).

educação e cuidado, ou mesmo da contratação de funcionários (babás, empregados, funcionários, etc.) para que se ocupem da educação doméstica. Vê-se que, portanto, com características distintas, delimitadas pelas condições de classe, os vínculos afetivo-cognitivos entre pais e filhos(as), ou mesmo entre irmãos, é delegada a outros profissionais.

Destaca-se que este trabalho não tem por objetivo discutir teoricamente a questão do sofrimento, contudo entende-se que este fenômeno está intimamente ligado com o nosso objeto de estudo, de um lado o atendimento psicológico e de outro a família. Tradicionalmente, as pessoas procuram o atendimento psicológico diante do sofrimento emocional vivenciado ao longo da sua história de vida. No caso da família, conforme a estrutura societária, o sofrimento experienciado no interior das famílias se expressa muitas vezes em decorrência da condição de classe.

No que se refere à atuação do(a) psicólogo(a) na área organizacional⁸ – empresas, entidades, indústrias, instituições, organizações – esta esteve indiretamente relacionada à família, pois as dificuldades da relação entre trabalho e a vida doméstica geram o adoecimento do funcionário (Vasques-Menezes, Codo & Medeiros, 1999). Por isso, neste contexto, muitas vezes são ofertadas e disponibilizadas aos(as) trabalhadores(as) atividades como dinâmicas, cursos, oficinas, treinamentos, plantões psicológicos e atendimentos clínicos, visando auxiliar e dirimir as queixas familiares que o(a) trabalhador(a) enfrenta no seu dia-a-dia.

Na mesma direção, a Psicologia passou a ser mais requisitada no âmbito educacional, a fim de contribuir com a função da escola na transmissão do conhecimento e compreensão dos fenômenos escolares. Segundo Saviani (20), o trabalho educativo é aquele voltado a produzir no sujeito a humanidade, ou seja, o autor considera a escola como um local que é responsável pelo processo de humanização dos indivíduos. Nesse sentido, o(a) psicólogo(a) no contexto escolar que atua nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), nos colégios, escolas, faculdades, universidades, intervém junto às demandas dos alunos, mas também desenvolve atividades com a família, a fim de potencializar o aprendizado do aluno dentro e fora da sala de aula (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013).

Posto isto, com o desafio de superar a lógica individualizante de atendimento psicológico, o despreparo para o trato das especificidades deste grupo social, esta pesquisa encontra-se organizada em três capítulos para alcançar os objetivos propostos. Diante da escassez de materiais

⁸ Segundo Sampaio (1998), a Psicologia Organizacional e do Trabalho passou por três fases em sua constituição: a) Psicologia Industrial (1924-1970): teve o intuito de aumentar o lucro e a produtividade, por meio dos conhecimentos da psicometria; b) Psicologia Organizacional (1970-1990): o foco do estudo foi o clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho, por meio da utilização de dinâmicas de grupo, desenvolvimento de equipes e estudos sobre liderança; c) Psicologia Organizacional e do Trabalho (a partir de 1990): compreende o trabalho no campo da saúde e bem-estar do funcionário, assim como da ergonomia, poder e conflitos.

teórico-metodológico que abordem a atuação da psicologia no contexto clínico, sob os marcos da Psicologia Histórico-Cultural, percebe-se a necessidade de discutir e qualificar as intervenções profissionais do atendimento psicológico familiar, objetivando embasar essa prática nestes pressupostos teórico-metodológicos.

No primeiro capítulo é apresentado o levantamento bibliográfico pautado na busca em bases de dados de periódicos científicos, quais sejam, o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e na biblioteca virtual da SciELO (Scientific Electronic Library Online). O levantamento foi realizado no intervalo dos últimos 10 anos (entre 2007 e 2016), levando em conta a análise quantitativa e qualitativa por meio de uma perspectiva crítica, tendo como foco principal os trabalhos que se pautam na Psicologia Histórico-Cultural.

Em seguida, no segundo capítulo, é discutido sobre a constituição da família a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Neste capítulo, inicialmente são apresentados os fundamentos do marxismo e, em seguida, como a família monogâmica foi se desenvolvendo no decorrer dos períodos da história. Argumenta-se a respeito das críticas referentes ao modelo burguês de família monogâmica, demonstrando a sua necessidade de superação como normativa geral. Ao final do capítulo, são problematizados aspectos do contexto atual e as circunstâncias que produzem sofrimento, como as mais diversas formas de violência enfrentadas pelas famílias brasileiras.

No terceiro capítulo, por fim, discute-se sobre as possíveis contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família, baseando-se em uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos vinculados a este referencial teórico. Num primeiro momento, abordam-se as propostas teóricas que acabam reproduzindo os interesses da sociedade capitalista, pela manutenção de uma práxis psicológica e uma compreensão de família ideal. Em seguida, no segundo momento, foram propostas bases conceituais para o atendimento psicológico a partir da Psicologia Histórico-Cultural. No terceiro momento, apresentam-se possibilidades do trabalho psicológico com famílias em sofrimento, a partir deste referencial teórico.

1. A PSICOLOGIA E OS ESTUDOS SOBRE A FAMÍLIA NA ATUALIDADE

Considerando o objeto de estudo desta pesquisa – a família enquanto fenômeno socialmente determinado – buscou-se neste capítulo demonstrar os subsídios teórico-

metodológicos para a práxis⁹ do(a) psicólogo(a) junto às famílias em sofrimento. Para tanto, como parte deste processo, a realização do levantamento bibliográfico¹⁰ se deu como estratégia de captação das produções acadêmicas do campo da Psicologia referentes ao atendimento psicológico de famílias. O método da Psicologia Histórico-Cultural recorre aos seus pressupostos e ao aspecto histórico como relevante para a compreensão de mundo, faz-se necessário a realização deste levantamento, a fim de ir à essência do fenômeno.

Assim, no primeiro momento propôs-se analisar criticamente como a Psicologia vem abordando as investigações desenvolvidas com famílias entre 2007 e 2016, procurando problematizar o estado atual das elaborações teóricas sobre o tema, evidenciando seus avanços e limites. Na sequência, apresentou-se a investigação e análise dos estudos com famílias a partir da Psicologia Histórico-Cultural, com a finalidade de perceber as contribuições dessa perspectiva teórica para o atendimento de família em diversos contextos e possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a).

1.1. As concepções em psicologia sobre a família nos artigos científicos atuais

Metodologicamente, o levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca virtual da SciELO, que contemplam as produções científicas de diversas áreas do conhecimento, inclusive as produções da ciência psicológica, em formato eletrônico. Optou-se pela escolha de ambos os portais devido ao fato dessas bases abrangerem uma vasta coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros disponibilizados em formato *online*.

O levantamento das concepções hegemônicas em psicologia sobre a família foi realizado no 2º (segundo) semestre do ano de 2017, no campo destinado à busca avançada de artigos científicos. Foram utilizados os descritores “família” e “psicologia”. Na Tabela 1, apresenta-se o processo de levantamento em cada base de dados (CAPES e SciELO), delimitando os seguintes filtros:

i) os critérios de inclusão: o tipo de recurso utilizado (artigos); os artigos revisados por pares; os textos escritos em língua portuguesa ou espanhola; os artigos publicados no intervalo de 10 anos, no caso, compreendendo os anos de 2007 a 2016.

⁹ Segundo Moura (2014), a práxis é o novo saber-fazer que ocorre no processo de produção e reprodução. Para a autora, é a articulação de uma consciência científica (teórica) com a técnica (prática). No contexto da saúde, a práxis refere-se às ações-concepções feitas com a finalidade de intervir no processo saúde-doença de um indivíduo numa organização social. Sendo assim, a práxis profissional do(a) psicólogo(a) que trabalha com famílias contribui para a transformação social e emancipação dos sujeitos à medida que entende a posição da família na sociedade.

¹⁰ Acerca deste levantamento, Ferreira (2002) explica que o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” refere-se ao processo de levantamento bibliográfico, que tem o intuito de mapear e discutir a produção acadêmica sobre uma temática que o(a) pesquisador(a) não tenha conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisa.

ii) os critérios de exclusão: artigos repetidos; textos escritos na língua inglesa; e materiais cuja temática da família não era central e sim secundária, isto é, distanciavam-se dos objetivos deste trabalho.

Os resultados do levantamento estão dispostos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Processo de levantamento de dados I

Crítérios:		CAPES	SciELO
Descritores: “Família” e “Psicologia”		151	64
Critério de Inclusão	Tipo de Recursos: Artigos	-26	0
	Periódicos Revisados por Pares	-46	-6
	Idioma: Espanhol; Português	-11	-20
	Data de Publicação: 2007 a 2016	-15	-35
Total parcial de textos para análise		53	29
Crítérios de Exclusão	Textos repetidos	-3	-5
	Textos em inglês	-1	0
	Textos que a temática de família não é central	-32	-28
Total final de textos para análise		21	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Inicialmente, foram encontrados 215 (duzentos e quinze) artigos. Em seguida, após a verificação dos critérios de inclusão (tipo de recursos, periódicos revisados por pares, idioma e data de publicação) foram reduzidos para 82 (oitenta e dois). A partir disso, foi realizada a leitura dos resumos, objetivando delimitar os critérios de exclusão. Na sequência, foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: a) as publicações repetidas foram contabilizadas apenas uma vez, logo foram excluídos 8 (oito) textos; b) 1 (um) artigo escrito em língua inglesa encontrado no levantamento inicial não foi contabilizado; c) as publicações que não se referiam à temática do trabalho desenvolvido com famílias. A partir desses critérios foram excluídos 60 (sessenta) artigos.

Ao final, foram encontrados 22 (vinte e dois) artigos científicos para análise, conforme Apêndice A. Buscou-se apresentar os aspectos alusivos aos conteúdos e ao referencial teórico e metodológico abordado nos artigos científicos resultantes das bases de dados pesquisadas sobre a temática da família. Inicialmente, foi realizada a análise com base na leitura do resumo desses artigos, em seguida, na leitura do texto completo. Após isso, foi realizada a conferência das

referências bibliográficas dos autores com o intuito de entender ao máximo a proposta teórica e metodológica de cada artigo.

Em seguida, foram sistematizados os seguintes dados: o nome dos(as) autores(as) e ano de publicação do texto; o objetivo do artigo; a metodologia utilizada no texto, compreendendo o tipo de pesquisa e a abordagem teórica utilizada no artigo; a compreensão a respeito da família e suas respectivas contribuições para o trabalho do(a) psicólogo(a). Após isso, foram utilizados gráficos para demonstrar numericamente a relação desses artigos em cada modalidade de análise. Na sequência, discutiu-se qualitativamente o teor dessas produções, pertinente às contribuições do conteúdo científico sobre a temática de família para o campo da Psicologia.

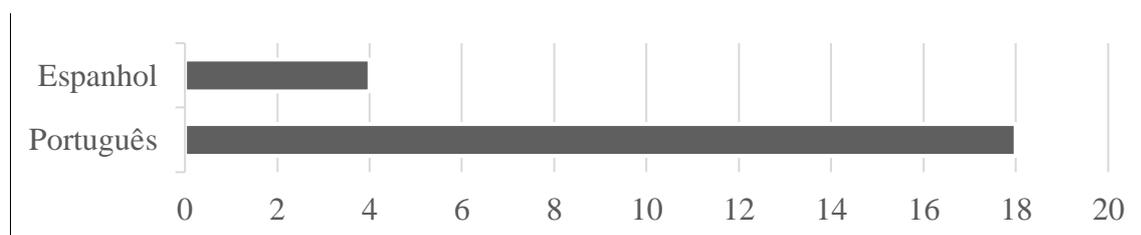
Por fim, ressalta-se que, principalmente, a explanação dos dados qualitativos dos conteúdos sobre família não esgota as possibilidades de discussão e aprofundamento da análise para o contexto da Psicologia em suas diversas áreas e possibilidades de atuação.

1.1.1. Análise quantitativa dos artigos científicos

Na análise quantitativa dos textos científicos levou-se em consideração a frequência desses artigos, sendo sistematizados por meio de 6 (seis) gráficos, a fim de apresentar uma discussão numérica dos dados encontrados no levantamento bibliográfico. Na sequência, organizou-se os seguintes gráficos que manifestam a relação de artigos por: a) idioma em que foram escritas as pesquisas; b) ano de publicação dos textos; c) em quais revistas foram publicados os artigos científicos; d) natureza da pesquisa que foi realizada em cada texto analisado; e) abordagem teórica que fundamentou os textos; f) temas que revelam as contribuições da Psicologia para o atendimento de família. Destaca-se que se optou por essa disposição como escopo para avançar paulatinamente a discussão da aparência do fenômeno rumo à essência das contribuições para a intervenção do(a) psicólogo(a) junto à família.

A seguir, encontra-se o gráfico 01 que apresenta a relação de artigos por idioma e demonstra as particularidades existentes em cada idioma e suas implicações na construção dos textos.

Gráfico 1 – Relação de artigos por idioma



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir do gráfico acima se constatou, na relação de artigos por idioma, que 82% (n=18) dos textos foram escritos em língua portuguesa e que todos estes textos foram publicados em revistas no território brasileiro. Esses artigos, em sua maioria, foram publicados no estado do Rio Grande do Sul – devido à maior parte dos artigos terem sido divulgados revista PSICO, tal como será tratado em seguida – e os demais no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em São Paulo e no Paraná.

Segundo os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018), o resumo técnico do censo da educação de nível superior apontou que em 2016 havia um total de 2.407 instituições de Ensino Superior no território brasileiro. Considerando esses dados, mais da metade estavam localizadas nas regiões sul (n=405), sendo o estado do Paraná o maior destaque, e na região sudeste (n=1.126), sendo São Paulo o estado com maior número de instituições. Conseqüentemente, nessas regiões predominam uma maior atuação do(a) psicólogo(a) devido à alta concentração de centros universitários. Constata-se que nesses estados brasileiros encontram-se revistas que tiveram seu início próximo da regulamentação da profissão do(a) psicólogo(a) com a aprovação da Lei nº 4.119, no dia 27 de agosto de 1962.

No levantamento bibliográfico, na sua maioria, os(as) autores(as) estavam vinculados a instituições públicas de ensino superior, tal como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade de Fortaleza (Unifor), a Universidade de São Paulo (USP), entre outras. Destaca-se que a universidade pública está fundamentada pelo princípio da indissociabilidade¹¹ do ensino, da pesquisa e da extensão (Brasil, 1988). Contudo, se comparado em todo território nacional, há uma predominância numérica de 87,7 % (n= 2.111) de instituições de Ensino Superior na modalidade de financiamento privado.

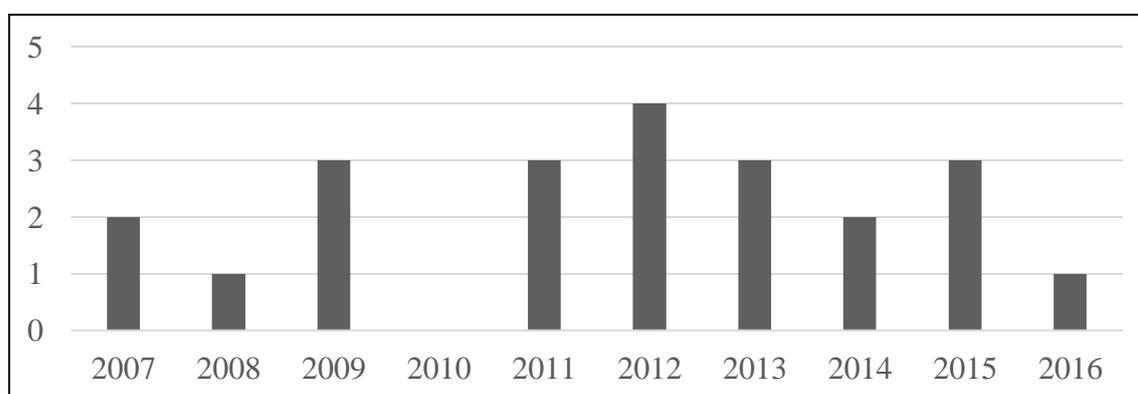
¹¹ O ensino refere-se à transmissão crítica e científica do conhecimento, por meio da relação entre o(a) professor(a) e o aluno(a) no contexto de dentro e/ou fora da sala de aula. Em relação à pesquisa, trata-se da produção de novos conhecimentos científicos, caracterizada pela inserção dos(as) alunos(as) em trabalhos de iniciação científica durante a graduação até os programas de pós-graduação. No que tange à extensão, essa se volta para a aplicação prática desse conhecimento, produzido e transmitido na universidade, contextualizando as demandas e necessidades da comunidade local.

Diferentemente, os textos publicados no idioma espanhol totalizaram 18% (n=4) – sendo que todos foram encontrados exclusivamente no Portal de Periódicos da CAPES e dividem-se, em sua maioria, vinculados a revistas da Colômbia (em Cali e em Medellín) e apenas 1 (uma) oriundo da Espanha (em Oviedo). Além disso, os(as) autores(as) destes 4 (quatro) textos científicos encontram-se, em grande parte, vinculados a instituições de segmento privado, tal como a Universidad CES, a Universidad Pontificia Bolivariana, a Universidad de San Buenaventura, a Universidad Católica del Uruguay, dentre outras. Aparece apenas 01 (um) IES vinculada ao setor público, a qual se trata da Universidad Autónoma de Barcelona.

Por fim, argumenta-se que os textos escritos na língua portuguesa têm influência da Teoria Sistêmica e, assim, apresentam em seu desenvolvimento a problematização de conceitos advindos dessa abordagem, por exemplo, “ciclo vital”, “estilos parentais” e “transmissão geracional”. Em síntese, são eixos centrais das categorias que serão analisadas de forma qualitativa. Já os textos do idioma espanhol tratam do tema de uma das categorias – “famílias em sofrimento” – que será analisado posteriormente. Assim, as temáticas desses artigos em espanhol apresentam contribuições para o atendimento de família que enfrentam algum tipo de sofrimento físico e psicológico, violência ou preconceito.

Em seguida, o gráfico abaixo apresenta o ano de publicação dos artigos. Observa-se que no período de 2007 a 2016, chama a atenção 2 (dois) altos índices de produções científicas concernentes às temáticas “psicologia” e “família”. Esses índices foram analisados com ênfase na área legislativa, a partir da compreensão que essa esfera influencia as relações sociais, do mesmo modo que reverberam no psiquismo. Sendo assim, nestes períodos foram apresentados e publicados projetos de lei envolvendo a temática de família que podem influenciar a sociedade, por exemplo, no gráfico 02 observou-se altos índices de artigos, no ano de 2009, entre 2011 e 2013 e, novamente em 2015.

Gráfico 2 – Relação de artigos por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Destarte, pontua-se que 63% todos textos tiveram 3 publicações por ano, por exemplo 2009, 2011, 2013 e 2015. Neste sentido, correlacionando com as discussões no contexto legislativo¹² e do desenvolvimento de políticas públicas, no ano de 2009 foi realizada a proposta de Emenda à Constituição que buscou a autorização para o exercício da prática de educação domiciliar para alunos(as) entre 4 e 17 anos, cabendo ao Poder Público a regulamentação periódica da nova modalidade de ensino. Destaca-se que a defesa por essa proposta pode revelar a tentativa de destruição e desconstrução da escola e do ensino sistematizado que promove desenvolvimento e aprendizagem dos(as) alunos(as).

Segundo Saviani (2003), a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado e científico. Difere da proposta da educação domiciliar, que se assemelha ao senso comum, isto é, à produção de um conhecimento espontâneo e fragmentado, restrito à cultura popular. Sobre esse ponto, comenta-se que as consequências negativas da educação domiciliar consistem na má qualidade na transmissão dos conteúdos científicos. Ou seja, este conhecimento estaria no nível do senso comum, da superficialidade, à medida que dependeria do grau de apropriação dos(as) pais, mães ou responsáveis em relação aos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade.

Acrescenta-se que essa educação domiciliar impediria uma sistematização dos conteúdos ensinados, ou seja, em cada família haveria um grau de aprofundamento sobre o mesmo assunto. De acordo com Saviani (2003), a escola não existe a partir da opinião ou pela sabedoria das pessoas. Para este autor, o papel da escola é de propiciar aos(as) alunos(as) a aquisição dos instrumentos que a ciência desenvolveu no decorrer da história, por isso necessita de uma sistematização do conhecimento que acontece pela estrutura do currículo e pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição de ensino.

Ainda a respeito do ano de 2009, pontua-se a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei nº 12.010/2009, a qual dispõe sobre o aperfeiçoamento do direito à convivência e reformula os critérios que envolvem o processo de adoção (Brasil, 2009). Disserta-se que essa reformulação interfere nos direitos de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento institucional ou familiar. Essas mudanças na lei

¹² Ressalta-se que, na maioria das vezes, há um expressivo intervalo de tempo entre a submissão do artigo científico e a sua publicação. Sendo assim, considera-se que as relações dos índices dos artigos atrelados com as produções de leis não acontecem ao mesmo tempo, pois os artigos científicos diante dos protocolos e procedimentos de cada periódico levam um tempo para serem publicados. Por isso, essas análises feitas a partir das relações dos artigos com as leis se configuram como hipóteses, pois até mesmo o desenvolvimento das leis que ditam os direitos e deveres da nossa sociedade brasileira também não acontece da noite para o dia, e sim, são resultantes do modo de vida do país.

propiciam a colocação da criança e do(a) adolescente em família substituta, e assim, relevam o caráter essencial que a família tem na constituição do psiquismo.

Semelhantemente, no ano de 2011, no contexto legislativo foi apresentado um projeto de lei com a finalidade de alterar o Código Civil, a fim de permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. A proposta visava reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo, e assim, permitir que a união estável possa converter-se em casamento com Registro Civil, para que não haja impedimentos ao matrimônio. Destaca-se que essa proposta vem à tona num contexto brasileiro em que se discute o rompimento com os paradigmas da sociedade moderna, a qual ainda se vincula a noção de família ao modelo tradicional heteronormativo.

De igual modo, em 2012, institui-se a Lei nº 12.647 que define o Dia Nacional de Valorização da Família no dia 21 de outubro, em todo território nacional. Critica-se a defesa desse dia à medida que essa comemoração compreende a família como um modelo único e universal, vinculado à ideologia da classe dominante. Pelo contrário, defende-se que a valorização da família deve estar no respeito e na valorização das diferentes possibilidades e combinações.

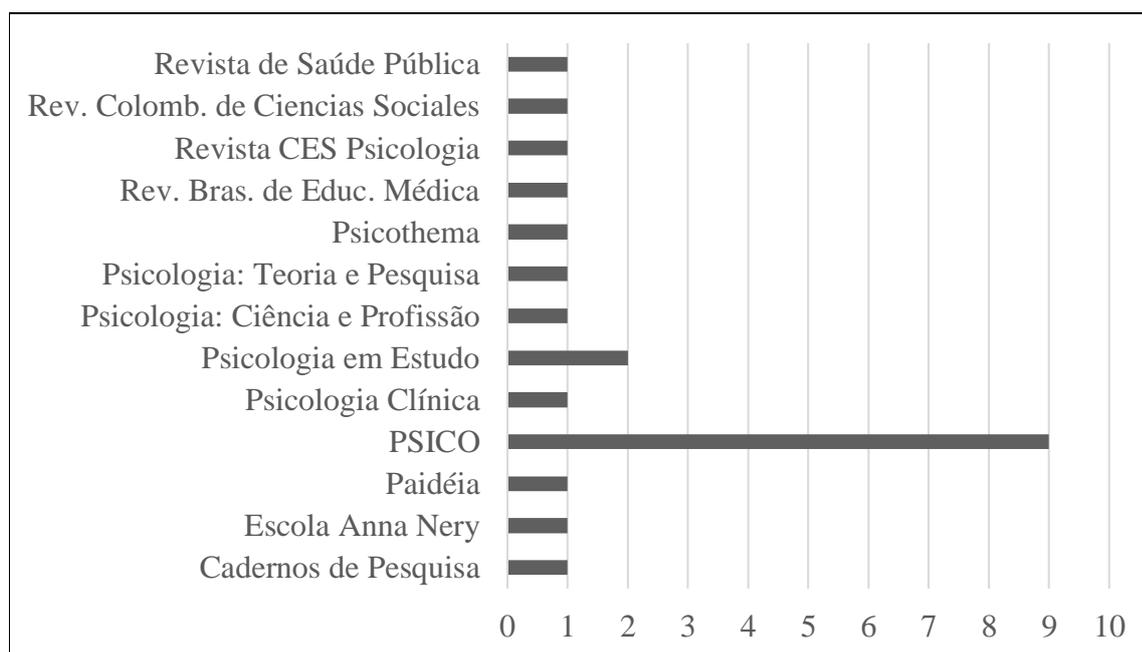
Acrescenta-se também que no ano de 2013, foi proposto o projeto de Lei que instituiria a criação do Estatuto da Família, que dispõe sobre os direitos da família e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar. Alinhado com as propostas legislativas da regulamentação da Educação Doméstica e do dia da Valorização da Família, este Estatuto defende que os currículos das escolas do Ensino Fundamental e Médio tenham uma base comum, na qual seja obrigatória a disciplina “Educação para família”.

Diante disso, retoma-se a discussão sobre a valorização do modelo burguês de família, disseminado pela ideologia dominante, que vem ganhando espaço na esfera legislativa a partir de ações de elaboração e ampla defesa de projetos de lei dessa natureza. Essa visão biologizante e universalizante sobre a família, em síntese, considera a existência de apenas uma modalidade e configuração das relações familiares, e assim, retira o caráter histórico e dinâmico desse fenômeno.

Por fim, destaca-se que em 2015 foi sancionada a Lei nº. 13.144 que trata da preocupação com o patrimônio de cada cidadão brasileiro, com o intuito de garantir, conforme a regra constitucional, o direito social do domicílio (Brasil, 2015). Desse modo, discute-se sobre o papel do Estado em garantir que sejam supridas as necessidades básicas do indivíduo.

Na sequência, apresenta-se o gráfico 03 que demonstra a frequência de artigos publicados em periódicos científicos, a partir do levantamento bibliográfico realizado.

Gráfico 3 – Relação de artigos por periódico



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir dos dados elencados no gráfico acima, constata-se que 40,91% (n=9) dos artigos científicos foram publicados na revista PSICO¹³. Esta revista encontra-se vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), na cidade de Porto Alegre. Em síntese, trata-se de uma revista trimestral que visa publicar pesquisas empíricas ou bibliográficas, com foco em estudos nas áreas de: psicologia cognitiva, avaliação psicológica, psicologia social, psicologia do desenvolvimento, psicologia da saúde, psicologia clínica, neuropsicologia e psicobiologia (PSICO, s/d). Destaca-se que no Rio Grande do Sul, especificamente na PUC-RS, não há nenhuma área de concentração ou linha de pesquisa em nível de graduação ou pós-graduação em Psicologia que se dedica centralmente em abordar a temática da família.

Em suma, os artigos científicos encontrados nesse levantamento bibliográfico e divulgados na revista PSICO se concentraram em 2 (duas) temáticas, sendo uma voltada para os “estilos parentais” e outra para a “dinâmica familiar”. Ambos os temas se referem às duas categorias que serão discutidas na análise qualitativa. Acerca dos estilos parentais, antecipa-se que os artigos abordam aspectos de como os pais ou responsáveis influenciam na constituição do psiquismo

¹³ A partir do escopo da revista, percebe-se que este periódico recorre à utilização de explicações de caráter biológico para descrever e analisar fenômenos que não se encontram no âmbito da biologia, o que alude à prática de patologização da psicologia tradicional. Nesse sentido, o discurso médico aparece como possibilidade de solução (intervir no indivíduo, e não na coletividade) à medida que a sociedade é entendida como um corpo doente (Schwarcz, 1983). Desse modo, a psicologia clínica de inspiração psicanalítica busca no ambiente sócio-familiar as causas dos desajustes infantis, sendo as explicações baseadas nos grupos familiares patológicos e ambientes que produziram crianças desajustadas (Schneider, 2003).

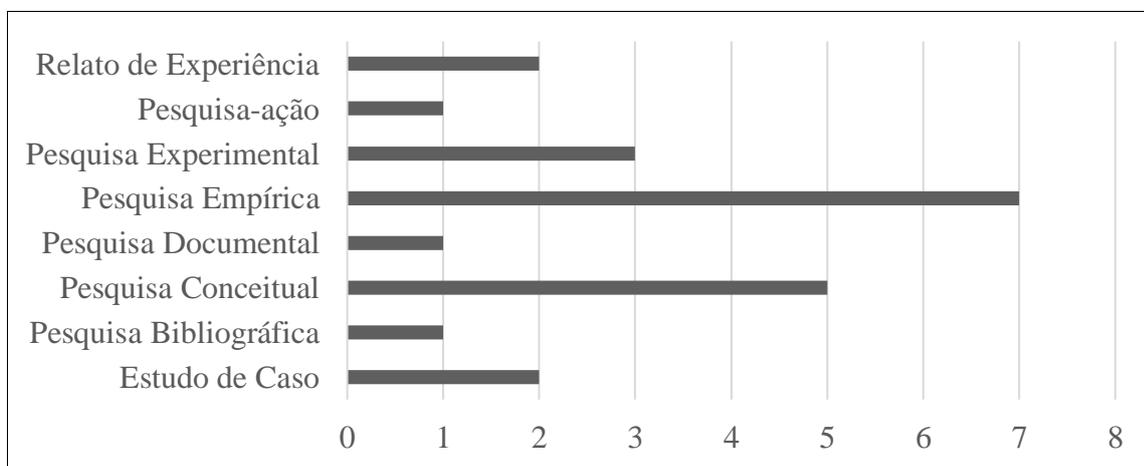
dos(as) seus(suas) filhos(as). Em contrapartida, sobre a dinâmica familiar os artigos discutem a respeito dos impactos positivos e negativos das diferentes configurações e modelos familiares.

Além dessa revista, apresenta-se o periódico *Psicologia em Estudo*, vinculado à Universidade Estadual de Maringá, no qual entre os artigos científicos analisados obteve-se 9,09% (n=2). A finalidade desta revista é de publicar textos originais sobre as temáticas que envolvem a área da Psicologia e suas interfaces com as Ciências Humanas e as Ciências da Saúde, promovendo, assim, o desenvolvimento teórico. A revista interessa-se, exclusivamente, por artigos com a metodologia inspirada numa perspectiva qualitativa e não se restringe a uma abordagem teórica da Psicologia, exigindo apenas que o artigo esteja teoricamente fundamentado (*Psicologia em Estudo*, s/d).

Por fim, esse 2 (dois) artigos científicos divulgados na revista *Psicologia em Estudo* aplicam-se à discussão teórica acerca das contribuições conceituais elaboradas pela Teoria Sistêmica, sendo um caracterizado pela relação dos fenômenos transgeracionais com o psiquismo. Este conceito refere-se a tudo aquilo que é passado de geração em geração, e assim, conformando as escolhas e modo de vida das pessoas. Outro conceito problematiza o avanço da terapia de familiar com a proposta de desenvolvimento da Terapia Multifamiliar, que converge uma terapia de grupo com famílias que apresentam semelhanças em sua sintomatologia ou diagnóstico.

Dando sequência à análise quantitativa do levantamento bibliográfico, o gráfico 04 expressa a proporção numérica de artigos por tipo de pesquisa utilizado na metodologia de cada trabalho científico.

Gráfico 4 – Relação de artigos por tipo de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Conforme gráfico acima, destaca-se que o processo de sistematização desses artigos acerca da modalidade de pesquisa científica foi realizado, inicialmente, pela análise da descrição do procedimento metodológico utilizado em cada artigo. Entretanto, devido à falta de demarcação metodológica, fez-se necessário uma análise do texto integral, buscando entender a qual tipo de pesquisa se referia cada artigo. Diante disso, colocam-se em discussão quais são os critérios utilizados pelos(as) autores(as) para a definição e desenvolvimento das respectivas pesquisas científicas, bem como para a validade de seus resultados.

Acerca disso, segundo Tonet (2013), ao se referir à abordagem da problemática do conhecimento, esta pode ser feita de um ponto de vista gnosiológico ou ontológico. A abordagem gnosiológica refere-se ao estudo da problemática do conhecimento, isto é, o conhecimento é o objeto a ser estudado. Por outro lado, a abordagem ontológica é o estudo do ser, ou seja, trata-se da apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. Neste levantamento bibliográfico constata-se um envolvimento com a abordagem gnosiológica, na qual o sujeito é o elemento central, pois o objeto gira em torno da construção teórica realizada pelo sujeito.

Posto isto, a partir da amostra, no quadro 01, os tipos de pesquisa no campo da psicologia encontram-se centralmente divididos em: pesquisas empíricas (31,82%) e pesquisas conceituais (22,73%). Destaca-se a soma desses dos 2 (dois) tipos de pesquisas representa mais de 53% da amostra, e assim, revelam as modalidades de pesquisas que mais são produzidas na atualidade. Referente à pesquisa experimental (13,63%), a mesma consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que influenciam o sujeito e o ambiente, assim como definir o grupo controle, e observar os efeitos que as variáveis produzem nesse objeto (Gil, 2008).

Evidencia-se que os artigos científicos que recorreram ao tipo de pesquisa empírica dividem sua temática em “práticas de intervenção com a família” e “transmissão geracional”. No tocante a essa intervenção, os artigos pontuam sobre os trabalhos realizados no CAPS¹⁴ e em hospitais, com a perspectiva de realizar o suporte familiar diante do sofrimento psicológico que um dos membros da família se encontra naquele momento. Concernente à transmissão geracional, como já tratado anteriormente, esta envolve os princípios e os valores que cada família passa para os(as) seus(suas) filhos(as), e que direta ou indiretamente os mesmos acabam repetindo em suas atitudes, opiniões e convicções.

¹⁴ O CAPS é um serviço de saúde do SUS que visa o cuidado e tratamento de pessoas em sofrimento psíquico, tal como, as psicoses, as neuroses graves e os demais quadros que demandam a permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. O CAPS tem como objetivo maior estimular a integração social e familiar do indivíduo, garantindo que o sujeito garanta autonomia e permaneça em seu território (sua cidade, seu bairro), evitando internações (Brasil, 2004).

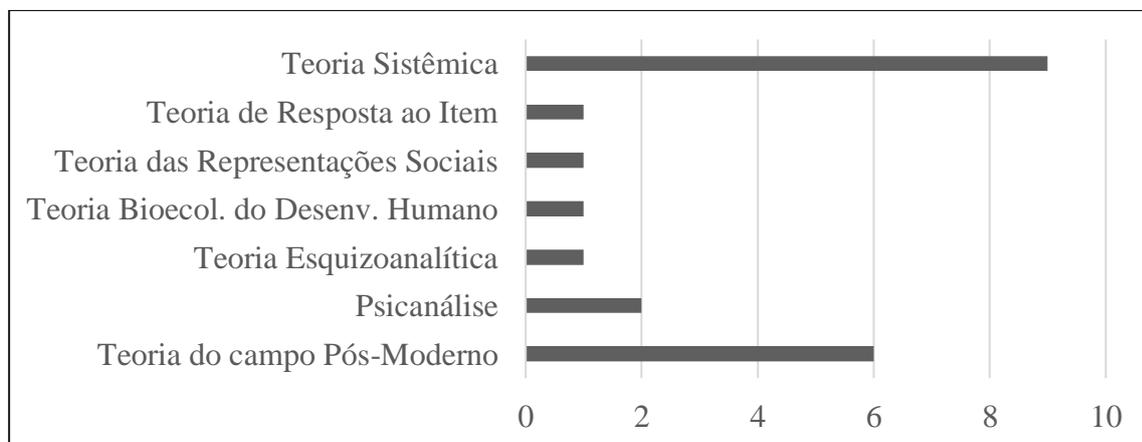
Em contrapartida, nas pesquisas conceituais encontraram-se as temáticas que discutem os diferentes “tipos de família” e o “ciclo vital”. A respeito dos tipos de famílias, os artigos apresentam enquanto combinações, por exemplo, a família homoafetiva, a família brasileira, a família contemporânea, entre outras. No que tange ao ciclo vital, situa-se que esse conceito se encontra vinculado aos fundamentos da Teoria Sistêmica, a qual será discutida na análise do próximo gráfico.

Por fim, correlaciona-se que os artigos advindos da pesquisa experimental estão alocados, na sua maioria, na revista PSICO, devido ao interesse desse periódico por pesquisas em que o procedimento metodológico envolva uma pesquisa de cunho experimental. Novamente, retoma-se o interesse dessa revista em colocar a Psicologia dentro das ciências naturais, ou seja, a Psicologia buscando sua aceitação e reconhecimento como ciência, voltando-se para as premissas de uma ciência mecanicista.

Em seguida, acerca da frequência de artigos científicos por abordagem teórica, no gráfico 05 se constata a predominância de 2 (duas) teorias, sendo: a) 40, 91% refere-se à Teoria Sistêmica (n=9); b) 27, 28% trata-se dos artigos da teoria do campo pós-moderno (n=6). Destaca-se que, na sequência, serão apresentados os fundamentos desses referenciais teóricos articulados aos artigos científicos. A respeito desses dados, eles foram sistematizados a partir da leitura dos resumos e da metodologia, a fim de encontrar a demarcação do referencial teórico.

Posto isto, a partir do levantamento bibliográfico, os artigos científicos fundamentados na abordagem sistêmica, conforme abaixo, discutem a respeito dos conceitos dessa teoria. São estes: ciclo vital, transmissão geracional e estilos parentais, os quais serão abordados de forma mais detalhada e aprofundada na próxima seção.

Gráfico 5 – Relação de artigos por abordagem teórica



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em síntese, a discussão sobre o ciclo vital encontra-se voltada para a influência dos períodos do ciclo vital no contexto familiar. Por outro lado, a transmissão geracional retrata a passagem dos valores e princípios da família na formação da personalidade do indivíduo. Os artigos que tratam dos estilos parentais discutem o perfil que os pais utilizam na educação dos(as) filhos(as).

Destaca-se que os artigos embasados na Teoria Sistêmica tratam de pesquisas que se dividem, proporcionalmente, entre aquelas teóricas (conceitual e bibliográfica), e pesquisas de cunho prático, tal como a experimental e a empírica. Os resultados do gráfico 04, portanto, devem ser analisados a partir da frequência dos artigos publicados na revista PSICO, correlacionando-os com aqueles artigos cuja fundamentação se encontra na Teoria Sistêmica.

Na relação de artigos classificados como vinculados ao campo pós-moderno, conforme o gráfico acima houve grande dificuldade na identificação da abordagem teórica desses artigos. Para tanto, além do procedimento adotado de leitura do texto completo e, na sequência, focando na metodologia, foi realizada a investigação das referências bibliográficas a fim de encontrar o posicionamento teórico dos autores em cada artigo. Desse modo, encontrou-se um número elevado de artigos científicos, aproximadamente 27,28% (n=6), nos quais os(as) autores(as) não manifestaram seu posicionamento teórico.

Destarte, observou-se nos artigos científicos 2 (duas) características marcantes dessas “Teorias do campo pós-moderno¹⁵”, que são o caráter descritivo e o ecletismo teórico. Segundo Netto (2011), o caráter descritivo da pesquisa científica acontece quando não há superação da aparência do fenômeno. Isto é, o estudo realiza apenas uma descrição dos fenômenos e, assim, permanece uma análise no nível superficial, imediato e empírico. Em outras palavras, “[...] a busca de causas explicativas é substituída pela descrição tópica feita através de relatos de fenômenos particulares” (Evangelista, s/d, p. 04).

Para Vigotski (1996b) o ecletismo teórico na Psicologia conjuga elementos heterogêneos de natureza e origens científicas diferentes. São estes: 1) anexação: a importação de conceitos de outras teorias para explicar um fenômeno, por exemplo, utilizar o conceito de libido para explicar a alienação. Trata-se de assimilar a uma escola qualquer, os produtos científicos de outra, o que consiste em transferir diretamente as leis, os fatos e as teorias; 2) associação: acordo entre autores(as) e teorias, como Marx e Freud. Ou seja, é a associação de ideias à medida que nenhum

¹⁵ Os dados do gráfico 5 reafirmam que há um alto índice de textos que não apresentam fundamentação teórica com abordagem definida, sendo então classificados como “teoria do campo pós-moderno”. Esta nomenclatura foi criada com intuito de classificar e categorizar os artigos científicos que não apresentam demarcação teórica, isto é, sem fundamentação para análise e discussão dos resultados, apenas o reflexo sincrético da pós-modernidade.

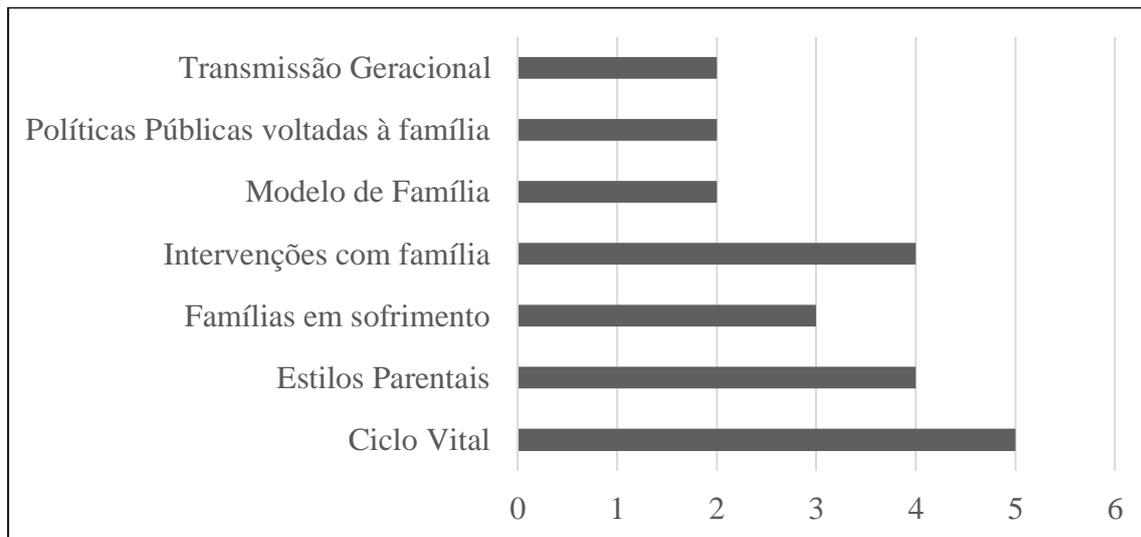
dos dois sistemas perde sua independência, mas ambos concordam em atuar conjuntamente com o conceito; 3) analogia: quando a pergunta parte de um sistema e a resposta parte de outro. Isto é, explicar um novo conceito por outra teoria.

Posto isto, acerca dos artigos científicos da “Teoria do campo pós-moderno” percebe-se que as temáticas giram em torno da temática do “sofrimento das famílias”, sendo de um dos membros da família ou do núcleo todo. Por exemplo, mães que sofrem violência doméstica; pais que lidam com o filho com esquizofrenia; família que possui mulheres encarceradas ou familiares que esperam que o parente saia da Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Desse modo, esses artigos fornecem elementos de superação e compreensão do impacto do sofrimento psicológico no contexto familiar. Notou-se que os tipos de pesquisa no campo pós-moderno estão, na sua maioria, concentrados no contexto prático, envolvendo estudos científicos de cunho experimental ou empírico.

Por fim, discute-se o último gráfico, no qual explana a sistematização da frequência das temáticas abordadas nos artigos que discutem “família” e “psicologia”. Esta sistematização, expressa no gráfico 06, aconteceu após a identificação em cada artigo da centralidade da temática discutida pelos seus(suas) respectivos(as) autores(as), levando em consideração o título de artigo, o resumo, o objetivo da pesquisa e o texto completo. Evidencia-se que essas temáticas serão transformadas na próxima seção em categorias de análise, as quais serão posteriormente apresentadas de maneira mais detalhada e aprofundada. Sendo assim, nesse momento, apresenta-se o gráfico abaixo, no qual se percebe o índice de 22, 73% (n=5) na temática do “Ciclo Vital”. Além disso, há também as temáticas “Estilos Parentais” e “Intervenções com família”, que apresentou 18,19% (n=4).

Esperava-se esse elevado índice na expressão “Ciclo Vital”, uma vez que se refere a um dos conceitos centrais da Teoria Sistêmica, a qual, como já demonstrado, aparece como destaque entre as abordagens teóricas. Além disso, observa-se a predominância da temática “Estilos Parentais”, a respeito da forma do relacionamento e da educação dos pais como possibilidade de formação do psiquismo dos filhos(as). A temática “Intervenções com família” aproxima-se do objetivo central da pesquisa, pois procura problematizar o trabalho do(a) psicólogo(a) com as famílias em suas diversas possibilidades de atuação e intervenção.

Gráfico 6 – Relação de artigos sobre as temáticas de "família" e "psicologia"



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em síntese, na análise quantitativa dos artigos científicos que fizeram parte desse levantamento bibliográfico, concluiu-se que grande parte dos artigos científicos sobre a temática de família no campo da psicologia estava vinculada ao periódico científico PSICO. Além disso, destaca-se que no ano de 2009 houve um alto índice de publicações. Estas temáticas, especificamente a família, sofreram influências das mudanças na sociedade, principalmente as do campo legislativo, representadas pelas propostas de desenvolvimento de políticas públicas na área da educação, saúde e assistência social. Acerca disso, discute-se que estas áreas estão envolvidas com os princípios da classe dominante, detentora do poder, que defende a existência de um único modelo familiar.

Diante dos aspectos elencados, finaliza-se que, metodologicamente, as pesquisas nessa área dividiram-se entre as modalidades de pesquisa empírica e conceitual. Entretanto, o foco de discussão divide-se na influência das mudanças nas relações da pós-modernidade, dentre elas a ascensão da Teoria Sistêmica, inclusive com o conceito de ciclo vital, como forma de compreensão e intervenção do sujeito e da família. Ainda assim, verifica-se que as pesquisas revelam o caráter dinâmico da família, determinada por transformações sociais e econômicas em termos estruturais¹⁶, e por mudanças nas áreas legislativa e científica, em termos superestruturais.

¹⁶ Conforme o dicionário marxista organizado por Bottomore (1983), as expressões “estrutura” e “superestrutura” derivam da metáfora do edifício, proposta por Marx e Engels, cujo objetivo é demonstrar acerca da estrutura econômica da sociedade. Desse modo, a “estrutura” refere-se às forças produtivas e às relações de produção, isto é, a base (ou a infraestrutura) de uma sociedade. A superestrutura significa o Estado e a ideologia, representando a consciência na sociedade de classes, marcada pela relação de produção e trabalho entre os indivíduos. Destaca-se que as relações entre ambas são relações dialéticas que implicam transformações mútuas.

1.1.2. Análise qualitativa dos artigos científicos

Conforme citado na seção anterior, a sistematização dos artigos foi feita a partir da seleção dos temas com maior frequência durante a leitura do texto completo de cada artigo científico. Assim, a partir do gráfico 06, aqueles temas foram transformados em categorias de análise referentes à relação entre família e Psicologia. Destaca-se que o critério básico para filtrar esses temas foi a sua importância para a compreensão do objetivo desta pesquisa. Em seguida, foi realizado o processo de organização desses temas pela similaridade e complementaridade.

Acerca disso, as respectivas categorias de análise são: a) *“Ainda existe um modelo normativo e heterogêneo para a família brasileira”*; b) *“Ciclo Vital Familiar: um conceito ou uma estratégia de intervenção da Teoria Sistêmica”*; c) *“A influência da transmissão geracional para o psiquismo: repetição ou imposição”*; d) *“A relação entre os estilos parentais e as práticas educativas”*; e) *“O papel da família diante do sofrimento físico e/ou psicológico dos seus membros”*; f) *“Atividades com grupos de família como uma possibilidade de intervenção do(a) psicólogo(a)”*; g) *“A formação do(a) psicólogo(a) para atuação nas políticas públicas voltadas à família”*.

Utilizou-se essa sequência a fim de melhor organizar para o leitor as contribuições do trabalho do(a) psicólogo(a) com a família, sendo que inicialmente serão tratadas as dinâmicas, modelos, tipos e configurações da família. Após isso, será realizada uma discussão dos conceitos advindos da Teoria Sistêmica, tal como, *“ciclo vital familiar”*, *“transmissão geracional”*, e *“estilos parentais”*, a fim de entender as relações familiares e seu processo de transformação durante a história.

Em seguida, será apresentado o contexto de sofrimento físico e/ou psicológico que muitas famílias enfrentam nas primeiras décadas do século XXI, e as implicações do trabalho do(a) psicólogo(a) para intervir nessa situação. E, por fim, será realizada uma reflexão crítica sobre a formação do(a) psicólogo(a) para que o mesmo esteja capacitado prática e teoricamente para lidar com os dilemas que perpassam o núcleo familiar. Referente a isso, na maioria das vezes, esse espaço de trabalho encontra-se nas instituições que são regulamentadas pelas políticas públicas.

Ainda existe a defesa de um modelo normativo para a família brasileira?

Diante das transformações sociais e históricas ao longo dos séculos, a família passou por várias mudanças em suas formas, modalidades, dinâmicas, configurações, arranjos e organizações.

Por isso, a finalidade desta categoria encontra-se na problematização do modelo normativo e homogêneo da família brasileira, por meio da retomada histórica apresentada pelos artigos.

Para tanto, o quadro abaixo apresenta os artigos utilizados para fomentar a discussão acerca dos modelos de família que ainda perduram na sociedade brasileira. Esses 2 (dois) artigos científicos expõem uma metodologia de cunho conceitual e encontram-se fundamentados na Teoria Esquizoanalítica e na Teoria Psicanalítica, respectivamente.

Quadro 1 – Relação de artigos que discutem sobre os modelos de família

Nº	Referências
01	Tokuda, A. M. P.; Peres, W. S. Andréo, C. (2016). Família, gênero e emancipação psicossocial. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , Brasília, 36 (4), 921-931.
02	Zanetti, S. A. S.; Gomes, I. C. (2009). A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 40 (2), 194-201.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir da discussão de Roudinesco (apud Zanetti & Gomes, 2009), a família encontra-se dividida em três grandes períodos, denominados de: a) família tradicional: as relações giravam em torno da autoridade patriarcal, em que o homem utilizava o discurso religioso como forma de legitimar seu poder sobre a esposa e os filhos(as); b) família moderna: tem como marco central, não mais a autoridade, e sim o amor romântico com a busca por sentimentos voltados para realização dos desejos sexuais do casal, inclusive o prazer da mulher; c) família contemporânea (ou pós-moderna): caracterizada pela união de dois indivíduos, sem a manifestação de uma figura de autoridade e/ou o amor romântico (Zanetti & Gomes, 2009). Diante disso, questiona-se acerca do contexto social e histórico na determinação destes modelos familiares, apesar de não ser o objetivo dos autores, devido aos limites teórico-filosóficos postos por suas abordagens.

Historicamente, segundo Zanetti e Gomes (2009), as mudanças na família brasileira aconteceram refletindo o cenário internacional da década de 1960, principalmente pelo o auge do movimento feminista. Nesse contexto de luta pela liberdade e igualdade entre os sexos, há uma redefinição do papel da mulher na sociedade, o que modernizou as relações familiares e substituiu o modelo de autoridade e hierarquia. No cenário brasileiro, a família sofreu suas mudanças à medida que rompia com a figura da mulher que esteve historicamente vinculada:

[...] ao estereótipo de dona do lar, cuidadora dos membros e guardiã da moral da família (Costa, 2004). Portanto, desse ponto de vista, as mulheres não tinham nenhum valor,

legitimava-se o controle da sexualidade reprodutiva e de seus corpos pelos homens, fazendo com que o masculino obtivesse vantagens e controle dos papéis sexuais e sociais. (Scott apud Tokuda, Peres & Andréo, 2016, p. 924).

Outra influência na transformação do modelo de família se deu pela “Revolução Sexual” da década de 1970, com o distanciamento de uma postura crítica, e a exaltação pela busca do prazer e novas formas de relacionamento afetivo-sexual, gerando questionamentos acerca da antiga modalidade de família. Na década de 1980, com a recessão econômica, houve uma alta na inflação, desemprego e a queda do poder aquisitivo gerou a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Posto isto, essas mudanças na sociedade e na família possibilitaram o espaço para o surgimento de diferentes configurações familiares, por exemplo, a monoparental e a homoafetiva (Tokuda, Peres & Andréo, 2016). Em outras palavras, para esses autores, a família é “produto de formas históricas e culturais de organização entre as pessoas, que não consiste somente em referências biológicas, naturais e religiosas” (Tokuda, Peres & Andréo, 2016, p. 922).

Assim, como já apresentado, nota-se que a família não é estática ou imutável, ou seja, nem sempre teve esta mesma configuração tradicional, mas transformou-se durante os anos (Oliveira, 2009). Defende-se que a família é dinâmica e vai se modificando diante dos diferentes contextos sócio-históricos e culturais. Por isso, defende-se que a família não é a-história ou universal.

A respeito da família contemporânea, Zanetti e Gomes (2009, p. 196) dissertam que:

[...] esses novos valores associados à família contemporânea destacam a não-hierarquização nas relações pais e filhos como promotora de uma forma ideal de estabelecer as relações familiares. Essas autoras apontam que há uma profunda tendência nas relações familiares atuais brasileiras em considerar que um conflito deva ser “tendencialmente absorvido”: tratar-se-ia de formas de domesticação do uso da autoridade, através da influência contemporânea alcançada pelas ciências do comportamento.

Sendo assim, a característica desta família contemporânea é a superação das limitações da família patriarcal. Tradicionalmente, esta família é entendida como grupo, linha ou rede de parentes caracterizados por laços de solidariedade e como um sistema disciplinar e regulador de práticas e desejos (Tokuda, Peres & Andréo, 2016). Desse modo, caberia aos pais e mães a responsabilidade de transmitir aos(as) filhos(as) a sua cultura, e caberia aos(as) filhos(as) respeitar a autoridade estabelecida pelos pais e mães. Assim, a sociabilidade da família se apresenta como

forma de reprodução dos valores e padrões culturais do indivíduo, pois é dentro da família que o ser humano aprende a se relacionar com o outro e a respeitar as regras de convivência (Zanetti & Gomes, 2009).

Por fim, esse modelo hegemônico refere-se à família conjugal burguesa:

[...] que passa a ideia ilusória de maiores garantias de felicidade. No entanto, esta vem se tornando obsoleta em sua configuração, sendo demarcada cada vez mais por um viés desestabilizador que a coloca oscilante frente ao modelo único estabelecido, denunciando seu caráter processual, pois as transformações históricas da família têm mostrado a convivência de mais de um modelo familiar (Uziel; Zambrano apud Tokuda, Peres & Andréo, 2016, p. 923).

Em síntese, estas influências históricas direcionam a compreensão tradicional da realidade da família brasileira, a qual pode ser definida enquanto “família nuclear burguesa, heteronormativa, religiosa e reprodutiva” (Tokuda, Peres & Andréo, 2016, p. 922). Este modelo ainda se apoia nos estigmas em relação à divisão do trabalho doméstico, como o cuidado e a disciplina dos filhos(as), o sustento da casa, etc. Deste modo, tal definição de família, que ainda é hegemônica, precisa ser discutida, inclusive no contexto psicológico, a fim de superar essa concepção que traz no seu bojo premissas de uma ideologia dominante.

Posto isto, primeiramente, a compreensão de “família nuclear” refere-se à definição de um grupo familiar composto pelo matrimônio (ou união) entre um casal de adultos – sendo o homem (pai) o provedor do lar e a mulher (mãe) a fonte dos cuidados do lar – e os(as) filhos(as), devido às relações sexuais ocorridas entre eles. Na sequência, a expressão “família burguesa” indica a influência do aspecto econômico, no caso da sociedade brasileira, atualmente marcada pelo sistema capitalista.

Historicamente, após a Revolução Industrial (1820-1840), a burguesia angariou seu espaço entre o clero, e passou a desempenhar o papel da exploração. Devido à falta de condições financeiras da classe proletária, fez-se necessário que estes vendessem sua força de trabalho para a classe burguesa, fazendo com que, com o passar do tempo, a burguesia se tornasse a classe dominante e exploradora (Tonet, 2013). Por isso, destaca-se que o equívoco de reduzir a definição de família à classe burguesa radica em acreditar na existência de apenas esse tipo de família, e assim, deixando à margem as famílias que fazem parte da classe proletária.

Na sequência, a definição de “família heteronormativa” revela o caráter reducionista e universalizante desta concepção, a qual defende a existência de um padrão normal de

relacionamento familiar, permeado pela orientação sexual caracterizada pela heterossexualidade. Assim, deixa de lado outras formas de configuração familiar, por exemplo, a homoafetividade. Desse modo, a partir de uma perspectiva crítica, percebe-se que esse modelo de família se vincula ao ideal proposto pela classe dominante, a qual rompe com outras configurações familiares (Lessa, 2012).

Acerca da expressão “família religiosa”, esta advém fortemente da cultura judaico-cristã, que defende a família como a primeira instituição criada por Deus e, por consequência, a heterossexualidade como único modelo de sociabilidade familiar. Diante disso, entende-se que alinhado aos interesses da classe dominante, o fator religioso entra em cena para legitimar os ideais da burguesia, e assim desconjurar todo tipo de prática ou ajuntamento familiar que se distancie do princípio bíblico (Lessa, 2012).

E, por fim, a última expressão dessa definição é a “família reprodutiva”, a qual atesta o papel da família de reprodutora, enfatizando a reprodução biológica, por meio da perpetuação da espécie e do desenvolvimento dos cuidados básicos para a sobrevivência. De acordo com Tokuda, Peres e Andréo (2016), este conceito se refere às relações de consanguinidade e aliança dos membros da família nas questões de relações sexuais, responsabilidades de atividades e referências de pertencimento social. Roudinesco (apud Zanetti & Gomes, 2009, p. 194) afirma que:

[...] foi no seio das duas grandes ordens, a do biológico, através da diferença sexual e a do simbólico, através da proibição do incesto e outros interditos, que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, como também as modificações do olhar para ela voltado ao longo das gerações.

Evidencia-se que ainda há um modelo normativo de família proposto pela sociedade burguesa, inclusive via massificação realizada pelos meios de comunicação e redes sociais. Destaca-se que no contexto atual a família contemporânea ainda luta pela superação dos limites impostos pelo modelo patriarcal. Entretanto, esta superação não se encontra apenas na multiplicidade de configurações ou no afrouxamento do sistema disciplinar, e sim no campo político, com a transformação da sociedade capitalista em um novo sistema que rompa não só com a divisão de classes, mas também com a divisão entre os papéis de gênero. Em outras palavras, trata-se da compreensão de que este modelo familiar não é a-histórico, e sim multideterminado pelas relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Ciclo Vital Familiar: um conceito ou uma estratégia da Teoria Sistêmica?

Um dos fatores que contribuem para a normatização da concepção de família advém dos princípios da Teoria Sistêmica, principalmente pelo conceito do Ciclo Vital Familiar foco desta categoria de análise. Desse modo, a proposta é explicitar tal conceito e, em seguida, apresentá-lo como modalidade de intervenção da Teoria Sistêmica.

Em 1980, a partir da análise das famílias americanas de classe média, Betty Carter e Monica McGoldrick escreveram o livro “As mudanças no Ciclo de Vida Familiar”, no qual desenvolvem o conceito de “Ciclo Vital Familiar” (CVF). Essas autoras, vinculadas à Teoria Sistêmica, propõem uma classificação dos estágios evolutivos do ciclo de vida familiar.

O quadro abaixo apresenta os artigos fundamentados nesta perspectiva teórica, que serão referenciados para articular a discussão acerca dessa temática.

Quadro 2 – Relação de artigos que discutem sobre o ciclo vital

Nº	Referências
01	Boing, E; Crepaldi, M. A.; Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisa com famílias: aspectos teórico-metodológicos. <i>Paidéia</i> , Ribeirão Preto, 18 (40), 251-266.
02	Carvalho-Barreto, A. de; Lima, K. S. S. de. (2013). Transição da pós-parentalidade no contexto do Sertão Cearense. <i>Psicologia Clínica</i> , Rio de Janeiro, 25 (11), 181-196.
03	Muniz, J. R.; Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. <i>Revista Brasileira de Educação Médica</i> , Mangueiras, 33 (1), 72-79.
04	Rodrigues, C. M.; Kublikowski, I. (2014). Os pais e a transição do jovem para a vida adulta. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 45 (4), 524-534.
05	Vásquez, N. S. M.; Posada, J. J. Z.; Messenger, T. (2015). Conceptualización de ciclo vital familiar: una mirada a la producción durante el período comprendido entre los años 2002 a 2015. <i>Revista CES Psicología</i> , Cali, 8 (2), 103-121.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Segundo a perspectiva sistêmica, a família é um sistema composto por indivíduos com características biológicas e afetivas configurados por uma estrutura com funções conjugais, sexuais, de reprodução biológica e social, subsistência e convivência (Boing, Crepaldi & Moré,

2008; Vásquez, Posada & Messenger, 2015). Posto isso, a família é um grupo de pessoas que estão relacionadas pelo afeto e pelo matrimônio, que contém uma ideologia acerca da socialização de seus membros que vivem juntos e compartilham o consumo dos seus bens, serviços e gastos econômicos.

Segundo Muniz e Eisenstein (2009), a família é um fenômeno complexo e dinâmico que assume diferentes configurações “cujos membros mantêm relações de interdependência, o surgimento de doenças, transtornos ou quaisquer outras disfunções [...] provocando necessárias adaptações de todos os envolvidos” (p. 76). Desse modo, para Boing, Crepaldi e Moré (2008), o processo de análise da família deve considerar que o grupo familiar é um conjunto cuja soma das particularidades dos membros do microsistema familiar não revela a sua totalidade.

Ainda segundo Boing, Crepaldi e Moré (2008), esse conceito não deve ser utilizado de forma rígida, avaliando qualquer desvio como patológico, ou supervalorizando as diferenças em cada geração. Na perspectiva sistêmica, o objetivo do conceito é ser utilizado como recurso de intervenção para a ampliação e superação da culpabilização dos membros da família. Isso se dá por meio da mudança da visão negativa (desajustes, conflitos, déficits, fracassos, etc.) para uma visão positiva (fortalezas, recursos, etc.) do sistema e das relações familiares.

Em síntese, os estágios do ciclo familiar têm como processo central as mudanças enfrentadas dentro do sistema de relacionamentos da família, por exemplo, a entrada ou a saída de um membro da família (Carvalho-Barreto & Lima, 2013; Vásquez, Posada & Messenger, 2015). Segundo Boing, Crepaldi e Moré (2008, p. 253):

[...] os estágios do ciclo de vida familiar são: (1) estágio em que os jovens solteiros saem de casa; (2) a união de famílias no casamento: o novo casal; (3) famílias com filhos pequenos; (4) famílias com adolescentes; (5) “lançando os filhos e seguindo em frente” e (6) famílias no estágio tardio da vida.

De acordo com Carter e McGoldrick (1995), o primeiro estágio, a saída de casa do(a) jovem adulto solteiro, demanda a diferenciação do indivíduo em relação à sua família de origem, e implica que o(a) jovem aceite sua responsabilidade emocional e financeira. O próximo estágio, a formação do novo casal, por sua vez, representa a modificação de dois sistemas inteiros, e exige a tarefa de renegociar o status familiar, a fim de comprometer-se com um novo sistema e estabelecer fronteiras em torno dele. O terceiro estágio tem início com o nascimento dos(as) filhos(as) e requer que os adultos assumam o papel de cuidadores(as) de uma nova geração.

O próximo estágio é a família com adolescentes, cuja tarefa é estabelecer fronteiras mais flexíveis, que permitam aos adolescentes movimentar-se para dentro e fora do sistema e trazer novos valores para o âmbito familiar. O quinto estágio compreende as famílias no meio da vida, no qual os(as) filhos(as) saem de casa e dão início a novos sistemas, caracterizando-se pelas muitas saídas e entradas no sistema familiar.

Por fim, o último estágio refere-se à família no estágio tardio da vida, que exige a aceitação de um novo papel e o enfrentamento de questões como aposentadoria, fragilidade física, dependência financeira, perda de amigos e parentes (em especial, do próprio cônjuge) e preparação para a própria morte (Carter & McGoldrick, 1995).

Acerca desses estágios do CVF, a discussão dos artigos dessa categoria, em sua maioria ressalta o estágio em que os pais “lançam os filhos e seguem em frente” (Rodrigues & Kublikowski, 2014, p. 525). Esse estágio é caracterizado pela transição para a vida adulta, e também é denominado de “geração canguru” ou “ninho cheio”, no qual as famílias no meio da vida experimentam o momento em que os(as) filhos(as) saem de casa e dão início a novos sistemas. Esse estágio é caracterizado por pais e mães adultos (com idade aproximada entre 40 e 60 anos) que preparam os(as) seus(suas) filhos(as) jovens adultos(as), com aproximadamente com idades entre 20 e 40 anos para decidirem a sair da casa dos pais e das mães.

A pessoa, ao longo do seu curso de vida, fortifica sua individualização e identidade. A saída de casa é a culminância de um processo de desenvolvimento, tanto do jovem como de sua família, caracterizada por independência emocional e financeira dos filhos em relação aos pais, uma vez que o jovem sai de casa sem precisar romper relações com os pais. (Henriques, Jablonski & Feres-Carneiro apud Carvalho-Barreto & Lima, 2013, p. 184).

Devido às mudanças desse estágio no CVF, o microsistema familiar enfrenta dificuldades nessa transição que podem resultar em relações demasiadamente estreitas com os filhos(as) ou em sentimentos de depressão oriundos da perda de sentido para viver (Rodrigues & Kublikowski, 2014). Segundo Carvalho-Barreto e Lima (2013), as implicações desse estágio ocasionam mudanças na dinâmica familiar, nos vínculos entre: “(a) pais e filhos que partem; (b) pais e filhos que permanecem; (c) irmãos que permanecem; (d) irmãos que saem e ficam em casa; (e) no próprio casal” (p. 184).

Além disso, as mudanças geram nos pais e mães o sentimento de perda ou aceitação frente à saída dos(as) filhos(as), assim como transformações na relação conjugal e parental. Por outro lado, para os(as) filhos(as), segundo Rodrigues e Kublikowski (2014), a transição para a vida

adulta “dar-se-ia segundo um movimento de diferenciação, ou seja, de aquisição progressiva de autonomia emocional com relação a essa família” (p. 527).

Destaca-se que esses autores apresentam uma exposição crítica a respeito desse estágio considerando as mudanças históricas. Segundo Rodrigues e Kublikowski (2014), a proliferação de novas tecnologias, os altos investimentos em estudos e o prolongamento na dependência econômica do jovem com a família de origem abalou a hierarquia entre pais e filhos(as). Em síntese, esse estágio “trata-se de uma fase instável e de experimentação [...] de o jovem assumir compromissos entendidos pelo autor como típicos da vida adulta: o casamento, a parentalidade e a independência financeira” (Rodrigues & Kublikowski, 2014, p. 526).

Acrescenta-se que, segundo Muniz e Eisenstein (2009), no processo de desenvolvimento familiar, o estresse é mais crítico nos pontos de transição de uma fase para a outra. Os sintomas e as disfunções emergem quando há rompimento ou deslocamento no ciclo de vida em cada estágio, sendo que a família passa por estressores verticais e horizontais, que acabam gerando sofrimento psicológico no sistema familiar.

Foram definidos como estressores verticais aqueles derivados dos padrões, mitos, segredos e legados familiares transmitidos através das gerações; já os estressores horizontais são as ansiedades presentes no decorrer do desenvolvimento, conforme a família avança no tempo. Estes últimos podem ser previsíveis (evolutivos), como a crise normal da adolescência, ou imprevisíveis (acidentais), como o surgimento de uma doença ou de uma morte prematura. É na confluência do eixo dos estressores verticais com o eixo dos estressores horizontais que se encontra o indivíduo, em seu contexto social e cultural. (Muniz & Eisenstein, 2009, p. 74).

As mudanças sócio-históricas reverberam no psiquismo das pessoas à medida que afetam o processo de desenvolvimento familiar. Essas mudanças acontecem pelos estressores verticais e/ou horizontais quando oriundos do contexto social, econômico e político, que afetam as famílias de modo diferente em cada momento da história, gerando mudanças nos padrões de ciclo de vida familiar (Carter & McGoldrick, 1995). Acerca disso,

As famílias são iguais aos indivíduos, evoluem através de fases, comumente conhecidas, como “Ciclo Evolutivo Familiar”. Este ciclo inclui as transições dos acontecimentos vitais esperados pelos que passam a maioria das famílias ao longo do desenvolvimento, em uma sequência bastante previsível com variações, assim mesmo inclui o afrontamento das trocas

sociais, econômicas, sociodemográficas, políticas e demais que apresentam em seu dia a dia. (Vásquez, Posada & Messenger, 2015, p. 105, tradução nossa).

Diante disso, cada mudança do ciclo vital exige dos membros da família uma capacidade de adaptação e, ao mesmo tempo, demanda da estrutura familiar uma reorganização de suas regras, fronteiras e relações dentro do microssistema familiar (Carvalho-Barreto & Lima, 2013; Muniz & Eisenstein, 2009).

Por fim, discute-se que o conceito de CVF possibilita ao(a) psicólogo(a) a compreensão do processo de desenvolvimento da identidade do indivíduo, à medida que a família reage na transição de cada estágio (Boing, Crepaldi & Moré, 2008). Além disso, segundo Muniz e Eisenstein (2009), na teoria sistêmica esse conceito aparece articulado ao instrumento técnico denominado de “genograma”. Este instrumento refere-se à construção de retratos gráficos da história e do padrão trigeracional familiar¹⁷. A partir da aplicação desta técnica, conjuntamente com o conceito de CVF, é possível identificar a estrutura básica, as repetições, o funcionamento e os relacionamentos da família no desenrolar da história.

Portanto, a proposta da Teoria Sistêmica, no que tange à temática do CVF, supera a descrição teórico-conceitual, e assim ganha espaço na materialidade prática da intervenção do(a) psicólogo(a). Por isso, o CVF é mais do que um conceito e sim, uma estratégia de intervenção profissional, à medida que se encontra articulado a outro instrumento técnico, tal como o genograma. Conclui-se que este caminho se transforma numa estratégia de trabalho do(a) psicólogo(a) que se fundamenta na Teoria Sistêmica.

A influência da transmissão geracional para o psiquismo: repetição ou imposição?

Além do Ciclo Vital Familiar, outro conceito essencial para a Teoria Sistêmica é o de “transmissão psíquica geracional”. Em síntese, essa transmissão geracional é a repetição, consciente ou inconsciente, dos padrões familiares (comportamentos, sintomas ou escolhas) devido à necessidade de sobrevivência e perpetuação da espécie humana (Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014). Em outras palavras, são atitudes, condutas, valores, escolhas e opiniões que são adquiridas no contexto familiar e, assim, passadas de geração em geração.

¹⁷ Os padrões trigeracionais familiares também são conhecidos como padrões transgeracionais, os quais envolvem padrões que todas as famílias transmitem por gerações. Estes padrões são classificados como sequências transgeracionais, nas quais determinados comportamentos e pensamentos dos avós e/ou pais são reproduzidos “inconscientemente” pelos netos e/ou filhos (Breunlin, Schwartz & Kune-Karrer, 2000).

A proposta desta categoria é de inicialmente apresentar a definição da transmissão geracional e, na sequência, discutir acerca do papel da família como agência socializadora e potencializadora na diferenciação do *self*. Para tanto, conforme quadro abaixo, a partir da sistematização do levantamento bibliográfico, 2 (dois) artigos serão utilizados para dissertar a respeito do tema. Destaca-se que o primeiro texto desenvolve suas conclusões por meio da pesquisa empírica, fundamentado na Teoria Sistêmica. Já o segundo texto, de caráter documental, apoia-se na abordagem psicanalítica e acerca disso observa-se uma aproximação dos conceitos teórico-filosóficos da Teoria Sistêmica e os da Teoria Psicanalítica, tendo em vista que esta deu subsídios para a primeira.

Quadro 3 – Relação de artigos que discutem sobre a transmissão geracional

Nº	Referências
01	Almeida, M. E.; Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T. (2014). Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 45 (4), 454-462.
02	Scorsolini-Comin, F; Santos, M. A. dos. (2012). Família interdita: transgeracionalidade e subjetivação em três obras ficcionais. <i>Psicologia em Estudo</i> , Maringá, 17 (2), 255-266.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Destaca-se que a transmissão geracional não trata apenas dos aspectos positivos e adaptativos, mas também dos que envolvem os aspectos negativos da manifestação narcísica do indivíduo (Scorsolini-Comin & Santos, 2012).

Para Ruiz Correa (2003), a transmissão ocorreria de duas maneiras: (a) pelas imagens psíquicas originadas na vida libidinal do sujeito e alimentadas pelas experiências dolorosas dos pais ou ascendentes; (b) por meio da censura e dos segredos, que, embora inicialmente não sejam traumáticos, passam a sê-lo pela confluência de diversas situações. (Scorsolini-Comin & Santos, 2012, p. 258).

Essa transmissão pode começar bem antes de o sujeito nascer, diante dos pensamentos, sentimentos e fantasias da mãe (e da família) durante o período gestacional. O indivíduo, mesmo antes de nascer, já recebe “um nome”, “uma identidade”, em outras palavras, vem ao mundo

inserido numa história preexistente. Entretanto, muito antes da concepção desse indivíduo, os fenômenos transgeracionais já estão em ação, no caso, o começo encontra-se na formação de uma nova família, em que o encontro entre dois sistemas de crenças de famílias de origens diferentes constrói um novo sistema familiar que será a base para o nascimento dos filhos (Scorsolini-Comin & Santos, 2012; Almeida et al., 2014).

Posto isto, a compreensão de família nessa categoria está vinculada ao papel de “agência socializadora e instância responsável pela criação e sustentação dos vínculos afetivos” (Scorsolini-Comin & Santos, 2012, p. 253).

Na abordagem psicanalítica, a família é considerada matriz intersubjetiva e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004) uma vez que, “permanentemente afetada pelo acelerado processo de transformação da sociedade, a família continua operando como importante agente de recriação das subjetividades e como suporte para a metabolização desse processo”. (Scorsolini-Comin & Santos, 2012, p. 257).

Sendo assim, a família constitui-se como um meio privilegiado de transmissão psíquica geracional, a qual é fundamental para a construção do psiquismo e para a formação da identidade do indivíduo. Por exemplo, a escolha do nome do(a) filho(a) pode estar relacionada à dinâmica da família. Assim, o indivíduo já nasce com uma “espécie de missão” (Almeida et al., 2014). Em outras palavras, essa transmissão geracional revela que ao longo do ciclo vital familiar são herdadas as lealdades invisíveis que os membros da família são “obrigados” a cumprir.

A noção de lealdade é fundamental para compreender a estrutura relacional das famílias, bem como o cumprimento dos legados e as repetições que ocorrem de geração a geração, tanto concernentes a comportamentos, como a atitudes ou, até mesmo, a escolhas. Os compromissos de lealdade tecem uma rede resistente que mantém unidas as partes do sistema familiar (Costa, 2010). As lealdades nesse contexto são importantes porque marcam o pertencimento do indivíduo ao grupo e garantem a sobrevivência do grupo familiar através das gerações. (Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014, p. 455).

Em síntese, essa lealdade familiar refere-se ao compromisso, transmitido trigeracionalmente, que o membro da família deve cumprir, correspondente às regras e às expectativas. Diante disso, destaca-se a necessidade de compreender um conceito importante que é o de diferenciação.

A diferenciação do self é fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo, uma vez que se refere à afirmação da singularidade, ao direito de expressar a sua individuação e ao seu direito de pensar e expressar-se, independentemente dos valores transmitidos por sua família. Por outro lado, pertencer também é de extrema importância, pois significa participar, ser membro da família e partilhar as suas crenças, mitos, valores e legados. (Martins, Rabinovich & Silva apud Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014, p. 455).

Por fim, em consequência disso, surge no indivíduo – tanto na Teoria Sistêmica, como na Psicanálise – o sentimento de pertencimento à família, o que propicia a capacidade de questionar o projeto familiar, à medida que este se diferencia da família e reafirma sua individualidade. Este processo acontece quando a família propicia aos filhos um espaço crítico de reflexão, acompanhado pelo sentimento de pertencimento, no qual os filhos podem “distanciar-se” da família e decidir quais as melhores escolhas a serem tomadas (Carter & McGoldrick, 1995).

Conclui-se que, para os autores incluídos nesta categoria, a transmissão geracional psíquica é uma repetição imposta pela dinâmica familiar, a fim de manter o equilíbrio ou desequilíbrio das relações familiares. Assim, a família acaba influenciando as escolhas futuras do membro da família, sejam elas pela repetição do modelo aprendido em casa, seja pela repetição do antimito, com o desejo e intenção de romper com os padrões familiares. Por exemplo, a escolha profissional atrelada à cultura de trabalho da família, ou a escolha amorosa relacionada ao modelo afetivo e sexual dos pais, etc.

A relação entre os estilos parentais e as práticas educativas

Na sequência de conceitos da Teoria Sistêmica, e atrelada à categoria “transmissão geracional”, finaliza-se com o conceito “estilos parentais”. Sumariamente, este significa perceber o impacto da forma como os pais e mães educam seus(suas) filhos(as) e como isso reverbera nas escolhas destes. Objetiva-se com esta categoria, primeiramente discutir a definição dos estilos parentais e, em seguida, problematizar acerca desse conceito na fase da adolescência.

Para isso, conforme quadro abaixo, serão utilizados 4 (quatro) textos científicos para fomentar a discussão acerca da relação entre os estilos parentais e as práticas educativas. Todos estes artigos partem de metodologia de cunho prático, sendo divididos entre empírica e experimental. Acerca do referencial teórico, 2 (dois) textos têm base na Teoria Sistêmica, e os

demais dividem-se em Teoria do campo pós-moderno e na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Quadro 4 – Relação de artigos que discutem sobre os estilos parentais

Nº	Referências
01	Formiga, N. S. (2011). Valoração da família e condutas desviantes: testagem de um modelo teórico. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 42 (3), 383-392.
02	Leme, V. B. R.; Prette, Z. A. P. D.; Coimbra, S. (2013). Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes configurações familiares. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 44 (4), 560-570.
03	Martinez, N. I.; Fernandez J. L. L.; Puigdesens, A. V.; Tajedor, C. V.; Orriols, M. C. (2012). Propiedades psicométricas del Cuestionário de Evaluación de las Relaciones Familiares Básicas (CERFB). <i>Psicothema</i> , Oviedo, 24 (3), 489-494.
04	Reichert, C. B.; Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 38 (3), 292-299.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para Formiga (2011), a família é a base tanto do indivíduo quanto da sociedade, e propicia aos membros da família um funcionamento adequado dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais de cada pessoa. Nesse sentido, dentro do núcleo familiar os processos socioeducativos envolvem as atitudes dos pais, a valoração interna da família, as normas sociais e o significado dessa instituição.

A importância da família, mesmo nesse mundo contemporâneo “líquido e tão dissolvido”, se deve segundo Domingues (2002), por ser ela uma instituição que tem um papel funcional na integração entre seus membros. Trata-se de uma forma básica para ajudar mutuamente e promover suporte material e emocional gerando um espaço que venha nutrir e criar as gerações futuras. (Formiga, 2011, p. 384).

Desse modo, conforme Leme, Prette e Coimbra (2013), as práticas parentais referem-se a um conjunto de estratégias e atitudes utilizadas pelos pais para orientar e educar os filhos. Em outras palavras, pode se referir ao sistema disciplinar dos pais. Segundo Reichert e Wagner (2007),

os estilos parentais podem provocar nos filhos o desenvolvimento da capacidade de autonomia, isto é, “a condição para ser independente ou autogovernar-se” (p. 293). Para esses autores:

[...] o conceito de autonomia desde a perspectiva desenvolvimental, proposto por Spear e Kulbok (2004), indica que ela é um processo ativo, um fenômeno orientado que pode ser observado à luz de uma sequência, que vai desde a dependência e progride em direção à autonomia. O desafio desse processo envolve o desejo de ser independente e, ao mesmo tempo, o de preservar a ligação com a família e a sociedade. (Reichert & Wagner, 2007, p. 293).

Destaca-se que a autonomia tem papel fundamental na constituição do psiquismo, principalmente na fase da juventude. Desse modo, nesta perspectiva, o papel da família é o de preparar os filhos(as) para obterem sua autonomia e independência, a fim de seguir no ciclo vital e constituir uma nova família. Esse processo se deve em grande parte pelo estilo parental, ou melhor, por meio de práticas educativas desenvolvidas pela família durante a infância e a adolescência.

A respeito disso, de acordo com Reichert e Wagner (2007), há diferentes tipos de autonomia: a) atitudinal ou cognitiva: capacidade para fazer escolhas; b) funcional ou condutual: capacidade de apresentar autorrespeito e controle; c) emocional: capacidade em lidar com seus sentimentos. Afirma-se que, indiferentemente do tipo de autonomia desenvolvida pelo indivíduo, essa é obtida pelo estilo parental de cada família. Por exemplo, no caso de uma família cujo estilo parental é autoritário, esse estilo permitirá a construção de uma identidade e autonomia diferente do estilo parental permissivo.

Diante disso, para os autores incluídos nesta categoria, devido às mudanças no ciclo vital, no relacionamento, na residência, na guarda dos filhos(as) ou na área financeira, pode ocorrer uma mudança das práticas parentais educativas. Segundo Leme, Prette e Coimbra (2013), a configuração familiar não determina a forma como pais e filhos(as) se relacionam, sendo que os estilos educativos reverberam no psiquismo dos(as) filhos(as). Sendo assim, diante de crises, a família tem extrema importância na vida dos seus membros, pois a vivência da resolução de conflitos parentais apresenta mudanças positivas nas relações interpessoais das famílias.

Acerca dessas mudanças, os artigos focalizam a fase da adolescência, por se tratar “de um período do ciclo vital caracterizado pela eclosão de grandes transformações e grandes aquisições, tanto na esfera física como social, cognitiva e, particularmente, na definição da identidade e maior independização dos pais” (Reichert & Wagner, 2007, p. 292). Diante das mudanças dessa fase,

o(a) adolescente gradativamente necessita conquistar sua autonomia, ou começa a apresentar dificuldades. Assim, a forma como os pais lidam com esse processo, ou melhor, com essa fase, vai indicar como o(a) adolescente passará por esse período, comumente conhecido e caracterizado como um momento de rebeldia. Ou seja, o(a) adolescente luta pelo seu espaço, autonomia e independência.

Nesse sentido, diante dos conflitos e da inadaptção familiar nessa fase, “surgem” com mais intensidade nos adolescentes as condutas desviantes (comportamento transgressor), isto é, condutas antissociais (não conscientização das normas que devem ser respeitadas) e as condutas delitivas (atitudes merecedoras de punição). Destaca-se que a conduta desviante ou delitiva do(a) adolescente deriva do estilo parental ou da prática educativa dos pais e/ou mães, devido à dificuldade em ceder espaço para o desenvolvimento da autonomia do(a) adolescente (Formiga, 2011).

Posto isto, devido às conseqüências dos estilos parentais para a formação do indivíduo, criou-se uma diferenciação entre os dois tipos de pais permissivos: a) indulgentes: apresentam alto envolvimento afetivo e baixo monitoramento e controle parental; b) negligentes: não são nem exigentes e nem responsivos, pois não monitoram o comportamento de seus filhos(as) (Reichert & Wagner, 2007). Segundo Martínez, Fernández, Puigdesens, Tajedor e Orriols (2012), a forma de superação desse contexto ocorre por meio da compreensão das funções básicas das relações conjugais (harmoniosas) e parentais (conservadas), que propiciam condições para satisfazer as necessidades da dinâmica familiar.

Percebe-se que os estilos parentais e as práticas educativas apresentam o mesmo sentido: articulam-se ao desafio de preparar os(as) filhos(as) para constituir uma nova família. Entretanto, coloca-se em discussão que todo esse processo educativo e familiar apresentado por estes autores, assim como a questão da transmissão geracional, acabam deixando de lado as relações materiais de produção.

Por isso, no contexto da sociedade brasileira, o sistema capitalista determina que cada indivíduo desenvolva um estilo próprio de vida (individual e familiar) e de sobrevivência. Nos artigos analisados os autores constroem suas discussões sobre os estilos parentais (ou até mesmo sobre a transmissão geracional) apoiados na premissa que a constituição do psiquismo é derivada de escolhas abstratas dos indivíduos, deixando de lado, assim, a materialidade.

O papel da família diante do sofrimento físico e/ou psicológico dos seus membros

As categorias a serem discutidas a seguir têm a finalidade de apresentar o trabalho do psicólogo(a) com famílias. De maneira geral, as sociedades enfrentam no contexto atual uma precarização em todos os setores, tais como de trabalho, saúde, educação, entre outros. Destaca-se que esta precarização atinge de maneira diferente cada indivíduo (e família), levando em consideração as articulações entre classe, raça e gênero. Diante disso, a família brasileira não foge à regra, ou seja, vivencia e enfrenta estas precarizações, que em certa medida acabam provocando sofrimento para os membros da família.

Objetiva-se nesta categoria compreender a dinâmica interna familiar diante de uma desestabilização e uma reorganização, oriundas de dificuldades e crises enfrentadas. Para tanto, conforme o quadro abaixo, 3 (três) artigos científicos serão utilizados para alavancar as discussões acerca do sofrimento físico e/ou psicológico de famílias. O primeiro e o último artigo derivam de pesquisas de cunho prático (na sequência, relato de experiência e pesquisa empírica), e classificados como Teoria do campo pós-moderno. Já o outro artigo é fundamentado na Teoria Sistêmica, cuja metodologia realizada foi a pesquisa conceitual.

Quadro 5 – Relação de artigos que discutem sobre o sofrimento em famílias

Nº	Referências
01	Altenbernd, B.; Barcinski, M.; Lermen, H. S. (2015). Integralidade e intersetorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Paulo, 45 (156), 390-408.
02	Arboleda, G. M. L.; Bustamante, A. R. (2014). El lugar de los sentimientos, el lugar de los vínculos: reconfiguración de identidades em el marco del conflicto armado colombiano. <i>Revista Colombiana de Ciencias Sociales</i> , Medellín, 3 (2), 270-289.
03	Teodoro, M. L. M.; Hess, A. R. B.; Saraiva, L. A.; Cardoso, B. M. (2014). Problemas emocionais e de comportamento e clima familiar em adolescentes e seus pais. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 45 (2), 168-175.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Segundo Arboleda e Bustamante (2012), a família é uma instituição antiga, tal como a espécie humana. Essa entidade tem várias aparências, que sofrem transformações à medida que se muda a dinâmica da sociedade, por meio da economia, da política e da cultura. Percebe-se a partir dos autores que a família enfrenta transformações diante da situação de sofrimento físico e/ou psicológico que seus membros passam durante a história familiar.

A partir da análise dos artigos, foram elencados três exemplos de sofrimento que as famílias podem passar, sendo eles o encarceramento, o desaparecimento familiar e os conflitos no ambiente familiar.

Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015) apresentam um projeto de extensão com familiares de mulheres encarceradas em uma penitenciária feminina de Porto Alegre/RS. Para esses autores, o “impacto do encarceramento é sentido não apenas pela pessoa presa, mas também – e de forma peculiar – por seus familiares” (p. 397). Outro exemplo de sofrimento físico e psicológico acontece diante do contexto de conflito armado e o desaparecimento familiar (Arboleda & Bustamante, 2012).

Por fim, os conflitos familiares derivados da relação conjugal acabam abalando toda a estrutura da família e, assim, gerando um ambiente e clima familiar negativo que prejudica as relações e a formação dos filhos (Teodoro, Hess, Saraiva & Cardoso, 2014). As consequências dos conflitos se revelam na modalidade de transtornos: a) externalizantes: “dificuldades em controlar impulsos, hiperatividade, agressividade e presença de raiva e delinquência” (Teodoro et al., 2014, p. 169); e b) internalizantes: “caracterizam-se pela tristeza, retraimento, queixas somáticas e medo” (Teodoro et al., 2014, p. 169).

De acordo com Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015), nesse contexto de sofrimento o papel fundamental da família é o de manter a consistência dos vínculos emocionais, ou seja, não permitir que estes vínculos sejam abalados diante de circunstâncias difíceis. Sendo assim, as famílias que apresentam essas condições produzem em seus membros a capacidade de superar o sofrimento enfrentado. Esses autores acrescentam à discussão o termo da Física “resiliência” para descrever a capacidade da família em suportar as situações adversas que afetam a vivência da unidade familiar.

A dinâmica familiar “precisa se flexibilizar e se adaptar a um novo funcionamento, oferecendo um ambiente que promova o crescimento e desenvolvimento dos filhos adolescentes” (Pratta & Santos apud Arboleda & Bustamante, 2012, p. 169). Desse modo, é trabalho da família reorganizar as regras e normas sociais, bem como compartilhar as tarefas e responsabilidades.

Segundo Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015), o papel da família é de alterar sua configuração e sua forma de organização. Os autores defendem a existência da intensificação pela ausência ou fragilidade de uma rede social de apoio, na qual a família necessita experimentar uma reestruturação e reorganização familiar. Nesse viés, Arboleda e Bustamante (2012) expressam que essas mudanças giram em torno de novas relações familiares, do desenvolvimento de liderança, da minimização do estresse familiar, do fortalecimento das relações familiares, de novas regras comunicativas e da resolução de problemas concretos.

Destaca-se que no caso específico do aprisionamento as consequências são o sentimento de exclusão moral devido ao preconceito, às represálias, à desconfiança e à discriminação vivenciada pelos familiares por terem um membro encarcerado. Além disso, o fator financeiro tem impacto forte para a família devido à redução da renda familiar, principalmente quando o indivíduo preso era o provedor principal da família. Acrescenta-se o aumento de gastos que antes não existiam, tal como o custo de transporte para deslocamento nos dias de visita (Altenbernd, Barcinski & Lermen, 2015).

Afirma-se ainda que uma das possibilidades de intervenção com a família é por meio do acompanhamento psicossocial, cuja finalidade é a manutenção da saúde familiar diante da falta de harmonia e baixa qualidade do relacionamento familiar e conjugal (Teodoro et al., 2014). Desse modo, defende-se a necessidade e a importância do(a) psicólogo(a) para auxiliar a família em amenizar o sofrimento que enfrenta.

A partir dessa categoria compreende-se nos artigos analisados o papel da família como forma de superação do sofrimento. Entretanto, para que isso aconteça, a família tem que se adaptar às novas demandas. Sendo assim, o acompanhamento psicossocial é essencial para a família em sofrimento, pois um profissional habilitado realizará as mediações necessárias, com vistas à superação do sofrimento em direção a um novo ciclo de desenvolvimento.

Atividades com grupos de famílias como uma possibilidade de intervenção do(a) psicólogo(a)

Diante do quadro de sofrimento, o(a) psicólogo(a) é convocado a desenvolver práticas que auxiliem a família na resolução de problemas. Em diversos momentos, a família acaba passando por crises, sendo aquelas externas, as quais geram sofrimento físico e/ou psicológico, ou crises internas, relativas às dificuldades nas relações familiares. Nesse sentido, a proposta desta categoria é problematizar acerca da(s) possibilidade(s) de intervenção do(a) psicólogo(a) diante da queixa ou da demanda da família. No primeiro momento, serão apresentadas duas modalidades de intervenção com as famílias, sendo ambas pensadas na sua execução grupal. Em seguida, serão demarcados dois conceitos: mediação de conflitos e suporte emocional.

Assim, conforme quadro abaixo, 4 (quatro) artigos científicos levantados serviram de base para impulsionar a discussão acerca das intervenções do trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias. Estes artigos dividem-se entre aqueles fundamentados na Teoria Sistêmica (artigos 01 e 02) e os embasados pela Teoria de Reposta ao Item, e na Teoria do campo pós-moderno (03 e 04, respectivamente). Acerca das metodologias utilizadas, todas as pesquisas são de cunho prático, quais sejam: estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa empírica e relato de experiência.

Quadro 6 – Relação de artigos que discutem sobre a intervenção do(a) psicólogo(a)

Nº	Referências
01	Bucher-Maluschke, J. S. N. (2007). Revisitando questões sobre lei, transgressão e família em suas interações com a psicologia, a psicanálise, o direito e a interdisciplinaridade possível. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , Brasília, 23 (spe), 89-96.
02	Costa, L. F.; Almeida, T. M. C. de.; Ribeiro, M. A.; Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: espaço para escuta das famílias em situação de abuso sexual. <i>Psicologia em Estudo</i> , Maringá, 14 (1), 21-30.
03	Gomes, J. O.; Baptista, M. N. (2013). Funcionamento diferencial dos itens para o inventário de percepção de suporte familiar. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 44 (4), 490-498.
04	Tornaria, M. del L. G.; Capano, A.; Guerra, A.; Scafarelli, L. (2012). Presentación de una propuesta de formación de padres y madres de familia. <i>PSICO</i> , Porto Alegre, 43 (3), 408-416.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A família passa por várias transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, como já apresentado, e esse impacto revela-se também no campo do Direito. Segundo Bucher-Maluschke (2007), a mudança no poder familiar regido pelo modelo de família patriarcal para uma relação marital mais equilibrada não foi acompanhada pelas legislações. Essas mudanças produziram a necessidade de uma relação horizontal, onde homem e mulher passam a ser equiparados em direitos e deveres. Para esse autor, “o conceito de família se amplia com o reconhecimento das uniões estáveis e inclusão das famílias monoparentais como grupo familiar” (Bucher-Maluschke, 2007, p. 90).

As novas famílias se enfrentam numa realidade de mudanças e dinâmicas para qual nem sempre tem respostas ou o tempo necessário para elaborá-las. Os desafios que se enfrentam são distintos e mais complexos que os das décadas anteriores. Os novos desafios são gerados nas mudanças na capacidade e qualidade das funções familiares, enquanto há socialização (criança e educação dos filhos), assim como também o que diz a respeito ao apoio material e afetivo que este grupo social sabe dos adultos (apoio social). As novas circunstâncias têm aumentado o espaço intergeracional, diminuindo a capacidade de

resposta dos pais diante das necessidades dos filhos. (Tornara, Capano, Guerra & Scafarelli, 2012, p. 409, tradução nossa).

Segundo Gomes e Baptista (2013), a definição de família independe do seu tipo de configuração familiar, mas está relacionada ao seu propósito. Para esses autores, a família  “unidade básica da organização social, na qual se estabelece as primeiras relaoes sociais” (p. 491). Desse modo, a responsabilidade social da família é promover os direitos básicos para sobrevivência, conforme consta no Código Civil Brasileiro, tal como alimentação, abrigo, educação, etc. Além disso, consiste em oferecer apoio, proteção, afeto e espaço para construção da identidade dos seus membros.

Em seguida, de acordo com Costa, Almeida, Ribeiro e Penso (2009), uma das possibilidades de intervenção é o atendimento psicológico de famílias, que pode ser realizado pela proposta da Terapia Familiar Múltipla. Nessa proposta grupal, as famílias são convidadas a ingressarem na terapia, sendo que a seleção das famílias é feita de modo a reunir aquelas que apresentam problemas semelhantes ou de forma aleatória. Para esses autores, o ponto positivo desse trabalho em grupo refere-se à aprendizagem de novas formas de comportamento quando as famílias presenciam em outras pessoas seus próprios conflitos.

Os planejamentos desses grupos de atendimento foram realizados da seguinte forma:

A adaptação dessa organização resultou em outras etapas: aquecimento, discussão e conclusão. O aquecimento tem por objetivo integrar o grupo e estimular a tarefa. A discussão visa aprofundar o tema, desenvolver a capacidade de reflexão sobre o assunto e acolher o sofrimento psicológico advindo das identificaoes com o tema. A conclusão sintetiza as opinioes sobre o tema discutido, avalia a aprendizagem sobre o tema e formula sugestoes práticas às famílias. (Costa, Almeida, Ribeiro & Penso, 2009, p. 23).

Outra possibilidade de intervenção grupal relatadas são as “Oficinas de Pais”, que se aproximam da proposta da Terapia Familiar Múltipla, ainda que sua ênfase seja voltada para o aspecto pedagógico, ou seja, a formação de pais. Segundo Tornara, Capano, Guerra e Scafarelli (2012), ser pai ou mãe é uma construção histórica e experincial, isto é, ninguém nasce com essa capacidade. Sendo assim,  possível que pais consigam aprimorar suas capacidades educativas. Para esses autores, o reflexo da formação de pais produz benefícios para as instituioes educativas  medida que os familiares estão envolvidos no processo de aprendizagem. No caso da pesquisa

desenvolvida por esses autores, a formação foi realizada com pais de adolescentes vinculados a uma instituição educativa, devido às dificuldades enfrentadas nessa fase.

Na sequência, explana-se o conceito de “mediação de conflitos” como recurso de trabalho do(a) psicólogo(a). Para Bucher-Maluschke (2007, p. 93), “trata-se de um método pragmático de resolução de conflitos, visto como prática, mas também como área de conhecimento oriunda dessa prática”. A proposta da mediação de conflitos tem a finalidade de buscar acordos e resolução de conflitos, por meio da transformação da situação, criando uma dinâmica cooperativa entre as partes.

Segundo Gomes e Baptista (2013), outro conceito fundamental é o suporte à família, “delineado pela coesão, adaptabilidade e comunicação” (p. 491). A proposta do suporte é a de estimular a autonomia dos membros da família, a fim de que obtenham a capacidade de se ajustarem às mudanças que acontecem no ciclo vital, por meio de uma comunicação clara e objetiva. Esses conceitos alinham-se à proposta do trabalho grupal do(a) psicólogo(a) com as famílias para que sejam fortalecidos os laços familiares.

Diante disso, percebe-se que no bojo destes textos há uma concepção individualista sobre a resolução dos problemas, sem considerar que este ser humano é síntese de múltiplas determinações, como se o mesmo, sozinho, tivesse condições de superar tudo. Acerca disso, Bock (1999) discute no texto “A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social” o compromisso social da profissão do(a) psicólogo(a) para com a sociedade. Para a autora, a imagem do Barão de Munchhausen, na qual um sujeito montado num cavalo se puxa do pântano pelos próprios cabelos, revela a atual realidade da sociedade burguesa. Segundo a autora, essa imagem literária é o exemplo da expressão do individualismo posto na sociedade de classes, na qual há a crença de que o sujeito, sozinho, e por meio dos seus esforços individuais, é capaz de superar todas as dificuldades, problemas e sofrimentos (e alienação) (Bock, 1999).

Em síntese, os artigos discutem em seus resultados que as formas de trabalho do(a) psicólogo(a) com as famílias são: mediação de conflitos, especialmente no âmbito judiciário; a percepção da necessidade do suporte familiar em situação de sofrimento; a realização de grupo multifamiliar, por meio do atendimento de família; e o desenvolvimento de oficina de pais, com vistas a formar capacidades e preparar as pessoas para lidarem com as demandas do contexto familiar.

A formação do(a) psicólogo(a) para atuação nas políticas públicas voltadas à família

Por fim, discute-se que diante da existência da demanda do trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias, faz-se necessário problematizar como tem sido a formação destes profissionais.

Desse modo, coloca-se em questão principalmente a atuação dos profissionais alocados nas políticas públicas, sendo que neste campo, na atualidade, há maior espaço de intervenção profissional diante das possibilidades de trabalho em rede com outros(as) psicólogos(as) e profissionais.

Entende-se que tal fato acontece de forma diferente do contexto privado, no qual o(a) psicólogo(a) acaba desenvolvendo sozinho a sua práxis, o que reduz as oportunidades de ampliação de sua ação e intervenção ante o sofrimento físico e/ou psicológico. Embora se conceba na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que o ser singular é um ser social e, portanto, suas intervenções não necessariamente devem restringir-se a grupos, uma vez que se amplia a compreensão da singularidade como multideterminada pelas relações sociais, em outras perspectivas teóricas, o atendimento acaba por envolver somente a esfera subjetiva individual, descolada de suas determinações sociais.

Conforme o quadro abaixo, dois artigos levantados fomentaram a discussão sobre a atuação do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas voltadas à família. Desses textos, ambos são derivados de pesquisas empíricas, sendo o primeiro fundamentado na Teoria da Representação Social e o segundo em teoria do campo pós-moderno.

Quadro 7 – Relação de artigos que discutem sobre as políticas públicas com famílias

Nº	Referências
01	Azevedo, D. M. de; Miranda, F. A. N. de. (2011). A representação social de familiares nos Centros de Atenção Psicossocial. <i>Escola Anna Nery</i> , Rio de Janeiro, 15 (2), 354-360.
02	Gabardo, R. M.; Junges, J. R.; Selli, L. (2009). Arranjos familiares e implicações à saúde na visão dos profissionais do Programa Saúde da Família. <i>Revista de Saúde Pública</i> , São Paulo, 43 (1), 91-97.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A proposta desta categoria é discutir sobre a formação do(a) psicólogo(a) para atuar nas políticas públicas voltadas à família, a partir do Programa Saúde da Família (PSF) e do CAPS. Segundo Gabardo, Junges e Selli (2009), o PSF foi proposto pelo Ministério da Saúde como estratégia de reorganização do modelo assistencial predominante na atenção básica e tem as seguintes finalidades:

[...] integrar ações de promoção e prevenção da saúde, racionalizar recursos destinados a atenção secundária e terciária, solucionar problemas de urgências e emergências, promover a integração do SUS com universidades e definir políticas de recursos humanos para atender os serviços de saúde. (Gabardo, Junges & Selli, 2009, p. 92).

Conforme Azevedo e Miranda (2011), o CAPS foi criado como equipamentos de regulação da saúde mental da sociedade, a fim de substituir as internações nos hospitais psiquiátricos pelo atendimento aberto na comunidade. Para esses autores, essa proposta tem a finalidade de fornecer “acompanhamento clínico e reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis, fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (Azevedo & Miranda, 2011, p. 355). Além disso, o CAPS tem se mostrado uma estratégia de substituição da internação hospitalar, devido à possibilidade dos atendimentos envolverem familiares a partir de uma prática profissional permeada pelo acolhimento e humanização¹⁸.

A partir da análise dos artigos incluídos nesta categoria acerca das políticas públicas, constata-se que compreendem a família em seus diversos arranjos como, por exemplo, a família homoafetiva, a família extensa e a família reconstruída, que fazem parte do cotidiano dos profissionais envolvidos nas políticas públicas. Como já apresentado, essas mudanças advêm das transformações da sociedade, tal como a progressiva urbanização e industrialização do país, que pressionaram o ingresso da mulher no mercado de trabalho, reorganizando os papéis e as responsabilidades de cada membro da família (Azevedo & Miranda, 2011).

Posto isto, enfatiza-se a necessidade de formação do(a) psicólogo(a) possibilitar ao profissional estar embasada em conceitos e instrumentos que o preparem para a prática no setor público. Segundo Azevedo e Miranda (2011), esse caminho refere-se à compreensão do papel ativo da família no serviço de saúde mental, bem como ao entendimento da mudança da relação entre profissional e usuário. Nesse sentido, o foco de trabalho não se encontra no atendimento individual, e sim no acompanhamento da coletividade em suas relações afetivas, sociais e familiares. Por isso, a formação do(a) psicólogo(a) necessita romper com o modelo clínico tradicional de atendimento e buscar novas formas e modalidades de trabalho.

¹⁸A Política Nacional de Humanização está vinculada à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, e é conhecida como “HumanizaSUS”. A política existe desde 2003, com o objetivo de efetivar os princípios e diretrizes do SUS, em suas práticas de atenção, políticas e programas, por meio do acolhimento, da gestão participativa e cogestão, ambiência, clínica ampliada e compartilhada, valorização do trabalhador e a defesa dos direitos dos usuários (Ministério da Saúde, s/d).

Defende-se que convocar a família para assumir a responsabilidade do cuidado do usuário conjuntamente com a equipe e oferecer espaços de participação exige mais do que um simples redirecionamento de práticas. Exige também comprometimento e responsabilidade pela construção de um cuidado que, obrigatoriamente, deve ser coletivo, na busca da promoção e manutenção da autonomia do usuário, reconquistando sua cidadania e seu espaço na sociedade (Azevedo & Miranda, p. 357).

Outro conceito importante nesta formação, segundo Gabardo, Junges e Selli (2009) é o de família saudável, que “se une por laços de afetividade exteriorizados por amor e carinho, tem liberdade de expor sentimentos e dúvidas, compartilha crenças, valores e conhecimentos” (p. 94). Esses autores defendem que a família saudável é aquela que se une em função da doença e mesmo sem condições materiais, encontram uma forma de enfrentar e superar o sofrimento.

Por outro lado, o oposto da família saudável são as famílias problemáticas, que não buscam se ajudar diante das dificuldades. Essas famílias são “caracterizadas pela diminuição ou ausência de reservas físicas, psíquicas, socioculturais e de ambiente físico, que impedem de equilibrar a sua vida diante de uma dificuldade” (Gabardo, Junges & Selli, 2009, p. 95). Diante dessas famílias, cabe aos profissionais engajados nos contextos de políticas públicas realizarem atividades de visitas, estudos e acompanhamentos.

Para que isso aconteça, faz-se necessário colocar em questão a formação destes profissionais. Segundo Meira e Nunes (2005), de forma hegemônica, a Psicologia ganha seu status na área da saúde mental pelo atendimento psicológico ou clínico, vinculado a uma práxis tradicional de atendimento individualista (Moreira, Romagnoli & Neves, 2007). Sendo assim, a formação do(a) psicólogo(a) necessita levar em consideração as novas demandas do indivíduo e da sociedade, a partir de uma abordagem teórica que supere o reducionismo da modalidade do trabalho do(a) psicólogo(a).

Portanto, nestes textos discutiram as contribuições da ciência psicológica para o trabalho junto à família, expressas no levantamento de artigos científicos publicados entre 2007 e 2016, pelo qual se constatou uma divisão na compreensão de família. Alguns artigos científicos mantêm uma visão mais tradicional que revela um reducionismo teórico, a partir de uma concepção universalizante, biologizante e patologizante acerca da família. Por outro lado, outros textos apresentam-se mais críticos, revelando o caráter dinâmico desse fenômeno, ou seja, que diante das transformações da sociedade a família não é estática e universal. Entretanto, acabam ainda ficando na aparência do fenômeno, desconsiderando suas múltiplas determinações que propiciam compreender sua essência.

1.2. Os estudos atuais sobre família que se pautam na Psicologia Histórico-Cultural

A Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada no marxismo, tem sua origem no contexto russo do começo do século XX, por meio dos estudos elaborados por Lev Semiónovitch Vigotski¹⁹ (1896-1934), Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexis Nicholaevich Leontiev (1903-1979). Essa perspectiva chegou ao Brasil associada ao campo educacional, surgindo a partir de uma crítica à Psicologia como uma ciência e profissão burguesa. Segundo Vigotski (1996b), a psicologia burguesa pautava-se em uma visão sobre o ser humano, permeada por determinações das classes dominantes, que desconsiderava o caráter social e histórico da constituição do psiquismo humano.

Posto isto, calcado na compreensão de que nenhum referencial teórico da Psicologia deva ser restrito a um contexto ou área de atuação, este subitem tem a proposta de apresentar como a Psicologia Histórico-Cultural está compreendendo o fenômeno da família, bem como está desenvolvendo suas atividades com esse grupo. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, sendo então analisados 04 (quatro) artigos científicos que discutem a respeito da família, a partir do referencial teórico da perspectiva Histórico-Cultural. Objetiva-se neste momento, verificar de que modo esta abordagem teórica vem sendo empregada para o estudo desta temática, em outras palavras, como vêm sendo apropriados os conceitos desta teoria na análise da família como objeto.

Tal como no primeiro levantamento bibliográfico, foi realizado a busca de artigos científicos, no 2º (segundo) semestre de 2017, no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca virtual da SciELO. Entretanto, diferentemente do primeiro, na busca nas bases de dados foram utilizados vários descritores que se referem às contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Isso se deve ao processo de tradução e apropriação de diversos autores e lugares da Psicologia, por exemplo, PUC e USP, das produções feitas por Vigotski, Luria e Leontiev, na Rússia (antiga URSS), e assim, surgindo diversas designações para essa teoria, tal como “sócio-histórica”, “histórico-cultural” e “sociocultural”. Tais termos têm sido empregados por autores brasileiros para designar o campo da psicologia inspirada na obra de Vigotski, Luria e Leontiev, e que reflete uma tradição marxista.

¹⁹ Esses autores desenvolveram essa teoria na Rússia no período pós-revolução socialista de 1917, e utilizaram os pressupostos da ciência materialista histórica e da filosofia materialista dialética de Karl Heinrich Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que considera o homem como produto e produtor de sua história (Facci, Barroco & Leonardo, 2010).

Para tanto, no levantamento foram utilizados os operadores booleanos²⁰, a fim incluir as diversas grafias do nome Vigotski e outros descritores, como “Psicologia Histórico-Cultural”, “Psicologia Sócio-Histórica”, “Materialismo Histórico-Dialético” e “Materialismo Histórico”, sendo todos eles combinados com a temática de família, por meio dos descritores “família” ou “famílias”, e também pareados com as expressões “atendimento”, “terapia” ou “intervenção”. Destaca-se que se optou, neste momento, em expandir as combinações dessa temática devido à baixa quantidade de artigos científicos que abordam o objeto em questão e se fundamentam nessa escola psicológica. De antemão, isso já se manifestou como um dado de discussão, à medida que os artigos da Psicologia Histórico-Cultural priorizam em suas discussões o contexto educacional.

Conforme a tabela abaixo, apresenta-se o processo de levantamento bibliográfico em cada base de dados (CAPES e SciELO), delimitando-se a utilização dos mesmos filtros de critérios de inclusão e exclusão do levantamento anterior.

Tabela 2 – Processo de levantamento de dados II

Crítérios de:		CAPES	SciELO
Descritores: “Família” e “Psicologia Histórico-Cultural”		4	42
Crítério de Inclusão	Tipo de Recursos: Artigos	0	0
	Periódicos Revisados por Pares	0	0
	Idioma: Espanhol; Português	0	-6
	Data de Publicação: 2007 a 2016	-1	-8
Total parcial de textos para análise		3	28
Crítérios de Exclusão	Textos repetidos	-1	-10
	Textos em inglês	0	0
	Textos que a temática de família não é central	-2	-15
Total final de textos para análise		0	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir do exposto na tabela anterior, foram encontrados inicialmente 46 (quarenta e seis) artigos, e a partir da utilização dos critérios de inclusão (tipo de recursos, periódicos revisados por pares, idioma e data de publicação) obteve-se o total de 31 (trinta e um) textos. Em seguida, foi

²⁰ Os operadores booleanos são palavras – em seu formato original são “and”, “or”, “and not” – que tem o objetivo de definir para um sistema de busca como deve ser feita a combinação entre os termos ou expressões de uma pesquisa para restringir ou ampliar a pesquisa, a fim de obter resultados mais precisos sobre determinada temática.

realizada a leitura sistematizada dos resumos, objetivando delimitar os critérios de exclusão. Sendo assim, os critérios de exclusão estabelecidos foram: a) as publicações repetidas foram contabilizadas apenas uma vez, logo foram excluídos 11 (onze) textos; b) não houve publicações que foram escritas na língua inglesa que acabaram passando pelo sistema do Portal da CAPES ou da SciELO; c) publicações que não se referiam à temática do trabalho desenvolvido com famílias, foram excluídas, sendo estas 17 (dezesete) textos.

Ao final, foram encontrados 3 (três) artigos científicos para análise, conforme tabela abaixo, cujo quadro (no apêndice B) buscou apresentar os aspectos alusivos aos conteúdos da temática da família analisados a partir da perspectiva Histórico-Cultural, bem como a aplicação dos principais conceitos deste referencial teórico.

Entretanto, destaca-se que no item anterior, acerca do levantamento bibliográfico da “família” e da “psicologia” foi encontrado 01 (um) artigo científico, cuja fundamentação teórica encontra-se vinculada à Psicologia Histórico-Cultural. Desse modo, este texto foi remanejado para este item, a fim de que estivesse incluído na sistematização desse levantamento, pois nesse momento será discutido sobre as contribuições dessa perspectiva para a realização do trabalho profissional do(a) psicólogo(a) com famílias.

Portanto, serão analisados ao todo 4 (quatro) textos neste levantamento, com base na leitura do resumo dos artigos e, posteriormente, na leitura dos textos completos. Por fim, foi realizada a conferência das referências bibliográficas dos autores, objetivando entender ao máximo a proposta teórica e metodológica de cada artigo.

Destarte, em seguida, foi sistematizado o quadro com os seguintes itens: o nome dos autores e ano de publicação do texto; o objetivo do artigo; a metodologia utilizada no texto, de modo a compreender a modalidade da pesquisa, bem como os conceitos utilizados da perspectiva Histórico-Cultural; a compreensão a respeito do fenômeno da família, e as contribuições para o trabalho do(a) psicólogo(a) fundamentadas neste referencial teórico.

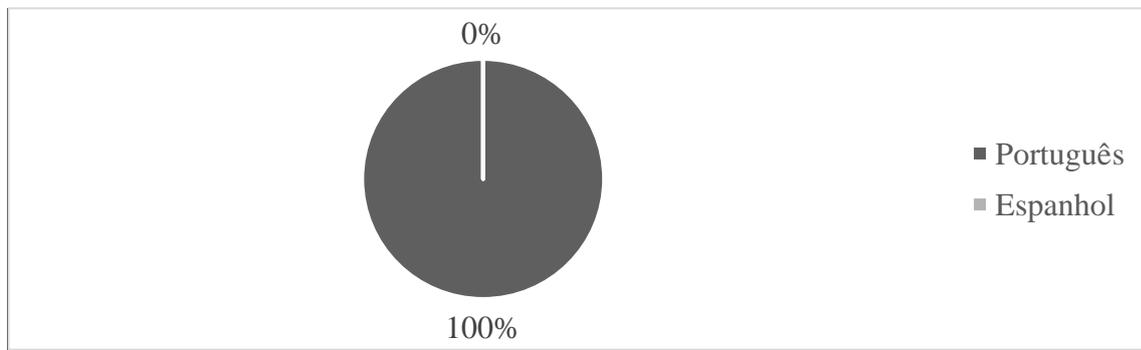
Por fim, discutem-se qualitativamente as contribuições desses artigos a respeito do conteúdo científico que explana a temática de família a partir da Psicologia Histórico-Cultural, etapa que resultou em 3 (três) categorias de análise: “Conceitos da perspectiva Histórico-Cultural”; “Intervenções no contexto das políticas públicas”; e “O atendimento de família em situação de sofrimento”.

1.2.1. Análise quantitativa dos artigos científicos

Na análise quantitativa dos conteúdos sobre família destaca-se que não se esgota o campo de discussão e aprofundamento da análise para o contexto da Psicologia em suas diversas áreas e possibilidades de atuação. Optou-se por essa disposição, por meio de gráficos, com a finalidade de avançar paulatinamente a discussão da aparência do fenômeno rumo à essência das contribuições para a intervenção do(a) psicólogo(a) junto à família.

Na sequência, encontra-se o gráfico 07, que apresenta a relação de artigos por idioma. Sendo assim, disserta-se acerca das particularidades existentes em cada idioma e suas implicações na construção dos textos.

Gráfico 7 – Relação de artigos por idioma



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No gráfico acima, encontra-se a relação de artigos por idioma, sendo que 100% (n=4) dos textos foram escritos no idioma português. Nota-se que os textos foram publicados em revistas produzidas no território brasileiro, especificamente na região sudeste, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Destaca-se que, principalmente em São Paulo, encontram-se os grandes centros urbanos e acadêmicos, por exemplo, a USP, nacional e internacionalmente conhecida.

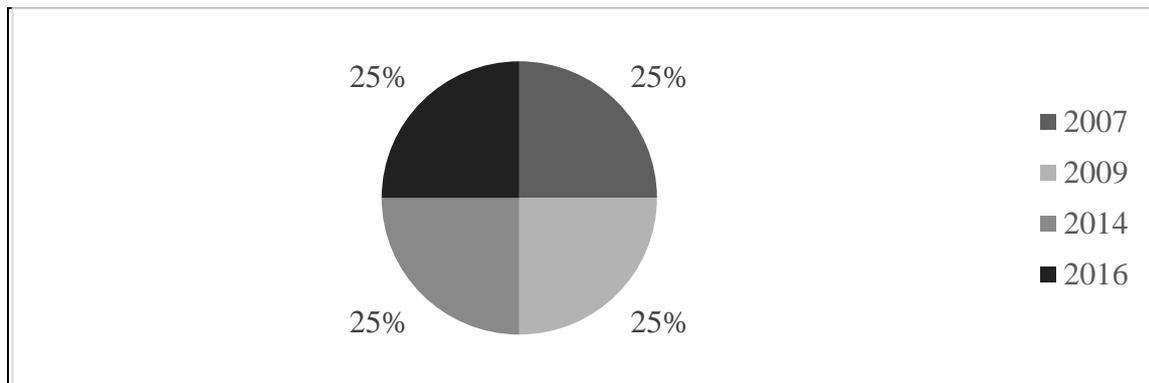
Coloca-se em questão que estes textos escritos em língua portuguesa em sua centralidade expressam o contexto prático do(a) psicólogo(a), a partir da intervenção diante das demandas da práxis profissional. Acerca da inexistência de textos produzidos na língua espanhola cogita-se a hipótese da incompatibilidade das expressões que foram utilizadas no levantamento com o contexto espanhol, ou dessa temática, semelhante ao contexto brasileiro, não possuir produções científicas nos países de língua espanhola.

Compreende-se que este baixo número de textos se deve à origem russa dessa teoria e sua vinculação inicial no contexto brasileiro com o campo educacional. Constatam-se pouquíssimos textos dessa abordagem teórica que fundamentam o trabalho do(a) psicólogo(a) no contexto clínico e, especificamente, no atendimento de família ainda não há nenhum material. Desse modo, os poucos textos encontrados cuja centralidade abrange a temática de família foram escritos na língua

portuguesa. Entretanto, diferentemente do primeiro levantamento, estes não tratam do atendimento de família, mas de outras possibilidades de intervenção do(a) psicólogo(a) com as famílias.

O gráfico abaixo apresenta o ano de publicação dos artigos. Observa-se que no período de 2007 a 2016 as produções científicas concernentes à articulação entre os descritores “perspectiva Histórico-Cultural” e “família”, diferentemente da outra análise, foram publicadas nos anos de 2007, 2009, 2014 e 2016.

Gráfico 8 – Relação de artigos por ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Pontua-se que nesses 4 (quatro) textos obteve-se, proporcionalmente, o mesmo índice, equivalente a 25% (n=1) acerca das publicações dos artigos científicos. No ano de 2007, o presidente da República Federativa do Brasil dispõe sobre o Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal. Conforme o Decreto nº. 6. 135, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda (Brasil, 2007). Percebe-se que a proposta do Governo Federal de facilitar o acesso à renda a todas as famílias brasileiras, por meio de um Cadastro Único, com aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, devido às desigualdades produzidas nesta sociedade de classes.

Como já tratado anteriormente, percebe-se que a temática de família teve seu apogeu em 2009, além das propostas legislativas, mas também devido aos reflexos da criação dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) em 2008. Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), esses núcleos visam apoiar a inserção do Programa Saúde da Família (PSF) – o que posteriormente foi reconhecido e implementado como da Estratégia Saúde da Família (ESF) – na rede de serviços e ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção primária, bem como sua resolutividade, além dos processos de territorialização e regionalização.

Em 2014, há alteração no ECA com vistas a interferir nas normas e regras que ocorrem dentro das fronteiras da família. A Lei nº. 13.010 estabelece o direito da criança e do(a) adolescente

de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, seja pela família de origem, ou pelos integrantes da família extensa ou ampliada.

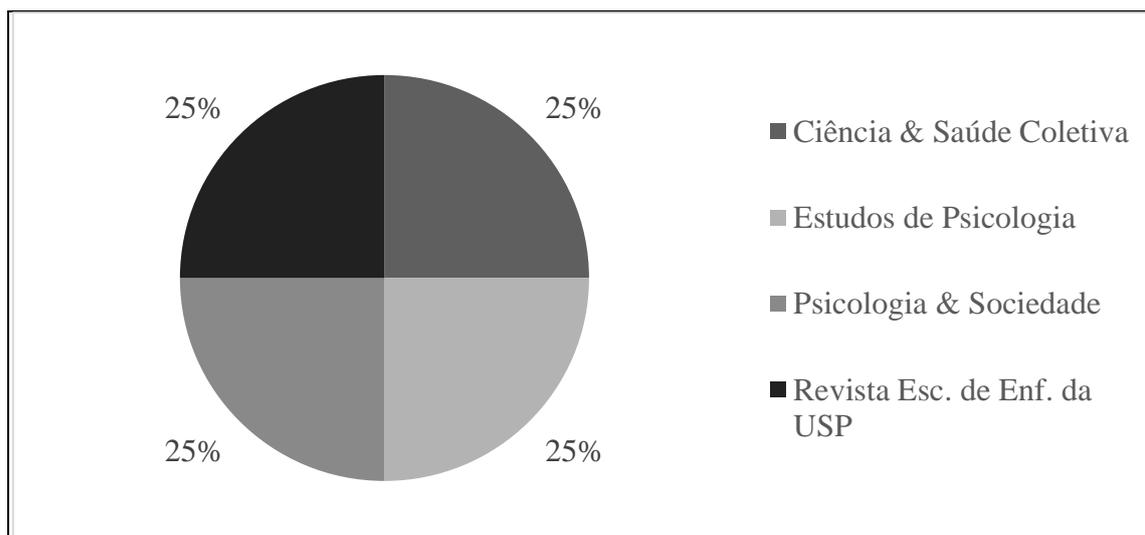
Destaca-se que essa preocupação em colocar limites para a educação disciplinar dos pais visa garantir o melhor interesse da criança e/ou adolescente. Entretanto, nesse caso, o Estado de Direito acaba interferindo nas relações e nas rotinas familiares, bem como na autoridade paternal e nos princípios familiares, a fim proteger a criança e/ou o(a) adolescente. Desse modo, o Estado reconhece este indivíduo em especial enquanto detentor de direitos, que precisam ser preservados e respeitados pela sociedade.

Por fim, no ano de 2016, a Lei nº. 13.257 estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implantação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida, visando garantir seu desenvolvimento integral. Essa lei preconiza que sejam realizadas ações voltadas para a saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família da criança, a cultura, o brincar, o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista e a prevenção de acidentes.

Constata-se que essa preocupação tão intensa com a primeira infância sofre influência das contribuições da Psicanálise e outros constructos teóricos que defendem que a constituição do psiquismo acontece na primeira infância, determinando o caráter e a personalidade das pessoas. Entretanto, segundo Pasqualini (2013), o desenvolvimento do psiquismo não acontece unilateralmente na primeira infância, mas no decorrer da história humana, tendo em vista que o ser humano é um ser ativo e histórico, ou seja, que transforma e se altera diante das condições sociais.

Na sequência, o gráfico 09 demonstra a relação de artigos publicados por periódicos científicos.

Gráfico 9 – Relação de artigos por periódico



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Acerca do gráfico acima, demonstra-se que as quatro revistas encontradas no levantamento bibliográfico apresentam o índice de 25% (n=1) de artigos cada. O periódico *Ciência & Saúde Coletiva* foi criado no final de 1996 com a finalidade de ser um espaço científico para discussões, debates, apresentação de pesquisas, exposição de novas ideias e de controvérsias sobre a área. Essa revista é editada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), e vem cumprindo os requisitos de periodicidade e de normalização para a publicação científica seguindo as regras da Convenção de Vancouver.

Destaca-se que a ABRASCO em seu escopo e publicações se apresenta como revista crítica sobre o processo saúde-doença-cuidado e não se restringe a publicações na área das ciências naturais. Percebe-se que seus requisitos de validação para publicação conforme a Convenção de Vancouver, são habitualmente utilizadas pelas áreas de Medicina e Saúde Pública. Em síntese, esta revista é fomentadora e defensora das políticas públicas de saúde, e conseqüentemente do SUS. O artigo publicado é oriundo de uma pesquisa que aborda a vivência dos profissionais da saúde que trabalham na ESF.

Em seguida, a revista trimestral *Estudos de Psicologia* é derivada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e fundada em 1983. A finalidade desta revista é divulgar conhecimento científico e técnico na área de Psicologia, focando em pesquisas que apresentem contribuições relevantes para a prática profissional do(a) psicólogo(a).

De igual modo, a *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, ainda que não esteja diretamente envolvida com a área da Psicologia, tem como objetivo publicar artigos empíricos ou

teóricos que representem avanço significativo para a prática profissional ou para os fundamentos da Enfermagem e da Saúde.

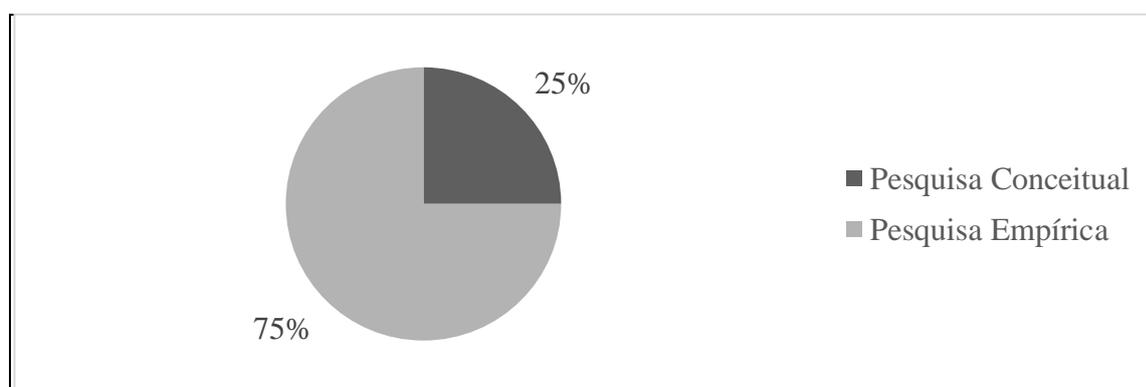
Destaca-se que essas duas revistas apresentam um forte apelo pelo aspecto prático²¹ da profissão do(a) psicólogo(a). A partir disso, no primeiro periódico foi discutido sobre as possibilidades de intervenção diante do contexto de sofrimento psicológico que a mãe enfrenta, sendo este derivado da situação de abuso sexual intrafamiliar. Por outro lado, no segundo artigo foi argumentado sobre a suspeita de mães que negligenciam os cuidados de saúde aos filhos em idade escolar.

Por fim, acrescenta-se que o periódico *Psicologia & Sociedade* é uma revista quadrimestral, fundada em 1986, vinculada à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). O objetivo da revista é apresentar pesquisas que tenham interface entre Psicologia e sociedade, a fim de adotar uma postura voltada para a Psicologia Social cujo embasamento parte de um viés crítico, transformador e interdisciplinar, aproximando-se da proposta da Psicologia Histórico-Cultural.

Diferente dos demais periódicos que não apresentam sua vinculação direta com a Psicologia Histórico-Cultural, aparentemente a revista *Psicologia & Sociedade* manifesta de fato uma aproximação com esta perspectiva teórica. Entretanto, a descrição dos seus objetivos apenas expressa um embasamento crítico acerca dos fenômenos, ainda que não faça menção à sociedade de classes. Destaca-se que a apropriação correta dos conceitos dessa perspectiva será analisada posteriormente, a fim de concluir sobre essa aproximação com a Psicologia Histórico-Cultural. No levantamento bibliográfico, esse artigo discute sobre os impasses que permeiam a situação de acolhimento institucional e suas implicações para o direito à convivência familiar.

A seguir, o gráfico 10 demonstra a relação de artigos por tipo de pesquisa utilizado na metodologia de cada trabalho científico.

Gráfico 10 – Relação de artigos por tipo de pesquisa



²¹ Acerca disso, Vigotski (1996) defende que no princípio da prática encontra-se o significado completo da crise da Psicologia, pois a prática reestrutura toda a metodologia da ciência.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Conforme gráfico acima, semelhante à análise anterior dos artigos de Psicologia que focalizam a temática de família, os textos encontram-se divididos em 2 (dois) tipos de pesquisa: empírica (75%) e conceitual (25%). A sistematização desses artigos científicos foi realizada por meio da leitura integral dos textos, observando o aspecto metodológico. Coloca-se, assim, em discussão quais foram os critérios utilizados pelos autores para a definição e a construção de suas pesquisas científicas.

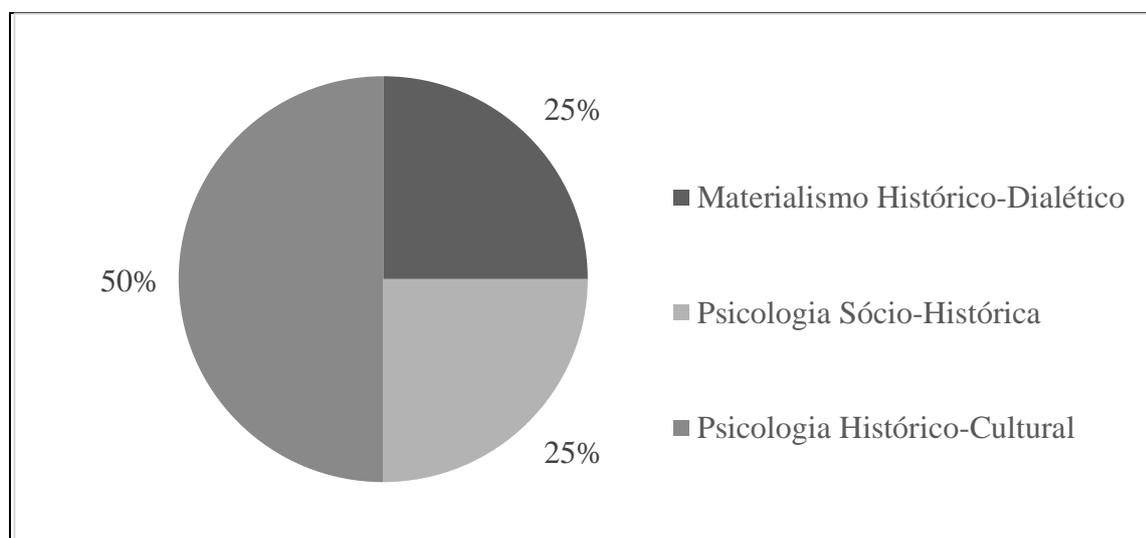
A pesquisa empírica ou pesquisa de campo significa que o levantamento de dados foi obtido por meio da experiência e/ou da vivência do pesquisador (Gil, 2007). Este tipo de metodologia revela a predominância do aspecto prático, que é tão importante e essencial para a perspectiva Histórico-Cultural. Esses três artigos oriundos de pesquisas fundamentadas nessa modalidade centram as análises a partir do instrumento técnico denominado entrevista. No texto que discute sobre as Equipes da Saúde da Família, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os seguintes itens: 1) histórico profissional; 2) inserção na equipe da ESF; 3) capacitações e formações realizadas; 4) percepção sobre as pessoas com transtorno mental e/ou em sofrimento psíquico; 5) encaminhamentos realizados com os usuários.

Já no texto cuja temática refere-se ao abuso sexual intrafamiliar, foi realizada uma pesquisa aplicada do tipo exploratória e de cunho qualitativo, por meio de entrevista semiestruturada com as mães que tiveram suas filhas atendidas no CREAS, por motivos de violação de direitos devido ao abuso sexual intrafamiliar.

O último artigo trata das suspeitas quanto aos cuidados das mães com filhos(as) em idade escolar. Nessa pesquisa foi realizada a observação sistematizada da atenção à saúde da criança no contexto escolar e a entrevista com os profissionais da saúde, professores e mães envolvidas.

Na relação de artigos científicos por abordagem teórica, no gráfico 11, devido à metodologia do levantamento ser focado nos termos que se referem à Psicologia Histórico-Cultural, constatou-se a utilização das expressões: “Materialismo Histórico e Dialético”, “Psicologia Sócio-Histórica”, “Psicologia Histórico-Cultural” e “Teoria Histórico-Cultural”, enquanto sinônimos dessa mesma abordagem teórica. As proporções dessas expressões se encontram discriminadas abaixo.

Gráfico 11 – Relação de artigos por abordagem teórica



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Conforme gráfico acima, apresenta-se a frequência de 50% (n=2) na expressão “Psicologia Histórico-Cultural” como abordagem teórica, e nos demais 25% (n=1) em cada expressão, para “Materialismo Histórico-Dialético” e “Psicologia Sócio-Histórica”, respectivamente. Desse modo, propõe-se neste momento apresentar uma análise geral de quais conceitos e categorias foram inseridas na discussão de cada artigo. Na sequência, na seção da análise qualitativa, objetiva-se dissertar sobre a apropriação destes conceitos e categorias da perspectiva Histórico-Cultural. De maneira geral, percebeu-se que os pesquisadores retomam os autores clássicos que embasam essa abordagem, tal como Vigotski, Leontiev, entretanto não são todos os textos que apresentam um aprofundamento teórico.

Nos dois artigos que utilizam a expressão “Psicologia Histórico-Cultural”, observa-se no primeiro, cuja temática envolve os cuidados dos profissionais na ESF, um aprofundamento substancial com a proposta teórica. Neste texto, os autores expressam seus fundamentos no materialismo histórico dialético, e o seu interesse em avançar na investigação para além da aparência do fenômeno. Ainda neste texto, discute-se sobre o processo de formação do psiquismo, a partir da relação do ser humano com a natureza, por meio do trabalho (atividade fundante do ser social), da intencionalidade e do uso de ferramentas e signos²². Além disso, apresenta as definições dos conceitos de atividade, signos, consciência e linguagem e, ao final do texto, os autores colocam em discussão a influência da sociedade de classes.

²² Essas categorias serão discutidas posteriormente no Capítulo 3 – “O atendimento de família a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural”

Diferentemente deste texto, no qual há uma forte fundamentação a partir dos autores clássicos dessa perspectiva, no outro artigo que referencia a Psicologia Histórico-Cultural, cuja temática circunda o aspecto do abuso sexual intrafamiliar, constata-se a utilização de autores clássicos, todavia, em grande parte, recorre às contribuições de autores contemporâneos vinculados a essa perspectiva teórico-metodológica. Neste artigo é apenas realizada a definição dos conceitos de consciência e subjetividade, bem como suas implicações para o desenvolvimento da temática da pesquisa.

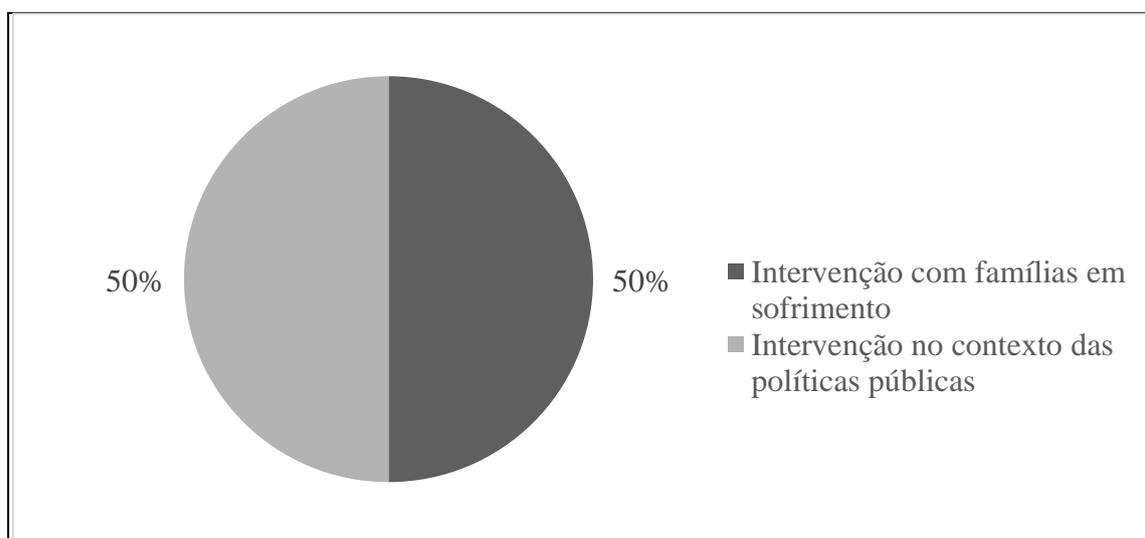
Por fim, os outros dois textos que utilizam as expressões “Psicologia Sócio-Histórica” e “Materialismo Histórico-Dialético” enquanto referencial, manifestam o distanciamento com os fundamentos teórico-metodológicos, bem como com a utilização dos autores clássicos. Destaca-se que não há problema em recorrer a contribuições de autores contemporâneos, se estes autores abordam os conceitos sem distorcê-los dos princípios teóricos filosóficos do marxismo.

No primeiro texto, cuja temática refere-se ao acolhimento institucional com fundamentação na Psicologia Sócio-Histórica, percebe-se no nível do discurso o interesse em vincular-se ao método marxista. Entretanto, o artigo recorre aos textos contemporâneos para desenvolver sua crítica. O texto apresenta o processo investigativo ancorado no marxismo, assim, durante todo corpo do texto desenvolve uma recapitulação histórica da família e suas relações com o acolhimento institucional.

Diferentemente, o segundo texto em nenhum momento cita algum estudo ou autor clássico que são relevantes para essa perspectiva. A proposta do artigo é discutir as suspeitas do cuidado de mães, realizando uma retomada histórica e demarcando a influência do capitalismo. Além disso, os autores apresentam uma crítica ao viés biologista que vem ganhando espaço no âmbito da saúde e da escola. E ao final, o texto demonstra a necessidade de superação das contradições existentes na sociedade, e do binômio cuidar-educar.

Por fim, no gráfico 12 encontram-se organizados os artigos encontrados que versam sobre as temáticas de “família” e “psicologia”, e cuja centralidade está no objeto família.

Gráfico 12 – Relação de artigos sobre as temáticas de "família" e "psicologia"



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Destaca-se que as temáticas desses 4 (quatro) artigos científicos serão transformados na próxima seção em 2 (duas) categorias de análise, que serão apresentadas de maneira mais detalhada e aprofundada. Evidencia-se que além dessas duas categorias será acrescentada mais uma categoria com a finalidade de discutir mais detidamente como vêm sendo utilizados os conceitos da perspectiva Histórico-Cultural na discussão sobre a família, a fim de mostrar os avanços e os retrocessos da apropriação dos conceitos para sua aplicação no trabalho do(a) psicólogo(a) nesse âmbito.

A primeira categoria expressa artigos que apresentam a discussão do sofrimento psicológico no contexto familiar, sendo um acerca do abuso intrafamiliar sexual. Já o outro se refere ao adoecimento físico no contexto escolar. A segunda categoria se refere à intervenção no contexto das políticas públicas, sendo que um artigo explora o campo da saúde pela ESF, já o outro o da assistência social, com o acolhimento institucional.

Em síntese, a análise quantitativa desses textos que fizeram parte desse levantamento bibliográfico revelou o caráter crítico dos artigos científicos. Destaca-se que esses textos são associados a IES que ainda manifestam no projeto político-pedagógico uma discussão crítica acerca da realidade e dos fenômenos, sendo vinculados à perspectiva Histórico-Cultural. De maneira geral, esses artigos foram publicados nos anos de 2007, 2009, 2014 e 2016, constata-se também a influência do contexto legislativo e do desenvolvimento dos programas e projetos públicos.

Os artigos foram escritos em território brasileiro, na língua portuguesa, sendo metodologicamente percebido que, na sua maioria, os autores revelam a utilização da modalidade de pesquisa do tipo empírica. Referente à temática, os artigos encontram-se voltados ao desenvolvimento do contexto prático do trabalho profissional do(a) psicólogo(a). De um lado, os textos manifestam a necessidade de o(a) psicólogo(a) ter conhecimento para auxiliar a família na superação de suas dificuldades e sofrimento. De outro, a necessidade do aperfeiçoamento profissional para a realização da intervenção do(a) psicólogo(a) no contexto das políticas públicas. No subitem a seguir, emprega-se a análise dos aspectos qualitativos dos artigos levantados.

2.2.2. Análise qualitativa dos artigos científicos

A partir da análise dos dados do gráfico 12, somado com a discussão sobre os conceitos da Psicologia Histórico-Cultural foi realizada a sistematização dos artigos em categorias, por meio da compreensão do objetivo desta pesquisa. Acerca disso, as respectivas categorias de análise que serão discutidas na sequência são: a) *(Des)apropriação dos conceitos da perspectiva histórico-cultural*; b) *A intervenção do(a) psicólogo(a) com famílias que enfrentam o sofrimento físico e/ou psicológico*; c) *O trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias no contexto das políticas públicas*. Discute-se que tal sequência foi eleita a fim de melhor organizar para o(a) leitor(a) os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural. Após isso, será realizada uma discussão sobre as possibilidades e contribuições para o trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias em sofrimento e vinculadas às políticas públicas.

(Des)apropriação dos conceitos da perspectiva histórico-cultural

Segundo Tuleski (2008), a Psicologia Histórico-Cultural foi produzida no contexto da Rússia pós-revolucionária²³ e manteve-se “distante” do mundo ocidental capitalista. Para a autora, esse contexto sócio-histórico é suficiente para mostrar o desafio em traduzir os textos produzidos neste momento para a realidade brasileira, por exemplo. Entretanto, se não bastasse isso, foi realizada uma seleção de textos e ideias de Vigotski, e aos conceitos mais relevantes foi realizada uma atualização, ou seja, uma apropriação parcial de sua teoria por parte dos primeiros estudos brasileiros. Segundo Tuleski (2008), esse fato concentra-se, especialmente, na tradução norte-

²³ A Rússia era um país de economia atrasada e dependente da agricultura e em outubro de 1917 passa por um período de conflitos que derrubou a monarquia russa, e que levou ao poder o partido dos Bolcheviques sob a liderança de Lênin, que implantou o socialismo no país. Inicia-se um longo período de guerra civil, desapropriação das terras, organização das fazendas e indústrias cooperativas. (Netto, 2006).

americana em que foram retirados trechos repetitivos e discussões entendidas como polêmicas para facilitar o acesso e a compreensão dos(as) leitores(as). Para a autora, essa “seleção”, seguida pela “limpeza” marxista da obra visava à realização de simplificações e abstrações dos conceitos elaborados pelos autores russos.

Tendo esses aspectos delineados, e conforme quadro a seguir, objetiva-se nesta categoria elucidar sobre como tem sido a apropriação dos conceitos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural expressa nos artigos científicos.

Quadro 8 – Relação de artigos para análise apropriação de conceitos

Nº	Referência
01	Lima, J. A.; Alberto, M. de F. P. (2016). Urgências psicológicas no cuidado às mães em caso de abuso sexual intrafamiliar. <i>Estudos de Psicologia</i> , 21 (3), 337-347.
02	Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 26, (spe 2), 28-37.
03	Olivi, M. de L.; Fonseca, R. M. G. S. da. (2007). A mãe sob suspeita: falando da saúde da criança em idade escolar. <i>Revista da Escola de Enfermagem da USP</i> , 41 (2), 213-221.
04	Vecchia, M. D.; Martins, S. T. F. (2009). Concepções dos cuidados em saúde mental por uma equipe de saúde da família, em perspectiva histórico-cultural. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , Rio de Janeiro, 14 (1), 183-193.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Nesta categoria será discutido o processo metodológico de investigação dos fenômenos, bem como os fundamentos do materialismo histórico dialético. Além disso, será dissertado sobre as definições dos conceitos que envolvem a compreensão da constituição do psiquismo, tal como ser humano, subjetividade e consciência. E, por fim, acerca das definições que envolvem a linguagem e o pensamento, por meio dos conceitos de signo, sentido e significado. Ainda, serão tecidas duras críticas defendidas por essa perspectiva contra a tendência biologizante e o binômio cuidar-educar que perpassam as discussões atuais sobre a família.

Segundo Vecchia e Martins (2009), o processo investigativo acontece pelo ponto de partida da aparência – das manifestações externas do fenômeno, bem como suas relações e nexos dinâmico-causais – até alcançar o ponto de chegada, a essência do fenômeno, isto é, a síntese das múltiplas determinações que o envolvem. Nesse mesmo sentido, para Moreira (2014), o processo

investigativo que segue tal caminho está ancorado no método materialista histórico-dialético, pois esse processo acontece pela compreensão das transformações históricas e pela utilização do método dialético.

Defende-se que apenas esses dois textos (Vecchia & Martins, 2009; Moreira, 2014) apresentam-se, inicialmente, de fato vinculados aos pressupostos teórico-filosóficos da perspectiva Histórico-Cultural, pois sua compreensão do movimento de captação e reprodução do real alinha-se com a ontologia marxiana que se expressa na dialética universal-singular-particular. Sendo assim, questiona-se sobre o procedimento metodológico utilizado nos outros dois artigos, a fim de verificar se de fato estão vinculados a essa proposta teórica.

Em seguida, para os autores Olivi e Fonseca (2007), o materialismo histórico dialético é o processo histórico de transformação dos fenômenos, a partir do modo de produção existente na realidade e derivado do caráter dialético que visa à superação das contradições. Semelhantemente, para Vecchia e Martins (2009), a proposta do materialismo histórico dialético é de superação do materialismo vulgar e do idealismo²⁴, por meio do enfoque material, histórico e global do psiquismo (ou da subjetividade).

A partir desses aspectos, apresentam-se os conceitos da perspectiva Histórico-Cultural. Primeiramente, a respeito da categoria de ser humano, de acordo com Vecchia e Martins (2009), este é marcado pelas necessidades biológicas advindas de sua relação com a natureza. Entretanto, além disso, o ser humano é caracterizado pela sua atividade vital, o trabalho, pela intencionalidade, e pelo uso de ferramentas e signos. Segundo Lima e Alberto (2016), o ser humano apresenta uma subjetividade que é síntese dos processos de mudanças sócio-históricas. Para esses autores, essa subjetividade revela os motivos de cada pessoa em pensar ou agir de determinada maneira, por isso, refere-se às condições objetivas que constituem o sujeito.

Para compreender o ser humano em sua totalidade, isto é, como um ser histórico social, e compreendido em sua filogênese, sóciogênese e ontogênese, Vigotski, buscava a superação das relações capitalistas de produção. Essa superação seria possível com uma nova Psicologia, a qual teria uma perspectiva histórica ao tratar da relação entre ser humano e natureza, sendo o indivíduo produtor da realidade e, conseqüentemente de si mesmo. Logo, haveria a produção do novo homem e da sociedade comunista (Tuleski, 2008).

De acordo com Lima e Alberto (2016), a consciência individual constitui-se dialeticamente na relação com outro sujeito, processo pelo qual surge a autoconsciência que se revela como

²⁴ O materialismo vulgar e o idealismo são expressões do método científico tradicional e se referem à utilização de uma Abordagem Gnoseológica. Isto é, o sujeito é o polo regente do conhecimento, e há um falseamento da realidade (Tonet, 2013).

aspecto de introspecção e/ou percepção interna. Além disso, para esses autores, a consciência acontece pela experiência: a) histórica: as vivências obtidas durante a vida; b) social: as vivências tidas nas relações interpessoais; c) as vivências que estão no campo do pensamento, isto é, no planejamento para o futuro (Lima & Alberto, 2016). Já Vecchia e Martins (2009) conceituam a consciência como reflexo subjetivo da realidade objetiva, a qual em síntese refere-se à percepção dos movimentos humanos.

Posto isto, outro aspecto importante para a perspectiva histórico-cultural é a relação dialética entre linguagem e pensamento. Acerca disso, Vecchia e Martins (2009) discutem que a linguagem é o meio de comunicação do ser humano, e se encontra carregada de valores socialmente criados pela sociedade. Segundo Moreira (2014), esses significados são definidos coletivamente e tornam-se institucionalizados, pois são produções históricas, tais como a cultura, valores, crenças, ideias, pensamentos, etc. Ainda para Vecchia e Martins (2009), faz parte da linguagem a utilização de signos, que são sistemas linguísticos de representação, que podem ser utilizados como instrumentos psicológicos (signos são instrumentos psicológicos), cujos significados representam a realidade, por meio da linguagem.

Por fim, após a exposição das categorias basilares da Psicologia Histórico-Cultural, Olivi e Fonseca (2007) tecem duras críticas ao fenômeno da biologização que vem ganhando espaço no contexto escolar, sendo necessária a superação do binômio cuidar-educar. Além disso, Vecchia e Martins (2009) defendem que a superação ocorrerá por meio da derrota do sistema capitalista e a organização de uma sociedade sem classes.

Segundo Vigotski e Luria (1996), a superação desse viés biologizante, que sofre influência da Teoria Evolucionista proposta por Charles Robert Darwin (1809-1882), acontece pela compreensão da complexa evolução da natureza social do ser humano. Para esses autores, conforme diagrama abaixo, o desenvolvimento do psiquismo humano perpassa: a) Evolução Biológica: refere-se à passagem dos animais até o ser humano; b) Evolução Histórico-Cultural: trata-se da transformação do homem primitivo ao homem cultural moderno.

Acerca disso, Leontiev (1978) explana que o desenvolvimento do psiquismo passa pelo estágio de hominização, com a preparação das capacidades biológicas que vai do *macaco antropoide* até o *homo sapiens*, por meio da fabricação de instrumentos. Esse salto qualitativo acontece pela atividade humana fundamental, o trabalho, pela qual o ser humano cria objetos para satisfazer suas necessidades, transformando o conhecimento cristalizado em objetos e instrumentos para sua sobrevivência. Esse processo significa que por meio do trabalho, dialeticamente, o ser humano transforma a natureza, do mesmo modo que transforma a si mesmo.

Ainda para esse autor, o estágio posterior se refere ao processo de humanização, que acontece pelo salto qualitativo da apropriação do uso da linguagem do *homo sapiens* até a criança, no qual a apropriação do conhecimento e da realidade propicia que o sujeito aprenda a ser humano. Essa compreensão permite constatar que o ser humano desde seu nascimento possui as propriedades biológicas necessárias para seu desenvolvimento sócio-histórico. Em outras palavras, o sujeito não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade, mas é resultado do desenvolvimento das gerações humanas. Por isso, o desenvolvimento do ser humano, dos grupos e da família, está ligado ao desenvolvimento da cultura e da sociedade, superando a proposta biologizante e universalizante do indivíduo e da família.

Do exposto, portanto, conclui-se que apenas um artigo enquadra-se com rigor nos pressupostos da perspectiva Histórico-Cultural, pois no desenrolar do texto expressa sua vinculação com os conceitos e as categorias da ontologia marxiana. Entretanto, os outros textos acabam dissertando sobre suas respectivas temáticas, ficando na aparência do fenômeno, à medida que deixam de lado aspectos centrais como os fundamentos do materialismo histórico-dialético, a análise dialética do singular-particular-universal, a compreensão de homem como síntese de múltiplas determinações.

A intervenção do(a) psicólogo(a) com famílias em enfrentam o sofrimento físico e/ou psicológico

O sistema capitalista é permeado por valores contraditórios oriundos da divisão social do trabalho, que produzem sofrimento físico (no caso, o adoecimento), podendo até chegar no sofrimento psicológico, por exemplo, desenvolvimento de transtorno mental. Conforme quadro abaixo, esta categoria objetiva fomentar a discussão acerca da intervenção do(a) psicólogo(a) com famílias em situação de sofrimento físico e/ou psicológico. Em síntese, os 2 (dois) artigos científicos apresentam uma metodologia de cunho empírico, e encontram-se fundamentados na perspectiva Histórico-Cultural, como já tratado anteriormente.

Quadro 9 – Relação de artigos que discutem o sofrimento físico e/ou psicológico

Nº	Referência
----	------------

01	Lima, J. A.; Alberto, M. de F. P. (2016). Urgências psicológicas no cuidado às mães em caso de abuso sexual intrafamiliar. <i>Estudos de Psicologia</i> , 21 (3), 337-347.
02	Olivi, M. de L.; Fonseca, R. M. G. S. da. (2007). A mãe sob suspeita: falando da saúde da criança em idade escolar. <i>Revista da Escola de Enfermagem da USP</i> , 41 (2), 213-221.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Historicamente, segundo Olivi e Fonseca (2007), até o final da Idade Média, a criança era socializada pelos adultos em uma comunidade. Assim, a preocupação com a saúde da criança começou na Europa a partir do século XVIII, com o surgimento de um movimento de proteção à vida das crianças e dos adultos, levando a família a assumir o papel do cuidado da criança e do adolescente.

Esse contexto é marcado pela consolidação do capitalismo, e pela destruição das formas feudais de organização econômica. Sendo assim, devido à nova estrutura social e econômica, a família moderna, burguesa, se estrutura e conquista seu espaço na sociedade. Posteriormente, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, segundo Olivi e Fonseca (2007), as preocupações da sociedade eram com a civilidade, com a organização da família, com as leis, costumes, regras e convenções.

Essas mudanças na sociedade reverberaram na família, na qual a mulher/mãe passou a desempenhar funções de responsabilidade pelo cuidado da casa, do marido e dos filhos (Olivi & Fonseca, 2007). Quando a família não cumpre seu papel de fornecer cuidados com a saúde e alimentação, bem como o amparo afetivo, material e moral dos filhos(as), estes aspectos são convertidos em direitos das crianças e dos adolescentes, sendo aplicadas medidas de proteção. Sendo assim, percebe-se que a compreensão de família remonta às influências da sociedade de classes, a qual manifesta a primeira forma de divisão entre os sexos, ou melhor, entre o papel da mulher e do homem, e na sequência, da divisão de classes (explorados e exploradores).

Destaca-se que as implicações do capital, como a exploração e a precarização de condições de vida e trabalho, levam, muitas vezes, a família a negligenciar os cuidados básicos com os filhos. Desse modo, Olivi e Fonseca (2007), apresentam que a superação dessa realidade acontece pela compreensão do trabalho e das condições de vida das famílias. Por exemplo, esses autores argumentam que os chefes de família vendiam sua força de trabalho, logo essas famílias residiam em habitações com condições desprivilegiadas socialmente e com baixo poder aquisitivo.

Essas condições de vida permitem compreender como essas famílias vão se relacionar com o mundo a sua volta. Para essas famílias, a realidade objetiva é caracterizada unicamente pelo aspecto físico e/ou biológico, o que representa uma visão simplista e direta da realidade. Além disso, segundo Olivi e Fonseca (2007), essas concepções são vinculadas à ideologia da classe dominante, baseada em valores e princípios discriminatórios e preconceituosos.

Além do sofrimento derivados do aspecto físico, Lima e Alberto (2016) defendem que outra forma de sofrimento é quando acontece o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil. Para estes autores, trata-se de uma forma de violência que tem se tornado motivo central de preocupação da sociedade civil, dos governos e também das universidades.

Segundo Lima e Alberto (2016), diante deste cenário de vitimização de crianças e adolescentes por abuso sexual, os autores discutem que o combate à violência sexual acontece pelos serviços de assistência social, tal como CRAS e, sobretudo, na figura do CREAS²⁵ que trabalha diretamente com usuários que tiveram seus direitos violados.

Considerando a definição expressa na Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento. (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], 2011, p. 23)

Para esses autores, o caminho de superação desse sofrimento é por meio da tomada de consciência sobre o abuso, pela qual a vítima consegue atribuir novos sentidos às vivências dolorosas enfrentadas na infância e/ou na adolescência. Portanto, para Lima e Alberto (2016), os(as) psicólogos(as) têm sido convocados(as) para integrar as equipes da rede de proteção social e jurídica, o que acaba por reduzir a problemática das famílias à dimensão psicológica, o que exprime um viés psicologizante.

Outra possibilidade de atuação do(a) psicólogo(a) é a superação do ideal da família conjugal nuclear, considerando as diferentes combinações e configurações familiares. Assim seria possível romper com o entendimento da união conjugal como finalidade de transformação das condições financeiras, e sim, como entendimento da família como constituídas por laços de

²⁵ O CREAS se articula com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, bem como os Hospitais e Institutos Médicos Legais (IML) (Ministério da Saúde [MDS], 2008).

unidade e consanguinidade, sem interesses egoístas, marcas da sociedade capitalista (Lima & Alberto, 2016).

Por fim, para Olivi e Fonseca (2007), uma das formas de intervenção do(a) psicólogo(a) é desenvolver um atendimento que supere a concepção que se vincula à visão psicanalítica. Entretanto, as pesquisas pautadas na Psicologia Histórico-Cultural que abordam o atendimento psicológico são ainda escassas. Tem-se, por exemplo, pesquisas realizadas no contexto da saúde mental (Oliveira & Alves, 2015; Oliveira & Moura, 2016). Em síntese, essas pesquisas defendem a necessidade de ruptura com a psicologia tradicional que desenvolve uma prática biologizante, universalizante, patologizante e individualizante. A proposta é de um atendimento que rompa com o modelo biomédico, encontrando na relação horizontal com o paciente/usuário a possibilidade de uma prática ampliada diante dos determinantes socioeconômicos.

Portanto, as possibilidades de intervenção com famílias em sofrimento ganham maior espaço no contexto dos programas de políticas públicas, como será tratado na categoria seguinte. Diante disso, muitas das vezes, o(a) psicólogo(a) é convocado a desenvolver uma práxis profissional diferente do atendimento psicanalítico, cuja ênfase encontra-se no *setting* terapêutico, a partir dos conceitos: inconsciente, associação livre e desenvolvimento humano organizado pelas fases genitais da criança. A proposta encontra-se no trabalho articulado em uma rede ou por meio de equipe multi e interdisciplinar, cuja finalidade é ampliar as formas e as possibilidades de intervenção com o paciente/usuário que se encontra em sofrimento físico e/ou psicológico (Oliveira & Moura, 2016).

O trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias no contexto das políticas públicas

As políticas públicas no Brasil são desenvolvidas com a finalidade de permitir e propiciar à população o acesso aos programas e projetos do Governo Federal. Em suma, estes visam cumprir os direitos do cidadão conforme a Constituição Federal de 1988, no que se refere à moradia, lazer, educação, segurança, saúde, etc. Desse modo, o(a) psicólogo(a) é desafiado em integrar as políticas públicas, a fim de que no seu trabalho em rede e em equipe possa desenvolver uma prática que garanta a autonomia e os direitos dos usuários.

Conforme o quadro abaixo objetiva-se que nesta categoria sejam utilizados os artigos levantados para fomentar a discussão acerca dessa intervenção no contexto das políticas públicas. Esses 2 (dois) artigos científicos apresentam uma metodologia de cunho conceitual (artigo 01) e de cunho empírico (artigo 02). Ambos os textos se encontram fundamentados na perspectiva Histórico-Cultural, como já destacado anteriormente.

Quadro 10 – Relação de artigos que discutem sobre as políticas públicas

Nº	Referência
01	Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 26 (spe. 2), 28-37.
02	Vecchia, M. D.; Martins, S. T. F. (2009). Concepções dos cuidados em saúde mental por uma equipe de saúde da família, em perspectiva histórico-cultural. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , Rio de Janeiro, 14 (1), 183-193.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Historicamente, segundo Moreira (2014), houve uma mudança nas concepções de família, criança e adolescente, devido às constantes transformações da sociedade, principalmente no campo legislativo e das políticas públicas. Para esse autor, a família tem ocupado papel principal nos discursos e nas práticas de promoção em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Desse modo, revelam a necessidade e a importância do atendimento de família, inclusive no âmbito da Psicologia.

Destaca-se que a primeira contribuição para o trabalho profissional do(a) psicólogo(a) no contexto das políticas públicas é a superação do ideal de família nuclear. Moreira (2014) observa que o rompimento com o modelo tradicional de família possibilita aos profissionais uma valorização do ser humano, independentemente de sua configuração familiar, pois a tendência é colocar o modelo nuclear de família como o ideal a ser obtido pelos profissionais no seu trabalho com os membros.

Em seguida, este mesmo autor alude a respeito dos papéis da família, bem como dos direitos da criança e do adolescente.

A família é considerada pela Constituição Federal (1988) “a base da sociedade” (art. 226), competindo a ela “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (art. 227). O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.609, 1990) reafirma o papel da família, como elemento basilar para a promoção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, com o dever de prover-lhes as condições necessárias para o seu desenvolvimento saudável e para o exercício pleno de sua cidadania. (Moreira, 2014, p. 30).

Diante disso, percebe-se que o papel da família não está atrelado a um modelo familiar, e sim à realização das necessidades físicas e psicológicas dos filhos(as). O direito a convivência familiar e comunitária são recursos básicos que a criança e o adolescente têm para desempenhar com qualidade o seu desenvolvimento, sendo este possível de ser realizado na família de origem, na família extensa e até mesmo na família substituta (no caso de adoção).

Entretanto, diante da crise social e econômica, muitas vezes a família encontra-se numa situação de vulnerabilidade social, e acaba não conseguindo cumprir com qualidade seu dever, e assim suprir as condições básicas e necessárias para a sobrevivência (Moreira, 2014). Este contexto não se refere à família burguesa ou a classe exploradora, mas à família proletária que, ao vender sua força de trabalho, muitas vezes encontra-se distante, não só do espaço físico do lar, mas da possibilidade de cumprir seu papel de socialização e de transmissão de valores.

Em seguida, segundo Vecchia e Martins (2009), a equipe da ESF atua frente a questões como dependência química, depressão e violência doméstica. Para estes autores, as contribuições para o trabalho do(a) psicólogo(a) são de superar a proposta do atendimento clínico, por meio da necessidade de utilização de outros recursos, tais como atividades em grupo, estratégias de educação em saúde, visitas domiciliares, etc., por meio do cuidado integral à saúde.

Desse modo, as políticas públicas e os programas sociais integrantes têm colocado a família como agente imprescindível para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Segundo Vecchia e Martins (2009), o trabalho do(a) psicólogo(a) neste contexto é desempenhar o acompanhamento constante, o uso da conversa como recurso terapêutico e a importância do acolhimento das pessoas que se encontram em sofrimento psíquico.

A partir do exposto acerca do conteúdo dos artigos, conclui-se que estes não apresentam conceitos vinculados à Psicologia Histórico-Cultural, exceto o texto cuja temática refere-se aos cuidados desenvolvidos pela equipe da ESF. Os conceitos desta abordagem envolvem a proposta da dialética do singular-particular-universal, por meio dos fundamentos no materialismo histórico dialético, do processo metodológico investigativo e da compreensão de homem como síntese de múltiplas determinações. Sendo assim, os demais textos necessitam avançar quanto ao compromisso teórico-metodológico com o referencial teórico que estão se propondo a apresentar.

Na sequência, as contribuições para atuação do(a) psicólogo(a) com famílias encontram-se na problematização da proposta de atendimento psicológico. Em outras palavras, faz-se necessário uma reflexão sobre as propostas tradicionais de atendimento, que ainda se mantêm vinculadas ao modelo biomédico. A partir da perspectiva Histórico-Cultural, defende-se o desenvolvimento de uma clínica ampliada, isto é, um atendimento que possibilite o cuidado psicossocial de forma integral, por meio do trabalho em rede e em equipe multi e interdisciplinar. Além disso, nessa

perspectiva, a consciência é colocada como conceito chave para o trabalho do(a) psicólogo(a), por meio da qual propõe diminuir a alienação derivada do modo de produção capitalista. Para tanto, no atendimento com famílias, o(a) psicólogo(a) é convidado(a) a trazer à consciência dos indivíduos as consequências e os impasses dessa sociedade capitalista que se encontra em luta de classes permanente, ora mais explícita, ora menos explícita.

Por último, os textos contribuíram para a discussão da prática ampliada, para além do contexto clínico e de saúde, pela qual o(a) psicólogo(a) pode desenvolver seu trabalho com a família em outros contextos. Dessa forma, uma das possibilidades de intervenção desse profissional é nas políticas públicas, campo que propicia a realização das contribuições discutidas anteriormente. Além disso, a postura desse profissional é de acolhimento e acompanhamento constante do sofrimento psíquico das pessoas derivado dessa sociedade, a partir deste embasamento teórico-metodológico.

Posto isto, por meio da compreensão de que a família não é estática, e que a perspectiva Histórico-Cultural diverge das outras propostas psicológicas, na sequência, será discutido acerca da constituição da família, a partir do materialismo histórico dialético. Entende-se que a apropriação destes conceitos é fundamental para a atuação do(a) psicólogo(a), à medida que tal fundamento rompe com o modelo ideal de família proposto pela sociedade de classes.

2. A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

A família se transforma durante o tempo e espaço, e em cada período histórico encontra-se um modelo ideal de família. O advento do sistema capitalista e as transformações decorrentes das relações de produção propiciaram no século XX uma mudança no cenário familiar. Assim, na atualidade, este modelo denominado de “família nuclear”, resumidamente, caracteriza-se pela origem no casamento (civil e/ou religioso) e é constituída pelos seguintes membros: marido, esposa e filhos (Oliveira, 2009). A relação destes membros acontece unida por laços legais, com direitos e obrigações econômicas, sexuais e religiosas (Lévi-Strauss, 1982). Este modelo, por meio do trabalho, é marcado pela cooperação econômica entre seus membros, de modo a garantir a sobrevivência da espécie, no caso, o núcleo familiar (Durhan, 1980).

Observa-se que estas mudanças sociais e históricas trouxeram implicações para o relacionamento entre os familiares. No caso da mulher, a venda da força de trabalho tornou-se uma necessidade diante das despesas domésticas e, assim, esta passa a acumular “dupla jornada”, isto é, a realização das atividades profissionais e do lar, enquanto esposa e mãe (Oliveira, 2009). Consequentemente, isso trouxe alterações na divisão das tarefas de casa entre o homem e a mulher, no tempo de educação e disciplina dos filhos(as), bem como nas características do relacionamento amoroso. Em síntese, todas estas mudanças sociais e históricas resultaram em transformações na família, inclusive nos relacionamentos internos (conjugal, paternal/maternal e fraternal) e externos.

Destaca-se que essas mudanças são percebidas na realidade da família brasileira, especialmente no contexto de vulnerabilidade e de violação de direitos derivados de um processo histórico de marginalização. Por exemplo, no contexto escolar, estes dados revelam a ineficácia e a má qualidade do ensino no Brasil, bem como as mazelas educacionais, que dão vazão às queixas escolares, e assim à produção do fracasso escolar (Patto, 1999). Neste contexto, a indústria farmacêutica também colabora para a naturalização dos fenômenos sociais e para a alienação, à medida que ela, em um primeiro plano, ajudaria os seres humanos a viver melhor com os benefícios do desenvolvimento da ciência. No plano geral, essas contradições sociais se avolumam e se apresentam como problemas a serem enfrentados individualmente, embora envolvam todos, visto que são gerados no modo de reprodução da vida em coletividade.

Além disso, conforme o Atlas da Violência foram registradas 65 mil mortes durante o ano de 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018), ficando os estados do Rio Grande do Norte e Ceará com os piores cenários de violência. Neste mesmo ano, a taxa de

homicídios cometidos com armas de fogo foi de 72,4%, sendo os homens a maioria das vítimas e dos homicidas. Neste sentido, percebe-se que o contexto social das famílias em situação de vulnerabilidade social é marcado por violências de todos os níveis – físico, sexual, psicológico – devido às vulnerabilidades sociais vivenciadas por estes grupos familiares.

Verifica-se isso a partir de dados oficiais referente à população brasileira, que indicam o sofrimento psicológico das famílias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira em 2018 possuía aproximadamente 211 milhões de pessoas, sendo 51% deste público do sexo feminino. Acerca disso, destaca-se que a maior parcela da população, cerca de 183 milhões de pessoas, vive nos centros urbanos, enquanto que o restante (13%) ainda tem residência no contexto rural (IBGE, 2018).

Referente à condição de vida dessas pessoas, neste mesmo ano, a renda nominal mensal domiciliar da população foi de R\$ 1.373,00 (IBGE, 2018), indicando uma condição de vida precária. O IBGE (2018) apontou que a quantidade de horas mensais trabalhadas pelo homem é 42,7, enquanto que a mulher trabalha 37,9 horas num mês. Entretanto, em relação aos salários, em 2018, os valores foram de R\$ 2.579 para o homem e R\$ 2.050 para a mulher. Neste mesmo ano, 25,3% da população vivia com rendimentos de aproximadamente R\$ 420 mensais, o que equivale a 44% do salário mínimo (IBGE, 2018). Referente às condições de vida, 27,6% das pessoas possuíam restrição à educação, 3,1% à proteção social, 12,8% às condições de moradia, 37,2% aos serviços de saneamento básico e 20,1% ao acesso à Internet (IBGE, 2018).

Acerca disso, ao homem acaba sendo exigido trabalhar mais para prover o sustento financeiro, assim como a diferença de salário revela um modelo patriarcal. Destaca-se que apesar desta disparidade salarial entre homens e mulheres, o nível de instrução é maior entre as mulheres. Em 2018, a taxa de participação das mulheres com ensino superior completo era 2,6 vezes maior que a das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; já a dos homens mais escolarizados, o mesmo índice era 1,5 vez maior que a dos menos escolarizados (IBGE, 2018). Em resumo, as mulheres possuem maior nível de escolaridade, mas possuem menor renda.

Segundo Lessa e Tonet (2011), na sociedade burguesa contemporânea marcada pela alienação derivada do processo final de exploração, a revolução social acontece pelo conhecimento da realidade, isto é, pela consciência das reais necessidades históricas do ser humano. Assim, a revolução, no caso o “reino da liberdade” só é possível por meio do “reino do conhecimento”, pelo qual o ser humano se emancipa e se liberta das alienações capitalistas no interior de uma práxis revolucionária.

A partir da Psicologia Histórico-Cultural da constituição da família, entende-se que esta é dinâmica, ou seja, transforma-se no decorrer da história. Este conhecimento propicia ao psicólogo

o rompimento com os estereótipos, modelos e ideias sobre a família propostos pela sociedade burguesa. Por isso, problematiza-se como entender uma família que está em constante movimento, considerando sua configuração tal como se apresenta hoje com base na multiplicidade de fatores que a envolvem? Compreende-se que para isso se faz necessária a demarcação dos fundamentos teórico-filosóficos desta pesquisa, que busca investigar as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família.

Para atender aos objetivos da pesquisa, buscou-se considerar como a família vem sendo estudada e compreendida na atualidade, foco do primeiro capítulo. Verificaram-se quais concepções sobre ela predominam no campo científico e norteiam o trabalho da Psicologia junto a este grupo social e, mais especificamente, aqueles estudos que se pautam na Psicologia Histórico-Cultural. Porém, apenas o mapeamento das concepções atuais e seus desdobramentos não são suficientes quando se parte dos pressupostos do método marxista, que considera o homem como produto e produtor de sua história (Facci, Barroco & Leonardo, 2010).

É fundamental, partindo do método materialista histórico-dialético que embasa a Psicologia Histórico-Cultural e suas principais categorias, realizar o *detour* histórico. Ou seja, captar as transformações que o grupo familiar sofreu ao longo da história humana, de modo a localizar a gênese do modelo atual de família, se assim se pode denominar, ou se existe um único modelo. Pode-se dizer, pelo menos, o modelo defendido e que se busca generalizar como ideal na sociedade de classes. Assim, neste capítulo serão discutidos os fundamentos metodológicos para a atuação do(a) psicólogo(a) e, na sequência, os conceitos da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão e intervenção com famílias em situação de sofrimento.

2.1 Fundamentos metodológicos para atuação do(a) psicólogo(a) com famílias em sofrimento

Tradicionalmente, o método científico moderno (de abordagem gnosiológica) é lembrado pelos estudos de Bacon, Galileu, Copérnico, Kepler, Newton, Descartes e Kant, sendo o sujeito o polo regente do conhecimento (Tonet, 2013). Em síntese, para esta abordagem o sujeito é o elemento central, pois o objeto gira em torno da construção teórica realizada pelo sujeito. Para este autor, na perspectiva gnosiológica moderna, o método é um conjunto de regras e procedimentos previamente estabelecidos, que podem ser apreendidos separadamente do objeto e que serão aplicados na realização do conhecimento.

Segundo Nagel (2015), esse método “tradicional” está comprometido com os interesses da sociedade burguesa, diferentemente do método de Marx, que utiliza das regras da dialética e das leis históricas. O método marxista, que fundamenta este trabalho, nega o conhecimento linear, e

considera o conhecimento marcado por desvios que agregam fatos ou fenômenos. Por isso, a abordagem ontológica materialista implica na subordinação do sujeito ao objeto, em outras palavras, trata-se de traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do objeto (Tonet, 2013).

Por isso, neste trabalho utiliza-se este método cujos fundamentos estão na ciência materialista histórica e da filosofia materialista dialética, de Karl Friedrich Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Dessa maneira, a psicologia superaria as duas correntes²⁶, o materialismo vulgar e o idealismo, utilizadas para entender o psiquismo humano (Tanamachi & Meira, 2003). Os trabalhos de Marx e Engels visavam superar a dualidade indivíduo-sociedade, por meio da captação e reprodução do movimento do real no pensamento (Pasqualini & Martins, 2015).

Para Klein (2012), o materialismo e o idealismo apresentam-se como correntes filosóficas opostas, à medida que cada uma concebe o mundo – e o ser humano – de uma forma. Na primeira, o polo regente encontra-se na realidade material, enquanto que para o idealismo o polo regente é o sujeito. Segundo Lessa e Tonet (2011), na filosofia, “o idealismo afirma a prioridade da ideia sobre a matéria e o materialismo, ao inverso, a prioridade da matéria sobre a ideia” (p. 33). Para estes autores, essas correntes filosóficas não levam em conta a existência do mundo material, mas consideram o pensamento como ponto de partida. Para estes autores, o idealismo, surge com a separação do trabalho manual e do intelectual, advinda da sociedade de classes, por meio da qual a classe dominante dissemina uma ideologia que seja favorável à reprodução dos seus interesses.

Inversamente ao idealismo, o materialismo, coloca a prioridade da matéria sobre a ideia. Assim, propõe, segundo Klein (2012), que o ponto de partida é a realidade, por meio do processo de representação no pensamento do mundo real. Entretanto, na Antiguidade Clássica predominou um materialismo mecanicista, que não conseguia explicar o desenvolvimento histórico da humanidade, reduzindo as leis da sociedade às mesmas leis da natureza (Lessa & Tonet, 2011).

A proposta marxista de superação do idealismo e do materialismo mecanicista ocorre pela práxis, que orienta as ações concretas dos homens como unidade ideal-material: o materialismo histórico dialético. Essa superação se dá pela retomada da historicidade e pela lógica dialética, que rompe com as explicações reducionistas e deterministas dos fenômenos. Em outras palavras, busca a superação da dinâmica nexo-causal própria da lógica formal (Lessa & Tonet, 2011). Para estes

²⁶ Nesse ponto, Vigotski (1996) discute que os sistemas psicológicos de sua época recorriam a uma premissa materialista mecanicista. Numa análise mais profunda, rumo à essência do fenômeno, acabava revelando seu caráter idealista, devido à falta de uma psicologia geral. Segundo Vigotski (1996), esse problema metodológico se pauta no procedimento de investigação das ciências daquela época, as quais seguiam suas análises pelo caminho evolucionista. Em síntese, essa proposta estrutura-se no desenvolvimento de suas generalizações, a partir do animal (particular), transferindo suas propriedades para o homem (geral) e, assim, construindo sua análise e investigação.

autores, o materialismo histórico dialético superou as propostas anteriores, partindo da análise do modo de produção de cada sociedade até chegar às forças produtivas do capitalismo. Para Marx e Engels (2011), analisar a materialidade das desigualdades do sistema capitalista permite captar em sua concretude as contradições desse modelo econômico, que se encontra estruturado numa sociedade dividida em classes.

Por isso, o método materialista histórico dialético – ou marxista – consegue capturar a concretude dos fenômenos, nas suas mais diversas determinações, possibilitando compreender as leis que os regem. Em outras palavras, o polo regente dessa proposta é a primazia do real em detrimento do ideal. Por isso, o marxismo, a partir dessas análises, propõe que o mundo dos homens é uma síntese entre ideia e matéria, que existe pela transformação da realidade material por meio da atividade vital humana, o trabalho. Segundo Netto (2011), o materialismo dialético não pode ser pensando sem o materialismo histórico, pois a dialética é um processo objetivo e histórico. Em outras palavras, é o movimento tanto do ser natural, quanto do ser social.

Desse modo, o método marxista propõe a análise da realidade objetiva que é constituída pelo ser social, que se encontra em constante movimento e interlocução com a economia, política, cultura, educação, etc. De acordo com Klein (2012), o percurso metodológico é o estudo crítico do objeto histórico, no caso, a economia política, e a sua investigação se dá pela captação das modificações significativas da sociedade. Acerca disso, Marx e Engels (2011) discutem que compreender a história é mais do que a remontar cronologicamente os fatos, e sim levar em consideração a influência do aspecto econômico na formação da personalidade e do caráter humano em cada tempo histórico.

Por isso, defende-se a necessidade de uma clara e coerente demarcação metodológica, mas também de uma definição do método de análise e investigação. Para tanto, Vigotski (1996b) propõe que a superação da psicologia tradicional aconteça por meio do caminho proposto por Marx, que rompe com a lógica abstrata e se baseia no estudo histórico das formas concretas. Em outras palavras, a proposta do método marxiano, ancora-se nas premissas da abordagem ontológica, que implica na subordinação do sujeito ao objeto, à materialidade ou realidade objetiva. Trata-se de traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do objeto, por meio da dialética do singular-particular-universal, como já apresentado anteriormente (Tonet, 2013). Mas, quando se trata da ciência psicológica, qual seria o seu objeto?

Segundo Vigotski (2018), o método refere-se ao modo de investigação ou de estudo da realidade, por isso, “não existe ciência sem seu objeto, também não existe ciência sem seu método” (p. 37). Para o autor, o objeto da Psicologia é o estudo do desenvolvimento do psiquismo humano, o qual possui diferenças qualitativas no que se refere ao psiquismo animal. Desta forma, ao se

compreender o desenvolvimento do psiquismo humano, há que se investigar a gênese e desenvolvimento da sua qualidade que o difere substancialmente do psiquismo animal: a consciência. Assim, discute-se em seguida acerca do método marxista, a partir da dialética do singular-particular-universal.

2.1.1 A dialética do singular-particular-universal

De acordo com o método materialista histórico dialético utilizado nesta pesquisa, defende-se que apreender a essência dos fenômenos não se limita à captação da realidade em suas manifestações externas, descritivas e aparentes. Em outras palavras, significa investigar as “representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 363).

Segundo Marx (1978), “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (p. 120), o que supera a compreensão indutiva da ciência que realizava suas análises pautadas nas generalizações particulares para entender o geral, bem como reduzia aos aspectos biológicos aquilo que era essencialmente humano. Portanto, nesta perspectiva, a Psicologia Histórico-Cultural fundamenta-se na investigação da gênese social dos fenômenos psíquicos, por meio da descoberta das relações e dos nexos dinâmico-causais, cuja finalidade envolve a tradução, sob a forma de conceitos, da realidade do próprio objeto.

Posto isto, a proposta do método dialético é a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, isto é, a superação das manifestações aparentes em direção à essência do fenômeno (Pasqualini & Martins, 2015). Para essas autoras, esse processo compreende o fenômeno como síntese de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico, diante da relação entre homem e a natureza. Para Netto (2011), o conhecimento rigoroso e profundo da essência, da estrutura íntima dos fenômenos não se limita à experiência cotidiana, sensorial e aparente dos mesmos. Segundo Klein (2012), este processo de conhecimento do real em movimento enquanto totalidade envolve duas modalidades: “a investigação – que necessariamente se debruça sobre as partes e suas conexões – e a exposição, ou seja, a organização discursiva do pensamento, pela qual se expõe o movimento do real e suas leis” (p. 22).

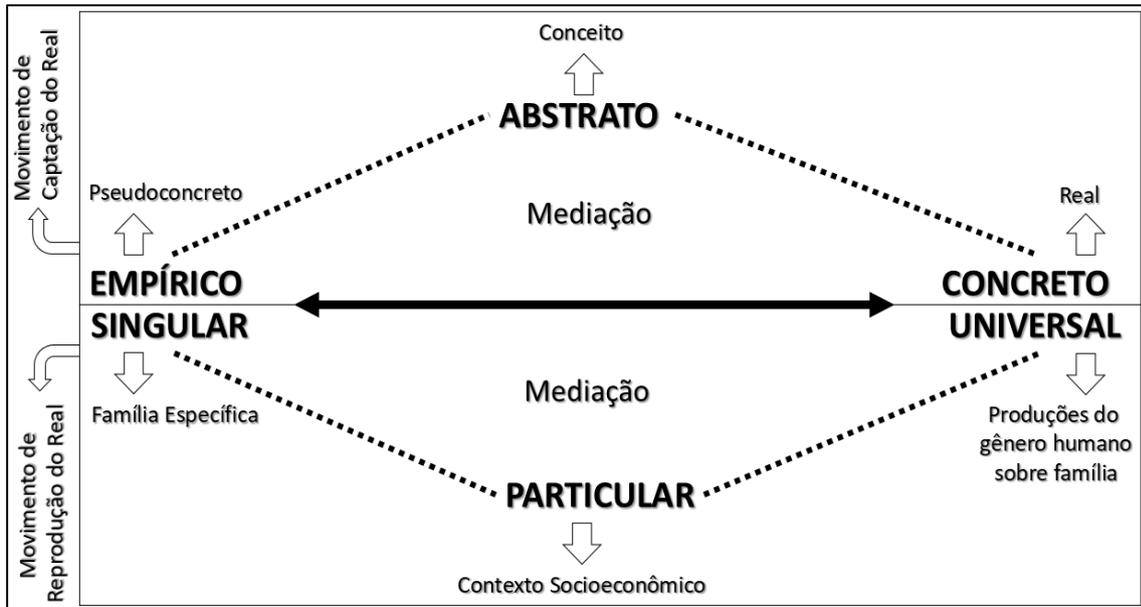
Para Klein (2012), a investigação se dá inicialmente pelo processo de percepção concreta e sensorial das manifestações exteriores do fenômeno, obtidas por meio dos sentidos. Na mesma direção, de acordo com Pasqualini e Martins (2015, p. 363), “esse mundo empírico representa apenas a manifestação aparente da realidade em suas definibilidades exteriores, ou seja,

representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens”. E assim, seria necessário superar os procedimentos descritivos e fenomênicos.

Ainda de acordo com Klein (2012), a imagem caótica do real se transforma por meio dos sucessivos movimentos de abstração do pensamento. Isto é, pela organização da representação mental da realidade empírica, por meio da identificação e diferenciação dos fenômenos. Por fim, essa abstração se dá pela categorização, a conversão em conceitos daquilo que define a totalidade do fenômeno. Isto é, todo o tecido de suas determinações e contradições, as leis gerais do objeto, sua gênese, seu desenvolvimento e seu movimento de transformação (Klein, 2012).

Desse modo, na ontologia marxiana em que esta pesquisa se baseia, a busca pela essência dos fenômenos se estrutura a partir da dialética singular-particular-universal. Ressalta-se que o diagrama abaixo tem a finalidade pedagógica de demonstrar as relações da dialética marxista, por meio do movimento de captação e reprodução do real. Entretanto, a leitura do diagrama supera uma análise mecanicista, ao ponto que a correta interpretação se fundamenta na compreensão da multideterminação dos fenômenos. Assim, os elementos representantes da análise dos movimentos da realidade acontecem ao mesmo tempo, a partir da lógica dialética, e não pela lógica formal imbuída pelas relações de causa-efeito, ou na qual os contrários se excluem.

Figura 1 – Dialética do singular-particular-universal



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Conforme diagrama acima, segundo Kosik (1976), a proposta do método marxiano é superar a pseudoconcreticidade (manifestação imediata, aparente e empírica do fenômeno) à medida que se direciona à concreticidade do fenômeno. Esse processo acontece pela construção do objeto no pensamento. Ou seja, no movimento de captação do real, que ocorre pelo contato empírico (pseudoconcreto) mediado pela construção abstrata do objeto, por meio de conceitos, o que resulta na apreensão do objeto concreto.

Importante lembrar que a mera reunião de fatos não implica em responder pelo entendimento da totalidade na perspectiva marxista. A exigência de totalidade implica, sim, em compreender a realidade por suas múltiplas conexões, examinadas as relações entre os fenômenos para além da causalidade aparente. Consiste em compreender os processos de mudança, quer se apresentem como transformação efetiva, quer se apresentem como permanência, renovação ou modernização do já instituído. (Nagel, 2015, p. 25).

Essa proposta traduz-se na epistemologia da relação singular-particular-universal, na qual o fenômeno mais específico ou singular é construído, dialeticamente, por meio das produções elaboradas histórica e socialmente pelo gênero humano (universal). Essa mediação do polo singular-universal ocorre por meio da captura das múltiplas determinações existentes nas relações sociais específicas da estrutura social (particular) que cercam o fenômeno específico. No caso atual, o polo particular se refere a um contexto socioeconômico sustentado pelos pilares do sistema capitalista, isto é, uma sociedade de classes e suas mais diversas formas de exploração e opressão.

Por isso, os autores defendem radicalmente que a constituição dos fenômenos – e no caso do homem e de seu psiquismo – acontece de forma histórica e social (Oliveira, 2005; Pasqualini & Martins, 2015; Tonet, 2013).

Traduzindo para a temática dessa pesquisa, esse movimento de reprodução do real acontece pela análise das manifestações de uma família específica, que se concretizam diante das transformações e produções históricas da humanidade. Dialeticamente, esta é mediada pelas relações sociais em que essa família está inserida, sendo também permeada por uma estrutura social marcada pelas determinações do contexto socioeconômico.

Segundo Tonet (2013), na perspectiva marxiana, o ser social tem como ponto de partida o trabalho, síntese entre teleologia e causalidade e, como tal, é o ato ontologicamente fundante do ser social. O trabalho é a mediação pela qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins, ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo. Da natureza do trabalho também decorre o fato de que o homem é um ser essencialmente interativo, social, universal, consciente e livre. A partir do trabalho, e com a exigência da complexificação do ser social, surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social (Tonet, 2013).

Por isso, a partir da dialética singular-particular-universal percebem-se três dimensões fundamentais que propiciam a compreensão do fenômeno: a) dimensão ontológica: como a humanidade se forma ontologicamente no homem, dentro de determinadas situações sócio-históricas; b) dimensão epistemológica: como se conhece esse processo (que, na sociedade, tem-se dado de forma contraditória); c) dimensão lógica: qual é a lógica inerente a essa processualidade, que precisa ser apropriada pelo sujeito, para que se possa compreender seu vir-a-ser real, que é histórico-social (Oliveira, 2005).

2.1.2 O conceito de trabalho na constituição da família

A perspectiva marxista compreende que a sociedade capitalista está estruturada sobre a divisão de classes, no caso, duas que possuem interesses antagônicos, sendo uma a classe trabalhadora²⁷ e a outra a classe exploradora. Esta última é detentora dos meios de produção, e a

²⁷ O proletariado tem papel fundamental na transformação radical da sociedade, isto é, na superação efetiva da exploração do homem pelo homem. Para isso, um aspecto importante refere-se ao acesso ao conhecimento da realidade social como resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico. Por isso, a elaboração de uma ontologia do ser social não é uma invenção de Marx, mas a explicitação da essência histórica humana (Netto, 2006; Tonet, 2013).

primeira caracteriza-se pela ausência da posse dos meios de produção, tendo como recurso a venda de sua força de trabalho, tornando-se fonte de exploração (Marx & Engels, 1982).

Segundo Vigotski (1930/2004), a sociedade capitalista corrompe a personalidade humana e é marcada pelas divisões: a) entre trabalho intelectual e trabalho físico; b) entre cidade e campo; c) entre o homem e a mulher. Para este autor, em seu texto “A transformação socialista do homem”, defende que a superação da sociedade capitalista ocorrerá pela destruição das formas de organização e produção dessa sociedade. Em síntese, por meio da eliminação de todas as formas de opressão contra o ser humano. Concomitantemente, será necessária a unificação do trabalho físico e intelectual, bem como mudanças nas ideias, nos comportamentos, nas exigências e nas relações sociais entre as pessoas, por meio da educação.

Acerca disso, segundo Tonet (2013, p. 67-68):

[...] esta classe, que produz a riqueza material e que é objeto de exploração do capital, necessita, para poder ter acesso à riqueza que ela mesma cria e da qual é expropriada, superar completamente toda exploração do homem pelo homem. Para isso, porém, ela demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e da desigualdade social. Essa explicação é necessária para que possa ser racionalmente fundamentada a possibilidade de uma transformação radical da sociedade e a total superação da exploração do homem pelo homem. Essa fundamentação implica, por sua vez, a comprovação da radical historicidade e socialidade do ser social, isto é, a demonstração de que a realidade social é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico e não de forças naturais ou sobrenaturais.

Segundo Tonet (2013), a proposta marxista desenvolve-se a partir da emergência da sociedade burguesa (da lógica material de acumulação do capital). Nesse sentido, o proletariado – classe social que produz a riqueza material, e que é objeto de exploração do capital – tem papel fundamental na transformação radical da sociedade. Nesta perspectiva, essa superação acontece quando os indivíduos desenvolvem consciência dessa realidade permeada pela exploração e opressão de classe. Assim, este “reino da liberdade”, acontece, por meio do “reino do conhecimento”, foco da luta dos seres humanos pela Revolução Social: o advento de um governo socialista que rompa com a exploração do homem pelo homem (Lessa & Tonet, 2011). Assim, essa realidade é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico.

Em outras palavras, de acordo com Klein (2012), este método é a superação da proposta hegeliana, pautada na dialética formal entre tese, antítese, formando a síntese. Compreende-se,

pelo contrário, que no decorrer da história, por meio do trabalho, o homem, dialeticamente, constituiu-se como produto e produtor da relação com o mundo exterior, devido à organização socioeconômica da sociedade em cada época. Na perspectiva ontológica marxiana, a práxis é a “atividade humana sensível”, a “atividade real, sensível”. Isto é, a atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social. Deste modo, por meio da dialética, na categoria trabalho torna-se possível integrar a tese (o natural) e a antítese (o social) e, assim, constituir uma síntese desse processo dicotômico (Tonet, 2013).

Acerca do trabalho na sociedade de classes, segundo Marx (2004), a classe operária não tem capital, ao passo que os capitalistas o possuem. Essa lógica se baseia na propriedade privada, dos meios de produção, a partir do poder e governo dos capitalistas sobre os produtos e o trabalho; por isso cabe ao trabalhador(a) vender sua força de trabalho, tornando-se também uma mercadoria. No final das contas, toda a sociedade divide-se em duas classes: de um lado, os proprietários dos bens e, de outro, os(as) trabalhadores(as) sem propriedade, que produzem os bens sociais, mas possuem um parco acesso aos mesmos. Tal divisão entre a produção e a fruição produz, ao mesmo tempo, seres cindidos e alienados em relação ao produto do seu trabalho, ao processo do seu trabalho e em relação a si mesmos, enquanto seres humanos. Por isso, em outras palavras:

[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2004, p. 80).

Segundo Klein (2012), diante dessas modificações a determinação decisiva no modo de produzir a vida é o fator econômico-político, pois a base material é formada pelo modelo econômico, cuja consequência são os conflitos entre interesses políticos, bem como os conflitos derivados da luta de classes. Para Marx e Engels (2011), essa economia política refere-se à riqueza ou à pobreza produzida pelo movimento da propriedade privada, constituindo o estilo de vida das pessoas derivado do modo de produção e reprodução social. No caso da sociedade capitalista, o proletariado vende sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades básicas e, ao mesmo tempo, para ampliar a riqueza e o poder da classe dominante (Marx & Engels, 2011). Assim, as relações humanas são perpassadas pela alienação da classe possuidora e do proletariado, por meio da fetichização e da coisificação.

Conforme Marx e Engels (2011), tais conceitos – alienação, fetichização e coisificação – perpassam as relações intra e extrafamiliares. Segundo Marx (2004), a efetivação do trabalho é transformar a matéria-prima em objeto, isto é, em produto de satisfação de alguma necessidade. Entretanto, a desefetivação acontece quando o(a) trabalhador(a) se reduz ao objeto e, assim, ocorre a apropriação deste como estranhamento e alienação. Por exemplo, no processo de apropriação da natureza, do mundo externo, o trabalho transforma essa matéria-prima e, ao mesmo tempo, é transformado. Porém, para Marx (2004, p. 83):

[...] o estranhamento está em quanto mais o trabalhador produz menos ele tem para consumir, que quanto mais valores ele cria, mais sem-valor e ele se torna o estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento a exteriorização na atividade do trabalho mesmo.

Desse modo, o trabalho e o resultado deste tornam-se estranhos ao trabalhador(a) e, assim, são denominados de “auto estranhamento do homem de si e da natureza” (Marx, 2004, p. 86). Nessa relação, a propriedade privada é a consequência deste trabalho exteriorizado, estranhado e alienado, processo de produção que transforma o(a) trabalhador(a) em mercadoria, em objeto. Para este autor, nos moldes da relação capitalista de trabalho “produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria, ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado tanto espiritual quanto corporalmente” (Marx, 2004, p. 92-93).

Para Marx e Engels (2011), a alienação expressa um movimento de expulsão, um esvaziamento, uma ação de transferência que se dá na forma como se organiza o processo de trabalho. O indivíduo acaba não se percebendo enquanto produtor ao vender sua força de trabalho. Desse modo, o ser que trabalha se aliena do produto do seu trabalho, que se torna estranho e que, muitas vezes, não pode nem usufruir. Assim, nesta divisão e precarização do trabalho, e no consequente processo de alienação para consigo mesmo, acontece que o indivíduo não se humaniza em sua atividade, mas esta lhe causa sofrimento e o faz se sentir humano apenas “fora do trabalho”. Tais determinações da sociedade de classes repercutem e alienam as relações familiares, que muitas vezes se tornam mais um peso para o ser humano que vive do trabalho, para a sua existência já esvaziada e aniquilada pela divisão social do trabalho.

Em outras palavras, a fetichização²⁸ e a coisificação se referem a conceitos complementares, mas com caminhos inversos. Diante da alienação, no caso da fetichização, o homem, nas suas relações sociais, acaba transformando aquilo que é objeto em humano, isto é, supervalorizando a matéria da natureza, do objeto, em detrimento das relações humanas. A mercadoria, por exemplo, é tomada como portadora de vida própria.

Por outro lado, a coisificação, inversamente, refere-se ao processo de tornar o humano um objeto, um elemento que pode ser usado e depois descartado. É o caso do(a) trabalhador(a) que é superexplorado até adoecer, e que depois é descartado. No contexto da família, ambos os conceitos se encontram envolvidos, na medida em que a família desenvolve suas normas, regras e valores regidos pelo interesse econômico. Por exemplo, a mulher, por meio da relação sexual, torna-se, comumente, propriedade de uso do homem e, assim, não tem o direito de ter prazer numa relação sexual, tendo que submeter-se ao esposo.

2.1.3. O método marxista para o atendimento de família

Considerando as categorias elencadas, no atendimento à família, ao se tomar como eixo o desenvolvimento humano, o método marxista aplicado à Psicologia consiste no estudo da unidade mínima de análise dos elementos que envolvem o desenvolvimento do grupo familiar, considerando a intervinculação do desenvolvimento singular de seus integrantes. Destaca-se que este método de análise se caracteriza pelo processo de decomposição, onde o todo complexo é decomposto nos elementos que o constituem, ou seja, em partes constituintes elementares, sendo que as partes não perdem as propriedades do todo (Vigotski, 2018).

Além disso, de acordo com Vigotski (2018), outra característica deste método é a ênfase nos processos de desenvolvimento, pois compreende que as manifestações patológicas e/ou as diversas formas de sofrimento observadas ao longo do desenvolvimento, também possuem uma gênese e um percurso que envolve avanços e retrocessos, evoluções e contradições. Compreender as multideterminações dos processos psicopatológicos ou de sofrimento psíquico que emergem em indivíduos ou grupos significa ir além da identificação e descrição dos sintomas e/ou os problemas do indivíduo ou da família. Busca-se superar as análises que ficam apenas na aparência fenomênica, para ir à essência, ou seja, à identificação das causas, considerando-se a especificidade

²⁸ Por exemplo, a concepção da família fetichizada – a família pequeno-burguesa idealizada – que se refere ao conceito de um grupo pequeno, formado pelos pais e filhos, influenciados pelo contexto capitalista, em que a classe em ascensão influencia o contexto social e econômico, e assim, constitui-se como um modelo ideal de relacionamento familiar e de estilo de vida (Barroco, 2012).

do desenvolvimento humano em sua lei geral: do plano interpsicológico para o intrapsicológico. Destaca-se que este método também apresenta um caráter genético-comparativo, pois a partir da comparação do indivíduo e/ou da família em cada etapa da vida é possível perceber os avanços e os retrocessos ao longo do desenvolvimento (Vigotski, 2018).

Ainda neste caminho, nesta perspectiva teórica não basta definir com clareza o método, e sim se faz necessário se apropriar dele. Conforme Vigotski (2018), entende-se a partir do método marxista que é preciso definir qual será o objeto de estudo. No caso em questão, o objeto do atendimento clínico trata-se das famílias que se encontram em sofrimento psicológico. Sendo assim, recapitulam-se as discussões anteriores, que defendem a família em sua constituição e desenvolvimento dinâmico, e não como fenômeno estático. Ou seja, no que se refere à filogênese, ela foi se transformando em cada momento histórico até chegar ao modo como se configura na atualidade em termos concretos, como pluriorganizada. Tal posição entra em choque com o modelo abstrato de família apregoadado e alinhado aos interesses do sistema capitalista, ou seja, a família burguesa.

Entende-se que a família concreta constrói e se constitui como grupo no interior destas contradições entre a organização real e o modelo ideal postulado por este modo de produção alienante, que acaba por produzir sofrimento psicológico. Segundo Vigotski (1930/2004), este sistema corrompe a personalidade humana, pois o crescimento da sociedade capitalista, a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, a separação entre cidade e campo intensificaram a exploração do homem pelo homem.

Para este autor, as consequências do capitalismo são devastadoras, à medida que se acentua a luta de classes, a competitividade e o individualismo. Na mesma proporção, intensifica-se a exploração da classe trabalhadora, obstaculizando o pleno desenvolvimento de seus membros, o que traz consequências para a organização familiar no que se refere às suas relações e funções no interior da sociedade.

O grupo familiar, não estando isolado das relações sociais mais amplas, em grande parte reproduz em seu interior tais contradições, a direção unilateral de formação dos indivíduos, metamorfoseando-se em conformidade com os interesses da sociedade capitalista. Considerando esta processualidade, a seguir será realizado o *detour* histórico, localizando a gênese da configuração, ou configurações objetivo-subjetivas, da família contemporânea.

2.2 Desenvolvimento social e histórico da família

De acordo com Hobsbawn (2013), é impossível compreender o presente sem considerar o passado. Assim o é também para o materialismo histórico dialético, pois é por meio do passado que se compreende a constituição de um determinado fenômeno, a partir da síntese das suas múltiplas determinações. A história é caracterizada por continuidades e descontinuidades, ou seja, a história não segue a lógica formal de causa-efeito, e sim, a lógica dialética de contradições e superações. Segundo o autor, para compreender a história é necessário compreender a maneira como os seres humanos se organizam para produzir a vida (Hobsbawn, 2013). Em outras palavras, tal postura refere-se ao entendimento da constituição do psiquismo e das suas relações sociais em determinado contexto, isto é, da dialética do singular-particular-universal.

Acerca desta perspectiva histórica vale a pena retomar que os fatos históricos não são inócuos, e sim apresentam uma função política (Hobsbawn, 2013), em que uma classe dominante produz e dissemina sua ideologia em busca da manutenção de seus próprios interesses. Para este autor, este viés político está ligado às relações de poder constituintes da esfera da vida humana. Assim, as ideias, os discursos e os fatos históricos só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta, material e social (Hobsbawn, 2013).

Por isso, é fundamental fazer o inventário daquilo que aconteceu no passado como conhecimento acerca do que somos e porque somos de determinados modos e jeitos. Neste caso em especial, porque e como a família se constituiu historicamente e se configura como se conhece hoje. A partir disso, compreende-se que por essa dimensão histórica é possível analisar e interpretar o fenômeno da família em suas múltiplas determinações, conforme o método marxista.

A seguir, será discutido o desenvolvimento sócio-histórico da família²⁹, com a finalidade de compreender como a família no decorrer do tempo foi se constituindo até o modelo burguês de organização e configuração familiar. Nesse sentido, é necessário recuar na história da humanidade, ainda que brevemente, para que seja possível compreender a processualidade histórica das configurações familiares no interior do capitalismo e suas contradições.

Segundo Marx e Engels (2001), “a história de toda sociedade até aqui é a história de luta de classes” (p. 08). Trata-se dos conflitos entre os opressores e os oprimidos que se chocam ao longo dos diferentes períodos históricos. A partir da sociedade capitalista, tem-se a burguesia moderna como produto de um longo curso de desenvolvimento histórico, que constituiu nos

²⁹ As configurações familiares que encontramos hoje no Brasil não são eternas, ou seja, nem sempre existiram desta maneira na sociedade brasileira desde sua origem como nação. Por outro lado, não podemos dizer que, ainda que existam semelhanças entre as configurações familiares de outros países, que estas sejam idênticas, porque a história brasileira não repetiu na íntegra a história de outros países. É necessário destacar que as especificidades e diferenciações nas configurações familiares possuem diversos contornos nos mais diferentes países em determinado momento histórico.

indivíduos uma visão de mundo, isto é, uma forma de ser, estar, pensar e agir no mundo (Marx & Engels, 2001). Por exemplo, para estes autores, a burguesia substituiu a primazia na relação familiar do aspecto sentimental pela relação de dinheiro e, conseqüentemente, a mulher transforma-se em instrumento de reprodução da força de trabalho e os filhos(as) os instrumentos de trabalho.

Não obstante, a organização e a dinâmica da família atual são resultantes de uma tendência histórica, imanente ao movimento da produção capitalista, que criou condições para esta instituição social (Marx & Engels, 2001). Em outras palavras, o modo de produção da vida material condicionou o processo de vida social, política e intelectual, pois é sempre o ser social que direciona e determina a consciência humana. Por exemplo, com a mudança da base econômica, há uma transformação das condições econômicas da produção e, conseqüentemente, das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, ou seja, da ideologia da sociedade (Marx & Engels, 2001). Estes aspectos condicionam as relações nos mais diversos agrupamentos humanos, dentre eles o familiar.

Por isso, compreender a família como produto do processo histórico significa, em última instância, apreender o ser humano no processo de transformação social, a partir das necessidades de produzir a vida sobre determinadas relações sociais de produção. Assim, através do resgate histórico e da dinâmica da economia, podemos acompanhar o complexo processo de emergência da família burguesa e da redução das relações familiares a trocas financeiras (Marx & Engels, 2001). Nesta concepção, o aspecto sócio-histórico tem papel fundamental, pois a partir dele é possível compreender o modelo de família que hoje é proposto e muitas vezes defendido como ideal na sociedade capitalista.

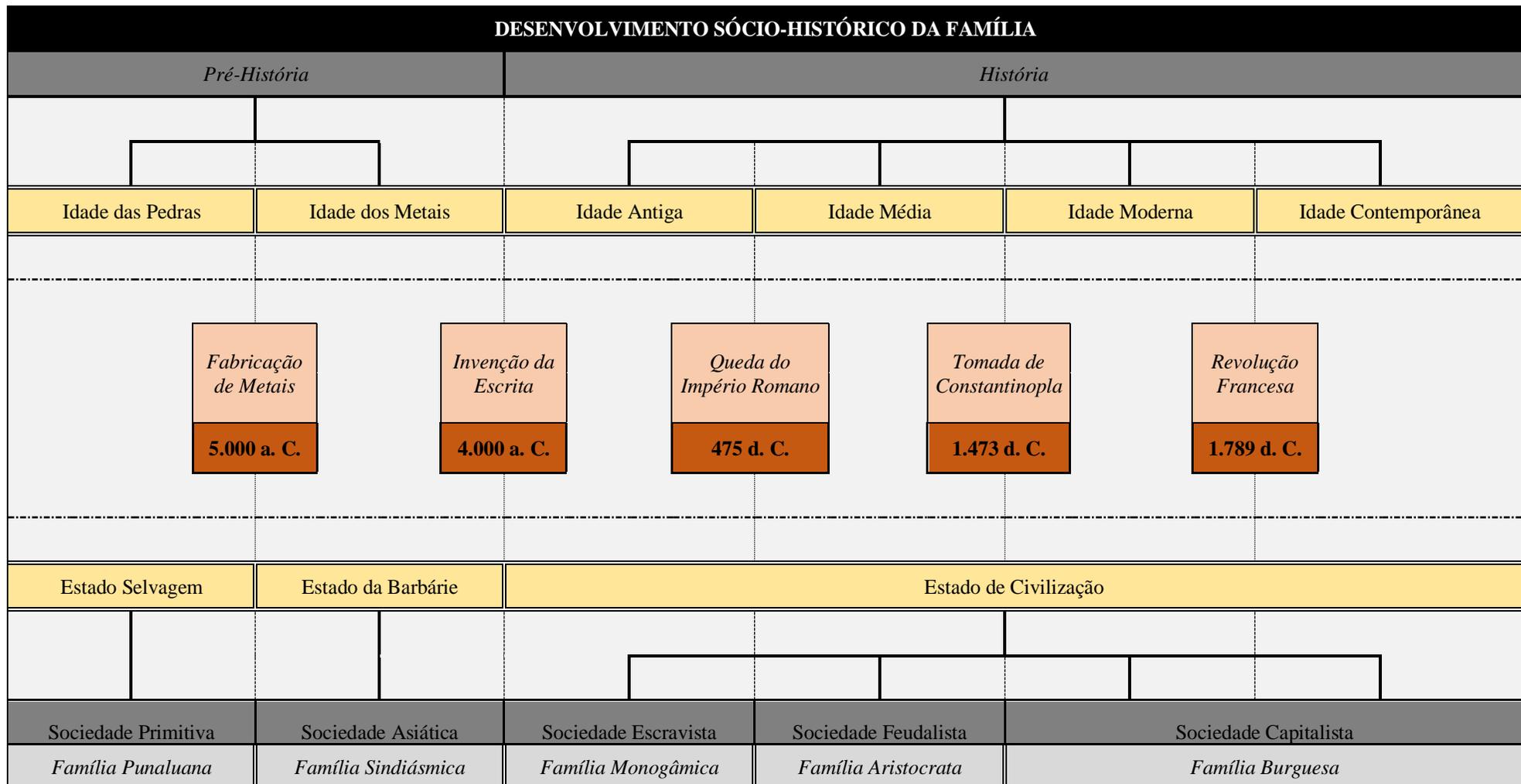
Para tal, de forma didática, apresenta-se o diagrama abaixo, construído com o objetivo de relacionar os modos de produção de cada período histórico aos diferentes modelos de família desenvolvidos ao longo do tempo. Por isso, o diagrama encontra-se organizado no modelo tradicional com as datas específicas que demarcam os limites de cada momento histórico de transição. Primeiramente, acima da linha do tempo há a divisão histórica em períodos (ou “Idades”). Assim, a partir das discussões apresentadas por Aquino (1980) no texto “História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais” e por Marriott (2015) no texto “A história do mundo para quem tem pressa”, demarca-se a divisão da história do mundo e das sociedades durante os diversos períodos históricos.

Em seguida, abaixo da linha do tempo, apresenta-se uma análise e interpretação deste desenvolvimento histórico com ênfase na compreensão da família a partir dos modos de produção

em cada sociedade. Por isso, por meio da dialética marxista, foram realizadas inter-relações com os diferentes modos de produção, apoiadas nas contribuições da filosofia de Marx e Engels.

Acerca disso, Engels (2000), no texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan” possibilita a compreensão da família ao longo do desenrolar da história, dividida entre estado selvagem, barbárie e civilização. Por fim, a partir da discussão de Lessa e Tonet (2011), no texto “Introdução à filosofia de Marx”, foi possível relacionar os modos de produção com os modelos de família. Abaixo da linha do tempo encontram-se as divisões do desenvolvimento dos diferentes modelos de família em cada contexto sócio-histórico, com seus respectivos avanços e retrocessos.

Figura 2 – Desenvolvimento sócio-histórico da família



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir dos escritos de Engels (2000), Lessa e Tonet (2011), Aquino (1980) e Marriott (2015).

Segundo Aquino (1980) e Marriott (2015), as transformações ocorridas durante o desenvolvimento da história humana dividem-se em dois grandes períodos: Pré-história e História. Para estes autores, o marco divisório entre esses períodos encontra-se na invenção da escrita, que diferencia as sociedades pré-históricas das sociedades históricas (que dominavam o uso da escrita), o que aconteceu por volta de 4.000 a. C. Nesse sentido, Engels (2000) defende que o período pré-histórico é caracterizado por agrupamentos de indivíduos cujas habilidades e relacionamentos se davam em nível primitivo ou menos complexo.

Acerca disso, a compreensão de Engels (2000) rompeu com a proposta cronológica ao identificar no trabalho de Lewis Henry Morgan (1818-1881), antropólogo britânico, uma sequência histórica da família, a partir da análise das tribos iroquesas, estabelecidas no Estado de Nova York (EUA). Engels (2000), no texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, apresenta uma divisão das três épocas principais deste desenvolvimento sócio-histórico: a) Estado Selvagem; b) Estado da Barbárie; c) Estado da Civilização. Ainda, subdivide as duas primeiras épocas (Selvagem e Barbárie) em três respectivas fases (inferior, média e superior), de acordo com os progressos obtidos por meio da produção dos meios de existência. Ou seja, caracteriza as fases a partir da habilidade de produção e de domínio do homem sobre a natureza, por meio da criação de instrumentos e ferramentas, para suprir as necessidades básicas humanas (Engels, 2000).

Por outro lado, Marx (2008), no texto “Contribuição à crítica da Economia Política” apresenta uma divisão diferente da proposta por Engels (2000). Para Marx (2008), o fim da Pré-história tem como marco central a Revolução Industrial, com o início do sistema capitalista e o acirramento da luta de classes e, conseqüentemente, com o surgimento da burguesia.

Entretanto, de forma didática, utiliza-se a divisão de Engels (2000), e apresenta-se a divisão entre a Pré-história e a História. Desse modo, o período da Pré-história (ou a história dos povos pré-letrados) apresenta-se organizada em: a) Idade das Pedras; b) Idade dos Metais. Em seguida, após a invenção da escrita, o período da História está dividido em: a) Idade Antiga; b) Idade Média; c) Idade Moderna; d) Idade Contemporânea (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

Segundo Engels (2000), no período pré-histórico, as sociedades eram organizadas em tribos, e estas tinham um sistema de consanguinidade, diferente dos vínculos da família da atualidade. Segundo Engels (2000), nessas tribos os nomes utilizados eram expressões do grau de proximidade e distanciamento nas relações existentes entre os membros da família. Por isso, este autor defende que as relações familiares precisam ser explicadas historicamente e não com frases sem sentidos, pois as expressões “pai”, “filho”, “irmão”, “irmã”, não são simples títulos, mas revelavam direitos e deveres definidos pelo regime social desses povos (Engels, 2000).

Segundo Lessa (2012), os antepassados biológicos sobreviveram à seleção natural devido à vida em pequenos bandos e desenvolveu-se, por meio do trabalho, um novo modo de transformar a natureza, pelo qual, dialeticamente, ao mesmo tempo o homem é transformado por ela. Desse modo, o trabalho marcou a gênese do ser social, e assim, vem construindo a história dos seres humanos. Em síntese, “a história humana não é a evolução biológica do *Homo sapiens* – é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que se necessita” (Lessa, 2012, p. 16). Por isso, esse desenvolvimento histórico revela a condição *sine qua non*, que a história dos indivíduos acontece, concomitantemente, com a história das sociedades.

2.2.1 A Idade das Pedras, a Sociedade Primitiva e a Família Punaluana

O primeiro período da Pré-história é denominado de Idade das Pedras, que se divide em período Paleolítico (ou “Idade da Pedra Lascada”) e Neolítico (ou “Idade da Pedra Polida”). O período Paleolítico abrange desde a origem do homem até aproximadamente 8.000 a.C. Neste contexto, a sociedade paleolítica caracterizava-se pela busca da subsistência, por meio da caça, da pesca, da coleta de frutos, sementes e raízes e, principalmente, da confecção e utilização de objetos de pedra lascada, por isso a denominação “Idade das Pedras” ou “Idade da Pedra Lascada” (Aquino, 1980; Marriott, 2015). Segundo Lessa (2012), as primeiras sociedades viviam em bandos com poucos indivíduos e se alimentavam da caça eventual de pequenos animais. Com o passar do tempo, a transmissão geracional de informações sobre a natureza e as relações sociais propiciou aos jovens o aprendizado e o progresso daquela cultura (pintura, escultura, linguagem, festas, coleta, etc.).

Constata-se que esse período é apresentado por Engels (2000) como Estado Selvagem, onde predominava a apropriação de produtos da natureza prontos para serem utilizados, bem como produções artificiais do homem destinadas a facilitar essa apropriação. Neste momento, a dependência da coleta impunha restrições àquelas pessoas, sendo as principais características: 1) nomadismo: devido ao esgotamento dos recursos; 2) sociedades formadas por poucos indivíduos, pois não havia alimento suficiente para muitos; 3) os instrumentos de trabalho eram ferramentas primitivas e fáceis de serem fabricadas, por exemplo, as ferramentas de pedra lascada, por conta da constante locomoção (Lessa, 2012).

Durante a Idade da Pedra Lascada desenvolveu-se a fase inferior do Estado Selvagem, o que marca o início da história do gênero humano, pois neste momento os homens “permaneciam nos bosques tropicais ou subtropicais, e viviam nas árvores, em meio às grandes

feras selvagens” (Engels, 2000, p. 01). Como retratado anteriormente, os frutos, as nozes e as raízes serviam de alimento, e o principal progresso desse período foi a formação da linguagem articulada (Engels, 2000).

De acordo com Lessa (2012), nesse contexto predominava o estilo de vida comunitário, sendo necessária a cooperação, de modo a garantir a sobrevivência do grupo. Entretanto, isso não significava que não havia violência, mas que esta existia na luta de um indivíduo contra outro, e não na luta entre classes. A tarefa de criar as crianças era um papel coletivo, pois “os pais eram todos os homens da tribo, os primos e primas eram todas as crianças que não eram irmãos e irmãs, e apenas as mães eram individualizadas pelo nascimento” (Lessa, 2012, p. 18).

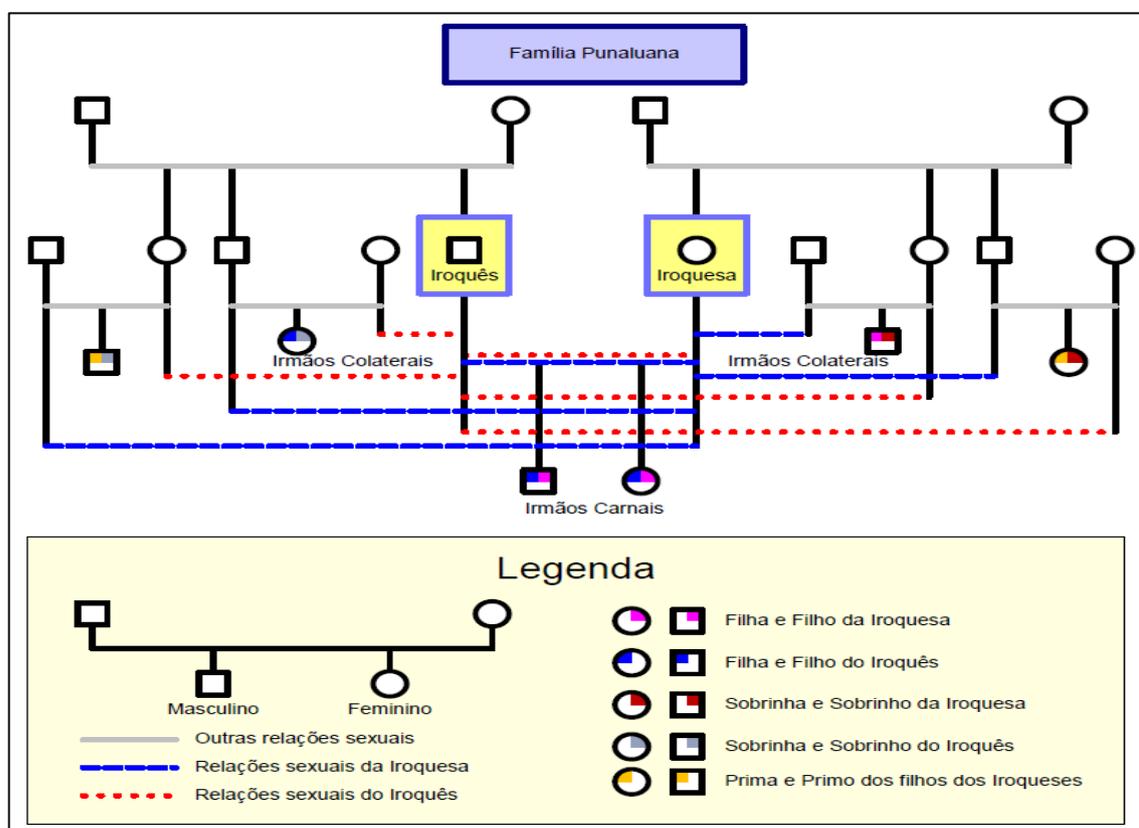
Em síntese, segundo Lessa e Tonet (2011), esta sociedade primitiva tem a organização e divisão de tarefas entre seus membros baseadas na coleta de alimentos, como vegetais e pequenos animais pelas florestas e campos. Desse modo, os pequenos bandos migravam de um lugar para o outro em busca de comida. Por isso, uma das características desta sociedade é o nomadismo, pois a atividade da coleta dependia da disponibilidade dos alimentos da natureza (Engels, 2000). Neste contexto, para estes autores, não havia classes sociais, ou luta de classes, pois ainda não havia a exploração do homem pelo homem.

Ainda no Período Paleolítico, a fase média do Estado Selvagem começa com a utilização de peixes na alimentação e com o uso do fogo. Destaca-se que estes dois fenômenos são complementares, pois o peixe só foi usado como alimento quando o homem percebeu como dominar e utilizar o fogo. Assim, diante dessa nova possibilidade de alimentação, os homens “tornaram-se independentes do clima e da localidade, seguindo o curso dos rios e das costas marítimas, puderam espalhar-se sobre a maior parte da superfície da Terra” (Engels, 2000, p. 01). O descobrimento e povoamento de novos lugares, ligados à posse do fogo (obtido pelo atrito), levaram ao emprego de novos alimentos (raízes, tubérculos farináceos e caça), o que resultou na invenção das primeiras armas: a clava e a lança (Engels, 2000).

A baixíssima produtividade do trabalho nas sociedades primitivas fazia da exploração do homem pelo homem uma impossibilidade histórica [...] Eram sociedades que também desconheciam a alienada divisão social do trabalho – a distribuição de tarefas entre as pessoas não correspondia a uma divisão do poder, não tinha por pressuposto nem a exploração do homem pelo homem, nem qualquer hierarquia fundada pela propriedade privada. Algumas tarefas ainda eram divididas segundo fatores biológicos, naturais e muito pouco sociais, como a idade das pessoas, a força física, o sexo, etc. (Lessa, 2012, p. 18-19).

Segundo Engels (2000), o primeiro progresso da organização familiar foi a “família punaluana”, conforme o diagrama abaixo, que se baseia na exclusão dos pais e filhos(as) das relações sexuais recíprocas. Em seguida, acontece a exclusão dos irmãos, começando pelos irmãos uterinos (irmãos por parte de mãe). Destaca-se que diante da proibição da união sexual entre filhos da mesma mãe, essa situação exerce uma influência na cisão das velhas comunidades domésticas e na formação de novas comunidades, que não coincidiam necessariamente com o grupo de famílias (Engels, 2000).

Figura 3 – A família punaluana



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) com base em Engels (2000).

Em síntese, conforme o diagrama acima, esta família encontra-se organizada de tal forma que:

[...] os filhos das irmãs de minha mãe são também filhos desta, assim como os filhos dos irmãos de meu pai o são também deste; e todos eles são irmãos e irmãos meus. Mas os filhos dos irmãos de minha mãe são sobrinhos e sobrinhas desta, assim como os filhos das irmãs de meu pai são sobrinhos e sobrinhas deste; e todos são meus primos e primas.

Com efeito, enquanto os maridos das irmãs de minha mãe são também maridos desta e, igualmente, as mulheres dos irmãos de meu pai são também mulheres deste - de direito, se nem sempre de fato -, a proibição das relações sexuais entre irmãos e irmãs pela sociedade levou à divisão dos filhos de irmãos e irmãs, até então indistintamente considerados irmãos e irmãs, em duas classes: uns continuam sendo, como antes, irmãos e irmãs (colaterais); outros – de um lado os filhos dos irmãos, de outro os filhos das irmãs - não podem continuar mais como irmãos e irmãs, já não podem ter progenitores comuns, nem o pai, nem a mãe, nem os dois juntos; e por isso se torna necessária, pela primeira vez, a categoria dos sobrinhos e sobrinhas, dos primos e primas, categoria que não teria sentido algum no sistema familiar anterior. (Engels, 2000, p. 08).

Em termos práticos, o modelo familiar punalvano, apesar de estar voltado aos limites da relação sexual entre os homens e as mulheres, contribuiu para a demarcação inicial dos papéis sociais de pai, mãe e filhos(as). Destaca-se que na atualidade esta compreensão é fundamental para a delimitação do que é a família, que não se restringe aos papéis, ou aos parceiros sexuais, e sim aos laços de afeto e carinho entre seus membros.

Ainda na Idade das Pedras, no Período Neolítico os humanos aprenderam por conta da necessidade de sobrevivência a domesticar os animais e a praticar a agricultura, isto é, a cultivar os alimentos. O ponto fulcral desse momento foi quando os humanos passaram a dominar a técnica de polir a pedra na fabricação de instrumentos. Por isso, esse período é conhecido como “Idade da Pedra Polida”. Em síntese, estas transformações mudaram a forma de viver desses grupos humanos, que não precisavam mais mudar-se constantemente para encontrar comida e foram se tornando sedentários. Ou seja, ficavam um longo tempo em um mesmo lugar esperando a hora de colher os vegetais que haviam plantado (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

Com o passar do tempo, nesta Sociedade Primitiva, a partir das coletas de alimentos aconteceu um aprimoramento dos conhecimentos desta realidade e, assim, o homem passou a generalizar seus conhecimentos e a produzir ferramentas cada vez melhores para satisfazer as suas necessidades (Lessa & Tonet, 2011). Destaca-se que para estes autores, neste contexto todos trabalhavam e usufruíam do produto do trabalho. Contudo, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas culminou no aumento expressivo do tamanho dos bandos, o que trouxe mudanças para as relações sociais e familiares.

Segundo Lessa (2012), gradativamente, a transformação da natureza resultou na transformação social do homem, e a sociedade passou por um salto ontológico decorrente do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Isso propiciou aos indivíduos produzir mais do

que necessitavam para sobreviver. Isto é, não precisavam trabalhar todo tempo, e agora tinham mais do que o básico para a sobrevivência – produziam um pequeno excedente. Entretanto, ainda havia carência de produzir e dividir a produção igualmente entre as pessoas do grupo, levando à redução total daquilo que foi produzido.

Segundo Engels (2000), a Idade da Pedra Polida, fase superior do Estado Selvagem, “[...] começa com a invenção do arco e da flecha, graças aos quais os animais caçados vêm a ser um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras” (p. 02). A invenção destes instrumentos complexos revelou o progresso cognitivo do homem, por conta do aperfeiçoamento de suas criações, devido à experiência acumulada de outras gerações que eram compartilhadas às novas, com o desenvolvimento de faculdades mentais e conhecimento simultâneo de outras invenções (Engels, 2000).

Destaca-se que nesse momento, com o desenvolvimento das habilidades do arco e da flecha, um instrumento de caça à distância e que, ao mesmo tempo, garante proteção aos caçadores, os agrupamentos humanos foram crescendo e passaram a ter residência fixa em aldeias. Isso foi acompanhado da utilização do fogo e do machado de pedra, que permitiram a construção de casas feitas de troncos de árvores (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

No Período Neolítico, Engels (2000) apresenta a mudança do Estado Selvagem para a Barbárie, sendo que nesse período “aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano” (p. 03). Na fase inferior do Estado da Barbárie, há a introdução do uso da cerâmica, com o costume de cobrir com argila os cestos ou vasos de madeira, a fim de torná-los refratários ao fogo. Destaca-se que nessa fase a alimentação era constituída pelo cultivo do milho, da abóbora, do melão e de plantas de horta (Aquino, 1980; Marriott, 2015). De acordo com Engels (2000), a riqueza duradoura limitava-se à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos: o barco, as armas e os objetos caseiros mais simples.

Nesse momento, há também a fase média, que começou com a domesticação de animais (criação de gado e formação de grandes rebanhos) para o fornecimento de leite e carne (Engels, 2000). Essa domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Nessa fase, o trabalho humano ainda não produzia excedente apreciável sobre os gastos de sua manutenção. Segundo

Engels (2000), esse contexto começa a mudar depois que os rebanhos se tornaram definitivamente propriedade da família, ganhando valor-de-uso³⁰ e valor-de-troca.

Por fim, a revolução na capacidade humana de transformar a natureza, com a descoberta da semente, com a criação de animais, com a manipulação do fogo, com a fabricação de armas e instrumentos, possibilitou uma mudança no contexto social e histórico (Lessa & Tonet, 2011). Assim, os seres humanos puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgia o excedente de produção. Para estes autores, o aparecimento deste excedente permitiu economicamente a exploração do homem pelo homem. De acordo com Lessa e Tonet (2011), os indivíduos das Sociedades Primitivas tinham o mesmo interesse, isto é, a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Contudo, com este excedente, a exploração do homem pelo homem criou as primeiras contradições sociais entre duas classes antagônicas.

2.2.2 A Idade dos Metais, a Sociedade Asiática e a Família Sindiásmica

Na sequência, ainda na Pré-história, a Idade dos Metais foi iniciada em 5.000 a.C. com a descoberta de técnicas para a fabricação de diversos utensílios com metais, sendo o cobre o primeiro metal a ser usado pelo ser humano, seguido do bronze, que era mais resistente, e somente depois o ferro. Neste contexto, segundo Engels (2000), no Estado da Barbárie, a fase superior se inicia com a fundição do minério de ferro, e passa à fase da Civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego para registros literários, por volta de 4.000 a.C.

De acordo com Engels (2000), “encontra-se nessa fase o arado de ferro, puxado por animais, o que torna possível lavrar a terra em grande escala – agricultura – dentro das condições existentes” (p. 03). Desse modo, houve neste contexto o aumento da derrubada dos bosques e a sua transformação em pastagens e terras cultiváveis, acarretando o rápido aumento da população, que passou a se instalar em pequenas áreas rurais (Engels, 2000).

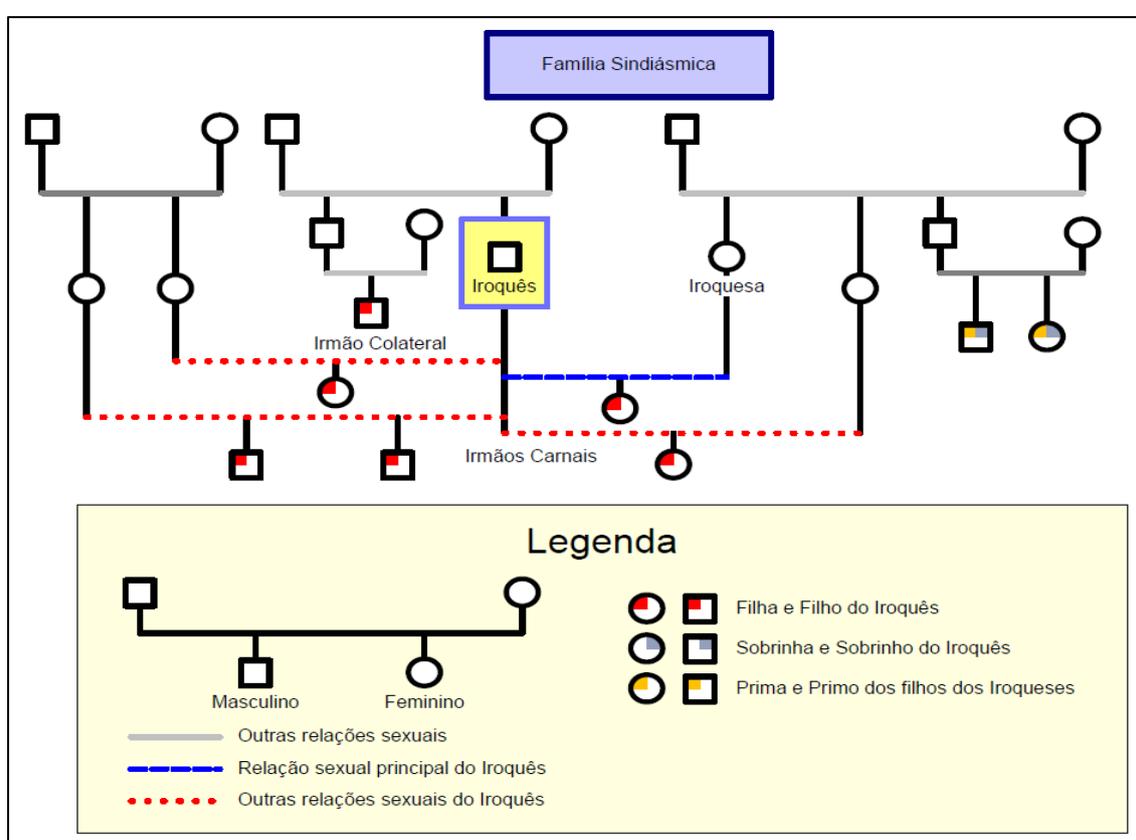
Essas novas formas de produção resultaram na divisão do trabalho na família, cabendo ao homem confeccionar os instrumentos necessários ao trabalho e, conseqüentemente, procurar por fontes de alimentação. Isso transforma o homem em proprietário dos instrumentos, e reduz o trabalho da mulher em conservar os utensílios domésticos. Segundo Engels (2000), o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o

³⁰Segundo Lessa e Tonet (2011), o valor-de-uso refere-se à qualidade que a mercadoria tem para satisfazer as necessidades das pessoas, enquanto o valor-de-troca é medido pelo tempo de trabalho socialmente empregado para produzir uma mercadoria.

mundo, o que propiciou o desenvolvimento da próxima organização familiar, a família monogâmica. Em síntese, o “homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (Engels, 2000, p. 15).

Neste momento ocorreu a transformação da família punaluana, que diante das mudanças sociais desenvolveu uma nova organização familiar, conforme o diagrama abaixo, denominada de “família sindiásmica”.

Figura 4 – A família sindiásmica



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) com base em Engels (2000).

Segundo Engels (2000), a família sindiásmica surgiu diante da proibição do matrimônio entre parentes consanguíneos, o que resultou na condição em que um homem podia viver com uma mulher. Evidencia-se que, para este autor, a poligamia e a infidelidade ocasional continuavam a ser um direito dos homens, exigindo-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres³¹. Em outras palavras, a imposição da castidade para mulher, a proibição das relações

³¹ Diferentemente da crença que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem, defende-se que entre o estado selvagem e a barbárie, as mulheres não só eram livres, mas também constituíam a grande força dentro dos clãs (*gens*) em todos os lugares. Segundo Engels (2000), “elas não vacilavam, quando a ocasião exigia, em destituir um chefe e rebaixá-lo a condição de mero guerreiro” (p. 11).

sexuais com mais de um homem, marca a transição da família punaluana para a família sindiásmica.

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião. O que caracteriza essa família, acima de tudo, não é a poligamia, da qual logo falaremos, e sim a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. (Engels, 2000, p. 15).

De forma prática, neste modelo de família percebe-se a influência do ter e do poder em detrimento do ser ou do estar. Entretanto, constata-se que começam a surgir regras e normas de convivência que visam à manutenção da família. O excerto acima evidencia que o homem tem todos os membros da família sob sua autoridade e torna-se o definidor das leis que regem a casa. Assim, a mulher, os filhos e os servos tornam-se submissos às suas ordens.

Neste contexto, desponta o modo de produção asiático, que se configura como forma primitiva de exploração do homem pelo homem, conforme Lessa e Tonet (2011). A classe dominante se apropriava da riqueza produzida nas aldeias, por meio dos impostos recolhidos sob ameaça e força militar. Diante disso, para estes autores, fez-se necessário a criação de novos complexos sociais, por exemplo, o Estado e o Direito, como estratégias de manutenção da família e deste modelo de sociedade. Diferente das sociedades primitivas, onde não existiam leis, pois os interesses eram bastante parecidos, e as tradições e os costumes eram suficientes para a organização da vida social, nas sociedades asiáticas foi necessária a criação de leis (Lessa & Tonet, 2011).

Destaca-se que com a exploração do homem pelo homem surgiram os eventuais desacordos e conflitos na cultura tradicional da sociedade, devido à divisão social em classes, caracterizada pelos interesses antagônicos entre duas classes inconciliáveis, de um lado, os exploradores e, de outro, os explorados – os quais podiam ser resolvidos apenas pela força (Marx, 1859). Assim, para manter a ordem e a paz, mas também a dominação dos exploradores, o Estado foi criado, sendo formado pelos funcionários públicos, pela polícia, pelo exército e o Direito, enquanto estratégias de manutenção dos interesses da classe dominante (Lessa & Tonet, 2011).

Por fim, o aprimoramento econômico resultante da produção possibilitou a passagem para o próximo período da História conjuntamente com a invenção da escrita. Neste contexto, segundo Lessa e Tonet (2011), a produção adequada ao desenvolvimento dos conhecimentos

da agricultura e da pecuária exigiu a criação de diques, represas e canais de irrigação. Este lento desenvolvimento das forças produtivas proporcionou ao homem a aquisição de novos conhecimentos e mudanças nas relações sociais, inclusive na configuração familiar.

2.2.3 *A Idade Antiga, a Sociedade Escravista e a Família Monogâmica*

Com o advento da escrita, aproximadamente em 4.000 a.C., tem-se o início da História, ou melhor, das sociedades históricas. Inicialmente, esta etapa aconteceu na Idade Antiga, também conhecida como Antiguidade, com a invenção da escrita, até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Nesse momento, tem-se o desenvolvimento das sociedades antigas, entre elas, as civilizações do Egito, Mesopotâmia, China, bem como as civilizações clássicas, como da Grécia e Roma, os Persas, os Hebreus, os Fenícios, além dos Celtas, Etruscos, Eslavos, dos povos germanos (visigodos, ostrogodos, anglos, saxões), entre outros (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

Neste contexto, as Sociedades Escravistas se caracterizavam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores e os escravos. Neste momento, toda a produção pertencia ao senhor, e os escravos não tinham interesse no aumento da produtividade (Lessa & Tonet, 2011). Segundo Engels (2000), esse período foi considerado o Estado da Civilização, que se refere à etapa da história em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos sociais, a indústria e a arte. Assim, “o arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva” (Engels, 2000, p. 02).

A influência da família pré-monogâmica (Sindiásmica) deu base para a constituição do modelo familiar³² tradicional. Para Engels (2000), a família monogâmica é caracterizada pelo predomínio do homem na liderança da casa, pela finalidade de procriar filhos(as) e pela solidez dos laços conjugais, que não podem ser rompidos tão facilmente. Como retratado, espera-se da mulher a castidade e uma fidelidade conjugal rigorosa, e a mulher passa a ser mãe dos filhos legítimos. No caso do homem, seu papel passa a ser o de governar a casa e vigiar as escravas – que ele pode transformar em concubinas (Engels, 2000). A divisão dos sexos resultou também na divisão entre público e privado, ou seja, entre as funções públicas, como os esportes e as

³² Segundo Engels (2000), a expressão família, no latim “famulus”, foi inventada pelos romanos, e não se aplicava aos cônjuges e/ou aos seus filhos. Referia-se somente aos escravos domésticos pertencentes a um mesmo homem. Essa expressão romana designava um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

discussões, reservadas aos homens, e as funções privadas, como de cuidar da casa e dos filhos, que eram de responsabilidade da mulher.

Este modelo familiar surgiu dentro do modo de produção escravista, pelo qual o aumento da riqueza se dava pelo aumento da quantidade de escravos (Lessa & Tonet, 2011). Entretanto, este aumento no número de escravos trouxe novos problemas à sociedade escravista. Por exemplo, em Roma havia mais de 700 escravos para um senhor. Assim, se houvesse uma revolta, não haveria senhores suficientes para enfrentá-los. Segundo estes autores, foi necessário que os senhores buscassem proteção frente às ameaças sofridas pelos escravos, contratando soldados para defendê-los, mas também para conquistar mais terras e, conseqüentemente mais escravos.

Contudo, os exércitos eram muito caros, e apenas um senhor não possuía riqueza suficiente para mantê-los. Por isso era necessário que todos os senhores compartilhassem as despesas militares (Lessa & Tonet, 2011). Se não bastasse isso, para estes autores, foi necessária a contratação de pessoas (ou seja, funcionários públicos) para recolher todo ano a contribuição (os impostos), bem como para administrar esse dinheiro para manter os exércitos. Segundo Lessa e Tonet (2011), foi nesse contexto que o Direito surge como forma de regulação da contradição antagônica entre os senhores e os escravos. Por isso, este momento foi propício para o surgimento do Estado. Junto dele, a emergência da necessidade de funcionários públicos para administrar os recursos, os instrumentos de repressão aos escravos, como o exército, a política, e a importância das leis do direito para manter a convivência entre as duas classes (Lessa & Tonet, 2011).

Para Lessa (2012), a origem da família monogâmica situa-se na transição para a sociedade de classes. Essa passagem trouxe mudanças no estilo de vida das pessoas, pois os cuidados básicos para a sobrevivência das crianças, devido à concorrência e individualismo, não poderiam mais ser coletivamente partilhados, e sim individualizados.

Foram vários os processos de transição das sociedades primitivas às sociedades de classe. A transição não foi a mesma no norte e no centro da Europa; na Ásia houve diferenças importantes entre a Índia e a China, entre o Japão e o Sudeste Asiático. Na África também não foi idêntica em todo o continente; e mais perto de nós, entre os maias, astecas e incas há distinções significativas. Com todas as diferenças e descompassos, um conjunto de elementos esteve sempre presente: trata-se, em todos os lugares, da passagem do modo de produção primitivo aos modos de produção fundados

na exploração do homem pelo homem. É esse conjunto de elementos comuns que nos interessa. (Lessa, 2012, p. 23).

Por isso, a monogamia não aparece na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher, mas surgiu sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos (Engels, 2000). Para este autor, o primeiro antagonismo de classes da história coincidiu com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, sendo a primeira opressão de classes a opressão do sexo feminino pelo masculino.

O primeiro traço comum desse contexto é que com a exploração do homem pelo provoca o uso da violência, e que por sua vez as guerras. E a guerra torna-se uma atividade predominantemente masculina, então a riqueza será expropriada e convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Desse modo, caberá aos homens dessa classe as atividades fundamentais para reprodução da sociedade, e assim, a economia, direito, política, religião, guerra, comércio, artes, filosofia, ciência, exploração e conquista de novos territórios surgem como atividades masculinas, e assim, tudo que refere-se a coletividade que as mulheres estarão excluídas. (Lessa, 2012, p. 27).

Desse modo, a evolução da família nos tempos pré-históricos prova que a origem da monogamia não está relacionada ao amor sexual individual³³. Essa evolução teve como condição a exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, das pessoas vinculadas apenas por aliança (Engels, 2000). Por isso, o amor sexual individual não originou a família monogâmica, mas para além das condições naturais, essa família teve sua origem em fatores econômicos, principalmente a propriedade privada.

Por fim, de acordo com Lessa e Tonet (2011), a eficiência do Estado foi diminuindo de forma inversamente proporcional ao aumento do número de escravos(as) e do tamanho do Império. Nesta situação, o exército e o Estado haviam crescido tanto que a riqueza que eles propiciavam aos senhores já não era suficiente para mantê-los e, assim, os funcionários públicos e os soldados começaram a receber cada vez menos (Lessa & Tonet, 2011). O aumento de invasões por parte de outros impérios e as revoltas dos escravos culminaram na desorganização

³³Segundo Engels (2000), o amor sexual difere essencialmente do simples desejo sexual, em primeiro lugar, porque supõe reciprocidade da pessoa amada. Além disso, o amor sexual atinge um grau de intensidade e de duração que transforma em grande desventura, talvez a maior de todas, para os amantes, a falta de relações íntimas ou a separação.

do comércio e, conseqüentemente, na diminuição do lucro dos senhores e no pagamento dos soldados e funcionários. Assim, para estes autores, a escassez de recursos gerou a crise política e militar, possibilitando a emergência de revoltas de escravos.

2.2.4 A Idade Média, a Sociedade Feudal e a Família Aristocrata

Ao longo da Idade Média observaram-se grandes diferenças entre as crenças, costumes e culturas entre o Ocidente e o Oriente. O período medieval, também conhecido como Idade das Trevas, foi caracterizado pelo feudalismo e o cenário social circundava o castelo, que era o centro da vida política e da habitação do senhor feudal. No castelo, por meio do exército, a principal atividade da nobreza era a guerra, legitimada pelos discursos religiosos proferidos pela Igreja Católica, que cuidava dos aspectos espirituais da comunidade. A organização feudal era estabelecida pelo trabalho dos servos na agricultura, que sustentava economicamente a Europa na Idade Média.

Segundo Lessa e Tonet (2011), a crise do escravismo e a falta de uma classe revolucionária resultaram numa transição caótica, fragmentada e lenta. Assim, com o desaparecimento da estrutura produtiva e comercial do Império Romano, o comércio e o dinheiro praticamente desapareceram. A característica predominante da sociedade feudal era a organização da produção em unidades autossuficientes, denominados feudos. Para estes autores, estes espaços agrários também serviam de fortificações militares para a defesa dos castelos.

Neste contexto, o trabalho no campo era realizado pelos servos(as), diferentes dos escravos(as) por serem proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção (Lessa & Tonet, 2011). Obvio que a maior parte da produção ficava com o senhor feudal que era o proprietário da terra, o líder militar e o responsável pela defesa do feudo. Segundo os autores, a lógica social deste período era de que o senhor feudal não podia vender a terra ou expulsar o servo e este não poderia abandonar o feudo.

Engels (2000) destaca que a primeira forma de amor sexual da história, o amor sexual como paixão (superior à atração sexual), foi o amor cavalheiresco, que surgiu na Idade Média e era reservado àqueles que pertenciam às classes dominantes. Entretanto, este não se referia ao amor conjugal. Acerca disso, o encerramento da Idade Média se deu com a tomada da Constantinopla, capital do Império Bizantino. Para Silva (2004), neste contexto de forte influência da cultura greco-romana, considerava-se que os indivíduos eram iguais perante a lei

e possuíam liberdade de escolha. No interior da sociedade aristocrata surgiu uma nova configuração familiar, denominada “família aristocrata”.

A queda do Império Romano provocou uma regressão das forças produtivas e, com isso, ao destruir o escravismo, aboliram-se todos os entraves daquele modo de produção (Lessa & Tonet, 2011). Neste contexto, os servos ficavam com uma parte da produção e, assim, interessava aos servos aumentá-la. Por isso, estes começaram a desenvolver novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo: aprimoraram as sementes e melhoraram as técnicas de preservação do solo (Lessa & Tonet, 2011).

Consequentemente, a produção voltou a crescer, juntamente com a população, o que gerou uma nova crise no sistema feudal, pois o feudo possuía mais servos(as) do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir (Lessa & Tonet, 2011). Diante disso, os senhores feudais romperam o acordo com os servos(as) e expulsaram do feudo os que estavam sobrando. Servos começaram a roubar e a trocar os produtos dos saques, o que culminou no florescimento do comércio e das rotas comerciais. Portanto, segundo Lessa e Tonet (2011), este contexto favoreceu o surgimento de duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes (ou burgueses).

No declínio do feudalismo e transição para o capitalismo o pai possuía, além do direito natural sobre os filhos, o direito político de comandá-los. Tocqueville (apud Silva, 2004) salienta que o poder familiar representava a força motriz da família e a figura paterna era o seu magistrado. Silva (2004) acrescenta que os membros familiares estavam unidos uns aos outros e, muitas vezes, tinham que se colocar em segundo plano, posto que a grande família estava acima do indivíduo. Em síntese, neste contexto aristocrático, os vínculos eram personalizados e quase sagrados, e a hierarquia aristocrática fixava os indivíduos acima ou abaixo dos outros, ligando-os. Os deveres e os sacrifícios para com os outros era frequente, obrigando-os a se esquecerem de si mesmos (Silva, 2004).

Até o século XVII, como demonstra Ariès (1981) ao se referir ao contexto europeu, a família era vivida em público, não existindo quase nenhuma intimidade, pois a densidade social tomava todo o seu lugar. A mudança do conceito de família medieval para o conceito de família moderna teve influência na inserção da escola, na privacidade, bem como na manutenção das crianças junto aos pais e no sentimento de valorização da família por parte das instituições (Oliveira, 2009).

2.2.5 A Idade Moderna, a Sociedade Capitalista e a Família Burguesa

Segundo Lessa e Tonet (2011), o modo de produção capitalista foi resultado da luta de classes no decorrer da história. Posto isto, tem-se o início da Idade Moderna, caracterizada como o momento das Grandes Navegações que permitiram aos homens descobrirem novos lugares na Terra e desenvolver com mais intensidade o comércio. Assim, a burguesia não parou de se expandir, ganhando proporções tanto internas, com o comércio local, como externas, com o comércio por toda a Europa, devido à influência das Navegações. Neste contexto, a descoberta da África, do caminho marítimo para as Índias e das Américas possibilitou a articulação do mercado mundial (Lessa & Tonet, 2011). Em síntese, com o desenvolvimento do comércio a classe social dos comerciantes, a burguesia, teve seu apogeu.

Segundo Lessa e Tonet (2011), as Grandes Navegações surgiram devido à demanda do mercado mundial e possibilitaram à burguesia europeia acumular capital para transformar o artesão medieval em trabalhador assalariado. Além disso, a partir das Grandes Navegações, no dia 22 de abril de 1500, a caravana do português Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. Desse modo, rompe-se a dicotomia entre a cronologia da história do mundo e a do país, e faz-se então a interface desta história com o desenvolvimento do Brasil e do modelo da família (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

A partir desta data e sob o domínio da colonização (e exploração) dos portugueses, os(as) índios(as) que habitavam o Brasil começaram a ser escravizados. Destaca-se que em nível mundial, as mudanças ocorriam em ritmo intenso, por conta das contradições e superações nos países, especialmente europeus. No caso do Brasil, quando os portugueses chegaram, estas mudanças foram vagarosas devido à colonização e à exploração. Com o passar do tempo, foi havendo uma miscigenação das culturas e dos povos por conta do contato entre os portugueses e os indígenas que habitavam o Brasil (Aquino, 1980; Marriott, 2015).

Segundo Moura (2008, p. 20), no Brasil do século XVIII:

[...] os núcleos de povoamento no Brasil eram ainda fortemente determinados por esses senhores rurais (grandes latifundiários), que imprimiam a marca da família patriarcal no cenário público brasileiro. [...] A família rural, além de ser submissa e dependente do pai e senhor rural, era caracterizada por uma “frouxidão dos costumes pessoais” e por “hábitos rudimentares” em seu modo de vida e a maior parte da população era constituída por negros, índios e mestiços (raças consideradas “inferiores”).

Neste momento, a família brasileira pode ser caracterizada por um modelo patriarcal muito semelhante à família monogâmica da sociedade escravista da Idade Antiga. Neste contexto, o homem é a figura de poder, o senhor rural, e o restante da família (esposa, filhos e servos) é submetido ao seu poder, desejos e vontades. No Brasil, estes servos eram considerados como pertencentes a “raças inferiores”, como negros, índios e mestiços. Por isso, como já apresentado, além da colonização no país, constituiu-se o modelo familiar sobre a herança desta dinâmica e configuração.

Segundo Schwarcz (1983), no século XIX, os “homens da ciência” ditavam os destinos da nação, permeando ora a aceitação das teorias e dos estilos estrangeiros, ora da cultura advinda do cruzamento racial e adaptação do povo miscigenado. Destaca-se que houve, no segundo reinado do Brasil, intensa urbanização, movimentos migratórios e a presença de elites político-financeiras com interesses distintos (Schwarcz, 1983).

Segundo Moura (2008):

[...] como resultado das novas condições de trabalho, desenvolveu-se o que se convencionou chamar de “classe média”, para diferenciá-la da camada senhorial. [...] No entanto, essa classe estava em grande parte vinculada à aristocracia rural, numa relação de dependência, seja por laços familiares, políticos ou profissionais (p. 18).

A respeito disso, o contexto socioeconômico daquela época girava em torno dos tradicionais proprietários nordestinos, as elites cafeeiras cariocas e a ascendente aristocracia paulista. Em outras palavras, para Moura (2008), os nobres eram, em geral, produtores rurais semianalfabetos que se inspiravam na França.

Em síntese, no Brasil:

[...] a família colonial era frouxa de costumes, rude de hábitos e determinada pela ordem do pai e senhor rural. [...] As relações intra-familiares expressaram o ideal de construção de uma nação saudável nos moldes da classe que se apropriava do poder: a aristocracia rural e a burguesia branca, que deveria adquirir um estilo refinado, higiênico, polido e disciplinado. Esse era o indivíduo ideal para construção da nação brasileira, que poderia elevá-la ao nível de civilização, nos parâmetros europeus. Este corpo saudável e estámente higiênica, eleito como representante de uma classe e de uma raça, serviram para construção de uma ideia de “superioridade racial e social”. (Moura, 2008, p. 23).

Segundo Patto (1999), a passagem do modo de produção feudal para o modo capitalista não se fez sem grandes convulsões sociais, mas varreu da face da terra a monarquia como regime político dominante. Para esta autora, tal mudança destituiu a nobreza e o clero do poder econômico e político e inviabilizou a relação entre servo e senhor feudal (Patto, 1999). Em síntese, o que aconteceu no Brasil foi a passagem da família pré-monogâmica (patriarcal) para um modelo de família monogâmica (burguesa), e esta ocorreu devido às várias contradições existentes na realidade brasileira. Em especial, em virtude da colonização e, como apresentado acima, do discurso higienista³⁴ importado das metrópoles, o que também colaborou para o acirramento dos conflitos entre as classes antagônicas, provocando a passagem para uma nova configuração de elementos combinados.

De acordo com Patto (1999), estas mudanças sociais empurraram as populações rurais para os centros industriais, o que gerou a configuração dos centros urbanos em seus contrastes, engendrando uma nova classe dominante – a burguesia, e uma nova classe dominada – o proletariado. Por isso, para Patto (1999), atrelado ao contexto mundial, o Brasil foi influenciado pelos movimentos do Renascimento, da Reforma Protestante, da Revolução Francesa³⁵ e da Revolução Industrial. Conseqüentemente, o acirramento das classes, a ascensão da burguesia e a posterior ampliação da escolarização gesta em seu bojo a transformação dos ideários da revolução burguesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), irrealizáveis na sociedade capitalista, em fracasso escolar e social, porém localizando-os nos indivíduos que fracassam e em suas famílias.

Neste contexto de transição e constituição da sociedade de classes burguesa:

[...] na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão

³⁴ Segundo Moura (2008), o discurso higienista visa construir uma sociedade “saudável e moralmente higiênica”, especialmente, por meio da legitimação do discurso médico, o qual propicia às pessoas o “ajustamento social” justificado pela necessidade de ordem e progresso nacional. Destaca-se que este discurso reverberou diretamente no contexto da família, principalmente, nos cuidados, por exemplo, com a mãe sendo aquela que cuida da higiene e saúde dos filhos, etc.

³⁵ A Revolução Francesa (1789-1799) é um marco na ascensão de uma nova classe social. Neste momento, a burguesia, aliada às classes populares, é porta-voz de um desejo de todos que estão cerceados pelas monarquias. O ideal era o progresso da humanidade, por meio da razão humana, do conhecimento – ciência e técnica, o que traria felicidade humana, libertaria os homens do jugo dos mitos e estes passariam a dominar a natureza (Hobsbawm, 2013).

quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas. (Engels, 2000, p. 22).

Segundo Lessa e Tonet (2011), anos depois, o constante desenvolvimento das forças produtivas possibilitou que a classe burguesa concretizasse a Revolução Industrial (1776-1830). Para estes autores, após esta, a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e amadureceram também as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Com isso, intensificou-se ainda mais a exploração do homem pelo homem, isto é, do trabalhador (que vende sua força de trabalho), enquanto a burguesia compra apenas a sua força de trabalho (Lessa & Tonet, 2011).

No século XVIII, houve um grande desenvolvimento econômico resultante da Revolução Industrial. Com o início do sistema capitalista e com a indústria nasceram duas novas classes sociais: a dominante, composta pelos donos dos meios de produção, e a classe proletária (ou operária), que vende sua força de trabalho. Segundo Oliveira (2009), as mudanças societárias, como a predominância do monopólio do capital, repercutiram no desenvolvimento da família. A divisão do trabalho, fruto da Revolução Industrial, trouxe transformação profunda na sociedade, tal como a divisão do trabalho industrial do trabalho agrícola e a consequente separação entre cidade e campo.

Diante desse quadro, a divisão do trabalho repercutiu na divisão entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. As relações sociais, tal como as da família, sofreram influência da divisão social do trabalho. Por exemplo, o trabalho da mulher, as mudanças nas relações de trabalho, o crescente número de trabalhadores(as) informais. Todo este contexto, em que a classe operária se organiza em volta do trabalho para conseguir sobreviver influenciou e modificou o cotidiano da vida em família. Marcada pelo ritmo acelerado do capital, a família pode reproduzir, em seu interior, o individualismo e a competição, frutos da modernização da sociedade, bem como o predomínio do interesse individual sobre o coletivo.

Segundo Lessa (2012), a Revolução Industrial foi resultante da criação do mercado mundial, que abriu para a burguesia europeia uma fonte de matérias-primas, ao lado de um mercado consumidor. Foi resultante da concorrência dos mercados frente à necessidade de expandir a produção e o comércio e, portanto, a quantidade e qualidade das mercadorias. Além disso, a Revolução Industrial transformou o(a) trabalhador(a) em operação, possibilitou o aumento da produção que, por sua vez, intensificou a divisão social do trabalho, e converteu tudo em mercadoria³⁶ (Lessa & Tonet, 2011). A sociedade capitalista tornou-se ferramenta de

³⁶ A reificação (ou coisificação), que é a essência das alienações capitalistas, é esta absurda redução do que é uma das expressões mais humanas do indivíduo, sua capacidade produtiva, à mera mercadoria, a uma coisa. Reificação

alienação, desumanização e individualismo, sob a justificativa do enriquecimento pessoal em detrimento da coletividade.

De acordo com Engels (2000), neste contexto, as relações familiares giravam em torno da libertação da mulher, que exigiria como primeira condição a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que requeria a supressão da família individual como unidade econômica da sociedade. Acerca disso, Lessa (2012) aponta que:

[...] a retirada das mulheres da vida coletiva e a conversão das suas atividades em serviços privados (esposas ou prostitutas) dos homens tiveram tão forte impacto na constituição da personalidade típica feminina (e, como vimos, também da masculina, ainda que por outras vias). A negação da participação na vida coletiva implica imediatamente horizontes muito rebaixados das necessidades e possibilidades presentes na vida cotidiana, e isto conduz a individuações muito pobres e carentes de substância social. O casamento monogâmico tem um fortíssimo impacto sobre o desenvolvimento dos processos femininos de individuação, acima de tudo porque relega às mulheres atividades que foram reduzidas a serviços privados para os senhores do lar (ou do prostíbulo). Vimos que uma alienação simétrica se instaura, então, entre a porção masculina da humanidade. (Lessa, 2012, p. 64-65).

Segundo Oliveira (2009), a sociedade continua reproduzindo o modelo da mulher que vive no lar e para o lar e o do homem que vive para o trabalho. Historicamente, houve uma mudança, pois a mulher passou a acumular atividades e responsabilidades não somente no âmbito público, mas também no privado. Trabalhar dentro e fora do lar tem significado ímpar nas reflexões acerca das relações de gênero na vida cotidiana.

Destaca-se que neste contexto, ao adentrar o mundo do trabalho, a mulher passa a viver as mazelas desse mundo de maneira diferente do homem inserido no universo masculino. Já o homem, mesmo ampliando suas atividades no cotidiano do lar, no cuidado com os filhos(as) e em demais atividades, que anteriormente eram atribuições exclusivas do universo feminino, ainda continua tendo prioridade no mundo público, não sendo responsabilizado por não prover o lar e tampouco por não reconhecer o filho nos aspectos morais e legais (Lessa & Tonet, 2011).

Por fim, além disso, neste momento, o comércio se desenvolveu e trouxe mudanças no cenário geográfico, com a população saindo do campo e deslocando-se para os grandes centros

é, portanto, o desenvolvimento de relações sociais que apenas contemplam aquilo que, no indivíduo, pode ser comprado e vendido: sua força de trabalho (Lessa & Tonet, 2011).

urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Essa mudança geográfica resultou na concentração de indivíduos e famílias nos grandes centros. Isso, em última instância, produziu a saturação do mercado profissional, produzindo rebaixamento de salários e grandes contingentes de desempregados e desempregadas, e/ou subempregados, ampliando a pobreza e a vulnerabilidade social (Lessa & Tonet, 2011).

2.2.6 O capitalismo contemporâneo e as implicações sobre a família atual: entre rupturas e continuidades

A Idade Contemporânea foi marcada pelas grandes guerras mundiais imperialistas, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), engendradas devido à ambição dos países pelo domínio econômico, as quais trouxeram grandes repercussões para as sociedades (Aquino, 1980; Marriott, 2015). Neste momento, durante as duas grandes guerras, os homens eram recrutados para o combate e as mulheres assumiram suas funções nas fábricas, ou mesmo em fábricas de armamentos, para que a economia não parasse. A guerra, além de produzir centenas de milhares de mortos, também produzia devastação e fome que afetava as famílias, as crianças, etc.

Segundo Hobsbawm (2013), a sociedade capitalista contemporânea³⁷ não é o prolongamento modificado de seu passado, no caso da Idade Moderna. A partir do marxismo entende-se que esta sociedade capitalista é marcada pela luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Concorde-se com o autor quando este afirma que houve transformações rápidas, profundas, radicais e contínuas, características do mundo a partir do final do século XVIII. Contudo, o individualismo burguês ainda se mantém na atualidade.

No Brasil, com a entrada do ideário positivista, fez-se sentir a necessidade de adoção de grandes programas de higienização e saneamento (Schwarcz, 1983). Assim, para esta autora, esta nova racionalidade científica trazia aos centros urbanos projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Em outras palavras, começa o movimento de colocar a ciência a serviço do controle social, colocar a classe trabalhadora nas áreas de menos interesse imobiliário, no caso, os subúrbios (Schwarcz, 1983).

A partir dos anos 1880, a discussão sobre a higiene pública mobiliza as atenções, com a medicina legal e a figura do perito que, ao lado da polícia, explica a criminalidade e determina

³⁷ Neste contexto há o avanço e as contribuições do positivismo – fenômenos podem ser observáveis e empiricamente comprováveis – e do evolucionismo – que se baseia nos princípios da luta pela existência e sobrevivência do mais apto (Hobsbawm, 2013).

o que é loucura (Schwarcz, 1983). Em 1930, sob influência dos “eugenistas”, os médicos cariocas buscavam sanar as doenças tropicais por meio de programas higiênicos; já os baianos buscavam entender o cruzamento racial como o grande mal. Na maioria dos casos, era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade e se promoviam programas eugênicos de depuração (Schwarcz, 1983).

Destaca-se que, no contexto brasileiro, a partir da década de 1960, houve várias transformações econômicas e sociais que repercutiram na concentração da renda, na pauperização das condições da população e no aumento da força de trabalho feminina e juvenil. O aceleramento do crescimento econômico e político, impulsionado pelo desenvolvimentismo da Era Juscelino Kubitschek (1956-1961), demarcou a modernização da economia do país. Esse processo de modernização foi caracterizado pela desigualdade social, o empobrecimento de setores da população, como emprego, alimentação, educação, saúde, segurança, etc. (Oliveira, 2009). Evidencia-se que a desigualdade social é um dos alicerces da sociedade de classes antagônicas e sob a lógica do capital tal desigualdade se acirra em função do crescimento do pauperismo de uma sociedade que produz, na mesma medida, muitas riquezas.

Segundo Moura (2008), o movimento da Higiene Mental no contexto brasileiro difundiu nas décadas de 1920 a 1940 a necessidade de construir uma concepção de família nuclear e conjugal “mentalmente saudável” e “moralmente higiênica”. Destaca-se que tal movimento precedeu a 2ª Guerra Mundial, que foi consequência de uma crise econômica do capitalismo que levou as grandes nações imperialistas ao confronto. Assim, o impacto do sofrimento aconteceu em condições degradantes, em virtude da crise, tornando a classe trabalhadora alvo central das medidas higienistas.

Os preceitos de higiene mental se apresentaram como princípios e normas reguladoras do convívio familiar, sugerindo papéis e funções sociais para os homens e as mulheres, adultos e crianças, modelando-os ao estilo de vida burguês. Para Moura (2008):

[...] a família burguesa pode ser definida como uma instituição estabelecida pela união de pessoas do sexo oposto de acordo com as leis governamentais, religiosas ou sociais que regem o matrimônio em uma sociedade capitalista, na qual os membros se resumem basicamente em pais e filhos. (Moura, 2008, p. 13).

Em outras palavras, utiliza-se o modelo de uma classe abastada para normatizar a outra, sem considerar as condições concretas de vida da classe que não se ajusta. Isto porque não se

quer dar as mesmas condições de existência, mas sim tratar do fenômeno apenas no nível da aparência.

Do exposto até o momento, Engels (2000) aponta que:

[...] a família é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco são passivos só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (Engels, 2000, p. 04).

Por isso, o relacionamento familiar na sociedade capitalista caracteriza-se como um círculo, formado inicialmente pelos avós, depois pelos pais (filhos daqueles). Em seguida, os filhos destes (netos) e, assim, sucessivamente (Engels, 2000). Entretanto, como apresentado, para chegar até esse contexto familiar, historicamente a família passou por três estágios fundamentais da evolução humana. Primeiramente, pelo Estado Selvagem, o qual corresponde ao matrimônio por grupos (família punaluana). Na sequência, o Estado da Barbárie, caracterizado pelo matrimônio sindiásmico e, por fim, a Civilização, que se refere à monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição³⁸ (Engels, 2000).

Diante deste modelo burguês de família, onde se constata uma assimetria no relacionamento conjugal e que define os papéis, direitos e deveres do sexo masculino e do feminino de modos distintos, constitui-se o modelo de família a ser seguido pelas novas gerações, reproduzindo em suas regras e rotinas os valores da classe dominante. Ou seja, diante da necessidade de superação da sociedade de classes que estabelece esse modelo ideológico, será discutido na próxima seção acerca das críticas à família burguesa, para demonstrar a necessidade de superação deste modelo normatizador.

2.2.6.1 As críticas ao ideal normativo de família burguesa revelam a necessidade de superação

Constata-se pela explanação anterior que esta família burguesa (monogâmica ou tradicional) não é estática, mas, conforme as necessidades sociais e econômicas se desenvolveram, transformou-se no modelo de família que existe hoje na sociedade capitalista.

³⁸ O adultério e a prostituição são elementos complementares de um contexto que suprime das mulheres o direito de gozar dos prazeres da relação sexual. Estes elementos referem-se às atitudes do marido fora do casamento, que recorre a prostitutas para atender à necessidade biológica, naturalizada e considerada como incontrollável. Por isso, dava-se ao homem esse direito de cometer o adultério (Engels, 2000; Lessa, 2012).

Em outras palavras, segundo Lessa (2012), “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (p. 31). Ou seja, ela se refere à herança patriarcal que impõe o machismo nas relações sociais e concebe a mulher como objeto (mercadoria) das relações ditas como “amorosas”.

Por isso, essa família deriva da divisão de classes, da exploração de uma classe sobre a outra e das necessidades do individualismo burguês, que produziu a família monogâmica burguesa. Ou seja, é marcada pela forma de exploração do homem pelo homem – que é o capital. Sendo assim, “o amor do período burguês foi, por isso, portador também das alienações inerentes à nova situação” (Lessa, 2012, p. 54). Em síntese, as pessoas acreditavam que os bons casamentos eram como bons negócios que deveriam ser administrados durante o tempo (Lessa, 2012).

Diante disso, discute-se acerca do mito do amor romântico. Este é assentado na ideia de que as pessoas desenvolviam relações amorosas e/ou constituíam famílias a partir da premissa de que o “amor romântico” era suficiente para fazer uma escolha conjugal e/ou manter um casamento. Destaca-se que a premissa dessa ideia de amor é utópica, no sentido que supera os limites da realidade, a partir de um ideal burguês de família e de casamento. Neste sentido, constituiu-se a dinâmica e a configuração familiar.

A mulher continua apartada da vida social; submissa, seu domínio social continua a ser o lar, cabendo-lhe a mediação entre o pai, os filhos e os serviçais – e, no entanto, essas funções sociais vão se tornando cada vez mais difíceis de ser realizadas no dia a dia, à medida que as forças produtivas vão se desenvolvendo. O homem continua sendo o marido, o masculino provedor e dominante, responsável por manter em seu lar uma ordem cada vez mais difícil, agora que o crescimento das cidades facilita a “infidelidade” da esposa, agora que a sexualidade vai penetrando com mais força na vida cotidiana e, no contexto da Revolução Industrial, em que a força de trabalho das mulheres vai se tornando uma gigantesca fonte de lucro. (Lessa, 2012, p. 56).

Como apontado, a divisão do trabalho entre os sexos determinou os papéis do homem e da mulher, retirando-a da vida coletiva e a isolando no interior do lar. Desta divisão do trabalho deriva a oposição entre o trabalho intelectual e o manual, cada um cabendo a distintas classes sociais e, muitas vezes, no interior da própria família, entre homens e mulheres. Além disso,

essas mudanças tiveram um forte impacto na infância, pois as crianças começaram a passar mais tempo longe dos pais, terceirizando-se as responsabilidades do cuidar e do educar para as creches e escolas (Lessa, 2012).

Por outro lado, coloca-se em discussão acerca da mulher, que exerce a função de mãe, esposa e trabalhadora, e acaba sendo o elemento centralizador da família, devido às suas responsabilidades e diversos papéis. No caso desta mulher-mãe, soma-se o mito do “amor materno”, em que a mãe vive em função dos filhos(as), no desejo de satisfazer todas as necessidades destes.

A reprodução da sociedade burguesa – como todas as sociedades de classe – requer a disjunção entre as atividades de criação dos filhos, as tarefas domésticas mais imediatamente vinculadas à reprodução biológica, das atividades genéricas socialmente decisivas. Independentemente de serem homens ou mulheres os responsáveis pelas tarefas domésticas, tais responsáveis continuam sendo portadores de possibilidades limitadas, rebaixadas, de crescimento das suas pessoas (as alienações). E, por isso, nem a maternidade nem a paternidade, nem a condição de filhos, podem ser mediações para o pleno desenvolvimento dos indivíduos – independentemente de como as mulheres adentram ou saem do mercado de trabalho e de uma maior ou menor equidade na divisão das tarefas domésticas e de criação dos filhos pelos membros da família. (Lessa, 2012, p. 85).

Posto isto, entende-se que esta realidade constitui o contexto social das pessoas. Uma das consequências do acirramento da luta de classes é o aumento das violências e das desigualdades sociais. No sistema capitalista, a violência (física, sexual, doméstica, institucional, psicológica) é uma das características determinantes. Na família burguesa, isso acaba não sendo diferente, pois a violência acaba ganhando espaço na relação de sobrevivência dos seres humanos, por exemplo, no ato sexual de reprodução, na relação homem-mulher, na educação e, até mesmo, na disciplina dos filhos (Lessa, 2012).

Destaca-se que essa violência se caracteriza como reflexo da sociedade de classes, na qual um detém o poder sobre o outro, o que reproduz nas relações os conflitos sociais.

A organização da vida sob o modo de produção capitalista é violenta em si por se fundar na expropriação do trabalho, engendrando diversas formas particulares de violência que guardam em comum o impacto que causam sobre a saúde da população trabalhadora,

com custos políticos, econômicos, sociais e éticos acerca do conjunto da vida societal. Como forma específica de violência no trabalho, o assédio moral, fenômeno próprio do período de reestruturação produtiva do capital, rebate sobre as organizações da classe trabalhadora, especialmente sindicatos, afetando negativamente a formação dessa classe. (Souza & Ducati, 2017, p. 80).

Outro aspecto a ser mencionado, agora referente à questão sexual entre os homens e as mulheres na sociedade capitalista, é o fato de que para o homem a finalidade da relação sexual, no primeiro momento, é suprir suas necessidades biológicas e hormonais e, num segundo momento, deixar na família um herdeiro que perpetue a acumulação da riqueza da família. Por outro lado, o papel da mulher, como já exposto, refere-se a servir o esposo, a fim de suprir suas necessidades, mas também, por meio da virgindade, a mulher atesta ao homem que o primeiro filho nascido é de fato seu herdeiro. Em outras palavras, além de simbolizar a pureza, conforme os preceitos religiosos, a virgindade passa a ter valor de garantia de que o filho será mesmo legítimo (Lessa, 2012).

Ainda acerca da mulher, as mudanças no papel social da relação conjugal acabaram limitando a esposa ao desenvolvimento das atividades domésticas (privadas), ao passo que é responsabilidade masculina a realização de tudo aquilo que é público, tal como ações na área da política, da educação, da filosofia, das artes, do trabalho, etc. Desse modo, a mulher suportou a repressão do desenvolvimento de sua personalidade e de sua sexualidade (Lessa, 2012).

A maior repressão potencializou as alienações que atuam sobre a esposa. A relação das esposas das classes dominantes com seus serviços domésticos incorporou facetas do que ocorria com a velha aristocracia destruída pela burguesia. Entre outras coisas, um padrão de indumentária que impossibilitava o trabalho manual/doméstico e salientava o papel de puro comando que exercia no lar (as saias longas, pesadas, os saltos altos e o espartilho). Entre os homens da classe dominante, a rigidez na vestimenta cumpre a mesma função de designar com clareza quem está no comando: a casaca e a cartola impediam as atividades manuais, ao mesmo tempo em que sapatos mais confortáveis e as calças possibilitavam o deslocamento e a agilidade necessários aos negócios. (Lessa, 2012, p. 74).

De acordo com Kollontai (1920/2002), o que modificou os costumes familiares foi a expansão do trabalho assalariado da mulher, que trouxe uma nova possibilidade de dinâmica

familiar. A insuficiência do salário do homem para sustentar a família obrigou a mulher a buscar o trabalho remunerado nas fábricas, deixando a casa e os filhos(as) descuidados(as). A mulher trabalhadora desdobrava-se em três, pois precisava conciliar seu tempo para o trabalho, para os afazeres domésticos e para cuidar dos filhos(as). Em síntese, “quando mais se estende o trabalho assalariado da mulher, mais aumenta a decomposição da família” (Kollontai, 1920/2002, s/n).

Por fim, segundo Kollontai (1920/2002), historicamente, a família sofreu modificações, independente da configuração familiar, ou da moral e das leis que regiam a vida familiar, ou até mesmo do contexto, por exemplo, se a família é operária, da cidade ou do campo. Defende-se que em todos os modos e configurações a família é necessária para a sobrevivência dos seus membros, pois é por meio dela que os filhos(as) são criados, educados e supridos em suas necessidades básicas. No modelo ideológico conforme os interesses de uma classe, no caso da família tradicional, o marido é provedor da mulher e dos filhos(as); por outro lado, a esposa é responsável pelos afazeres domésticos e pela criação dos filhos (Kollontai, 1920/2002).

Destaca-se que ao invés do matrimônio indissolúvel, baseado na servidão da mulher, na sociedade comunista essa união seria permeada por amor e respeito, sendo que os membros, homem e mulher, no Estado Operário, seriam iguais em seus direitos e em suas obrigações. Nesse sentido, levantar-se-ia uma grande família universal de trabalhadores, em detrimento da família de tipo individual e egoísta (Kollontai, 1920/2002). Por isso, na sequência, apresenta-se o modelo de família no contexto comunista, que defende uma relação diferente entre homem e mulher, baseada na união de afetos e camaradagem, que supera a escravidão da mulher, dando a ela os meios para alcançar seu sustento.

3. O ATENDIMENTO DE FAMÍLIA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Tradicionalmente, a análise psicológica sobre o homem se dividiu entre duas correntes epistemológicas – o idealismo e o materialismo – como base para explicar a constituição do psiquismo (Vigotski, 1996b). Não obstante, o fenômeno da família, que é também um dos objetos da ciência e prática do psicólogo, tem sido articulado a uma perspectiva de culpabilização da família (Tanamachi & Meira, 2003). Por exemplo, no contexto escolar as dificuldades de aprendizagem da criança têm sido interpretadas como consequências de uma família “desestruturada”, isto é, por conta de os pais e mães serem separados e/ou desempregados, etc.

Além disso, como tratado no primeiro capítulo, esta psicologia tradicional, vinculada à ideia de dualidade entre corpo e alma, resume seus fenômenos, inicialmente, a partir das contribuições das ciências da natureza, como a Física e, posteriormente, sob a influência da ciência médica. O que se mantém é o tratamento da família a partir de um viés universalizante, patologizante e biologizante. Segundo Alves, Silva e Moreira (2016), esta perspectiva sofre influência do discurso médico e da reprodução da divisão social entre o homem e a mulher. Para estas autoras, na sociedade contemporânea o homem é o dominador responsável pela provisão dos mantimentos da casa e a mulher, pela reprodução da espécie. Assim, esta última é vinculada ao “sexo frágil”, devido ao corpo estar naturalmente predisposto à procriação, por exemplo, em virtude dos quadris, do útero, dos seios para amamentação. Em outras palavras, trata-se de compreender que todas as famílias, em tese, seriam iguais e constituídas, primordialmente, pelo aspecto biológico (genético). As influências ambientais apenas desencadeariam aquilo que já estaria no indivíduo de modo embrionário, as doenças, os problemas e sofrimentos psíquicos, por exemplo.

Como exposto no segundo capítulo, conforme Silveira (2000), a configuração e o comportamento familiar variam conforme os determinantes sociais, econômicos, políticos, religiosos e ideológicos. Em síntese, a família que hoje concebemos e compreendemos como família é produto da história humana, e está relacionada ao surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Posto isto, as mudanças sociais³⁹ ajudaram a conformar um

³⁹ Nesta sociedade capitalista, as mudanças sociais que contribuíram para este modelo de família foram: a) as relações entre homem e mulher a partir do movimento feminista; b) defesa pelos direitos das crianças e adolescentes; c) “terceirização” do papel de socialização e aculturação da criança, por meio da escola; d) desvinculação entre sexualidade e procriação; e) avanços tecnológicos, cujas repercussões afetam o prolongamento da vida; f) reconhecimento das uniões homoafetivas; g) revolução sexual desencadeada pelo avanço das práticas contraceptivas; h) valorização da amizade fraterna ou solidariedade imposta pela necessidade (Silveira, 2000).

modelo ideal de família, denominado “família nuclear”, que, resumidamente, caracteriza-se pela origem no casamento (civil e/ou religioso) e é constituída pelos seguintes membros: marido, esposa e filhos.

Em outras palavras, a concepção de família torna-se um elemento que dá base à reprodução da lógica do sistema capitalista, cuja materialidade configura-se por atitudes de produção e consumo de mercadorias (Oliveira, 2009). Em outras palavras, a família torna-se um elemento de reprodução do capital, sendo que as relações familiares estão permeadas pelos interesses econômicos. Isso porque os pais acabam vendendo sua força de trabalho e, assim, produzindo um objeto que tenha valor-de-uso e valor-de-troca, a fim de suprir, por meio do consumo destes bens, as necessidades básicas dos membros, principalmente dos filhos(as).

Segundo Marx (2004), nestas famílias “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, e pelos meios de poder efetivar sua atividade” (p. 25). Para este autor, este processo está relegado à classe proletária, o(a) trabalhador(a) é aquele que não tem capital financeiro ou posse de terras, assim, acaba sobrevivendo apenas do salário⁴⁰ derivado da venda da sua força de trabalho. Em outras palavras, o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho (devido à falta de capital, isto é, poder de compra) para realizar a produção de uma mercadoria para o capitalista, detentor dos meios de produção, que repassa para aquele apenas a menor parte financeira deste processo.

Esta compreensão de família articula-se com os pressupostos da psicologia burguesa (ou tradicional), derivada de um contexto capitalista permeado pela produção abundante de mercadorias. Tais pressupostos são: a noção de uma classe trabalhadora assalariada livre, a propriedade privada, a relação de troca mediada pelo dinheiro, a ideologia liberal (liberdade e igualdade) influenciada pelas Revoluções (Científica, Industrial e Francesa), que colocam o homem como o centro do mundo (Cambaúva & Tuleski, 2007). Assim, a partir do empirismo e do naturalismo, esta psicologia sustenta-se na lógica formal, que se refere ao conhecimento empírico como aquele que se dá na relação imediata e sensível com o real.

Considerando-se as contradições que um modelo ideal de família impõe à efetiva existência das mais diversas configurações familiares. Esta forma padronizada serve como linha de base para a análise do que é saudável ou patológico no interior da sociedade capitalista. Por isso, defende-se a necessidade de superação desta psicologia tradicional que legitima os ideais da família burguesa, e que, ao invés de promover o desenvolvimento do grupo familiar, seja

⁴⁰ Segundo Marx (2004), o salário é determinado mediante o confronto hostil entre os interesses do capitalista e do trabalhador. Entretanto, diante da elevada taxa de desemprego, isto é, de concorrência, o salário torna-se a menor taxa para a subsistência do trabalhador, e assim, de sustento da família.

qual for a sua configuração, acaba por responsabilizá-lo pelo sofrimento oriundo de múltiplos fatores gerados pela desigualdade social.

Desse modo, objetiva-se neste capítulo investigar caminhos para a superação deste modelo, a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, a fim de compreender e intervir junto às famílias em situação de sofrimento. Por isso, o desafio ao considerar a lógica individualizante de atendimento guiado, costumeiramente, pelo viés moral, pelo modelo clínico tradicional e pelo despreparo para o trato das especificidades deste grupo social; bem como a escassez de materiais teórico-metodológicos que discutam o foco do processo e os procedimentos operacionais da atuação da psicologia no contexto clínico, sob os marcos da Psicologia Histórico-Cultural.

Para tanto, no primeiro momento serão apresentadas as perspectivas teóricas que tentam superar o modelo tradicional pautado no atendimento individualizante, seja pela modalidade de atendimento de família ou pelo referencial teórico utilizado. Em seguida, serão discutidos os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e suas implicações práticas para o desenvolvimento do trabalho psicológico com famílias em sofrimento físico e/ou emocional.

3.1 Os limites e as possibilidades do atendimento psicológico de famílias

Como se buscou discutir ao longo desta pesquisa, o complexo fenômeno da família enfrenta constantes mudanças devido ao contexto sócio-histórico. Por isso, numa atuação no campo da Psicologia é fundamental compreendê-la em sua historicidade, em sua processualidade, de modo a possibilitar novas formas de análise e intervenção, por exemplo, junto aos conflitos conjugais, na educação dos pais, compreendendo a influência dos valores das gerações ascendentes, nas mais diversas relações intra e extrafamiliares. Portanto, a família não pode ser tomada em abstrato, mesmo em situações difíceis como quando enfrenta eventos traumáticos, como a morte, o desemprego, a separação, que podem produzir conflitos no ambiente familiar. Estes necessitam ser compreendidos como vivenciados por um grupo familiar historicamente situado, no interior de uma dada sociedade, pertencente a uma dada classe social, com particularidades de raça, etnia, gênero, etc.

Desse modo, não é possível ignorar o quanto um tipo de sociabilidade, e as ideologias vinculadas a ela sobre o aceitável ou não para o exercício de determinados papéis sociais podem influir nos relacionamentos familiares. Como exemplo, citamos alguns autores que apontam o fato de que a dificuldade do relacionamento conjugal envolveria apenas o fato de que os dois sujeitos individuais necessitam conviver juntos, a fim de construírem uma identidade conjugal

(Feres-Carneiro, 1998), não abarcando a complexidade do fenômeno. Este pode ser um aspecto problemático, principalmente em uma sociedade que prima pelo individualismo, e a convivência nos mais variados aspectos (afetivos, sexuais, de trabalho e amizade) exige sempre consenso, superação de desejos puramente individuais de quaisquer naturezas a serem satisfeitos.

Neste sentido, esta é uma contradição que o modo de produção capitalista, pela forma como coloca “uns contra os outros” no âmbito da produção, extrapola tais características para as demais esferas do convívio humano, abarcando as relações familiares. Descolar estes aspectos da base objetiva que os gera, ainda que exista muitas e complexas mediações, acaba por naturalizar e abstrair os conflitos. Nesta direção, Feres-Carneiro (1998) afirma que essa relação com o passar do tempo acaba se desgastando, caindo na rotina e, por fim, decepcionando o casal a ponto de surgirem conflitos no relacionamento que resultam em sentimentos de desprezo, frustração e infelicidade. Fica explícito o quão delicado é tratar tais problemáticas pela aparência fenomênica.

Ainda assim, compreende-se que as proposições de algumas abordagens teóricas avançam em relação ao que denominamos de perspectiva tradicional. Por isso, propõe-se neste momento apresentar os limites e as possibilidades do atendimento psicológico de família, a partir de uma recuperação das contribuições da Teoria Sistêmica. Destaca-se a análise desta abordagem teórica devido ao fato de grande parte das publicações analisadas no primeiro capítulo estarem vinculadas à Teoria Sistêmica. Além disso, acrescentam-se nesta análise duas abordagens teóricas que tentam superar o modelo tradicional, a partir do seu referencial. Por isso, de um lado discute-se os limites teórico-filosóficos do Construcionismo Social e, de outro, as possibilidades de atendimento a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica.

3.1.1 As contribuições da Teoria Sistêmica para o atendimento psicológico de famílias

A partir do levantamento bibliográfico realizado no primeiro capítulo, ressalta-se que aproximadamente 41% dos textos analisados nos descritores “psicologia” e “família” está embasado na Teoria Sistêmica. Como já apresentado, esta abordagem teórica é uma das pioneiras no campo da Psicologia em realizar investigações e desenvolver experiências práticas voltadas para o atendimento de família.

Historicamente, a Teoria Sistêmica surge nos EUA, na década de 1950, a partir dos avanços tecnológicos (armas nucleares) e do exponencial crescimento da população que contribuiu para a deterioração do meio ambiente. Esta teoria sistêmica novo-paradigmática se

configurou como uma alternativa ao atendimento individual, a partir da sua proposta de atendimento de família (Andolfi, 1996). Diferentemente da proposta psicanalítica que surgiu vinculada ao atendimento individual, a perspectiva sistêmica desenvolve suas práticas por meio do atendimento de casal ou de família. Entretanto, a Teoria Sistêmica, a partir dos seus pressupostos teórico-filosóficos, em última análise, acaba legitimando um caráter individualizante de atendimento psicológico.

A Teoria Sistêmica surge pautada numa visão holística, com a proposta de superar a lógica da ciência moderna – concepção mecanicista e reducionista da realidade – a partir da compreensão de que os fenômenos são interligados e interdependentes. Este novo paradigma considera que os sistemas – individuais e sociais (ecossistemas) – têm uma estrutura flexível e dinâmica, que quando isolados perdem suas propriedades, pois conforme o próprio conceito de *holon* “o todo é diferente da soma de suas partes” (Capra, 1982).

A partir disso, entende-se que o sistema familiar é formado pelos membros internos da família, por exemplo, a tradicional familiar nuclear constituída por pai, mãe e filhos. Este sistema influencia e é influenciado pelos membros internos da família, como também pelos determinantes externos do ambiente. Destaca-se que a Teoria Sistêmica considera três princípios que guiam a sua práxis de atendimento psicológico com as famílias: a) auto-organização: a capacidade da estrutura e da função não é imposta pelo meio ambiente, mas pelo próprio sistema e, assim, gera autonomia no sistema; b) autorrenovação: capacidade de renovar e reciclar seus componentes e manter a integridade de sua estrutura global; c) autotranscendência: capacidade de se dirigir criativamente para além das fronteiras físicas e mentais (Capra, 1982).

Segundo Capra (1982), os organismos são diferentes das máquinas, pois são caracterizados pela flexibilidade e plasticidade, e não seguem rigorosa regularidade e linearidade de causa e efeito. Por fim, evidencia-se que os sistemas possuem alto grau de “estabilidade” (estrutural global) e estão em constante renovação (poder de regeneração), sendo que as flutuações desempenham um papel central na dinâmica da automanutenção para adaptação, ou seja, para a homeostase (estado de equilíbrio dinâmico).

Desse modo, a perspectiva sistêmica desconecta em sua análise e intervenção as múltiplas determinações que interferem na constituição do fenômeno da família. Essa perspectiva recorre ao modelo biológico para explicar os fenômenos psicológicos, considerados como sistemas interligados e interdependentes regidos pelos princípios de auto-organização, da autorrenovação e da autotranscendência, que serão discutidos posteriormente. Por exemplo, a partir dos conceitos de “ciclo vital”, “estilos parentais” e “transmissão geracional”, que foram

tratados anteriormente no primeiro capítulo. A partir desses princípios entende-se a família como um sistema aberto que tem a autonomia para renovar e reciclar sua estrutura, mantendo a integridade do seu sistema familiar (Cervený, 2000).

Percebe-se uma universalização dos conceitos desenvolvidos pela Teoria Sistêmica⁴¹, especialmente a respeito do Ciclo Vital. Este conceito foi desenvolvido a partir da análise das famílias norte-americanas. Assim, foram realizadas generalizações para as demais combinações e configurações de família. Essa teoria acaba universalizando o conceito ao considerar que as famílias, inclusive as brasileiras, passarão pelos estágios do ciclo vital e de algum modo experimentarão, com graus diferentes de intensidade, as demandas de cada estágio. Nessa mesma linha sistêmica, encontra-se o conceito de “transmissão geracional”, que entende os filhos como receptores dos valores e opiniões dos pais, sendo retirada sua capacidade crítica, ativa e transformadora. Nessa abordagem teórica, os filhos herdam dos pais a personalidade, as escolhas profissionais, os princípios religiosos, desconsiderando-se as contradições que vão se colocando no interior das famílias em virtude das relações sociais mais amplas.

Para a Teoria Sistêmica, essa transmissão sofre influência dos estilos parentais ou práticas educativas dos pais, discutindo a influência dos pais no desenvolvimento dos filhos. Assim, percebe-se que esses estilos ou essas práticas vinculam-se ao entendimento do papel da família como prestadora de serviços e cuidados, a fim de dar assistência às necessidades básicas dos filhos. Acerca disso,

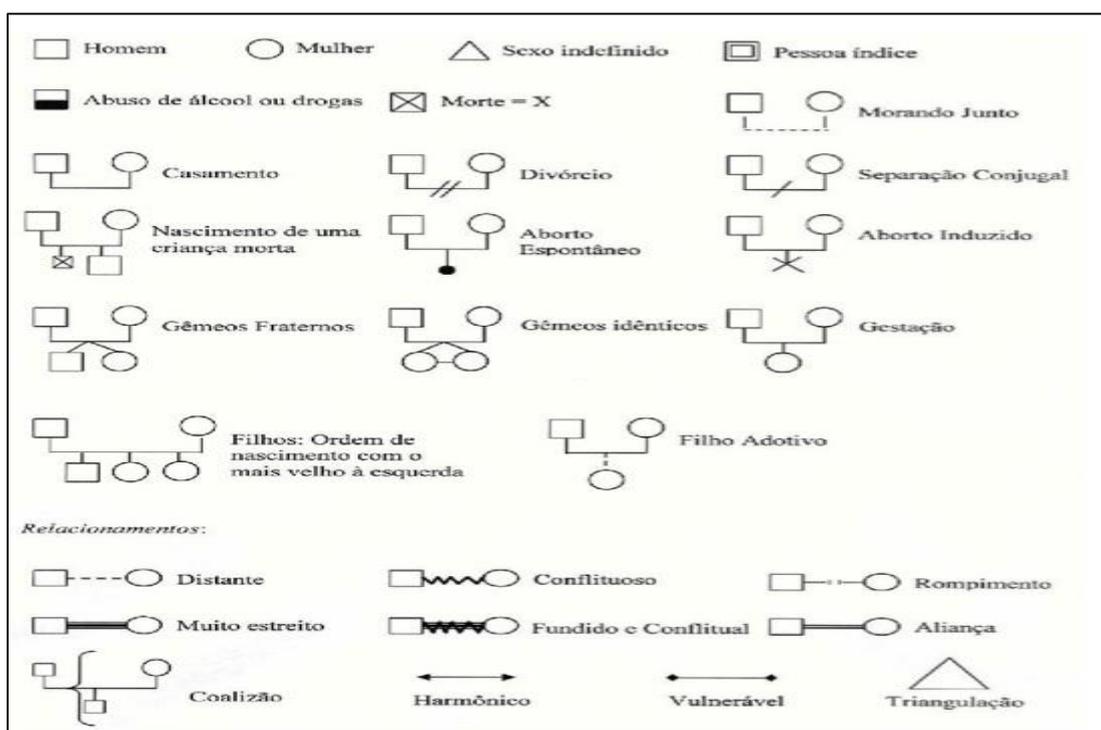
As condutas humanas estão envolvidas por inúmeros fatores, são determinadas por uma complexidade de elementos, sendo impossível saber com precisão quais foram as mudanças de contexto mais significativas para essa garota; mas pela força de sua ligação com a mãe, parece-me que o trabalho terapêutico realizado em torno das relações familiares (embora com uma só peça da engrenagem) foi extremamente importante para que as duas, mãe e filha, estabelecessem uma vinculação mais funcional, e pudessem viver separadamente de forma plena. (Nabas, 2000, p. 217).

⁴¹ A Psicologia Histórico-Cultural recorre à discussão do desenvolvimento do psiquismo humano e da influência das relações familiares na direção de potencializar ou não os ganhos do desenvolvimento infantil em cada etapa, diante de novas formas de atividade-guia, no interior das relações sociais. Essas contribuições baseiam-se no método marxiano, que compreende a família e, conseqüentemente, a formação do psiquismo de cada um de seus integrantes, ancorada na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Para tanto é necessário a superação do viés biologizante da família, ou seja, da compreensão da família apenas voltada às demandas físicas, sendo seu papel convertido à combinação do binômio cuidar-educar. Em outras palavras, trata-se de suprir as necessidades básicas, mas ao mesmo tempo transmitir a cultura e propiciar o uso dos signos e da linguagem.

Destaca-se que a partir desta teoria a fonte de intervenções e agentes de mudanças encontra-se no sistema parental, isto é, nos pais. Em outras palavras, trata-se da compreensão de que diante dos problemas enfrentados pela família, somente a mudança dos pais pode resultar em transformação “total” do sistema familiar (Andolfi, 1996; Cerveny, 2000). Para a visão sistêmica, a relação da família com outros sistemas (externos) acontece constantemente. Por isso, é fundamental que a família desenvolva a homeostase, ou seja, o equilíbrio dinâmico para que se mantenham em harmonia as trocas que acontecem dentro e fora do sistema familiar (Andolfi, 1996).

De igual modo, outra contribuição para o atendimento de família pautada na Teoria Sistêmica é o genograma (ou genetograma). Segundo Carter e McGoldrick (1995), trata-se de uma representação gráfica, um mapa esquemático de uma família trigeracional. Trata-se de um instrumento que permite analisar o movimento de uma família através do ciclo de vida, seu desenvolvimento ao longo do tempo. Retrata, ainda, a história, os triângulos e padrões familiares, evidenciando a estrutura familiar, seu funcionamento e os relacionamentos que lhe são inerentes. De acordo com os autores, o genograma, acompanhado pela cronologia familiar, é o recurso mais eficaz para traçar o ciclo de vida familiar e pode ser utilizado para mapear a família em cada estágio do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1995).

Figura 5 – Genograma



Fonte: Imagem extraída de Carter e McGoldrick (1995).

O genograma oferece indícios sobre a forma como os cônjuges se relacionam com as suas famílias de origem e suas respectivas funções nessas famílias, bem como ilustra os triângulos e padrões familiares existentes. No que diz respeito ao casamento, este instrumento oferece pistas para a compreensão das dificuldades e problemas envolvidos na reunião de duas famílias que são essencialmente diferentes. No momento de transição para a paternidade, esse instrumento pode revelar estressores presentes nesse estágio, circunstâncias peculiares que envolvem o nascimento de uma criança e triangulações desenvolvidas nesse período (Carter & McGoldrick, 1995).

Ademais, o genograma possibilita traçar o efeito das perdas ao longo do ciclo vital, tendo em vista que a perda representa uma “transição maior que rompe os padrões de interação do ciclo de vida, e que, portanto, requer uma reorganização familiar e propõe desafios de adaptação compartilhados” (Carter & McGoldrick, 1995, p. 150). Em relação ao estágio que caracteriza a família com filhos na adolescência, que demandam maior liberdade e independência, essa ferramenta muitas vezes revela as fronteiras familiares e os padrões multigeracionais que predizem a facilidade ou não da família em se ajustar a essa fase. Em relação ao estágio de “lançamento dos filhos”, ou fase dos filhos na juventude, por sua vez, o genograma permite avaliar a duração desse momento e os aspectos que podem contribuir para antecipar ou retardar esse lançamento.

Por fim, no decorrer do estágio do envelhecimento, que implica na tarefa de reordenar os relacionamentos e estabelecer um acordo com a mortalidade das gerações anteriores, essa representação gráfica pode demonstrar a quem foi delegado o cuidado dos pais e as lutas e triângulos estabelecidos na tentativa de compartilhar as responsabilidades. Em suma, o genograma tem valor na predição e compreensão das relações familiares e de seu desenvolvimento ao longo do ciclo de vida (Carter & McGoldrick, 1995).

A Teoria Sistêmica não se fundamenta no materialismo histórico-dialético, por isso apresenta uma perspectiva diferente sobre a família. Como tratado anteriormente, o referencial sistêmico é pioneiro no estudo e discussão do atendimento psicológico com famílias em sofrimento. Esta teoria sistêmica acaba legitimando as ideias da classe dominante e se equiparando aos pressupostos da psicologia burguesa, devido ao seus pressupostos teórico-metodológicos. Destaca-se que os conceitos sistêmicos, por exemplo, *holon*, ciclo vital e homeostase, trazem em seu bojo a compreensão de que a família não é estática. Em outras palavras, para a perspectiva sistêmica, a família transforma-se no decorrer da história (Andolfi, 1996; Cerveny, 2000).

Apesar de a Teoria Sistêmica considerar o movimento e a transformação dos fenômenos sistêmicos, não é possível defender que a mesma apresenta uma conotação dialética da realidade e, em especial, da família. Diferentemente da perspectiva histórico-cultural que, a partir do materialismo histórico dialético, compreende as múltiplas determinações que envolvem as transformações sociais e históricas da família. Coloca-se em questão a importância do papel da família no desenvolvimento do psiquismo, ou seja, em cada fase da vida – ou “ciclo vital”, na visão sistêmica, onde serão necessárias diferentes formas de atuação na realidade social. Na mesma direção, leva-se em conta o papel dos pais na educação familiar dos filhos. Todavia, a perspectiva sistêmica, ao considerar o social, não leva em conta a dialética do singular-particular-universal, ou seja, em última análise, acaba tendo uma visão interacionista que remete à biologia, uma vez que recupera o conceito de adaptação e homeostase do sujeito ao meio.

Em síntese, segundo Gomes, Bolze, Bueno e Crepaldi (2014), as bases epistemológicas da Teoria Sistêmica estão atreladas à Teoria Geral dos Sistemas, à Cibernética e à Teoria da Comunicação. Tradicionalmente, uma das vertentes dessa teoria é a perspectiva ecológica, a qual compreende as relações humanas como sistemas vivos que precisam sobreviver. Para estes autores, a Teoria Geral dos Sistemas envolve os conceitos da Física, Química, e outras áreas biológicas, para compreender os princípios universais de organização das estruturas vivas e não vivas, por exemplo, sistema abertos e fechados, equilíbrio dinâmico, globalidade, morfogênese, circularidade e não-somatividade.

Além disso, outra contribuição foi a Teoria da Cibernética e sua proposta interdisciplinar de pesquisas científicas relativas à relação de programas e máquinas de computadores com o sistema nervoso humano, incorporando conceitos de *feedback* (ou retroalimentação) e comunicação (Gomes, Bolze, Bueno & Crepaldi, 2014). Para estes autores, a Teoria da Comunicação de 1ª ordem envolve os processos morfoestáticos, a retroalimentação, a autorregulação e a homeostase. Já para os de 2ª ordem, trata-se dos conceitos de *input* e *output*, causalidade circular retroativa e recursiva. Por outro lado, os de 3ª ordem referem-se aos “sistemas, ecossistemas, causalidade circular, recursividade, contradições e pensamento complexo” (Gomes et al., 2014, p. 11).

Por fim, a influência da Teoria da Comunicação, de acordo com Gomes et al. (2014), envolve a análise das três dimensões: sintaxe, semântica e pragmática. Acerca da comunicação, estes autores discutem sobre a necessidade humana de se comunicar, sobre o processo de comunicação de um conteúdo, maneiras como os seres humanos se comunicam. Por exemplo, comunicação verbal e não verbal, e trocas feitas entre os seres humanos.

Posto isto, a psicologia sistêmica divorcia-se da história do homem e reforça os princípios da sociedade de classes (Facci, Barroco & Leonardo, 2010). Desse modo, neste momento, problematiza-se a necessidade de uma abordagem teórica que recorra a categorias para explicar e intervir no ser humano em sua totalidade.

Sendo assim, a partir dos princípios filosóficos do materialismo histórico dialético encontraram-se as respostas para estes questionamentos. A compreensão do fenômeno da família encontra-se, nessas perspectivas, apenas no nível da aparência, pois se deixa de lado toda a realidade material, ou melhor, as múltiplas determinações que compõem o relacionamento familiar e que o transformam ao longo do tempo. Sendo assim, a partir da dialética do singular-particular-universal, o desafio da psicologia é trilhar sua análise em direção à essência do fenômeno, para que, na sequência, desenvolvam-se ações que possam de fato possibilitar a transformação ou amenização do sofrimento físico e/ou psicológico.

Conclui-se que a Teoria Sistêmica avança na proposta de trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias, visando superar o modelo tradicional de atendimento individual. Entretanto, trata-se de um avanço e rompimento apenas parcial, pois mudar as características do *setting* clínico individual para o atendimento de família não significa necessariamente superar a atuação liberal do(a) psicólogo(a). Em outras palavras, refere-se à permanência do modelo psicológico tradicional com ênfase no atendimento clínico individualizado e individualizante. Entende-se que essa proposta de atendimento psicológico de família é limitada à medida que recorre aos conceitos da biologia, por exemplo, sistemas, autorregulação e homeostase, para construir as suas análises, o que não supera os reducionismos.

3.1.2 Os limites teórico-filosóficos do Construcionismo Social para o atendimento de família

O Construcionismo Social se desenvolve como teoria psicológica que tenta superar os limites teórico-filosóficos da clínica tradicional em seus aspectos de atendimento individual e individualizante. Todavia, tal teoria acaba seguindo o mesmo percurso da Teoria Sistêmica, pois, de um lado, esta tenta superar o modelo tradicional pela modalidade de atendimento de família, ao passo que aquela busca a superação pela fundamentação teórica. Por isso, neste momento, objetiva-se discutir os limites teórico-filosóficos do Construcionismo Social para o atendimento de família, para que, posteriormente, seja possível refletir sobre a práxis histórico-cultural.

O Construcionismo Social surge no final do século XX e início do século XXI, num contexto em que as práticas clínicas eram emergentes, e necessitavam de uma perspectiva

teórica que tivesse o foco nos processos relacionais e discursivos, a partir do viés de que as pessoas constroem a si mesmas e o mundo. Esta perspectiva compreende que os indivíduos e grupos estão em constante transformação em virtude das relações dialógicas e atividades sociais nas quais estão imersos. Na terapia como construção social, o terapeuta se coloca em um ambiente de relações com o indivíduo e, nesse sentido, vai contra a afirmação que concede ao profissional o poder de mudar seus clientes pelo uso de ferramentas técnicas. Isso porque a psicoterapia se constrói à medida que terapeuta e paciente se envolvem na relação e no contexto em que se inserem (Fruggeri, 1998).

Sendo assim, defende-se que o Construcionismo Social⁴², ao levar em conta o papel das relações sociais, consolida-se como um avanço na proposta da Teoria Sistêmica. Apresentam-se duas possibilidades terapêuticas que se fundamentam no Construcionismo Social: a Terapia Narrativa e a Terapia Social. A Terapia Narrativa, segundo Grandesso (2006), considera que ao ingressar no mundo o homem se aproxima de grupos, nos quais ouve e compartilha histórias. Por isso, nesta perspectiva, a linguagem constitui o mundo e, assim, concede um sentido à existência humana, por meio das relações sociais. Ou seja, as experiências humanas estão inseridas nas conversações que o homem tem com as redes de conversação que formam a cultura (Grandesso, 2006).

Cada pessoa na sua rede de conversações desenvolve uma compreensão do significado que a família tem para si. Histórias co-construídas entre os membros da família através de palavras, gestos, atitudes e, mesmo no que se diz pelo silêncio, constroem uma rede de crenças compartilhadas sobre a família de cada um, mantida e ressignificada em diferentes contextos de vida. (Grandesso, 2006, p. 16).

⁴² A partir da Psicologia Histórico-Cultural constata-se que as terapias psicológicas que se fundamentam no Construcionismo Social acabam se limitando à medida que privilegiam a compreensão do psiquismo e da linguagem construída apenas pelas relações interpessoais. A compreensão destas relações sociais se refere às relações discursivas e não às relações sociais de produção, como defende o materialismo histórico-dialético. Trata-se de não levar em conta as múltiplas determinações históricas, mediante a transformação do homem e da natureza pela atividade de trabalho, pela qual são geradas as transformações discursivas. Segundo Vigotski (2000), a linguagem organiza o pensamento, sendo seu papel essencial na construção do psiquismo. Entende-se que ela não se desenvolve sozinha, ao contrário, origina-se do trabalho e se transforma por meio das necessidades concretas de vida dos seres humanos. Vigotski e Luria (1996) discutem que inicialmente esta linguagem tem caráter mais emocional e espontâneo e, à medida que a criança se torna independente do adulto, se engajando nas atividades que a vinculam ao mundo, vai se complexificando e propiciando que esta criança desenvolva a consciência de si e do mundo. A partir dos sentidos e significados que este profissional desenvolve em sua práxis, amplia-se a concepção da realidade e da consciência da família acerca do sofrimento psíquico, em suas relações objetivo-subjetivas.

Segundo Grandesso (2006), para o Construcionismo Social as conversações em família vão criando a vida privada, além de garantir a transmissão de valores, tradições, mitos, rituais, dentre outros que são inerentes à cultura familiar, propiciando que se crie uma identidade em movimento constante. Para este autor, cada família organiza a sua história numa narrativa oficial, dando significados para as experiências vividas, considerando os limites de sua cultura (Grandesso, 2006).

Narrativas são organizadas em relatos que apresentam uma sequencialidade e contextualizam seus enredos dando-lhes uma inteligibilidade [...] A construção das narrativas se insere num contexto histórico e decorre de uma negociação nas comunidades, no que se refere às suas instituições e estruturas sociais, resultando de uma troca interpessoal. (Grandesso, 2006, p. 18-19).

Outra proposta apoiada no Construcionismo Social é a Terapia Social, desenvolvida a partir de um movimento iniciado nos EUA, nos anos 1960, que se propõe emancipatório e revolucionário, apresentando a terapia de grupo como uma de suas práticas. O movimento de contracultura americano, de resistência, deriva de uma população insatisfeita, sendo uma parte composta por “marxistas” pós-modernos, ou conhecidos pela “atividade revolucionária”. Esta teoria foi consolidada por Fred Newman e Lois Holzman e inspirada na teoria marxista pós-moderna – a partir dos conceitos de alienação, comodificação (ou mercadoria), dialética e a atividade revolucionária. Visa romper com as dicotomias modernas – e com alguns conceitos da teoria do desenvolvimento de Vigotski (Camargo-Borges, 2010).

[...] a alienação é decorrente da forma organizativa privada da sociedade capitalista, que emburreceu o homem ao comodificar tudo o que existe à sua volta e criar o senso de que as coisas existem para serem possuídas concretamente, como capital. A própria intelectualidade e as emoções também foram alienadas por esse senso de ter, possuir. Tal entendimento comodificado das emoções acaba por levar à criação do senso de um mundo interno nos humanos completamente intocável, individualizado e sozinho. (Camargo-Borges, 2010, p. 52).

Posto isto, a partir do conceito de desenvolvimento e aprendizagem, a Terapia Social propõe uma intervenção no grupo, no caso, na família, que se modifica e se transforma no

decorrer do processo interventivo. Assim, o foco da intervenção é a ZDP, que se trata da zona em que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem na criança. Isto é, essa teoria empresta a compreensão dialética daquilo que a pessoa é (ou consegue fazer sozinha) e aquilo que a pessoa deseja se tornar (ou que precisa fazer com mediações). Por isso, as ZDP são organizadas com o objetivo de criar espaços de interação nos quais os participantes possam ousar ser o que ainda não são (Camargo-Borges, 2010).

Destaca-se que o Construcionismo Social recorre à proposta conceitual da ZDP, mas utiliza este conceito fazendo um recorte teórico dos pressupostos que envolvem o desenvolvimento e a aprendizagem. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, segundo Vigotski (1996c), as tarefas do diagnóstico são estabelecer o nível real de desenvolvimento alcançado pela criança e, em seguida, determinar o nível de desenvolvimento próximo. No caso do Construcionismo Social, a proposta é encontrar o nível ou zona de desenvolvimento que a família (ou o indivíduo) já consolidou, para que, posteriormente, em grupo e/ou em família, a partir da mediação do(a) psicólogo(a), este desenvolvimento seja potencializado.

Todavia, o fator limitante desta proposta é que, ao propor este conceito, o Construcionismo Social deixa de lado as bases fundantes que fazem parte da Psicologia Histórico-Cultural, dentre elas, o próprio método marxista pautado no materialismo histórico dialético, bem como os conceitos que envolvem o desenvolvimento e a aprendizagem. Assim, este recorte teórico resulta em implicações teórico-filosóficas de cunho reducionista e/ou determinista, assim como uma análise equivocada da realidade, aproximando-se de uma interpretação e intervenção aparente dos fenômenos, e não radical.

Como já discutido, Tuleski (2008) afirma que a Psicologia Histórico-Cultural foi produzida na Rússia pós-revolucionária, mantida isolada do mundo ocidental. Para esta autora, na tradução norte-americana foram retirados trechos repetitivos e discussões polêmicas, com a justificativa de facilitar a compreensão do leitor. Desse modo, nas interpretações ocidentais de Vigotski foram realizadas uma “limpeza” e uma “seleção” de conceitos, por exemplo, nas obras “Pensamento e linguagem” e “A formação social da mente” (Tuleski, 2008). Nestes casos, os tradutores não tinham conhecimento do método dialético e, assim, ao retirar as repetições, acabaram simplificando conceitos e suprimindo informações valiosas do pensamento do autor, tais como as relações sociais, cujo desenrolar na história produziu formas e condutas humanas derivadas das lutas de classes (Tuleski, 2008).

No aspecto prático, a Terapia Social tem início com atendimentos individuais, que posteriormente se transformam em um grupo heterogêneo de 10 a 25 pessoas. Segundo Camargo-Borges (2010), a duração de cada terapia é de 90 minutos, e os participantes trazem

questões a serem trabalhadas no ambiente terapêutico sob a mediação do terapeuta que auxilia o grupo sobre os temas trazidos. O papel do terapeuta é de facilitador e de suporte ao grupo, sendo flexível e improvisador, variando sua intervenção de acordo com a interatividade e a conversação do grupo (Camargo-Borges, 2010).

Ressalta-se que ambas as propostas, a Terapia Narrativa e a Terapia Social, encontram-se apoiadas nos pressupostos do Construcionismo Social. Segundo Manfrim e Rasera (2016), a práxis terapêutica está atrelada à construção de um ambiente em que as pessoas possam conversar e performar⁴³ sobre aquilo que coletivamente decidem. Além disso, metodologicamente, essas terapias não estão estruturadas em intervenções pré-planejadas. Assim, o terapeuta tem uma abertura para a conversa do grupo ou da família, ou seja, sobre as atividades que se criam e são criadas pelo grupo, o qual define o caminho a percorrer (Camargo-Borges, 2010; Manfrim & Rasera, 2016).

[...] os construcionistas convidam para a criação de novas práticas no processo terapêutico, a partir dos seguintes cinco pontos: a mudança da ênfase da mente para o discurso; o foco nas relações em detrimento ao self; e as ênfases na polivocalidade; nas potencialidades; e na ação. Apesar destas mudanças e caracterizações propostas, é importante ressaltar que estas são apenas orientações, não havendo também uma única descrição possível sobre o que seja a clínica construcionista, não sendo ela algo em “si mesma”, mas sim práticas terapêuticas que sejam sensíveis aos pressupostos que este movimento propõe. (Manfrim & Rasera, 2016, p. 36).

Por fim, retomam-se os fatores limitantes da proposta Construcionista Social⁴⁴ que, apesar de considerar as contribuições de Marx, acaba rompendo com os pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico dialético. Embora esta proposta se aproxime na aparência e até se utilize de conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, opera com categorias descolando-as de sua base teórica e metodológica, perdendo a materialidade e desconectando a linguagem das relações sociais de produção. Sendo assim, defende-se que o atendimento de família necessita estar solidificado nas bases do pensamento marxista, o materialismo histórico

⁴³ A performance ou performatividade é um conceito da dramaturgia e foi desenvolvido na terapia social, por meio da atividade de criação e transformação de formas de ser, pela representação e dramatização. Assim, a linguagem tem função de criação de outros modos de expressão e conscientização e, assim, de apropriação de outras formas de vida (Camargo-Borges, 2010).

⁴⁴ Para aprofundamento da discussão acerca das apropriações da Psicologia Histórico-Cultural pelo Construcionismo Social, ver em Costa (2015).

dialético. Contudo, destaca-se que os aspectos práticos dessas propostas são válidos e não necessariamente precisam ser descartados, por exemplo, a modalidade dos atendimentos, a duração dos atendimentos, os procedimentos de temática dos encontros, o papel do facilitador e as intervenções vinculadas à dramatização.

3.1.3 As possibilidades do atendimento de família a partir da Psicologia Sócio-Histórica⁴⁵

Neste caminho de busca pela superação do modelo clínico tradicional houve tentativas sem sucesso, pois, em última análise, a Teoria Sistêmica e o Construcionismo Social acabam reproduzindo a mesma perspectiva de atendimento individualizante. De um lado, a Teoria Sistêmica trouxe uma nova configuração no atendimento, isto é, ao invés do atendimento individual privilegia o atendimento com as famílias. De outro lado, o Construcionismo Social apresenta-se com uma nova proposta teórica. Entretanto, ambos não conseguem superar os limites da psicologia burguesa e, em sua práxis acabam reproduzindo e legitimando os interesses da classe dominante e um modelo ideal de família. A primeira por incorporar conceitos da biologia, da visão ecológica para as relações sociais e, a segunda, por descolar os conceitos vigotskianos do seu sistema conceitual, o que conduz à primazia da atividade discursiva sobre a atividade objetiva – o trabalho.

Assim, discute-se acerca da Psicologia Sócio-Histórica⁴⁶ advinda da produção de Quintino Aires e seus colaboradores, a partir das contribuições da Maria Rita Leal, vinculados ao Instituto de Psicologia Aplicada e Formação (IPAF). Esta Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se nas contribuições teórico-metodológicas das obras de Vigotski, Luria, Leontiev e autores contemporâneos, surge como uma tentativa de superação e ruptura com a premissa individualizante, biologizante, universalizante e patologizante da psicologia burguesa.

Diante disso, neste item discute-se acerca da Psicologia Sócio-Histórica, a partir das produções científicas, enquanto proposta alternativa para a atuação profissional do(a) psicólogo(a) para além do contexto educacional. Desse modo, objetiva-se aprofundar as discussões já realizadas por essa abordagem teórica, por exemplo, nos contextos clínico e hospitalar. Neste caso, a discussão tem o intuito de contribuir para esta perspectiva, que se

⁴⁵ As traduções das obras russas de Vigotski possibilitaram desdobramentos teóricos, fazendo surgir diferentes nomenclaturas para sua corrente, que justificam estar alinhadas com os pressupostos marxistas dos estudos de Vigotski. Dentre elas, pode-se destacar a “Psicologia Sócio-Histórica” e a “Psicologia Histórico-Cultural”, sendo que a diferença entre elas está em que a última utiliza do materialismo histórico dialético para realizar suas análises e intervenções, bem como das contribuições de Leontiev e Luria para discutir os fenômenos psicológicos.

⁴⁶ Por outro lado, destaca-se que a Psicologia Sócio-Histórica não se restringe às contribuições do IPAF, por exemplo, os trabalhos de Ana Mercês Bahia Bock, Maria da Graça Gonçalves, Odair Furtado, Wanda Aguiar, Sérgio Ozella, Antonio Ciampa, Edna Kahhale, Sueli Teresinha Ferrero Martins, Bader Sawaia e Silvia Lane, contribuições que aqui não serão analisadas devido ao escopo deste trabalho.

distancia do materialismo histórico dialético e, especialmente, das contribuições psicológicas de Vigotski, Luria e Leontiev.

Historicamente, destaca-se que o IPAF surge em Portugal em 1996 – e no Brasil em 2002 – por Joaquim Maria Quintino Aires. A proposta era desenvolver os conceitos da Psicologia Sócio-Histórica no contexto clínico, a partir do trabalho clínico de Maria Rita Mendes Leal, nas décadas de 1970 e 1980, com a proposta do Modelo Relacional Dialógico (Aires, 2006; Marangoni & Aires, 2006). Esta proposta se baseia num modelo que concebe o homem a partir do processo dinâmico das emoções e seus significados que acontecem por meio das relações sociais, numa perspectiva desenvolvimental e sócio-emocional (Aires, 2006).

Em síntese, essa proposta recorre às contribuições dos psicólogos russos, entretanto, acaba, em última análise, deixando de lado os pressupostos do materialismo histórico dialético, focando somente em alguns conceitos teóricos de Vigotski, Luria, Leontiev e outros autores. Dentre os autores, percebe-se a utilização constante dos conceitos de subjetividade, afetividade e linguagem. Acerca da subjetividade, os autores defendem que o processo de subjetivação acontece ao longo do tempo, mediante as relações e condições sociais do indivíduo (Marangoni & Aires, 2006; Lima & Carvalho, 2013; Ozella, 2003; Zurba, 2011).

Destaca-se que para a Psicologia Histórico-Cultural o subjetivo, ou melhor, a personalidade, constitui-se, essencialmente, pela atividade transformadora na natureza, que dialeticamente transforma o próprio homem (Facci, Barroco & Leonardo, 2010). Desse modo, o salto qualitativo ontológico se deu pela apropriação do trabalho combinado com a aquisição da linguagem, permitindo ao homem a produção e a relação com a sociedade (Facci, 2004). No desenvolvimento humano, como já apresentado, em cada fase do desenvolvimento o homem constitui o seu psiquismo e as funções psicológicas no bojo das relações sociais, mediado por instrumentos e signos que promovem e desenvolvem suas atividades-guia ao longo da vida (Vigotski & Luria, 1996).

Referente à afetividade, os autores pontuam que se compreende a existência humana por meio das emoções e dos sentimentos que apresentam uma finalidade, sendo que estes são respostas das experiências do indivíduo que necessitam ser transformadas pela tomada de consciência (Calve, Rossler & Silva, 2015; Kina, 2011; Pinheiro & Bomfim, 2009). Segundo Leontiev (1978), a atividade é guiada pelos motivos e pelas necessidades, sendo que o desenvolvimento das emoções se dá da mesma maneira, à medida que a criança interage com o adulto. Assim, inicialmente, utiliza da linguagem emocional como manifestação de reações e expressões, para que futuramente manifeste seus conteúdos por meio de palavras carregadas de sentidos e significados.

Acerca da linguagem, constata-se que esta é constituída pelos sentidos e significados, sendo o elemento fundamental para a constituição da subjetividade e das relações sociais, e necessário ao psicólogo(a) utilizá-la do processo de ressignificação (Aires, 2006; Dacal, 2012; Fontes, 2005; González Rey, 2005; Martins, 2011; Zurba, 2011). Novamente, retoma-se a árdua discussão de Vigotski acerca da linguagem, a qual organiza o pensamento. Entretanto, como os demais conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, acabam não explicando o desenvolvimento deste conceito a partir das categorias do materialismo histórico dialético.

Posto isto, apresenta-se as contribuições práticas da Psicologia Sócio-Histórica voltada para o atendimento clínico. Antes disso, destaca-se que esta proposta teórica acaba reproduzindo os equívocos do *setting* terapêutico tradicional, à medida que rompe com as discussões de Vigotski, Luria e Leontiev, e foca nas contribuições de autores contemporâneos, como González Rey, Aires e Marangoni. Acerca disso, estes autores, a partir da justificativa de adotar o método marxista, acabam utilizando as técnicas e as estratégias de outras abordagens psicológicas, ou até mesmo de outros campos do conhecimento científico.

Nós agrupamos estas técnicas em dois grupos. Um grupo de Técnicas Gerais, que estabelecem uma certa atitude relacional (social) entre o psicoterapeuta e o paciente, e devem estar presentes em todos os momentos da psicoterapia; e Técnicas Específicas, que são selecionadas pelo psicoterapeuta de acordo com o que está a acontecer em cada momento (aqui e agora) da psicoterapia. As Técnicas Gerais são: Intercurso Mutuamente Contingente, um padrão de interação social, como estudado por Rita Leal (1975); Compreensão Empática, que assumindo a *eigenwelt* do paciente reconhece a subjetividade e Pôr Verbo. As Técnicas Específicas são: Repetição, com a intenção de produzir uma maior verbalização da parte do paciente, Marcação, com o objetivo de apoiar o diálogo, mas sem o interromper; Focagem, para aumentar a ansiedade, promovendo maior atividade; Generalização, para reduzir a ansiedade; Eco Emocional, ou seja, dar nome às emoções do paciente; e Re-expressão, ou seja, descrever eventos de uma forma racional e objetiva. (Aires, 2006, s/n).

A partir da Psicologia Histórico-Cultural, embasada no método marxista, destaca-se que não há problemas em utilizar diferentes técnicas, desde que adequadas às finalidades propostas e que estejam bem fundamentadas no método de análise. Por exemplo, é possível utilizar-se de experimentos, desde que estes estejam relacionados aos princípios metodológicos de análise da gênese e desenvolvimento de determinados processos ou neoformações. Do mesmo modo, é

possível utilizar entrevistas, desde que se tenha clareza do aspecto por esta técnica capturado, por exemplo, no âmbito do discurso, que revela parcialmente um dado fenômeno.

Desse modo, a questão encontra-se em transportar de outras teorias psicológicas ou áreas científicas determinadas concepções ou conceitos em conjunto com as técnicas como estratégia final de intervenção. Tal emprego retrata o que Vigotski (1996b) discute de modo aprofundado em sua análise da crise da Psicologia, como o cenário de inexistência de uma Psicologia Geral, o que conduz ao ecletismo, tanto teórico como prático. Contexto semelhante ao discutido sobre a Psicologia Sócio-Histórica, a Teoria Sistêmica e o Construcionismo Social. Apesar de terem boas intenções em superar o modelo tradicional de atendimento clínico, pela falta de uma Psicologia Geral acabam reproduzindo a clínica tradicional que mantém um modelo clínico individualizante, biologizante, universalizante e patologizante.

Acerca disso, percebem-se diversas contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para o atendimento de família. Todavia, estas técnicas e estratégias de intervenção são utilizadas como instrumento do processo do atendimento psicológico, e assim não acabam consolidando-se como métodos determinantes de atuação do(a) psicólogo(a). A partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, defende-se que não há um padrão ou modelo único e universal de intervenção. Porém, estes e outros instrumentos devem levar em conta a dialética do singular-particular-universal, a fim de considerar as múltiplas determinações que envolvem o homem ou a família em sofrimento psicológico.

Além disso, outro instrumento apontado pela Psicologia Sócio-Histórica é a arte, que se configura como um veículo de sensibilização e compreensão do homem por meio da utilização do cinema, pintura, teatro, literatura e música (Macedo, 2012; Marques, 2010). Ao discutir sobre a “psicologia da arte”, Vigotski (1999) considera esta como elemento mobilizador e interventivo que dá acesso à compreensão dos sentimentos e emoções das pessoas. Ainda, defende que o desenho se constitui como elemento gerador de sentidos e sentimentos, tornando-se uma representação da estrutura psíquica da criança, por exemplo, no caso do teste projetivo “Desenho-Estória” desenvolvido por Walter Trinca (Pinheiro & Bomfim, 2009).

Acrescenta-se o brinquedo como um instrumento terapêutico utilizado como mediação entre o adulto e a criança, sendo possível compreender as demandas emocionais por meio deste recurso lúdico (Fontes, 2005; Martins & Paduan, 2010). Outra possibilidade advém do campo dramaturgico. Por meio de técnicas do sociodrama e/ou psicodrama o(a) psicólogo(a) pode recorrer ao desenvolvimento de jogos e dinâmicas (individuais e/ou em grupo) para criar um ambiente educativo de novos papéis ou de transformação de histórias do passado (Macedo, 2012).

Por fim, entende-se como válida esta contribuição, desde que esta intervenção não seja utilizada numa perspectiva clínica de atendimento psicológico individualista e individualizante. Diante disso, questiona-se: qual seria o papel da terapia numa perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que fosse radical, no sentido de ir às raízes, e tomando o método como base?

Entende-se que a centralidade do atendimento psicológico se encontra em permitir ao sujeito em sofrimento psicológico a conscienciatização das suas dores, mas, principalmente, as raízes que desencadeiam este problema, derivadas das contradições inerentes à sociedade dividida em classes. É nesta direção que se procura delinear alguns possíveis caminhos tendo por base a Psicologia Histórico-Cultural, sem desconsiderar seus princípios filosóficos e metodológicos.

3.2 As bases conceituais da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família

Como exposto, a crise da Psicologia se delineou pela necessidade de uma Psicologia Geral, no caso, uma psicologia marxista capaz de adotar o método materialista histórico dialético para a análise da constituição humana (Cambaúva & Tuleski, 2007). Vigotski (1996b) defendia que a superação do viés tradicional na Psicologia aconteceria pela compreensão integral dos fenômenos, que se daria pela unificação dos conhecimentos dos sistemas psicológicos em uma psicologia geral. Segundo Cambaúva e Tuleski (2007), trata-se de compreender como o fenômeno empírico se constitui, as múltiplas determinações dessa constituição, a partir da totalidade e da superação da lógica formal, que permanece na aparência e não chega à análise essencial dos fenômenos. Para se apreender os fenômenos psicológicos, é necessário não abstraí-los do sujeito que percebe, memoriza, pensa, sente, se comunica. Ou seja, faz-se necessário conhecer o sujeito em sua concreticidade – síntese de múltiplas determinações, isto é, como determinado e determinante das relações sociais e históricas (a estrutura social). Em suma, seu psiquismo, sua consciência e seu comportamento mantêm relações complexas desde sua gênese e em desenvolvimento com suas condições de vida, o que não é fruto de uma mera maturação biológica.

Sendo assim, a defesa de Vigotski por uma Psicologia Geral parte do pressuposto, conforme Bock (1997), da necessidade de existência de uma psicologia que se fundamente na análise do homem concreto, e não apenas nos aspectos isolados de seu psiquismo ou comportamento, tomados de forma abstrata. Uma das contribuições do marxismo, base filosófica da Psicologia Histórico-Cultural, é a superação da pseudoconcreticidade dos fenômenos, que se refere ao “[...] mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem a

superfície dos processos realmente essenciais, o mundo dos objetos fixados que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (Kosik, 1976).

Considerando o objeto investigado nesta pesquisa, ao se pensar a atuação da psicologia junto à família, esta precisa ser tomada como uma família concreta⁴⁷ que se constitui historicamente. A partir de uma abordagem dialética, entende-se que a natureza psicológica desenvolve-se em nível interno (em si ou intrapsicológico) e a partir do externo (relação social entre as pessoas ou interpsicológico). O meio social objetivo está demarcado pelos instrumentos (sua produção, distribuição e consumo) e os signos (formas simbólicas produzidas socialmente para permitir o intercâmbio de ideias e formar a imagem mental do mundo), que determinam este processo (Vigotski, 2000). Em outras palavras, trata-se da compreensão de que “a personalidade é o conjunto de relações sociais. As funções psicológicas superiores criam-se no coletivo” (Vigotski, 2000, p. 35). É neste processo altamente complexo que a consciência como qualidade do psiquismo humano se constitui, em cada um e no conjunto dos membros do grupo familiar, por exemplo.

Tradicionalmente, a Psicologia Histórico-Cultural, devido a sua entrada no Brasil, por meio dos educadores, foi vinculada ao campo de intervenção da Psicologia Escolar. Entretanto, para Delari Junior (2012), Vigotski não foi um “psicólogo escolar”, e sim um “metodólogo” que estudou os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia. Para este autor, há registros que apontam que Vigotski não apenas trabalhou com crianças, mas também recebeu os pais, realizou entrevistas e diagnósticos. Ademais, Vigotski (1997), ao final da vida, interessou-se pelo domínio do comportamento desviante de adultos, como as afasias, a esquizofrenia, o Alzheimer e o Parkinson.

Desse modo, a relação do homem com a natureza, por meio do trabalho, é um processo sócio-histórico, pelo qual este constrói novas formas de satisfação de suas necessidades, mediante a apropriação da cultura (Bock, 1997). Essa relação ocorre por meio de sua atividade intencional, pela transformação da natureza e da realidade, produzindo os meios de vida e constituindo a humanidade (Lessa & Tonet, 2011; Tanamachi & Meira, 2003). Segundo Leontiev (1978), esta atividade criadora produtiva, o trabalho, permite que o homem se adapte ativamente à natureza, pois a modifica para satisfazer suas necessidades e, nesse processo, ele próprio se modifica.

⁴⁷ Esta compreensão deriva das contribuições de Vigotski (2000), no texto “Manuscritos de 1929 – A psicologia concreta do homem”.

Segundo Leontiev (1981), estes princípios marxistas constituem o enfoque histórico-cultural, que compreende a formação e desenvolvimento do psiquismo pela categoria do trabalho, isto é, pela atividade objetivo-subjetiva de vínculo com a natureza. Para este autor, tal transformação se dá na filogênese, no salto ontológico que rompe com o determinismo biológico e inaugura o desenvolvimento histórico-social humano, de reprodução e autocriação das necessidades humanas no interior das relações sociais. Este salto encontra-se na teleologia da atividade humana, “[...] que por sua natureza é consciente, determinada nas diversas formas de sua manifestação a formação de capacidades, motivos, finalidades, sentidos, sentimentos etc., enfim engendra um conjunto de processos pelos quais [...] adquire existência psicológica” (Martins, 2004, p. 84).

Por isso o ser humano, a partir das condições biológicas e sociais dadas ao longo da evolução histórica desenvolveu, por meio da atividade, o seu psiquismo. Nesta perspectiva, o estudo concreto destes processos é necessário para a realização do trabalho do(a) psicólogo(a) com as famílias, pois descortina a constituição da personalidade de cada sujeito singular, no interior de um grupo socialmente constituído (grupo familiar), que é determinado e, ao mesmo tempo, determinante das e nas relações sociais mais amplas. Se o ser singular é social em sua essência, o grupo familiar em suas mais variadas configurações, nas relações que mantém entre si, também o é, pois:

[...] na própria organização corporal dos indivíduos está contida a necessidade de desenvolver uma relação ativa com o mundo exterior, e assim, esta atitude, produz meios que necessitam para sua sobrevivência. A influência sobre o mundo exterior modifica, como também modifica a si mesmo. Por isso, os homens são determinados por sua atividade, na qual está condicionada por um nível que vai alcançando o desenvolvimento de seus meios e formas de organização (Leontiev, 1981, p. 21, tradução nossa).

Em síntese, para Vigotski (1996b) na psicologia do homem está a chave da psicologia dos animais, assim como nas formas superiores a chave está na interpretação das formas inferiores. Nesse raciocínio, Vigotski e Luria (1996) complementam que na filogênese⁴⁸ o salto

⁴⁸ Os estágios da evolução do psiquismo humano acontecem com a preparação biológica do homem, quando os australopitecos (animais que levavam uma vida gregária) conheceram a posição vertical e serviram-se de utensílios rudimentares não trabalhados. Com o passar do tempo, elementos novos apareciam no seu desenvolvimento. Assim, sob a influência do trabalho e da comunicação pela linguagem, as modificações das constituições anatômicas do homem propiciaram o aparecimento do *homo sapiens* (Leontiev, 1978).

qualitativo do macaco antropoide ao *homo sapiens* se deu por meio do trabalho, pelo qual o homem se torna hominizado. Isto é, encerram-se as mudanças essenciais em sua estrutura física, determinando, assim, o surgimento da história social da humanidade. Sendo assim, o trabalho enquanto atividade vital consciente permite não só a reprodução da espécie, mas da sociedade e do gênero humano, tornando-se condição fundamental da vida humana.

Para se humanizar, é necessário que o homem se aproprie das aquisições históricas produzidas pela humanidade e, assim, desenvolva plenamente seu psiquismo, cuja qualidade é a consciência (Leontiev, 1983). Segundo Facci, Barroco e Leonardo (2010), a transformação do ser humano na ontogênese, isto é, na história singular do indivíduo, ocorre pelo processo de apropriação e objetivação de novas aptidões e conhecimentos, a partir de uma atividade efetiva em relação aos objetos e aos fenômenos criados pelo desenvolvimento da cultura humana. Essa transformação propiciou em termos filogenéticos a construção da sociedade e da história, mediante a produção dos meios para a satisfação de necessidades. Acerca disso, Martins (2004, p. 83) argumenta que:

[...] o desenvolvimento máximo de cada personalidade não pode ser analisado senão pelo reconhecimento da mediação nele exercida pelas relações sociais existentes, o que se traduz pelo fato de que o pleno desenvolvimento da personalidade humana implica necessariamente uma transformação radical das relações sociais determinadas pela alienação.

Em síntese, a evolução sócio-histórica humana permite independência das leis biológicas e hereditárias, e o desenvolvimento dos órgãos que se adaptam às condições e às necessidades produção, por exemplo, sendo então as leis sócio-históricas que regerão a evolução e desenvolvimento do homem (Leontiev, 1978). Sobre as leis biológicas e hereditárias, de acordo com Vigotski (2018) a partir do referencial marxista, estas influenciam, mas não determinam o desenvolvimento humano. Para este autor, não se trata de uma análise das características simples, e sim complexas, daquilo que surge e se altera ao longo do desenvolvimento. Assim, interessam as características frequentes que sofrem influência conjunta do meio e da hereditariedade, entretanto o foco não está apenas nas diferenças individuais, e sim naquilo que é comum a todos (Vigotski, 2018). Acrescenta-se que para este autor interessam as características dinâmicas que surgem no processo de desenvolvimento, o que envolve uma análise de diferentes graus etários e contextos.

Este processo se dá à medida que o homem se insere na história e, assim, internaliza as características do gênero humano (Facci, Barroco & Leonardo, 2010). A partir das necessidades materiais, o ser humano por meio do trabalho transforma a realidade, criando os signos, as formas simbólicas de comunicação entre os seres humanos, referentes às ferramentas psicológicas ou signos. Desse modo, esta transformação acontece pela criação de ferramentas materiais que alteram a natureza, ao mesmo tempo e modo que se tornam instrumentos psicológicos que modificam as funções mentais.

De acordo com Vigotski (1999) os signos (dispositivos artificiais) são dirigidos para o domínio dos processos psíquicos, próprios ou de outrem, porém neles não se encontram todos os traços dos instrumentos de trabalho. No caso, os instrumentos psicológicos são criações artificiais (dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais) que se destinam ao domínio dos processos psíquicos e comportamentais. Nesse sentido, o instrumento psicológico inserido no processo de comportamento modifica de forma global a evolução e a estrutura das funções psicológicas e suas propriedades, determinando a configuração do novo ato instrumental (Vigotski, 1996a).

A partir disso, no método instrumental são utilizados os instrumentos psicológicos com intuito de que a transformação, por meio desses instrumentos, provoque alterações qualitativas nas funções psicológicas superiores. Para Vigotski (1999), quando o homem atua nesse processo sobre a natureza exterior e a modifica, também está atuando sobre sua própria natureza e está se modificando, fazendo com que dependa dele o trabalho de suas forças naturais. Assim, os estímulos se transformam em instrumentos psicológicos quando em conjunto com o meio influenciam o psiquismo e o comportamento. Em síntese, o instrumento psicológico eleva e amplia as possibilidades do comportamento quando transforma a natureza e o homem.

Defende-se a importância dos instrumentos psicológicos para as intervenções do psicólogo(a) com a família, pois se entende que estes instrumentos se referem a tudo aquilo que o homem criou e que interfere em seu psiquismo. Assim, na perspectiva do atendimento do grupo familiar, estes instrumentos psicológicos são recursos de intervenção com a família que se encontra em sofrimento. Por exemplo, todos os tipos de linguagem, tal como a linguagem oral, escrita ou pictográfica são instrumentos psicológicos que podem ser utilizados no atendimento psicológico para investigar aspectos constituintes da família, mas também para intervir nos problemas apresentados.

3.2.1 A relação entre a periodização do desenvolvimento humano e a família

Segundo Vigotski (1996c), as teorias do desenvolvimento tradicionais, como o maturacionismo ou o reducionismo biológico das fases psicosssexuais de Sigmund Freud (1856-1939), se concentram nas capacidades inatas do ser humano, sendo que cada fase é marcada por determinadas mudanças. Diante disso, o autor contra argumenta que “o desenvolvimento é um processo contínuo de automovimento, que se distingue pela permanente aparição e formação do novo” (Vigotski, 1996, p. 254). Em cada idade há “uma nova formação central (ou neoformação) que funciona como uma espécie de guia para todo o processo de desenvolvimento que caracteriza a reorganização de toda a personalidade da criança sobre uma base nova” (Facci, 2004, p. 75). Essas neoformações são mudanças psíquicas e sociais que se produzem pela primeira vez em cada idade, e determinam no aspecto mais importante e fundamental a consciência da criança, sua relação com o meio, sua vida interna e externa.

Posto isto, questiona-se: por que é necessário que o(a) psicólogo(a) tenha esta compreensão para a realização do atendimento a grupos familiares? Primeiramente, é importante destacar que, independentemente da presença de crianças, adolescentes e/ou jovens no grupo familiar, ou seja, ainda que este seja constituído somente por adultos, estes se encontram em uma dada etapa do desenvolvimento. Estes também possuem uma história pregressa de desenvolvimento, de apropriação do legado das gerações anteriores por meio da constituição de atividades-guia ou dominantes em cada momento do seu desenvolvimento. Ou seja, o que se é como personalidade no momento presente é fruto deste desenvolvimento anterior e sua compreensão permite que se projete o vir a ser. O futuro, portanto, não é uma soma mecânica do passado e do presente, mas uma síntese dinâmica de ambos.

Conforme a complexidade da configuração familiar é ainda mais importante a compreensão que o(a) psicólogo(a) deve possuir sobre a periodização do desenvolvimento e de como interagem os integrantes do grupo familiar em níveis ou etapas distintas de desenvolvimento. Feito este adendo, procurou-se sintetizar em um quadro os elementos centrais da periodização segundo os autores da Psicologia Histórico-Cultural.

De acordo com o quadro abaixo, compreende-se que o desenvolvimento humano não é linear, ou seja, constituído de elementos sequenciais ao longo das fases da vida. Segundo Cheroglu e Magalhães (2016), esta perspectiva de desenvolvimento humano supera a visão naturalista vigente na ciência por meio do raciocínio da unidade dialética entre natureza e cultura. As condições sociais são premissas para a vida humana, sem elas não há desenvolvimento. No quadro organizado para fins didáticos expõem-se as fases do

desenvolvimento, a atividade-guia e as respectivas características do período, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Quadro 11 – Periodização do desenvolvimento à luz da Psicologia Histórico-Cultural

Períodos	Atividade-Guia	Características
1º ano de vida	Comunicação Emocional Direta	Desenvolvimento das emoções mediado pelos adultos sociais.
Idade de Transição	Crise do 1 ano	Impossibilidade das manifestações motoras.
1ª Infância	Atividade Objetal Manipulatória	Desenvolvimento da motricidade mediado pelos objetos sociais.
Idade de Transição	Crise dos 3 anos	Fase da obstinação (teimosia, rebeldia e negativismo) da criança.
Idade Pré-Escolar	Jogo de Papéis	Desenvolvimento da imaginação mediado pelas brincadeiras, com foco nas atividades dos adultos.
Idade de Transição	Crise dos 7 anos	Inserção da criança na escola, exigências produtivas, categorização dos sentimentos e comportamentos.
Idade Escolar	Atividade de Estudo	Desenvolvimento do pensamento lógico mediado pelo conhecimento científico.
Idade de Transição	Crise dos 13 anos	Entrada na puberdade com a maturação sexual, descompasso entre o desenvolvimento sexual, emocional e cognitivo.
Adolescência Inicial	Comunicação Intima Pessoal	Desenvolvimento da sociabilidade mediado pela relação com os pares, início do desenvolvimento da autoconsciência.
Idade de Transição	Crise dos 17 anos	Construção e reconstrução dos projetos para o futuro, crítica e análise social.
Adolescência Final	Atividade Profissional/ Estudo	Desenvolvimento da autoconsciência mediado pelo trabalho socialmente útil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com base em Vigotski (1996c).

Em síntese, entende-se que o desenvolvimento humano se dá dialeticamente por meio de processos revolucionários entre os períodos das Idades Estáveis e das Idades Críticas. Sendo assim, o nascimento do novo no desenvolvimento não significa irremediavelmente a desaparecimento do velho, pois no processo revolucionário de construção e reconstrução a criança vai inserindo novos elementos no seu desenvolvimento (Vigotski, 1996). Segundo Vigotski (1996c), as Idades Estáveis referem-se às fases do 1º ano de vida, 1ª Infância, Idade Pré-Escolar, Idade Escolar, Adolescência Inicial e Adolescência Final. Nessas idades, o desenvolvimento ocorre por meio de mudanças microscópicas na personalidade da criança que vão se acumulando até certo limite e se manifestam mais tarde como uma repentina formação qualitativamente nova de uma nova idade.

Destaca-se que há uma atividade-guia⁴⁹ em cada uma dessas Idades Estáveis, que se refere à forma como o indivíduo se relaciona com o mundo. Como exposto no quadro anterior, a atividade-guia do 1º ano de vida se refere à Comunicação Emocional Direta; a 1ª Infância, à Atividade Objetal Manipulatória; a Idade Pré-Escolar refere-se ao Jogo de Papéis; a Idade Escolar à Atividade de Estudo; a Adolescência Inicial à Comunicação Íntima Pessoal; e, por fim, a Adolescência Final refere-se à Atividade Profissional/Estudo (Vigotski, 1996).

Posto isto, acrescenta-se que para este autor, as Idades de Crises (Ou Idades de Transição) se distinguem por traços opostos aos das Idades Estáveis, pois são períodos relativamente curtos nos quais se produzem saltos bruscos, apresentando as fundamentais mudanças e deslocamentos, modificações e rupturas na personalidade da criança. Em outras palavras, são momentos em que é difícil educar as crianças e/ou os adolescentes devido às rápidas mudanças na sua personalidade.

Os períodos de crise que se intercalam entre os estáveis, configuram os pontos críticos, de mudança, no desenvolvimento, confirmando uma vez mais que o desenvolvimento da criança é um processo dialético onde a passagem de um estágio a outro não se realiza pela via evolutiva, senão revolucionária (Vigotski, 1996, p. 258).

Os períodos de crises se caracterizam pela exacerbação de comportamentos e seu começo e fim são totalmente indefinidos, se originam de forma imperceptível e desaparecem em conformidade com a modificação da situação social de desenvolvimento em que a criança está inserida (Vigotski, 1996). Este conceito é fundamental para o trabalho do(a) psicólogo(a) com a família, pois o meio social, isto é, as relações nas quais a criança, adolescente ou adulto está inserida. Assim, ao lidar com a crise para além do viés negativista, considera-se tal período como oportunidade de superação, diante dos conflitos e contradições que a criança vivencia no seu contexto familiar e, inclusive, escolar.

Grande parcela de crianças que vive esse período crítico é difícil de educar, apresentando uma índole negativa do desenvolvimento, um confronto direto com as relações sociais. Vigotski (1996c) discute a crise do 1º ano como o período inicial do desenvolvimento pós-natal, a crise dos 3 anos marcada pela fase da obstinação, a crise dos 7 anos com a entrada na escola e, por fim, a crise dos 13 anos caracterizada pela maturação sexual.

⁴⁹ Também definida como atividade principal ou atividade dominante, na qual refere-se a atividade que guia cada etapa da periodização do desenvolvimento humano.

A crise pós-natal separa o período embrionário de desenvolvimento do primeiro ano. A crise do 1º ano delimita o primeiro ano da infância prematura. A crise dos 3 anos é a passagem da infância prematura a idade pré-escolar. A crise dos 7 anos configura o elo de ligação entre a idade pré-escolar e a escolar. E, finalmente, a crise dos 13 anos coincide com uma mudança no desenvolvimento, quando a criança passa da idade escolar a puberdade (Vigotski, 1996, p. 258).

Destaca-se que nem todas as crises são marcadas pelos principais sintomas de negativismo, teimosia e rebeldia, entretanto esta fase costuma ser considerada como “conturbada” por aqueles que não têm o conhecimento do desenvolvimento, muitas vezes tornando o indivíduo alvo de patologização. Muitas vezes, a crise se materializa como protestos violentos, o uso de vocabulários negativos para se referirem às coisas, por exemplo, o despotismo no caso da criança que é filha única, assim como o ciúme no caso da criança que tem mais irmãos (Vigotski, 1996). Já o negativismo acontece quando “a conduta da criança se opõe a tudo quanto lhe propõem os adultos. Se a criança não quer fazer algo porque lhe desagrada [...], sua conduta não é negativista” (Vigotski, 1996, p. 370). Assim, para este autor, a teimosia não pode ser confundida com perseverança, sendo que a rebeldia está dirigida contra as normas educativas estabelecidas e se manifesta no descontentamento expressado em gestos e palavras.

Desse modo, entende-se que a manifestação de características das distintas crises no percurso do desenvolvimento acontece devido às tensões e contradições existentes entre os aspectos interpsicológicos e intrapsicológicos, ou seja, o que o meio social passa a requisitar do sujeito e aquilo que este já alcançou em termos de desenvolvimento até o momento. Como nesta perspectiva o desenvolvimento não é concebido como linear tampouco como mera transposição do externo para o plano interno do psiquismo, de modo mecânico, o processo de internalização carrega avanços e recuos, contradições que muitas vezes adquirem qualidades dramáticas ao longo do desenvolvimento.

Defende-se que é fundamental para o trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias em sofrimento a compreensão do desenvolvimento humano e sua dramaticidade ainda maior no interior da sociedade de classes, pois o ser humano não está definido em sua concepção ou nascimento, isto é, as características humanas não são inatas. Em outras palavras, para se humanizar, é necessário que o indivíduo se aproprie das aquisições do desenvolvimento

histórico da humanidade, por meio do desenvolvimento das funções psicológicas superiores que acontecem ao longo do desenvolvimento infantil (Leontiev, 1983).

Segundo Vigotski (1996a), a formação das funções psicológicas superiores ocorre na relação do homem com a sociedade, por meio da apropriação dos signos, os dispositivos sociais. Estas funções superiores que se constituem sobre a base das funções elementares ou naturais são de origem social e cultural, diferentemente destas que são de origem biológica, herdadas geneticamente (Vigotski, 1996a). Para este autor, o desenvolvimento dessas funções superiores, como a percepção mediada, a atenção voluntária, a memória lógica, o desenvolvimento da vontade, da capacidade de abstração, generalização e formação de conceitos, acontece em três estágios, sendo estes: o intersíquico, no qual a relação do indivíduo com o mundo é mediada pelo outro; extrapsíquico, quando o indivíduo começa a se diferenciar do outro; e intrapsíquico, onde o indivíduo internaliza os signos e instrumentos, tornando seu comportamento intencional e voluntariamente controlado.

Assim, no contexto familiar a compreensão do desenvolvimento infantil é necessária, pois a partir da superação de uma visão biologizante do desenvolvimento, cabe ao psicólogo(a) intervir nas demandas da família concreta que busca ajuda e, assim, potencializar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Em síntese, na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento infantil acontece a partir das mediações realizadas pela família socialmente constituída, com seus marcadores de classe, raça, gênero, etc., e que participam diretamente do processo de humanização do sujeito.

Segundo Cheroglu e Magalhães (2016), desde o feto as condições impostas pela sociedade em que vive a gestante influenciam o desenvolvimento do bebê. No período da vida uterina se dá a formação de pré-condições para o desenvolvimento fisiológico e, conseqüentemente, para a formação do psiquismo. A partir do desenvolvimento do sistema neurológico, o feto começa gradativamente a reagir aos sons e barulhos ao seu redor, tal como o ritmo cardíaco da gestante e os barulhos exteriores frequentes. O início da vida humana se dá de forma reflexa aos estímulos, mas, a partir de mudanças radicais após o nascimento, o organismo passa a agir e se orientar pelo mundo social (Cheroglu & Magalhães, 2016).

Para estas autoras, a passividade do recém-nascido está na vivência social permeada pela carência de elementos em sua conduta ou em sua consciência. Porém, é a partir do nascimento que se inicia a formação da consciência individual. Destaca-se que no período pós-natal, o bebê tem total dependência do adulto, devido à ausência da linguagem e possibilidades motoras. Por meio das funções vitais de alimentação e regulação do estado sono-vigília criam-se condições concretas de vida para o desenvolvimento do psiquismo. Assim, no final desse

período, a motricidade começa a se desenvolver juntamente com as impressões visuais e sonoras, levando à formação sensorial e motora (Cheroglu & Magalhães, 2016).

Segundo Cheroglu e Magalhães (2016), essas transformações permitem ao bebê engajar-se na primeira atividade-guia, a comunicação emocional direta, que está vinculada à qualidade das relações interpessoais oportunizadas e promotoras de desenvolvimento do bebê. Nessa atividade-guia o afeto desponta como elemento fundamental das reações do bebê, sendo que estas carecem de significados simbólicos. Por isso, as expressões afetivas do adulto dirigidas ao bebê promovem a modelação de suas primeiras reações emocionais (Cheroglu & Magalhães, 2016).

Nesta perspectiva, entende-se a comunicação como elemento fundamental do desenvolvimento psicológico e cognitivo, desde a infância até a fase adulta. “As crianças pequenas podem assimilar esta experiência única, no curso da interação com os adultos que a circundam [...] por isso a comunicação com os adultos é a condição mais importante para o desenvolvimento psíquico da criança” (Lísina, 1987, p. 274, tradução nossa).

O trabalho com uma dada família requer do(a) psicólogo(a) que compreenda como esta família se constituiu tal como se apresenta concretamente e como ela se compreende constituída, a partir de quais determinações. Além disso, considerar como o grupo estabelece a comunicação, os sistemas de relações que permeiam a família, como concretizam suas atividades dentro desta e entre eles, por exemplo, as relações dos pais com o bebê/criança, etc. Deste ponto de partida é possível pensar o vir a ser do grupo familiar e de cada ser singular que o constitui.

Em síntese, o bebê sente a necessidade de se comunicar com os adultos e o faz por meio dos objetos sociais (chupeta, lenços, mamadeiras). As primeiras expressões do recém-nascido (caretas, gritos, etc.) indicam satisfação ou desconforto, isto é, são reações instintivas do estado de carência do bebê (Cheroglu & Magalhães, 2016). Segundo Lísina (1987), desde os primeiros dias de vida da criança se percebe que a mesma apresenta a necessidade de comunicação com adulto, a qual se dá pela ajuda e atenção do último, que se dirige à criança mediada pelos objetos sociais. Evidencia-se que o “complexo de animação” é um marco significativo na comunicação do bebê, pois expressa mudanças nos processos sensoriais, motores e perceptivos. Isso ocorre por meio da concentração do adulto, do sorriso, de exclamações que expressam a manifestação externa de prazer e de vivências positivas experimentadas pela criança (Cheroglu & Magalhães, 2016; Lísina, 1987).

A partir do ato de apreensão do bebê, surgem variados movimentos com objetos, reiterativos e concatenados, mediante a contemplação ativa dos processos sensoriais e motores

(Cheroglu & Magalhães, 2016). Para Lísina (1987), as manipulações do objeto que a criança realiza são mediadas pela comunicação feita pelo adulto. Para a autora, o adulto dirige a palavra à criança, mostra-lhe o objeto, ou seja, é o polo que desperta o interesse da criança, por meio da comunicação que permeia a atividade manipulatória. E assim, a comunicação ganha conotação de conhecimento, à medida que o adulto apresenta e define os objetos e os fenômenos do mundo real (Lísina, 1987).

Segundo Vigotski (1996c), a partir das atividades-guia da primeira infância, a comunicação emocional direta e a atividade objetual manipulatória, a criança tem um ativo domínio das atividades objetais instrumentais e desenvolve a inteligência prática. Este é o fator propulsor da conquista da capacidade locomotora na segunda atividade-guia, domínio que se desenvolve por meio dos adultos. As ações com objetos começam a se formar a partir da comunicação com o adulto e ganham impulso explorador pela nova capacidade conquistada de manipular os objetos, advinda da conquista da capacidade motora (Chaves & Franco, 2016).

Outra característica desse período é o desenvolvimento da linguagem simbólica, como meio de comunicação e compreensão dos adultos. Em consequência, a linguagem reorganiza a percepção dos objetos dotados de propriedades físicas e significado social. A partir da atividade-guia desse período, o interesse da criança pelos objetos e pela função social leva ao desenvolvimento da linguagem verbal. A apropriação da linguagem permitirá a expansão das possibilidades da criança de operar com os objetos e superar os limites da experiência sensorial. Evidencia-se que o desenvolvimento da linguagem será direcionado pelo adulto, pois é ele quem indica a criança o uso das palavras, bem como seus significados (Chaves & Franco, 2016).

O esgotamento do interesse voltado à manipulação e exploração dos objetos inaugura a transição para a nova atividade-guia que inicia sua formação: o jogo de papéis. Este se ancora nos recentes ganhos do desenvolvimento da linguagem infantil, que propiciou o desenvolvimento da capacidade da abstração e generalização da criança, e que lhe permitem brincar com a caneta como se fosse um avião, por exemplo. É dessa atividade de quase jogo que se engendrará a atividade dominante do próximo período, no caso, da idade pré-escolar. Em síntese, as conquistas da criança na primeira infância dizem respeito ao conhecimento dos objetos e sua exploração por meio da atividade objetual manipulatória aliada ao desenvolvimento da linguagem simbólica (Chaves & Franco, 2016).

Segundo Lazaretti (2016), diante do intenso processo de aprendizagem dos conteúdos das atividades de comunicação emocional direta e da atividade objetual manipulatória, transforma-se o modo de ser e de agir da criança, levando à necessidade do desenvolvimento de uma nova atividade, a brincadeira de papéis. Isso ocorre à medida que se amplia a realidade

e expandem-se as possibilidades de atividades com os objetos e com a linguagem, vindo para o centro da atenção e interesse da criança as atividades que os adultos realizam.

O adulto, pela atividade com a criança, precisa organizar e dirigir as ações com os objetos. Nesse movimento de manipulação dos objetos despontará na criança a brincadeira de papéis, tendo em vista que nessa atividade são utilizados instrumentos e ferramentas carregados de sentidos e significados construídos social e historicamente. Destaca-se que nesses objetos não estão inscritos seus modos de utilização. Por isso, com a mediação do adulto a criança vai desenvolvendo novas habilidades e capacidades para manusear os objetos, aprendendo novas funções e construindo conceitos sobre os mesmos (Lazaretti, 2016).

Segundo Lazaretti (2016), a brincadeira neste período se caracteriza pela centralidade da relação criança-adulto social, isto é, pelo sentido social das atividades humanas. A brincadeira de papéis sociais contribui para o desenvolvimento da base da consciência da criança, visto que ativa o funcionamento das funções psicológicas superiores. Há a necessidade do autocontrole da conduta da criança, pois na brincadeira existem regras fixas as quais ela deve se subordinar, deixando seus interesses em segundo plano em favor da continuidade da brincadeira. A sujeição às regras leva à identificação e conscientização do seu próprio comportamento e ao funcionamento das funções psicológicas superiores como a atenção voluntária e a memória. Tal como no mundo da brincadeira existem regras fixas, que refletem as relações sociais entre as pessoas e os objetos, assim os papéis assumidos na brincadeira exigem da criança que ela realize com exatidão as funções de cada personagem.

Para Lazaretti (2016), na idade pré-escolar a fala é a ferramenta do pensamento, ou seja, nesse período a palavra dirige a atividade intelectual da criança. Sendo assim, o trabalho educativo na educação infantil voltado para o desenvolvimento da linguagem é de extrema relevância, pois é por meio do domínio das formas elaboradas da linguagem que ela cumpre sua função reguladora. Por fim, verifica-se que o desenvolvimento da linguagem, que traz significativos avanços no comportamento e pensamento da criança. Juntamente com a complexificação dos jogos de papéis, que cria o desejo de ir à escola para se protagonizar e trilhar verdadeiramente o caminho do adulto, produzindo a necessidade e as condições para que a criança avance para uma nova etapa de desenvolvimento, uma nova atividade: o estudo (Lazaretti, 2016).

Segundo Martins e Facci (2016), a crise dos sete anos é referente à passagem da idade pré-escolar para a idade escolar. Nela há uma diferença qualitativa do aspecto interior para o aspecto exterior da personalidade, e a criança pela primeira vez atribui por si significados às suas vivências e sentimentos, percebendo-os de modo consciente. Ainda, as autoras afirmam

que o aumento do fator intelectual é responsável por uma queda na espontaneidade da criança. Isto porque aquele é um embrião da formação do autocontrole. Sendo assim, esta crise está diretamente relacionada à entrada da criança na escola e às exigências a ela postas, aparecendo quando é mobilizado no pré-escolar o interesse pelo estudo.

Segundo Asbahr (2016), ao ingressar na escola a criança traz consigo uma pré-história de aprendizagem. Por isso, cabe à escola trabalhar com a ZDP e, assim, promover o desenvolvimento das FPS e a produção de neoformações. Acerca do desenvolvimento:

[...] existem fundamentos para supor que o papel da instrução no desenvolvimento da criança consiste em criar a zona de desenvolvimento iminente. Durante o processo de instrução, o professor cria uma serie de embriões, ou seja, incita a vida processos de desenvolvimento que devem perfazer o seu ciclo para dar frutos [...]. Para criar a zona de desenvolvimento iminente, ou seja, para gerar uma série de processos internos de desenvolvimento, são necessários processos de instrução escolar corretamente estruturados. (Prestes, 2010, p. 283).

Desse modo, no contexto escolar, é papel do professor considerar o desenvolvimento real e intervir nas necessidades do aluno com o objetivo de potencializar suas demandas, focando, assim, na ZDP. Assim, entende-se que o professor tem a importante função de mediar o desenvolvimento do psiquismo por meio da instrução, haja vista que as formas superiores de comportamento se originam na apropriação dos conceitos científicos. Neste mesmo caminho, o trabalho do(a) psicólogo(a) é de atuar na ZDP de cada membro da família e, assim, mediar estas relações com a finalidade de potencializar as capacidades e habilidades da família na resolução de seus problemas sociais e emocionais.

Além dessas mudanças internas, a entrada da criança na escola provoca uma mudança no papel social que ela vinha desempenhando. Agora ela passa a ter maior contato com os conteúdos científicos socialmente construídos e tem a possibilidade de se apropriar deles (Asbahr, 2016). Com a entrada na escola é necessário que se desenvolva na criança a próxima atividade-guia, a atividade de estudo, despertando nela a curiosidade em aprender a ler e a escrever. Desse modo, para Asbahr (2016), a constituição da atividade de estudo busca transformar a curiosidade infantil em motivos para a aprendizagem (motivos geradores de sentido).

Segundo Leontiev (2006), os motivos e sentidos são formados socialmente, por meio da linguagem, na qual o adulto ao se comunicar com a criança apresenta o mundo e as suas necessidades, possibilitando o desenvolvimento da criança. Para este autor, diante da necessidade de um objeto isso corresponde ao motivo da atividade realizada pela criança. Desse modo, o motivo por uma determinada atividade está intrinsecamente ligado ao significado social e ao sentido pessoal atribuído para a realização de determinada tarefa ou ação.

Assim, no contexto escolar, cabe ao professor dirigir a atenção do aluno para as suas necessidades, e criar junto com ele novos motivos permeados de sentidos e significados. Do mesmo modo, o trabalho do(a) psicólogo(a) no contexto de intervenção com famílias em sofrimento é compreender os motivos geradores dos problemas enfrentados pela família, bem como auxiliar a família a ter consciência das suas necessidades, o que requer a tomada de consciência da sua inserção nas relações sociais de produção.

De acordo com Asbahr (2016), a atividade de estudo configura-se como uma atividade coletiva, pois ao mesmo tempo em que está mediada pelas atividades do professor, também se desenvolve entre os pares de iguais (outros estudantes). Ao longo da atividade de estudo surgem as neoformações que se caracterizam pela formação das bases da consciência e do pensamento teórico. Assim, o estudante modifica a relação que estabelece consigo mesmo, com as outras pessoas e com os objetos de estudo, tornando-se sujeito da sua atividade.

Portanto, a atividade de estudo que forma o pensamento teórico é aquela planejada e organizada com a intenção de resultar na apropriação dos conhecimentos científicos. Por isso, a atividade de ensino do professor e a atividade de estudo do aluno devem formar uma unidade dialética. Na atividade de ensino, o motivo é baseado na necessidade de repassar os conteúdos científicos construídos de forma histórico-social, promover a humanização e tornar as ações dos estudantes conscientes e intencionais (Asbahr, 2016).

Seguindo a idade escolar, inicia-se a adolescência. Segundo Anjos e Duarte (2016), tradicionalmente a psicologia do adolescente explicava essa fase por meio de concepções biologizantes, isto é, que tal fase do desenvolvimento seria natural e oriunda de perturbações vinculadas à maturação sexual, manifestações hormonais ou mudanças no cérebro, fenômenos que ocorrem na puberdade. Na adolescência, os interesses da infância vão desaparecendo e dando lugar a novos. Tal processo é longo, sensível e doloroso, visto que a perda dos interesses que antes orientavam a atividade provoca a necessidade de uma viragem.

No que tange à comunicação pessoal íntima, trata-se de uma maneira de reproduzir com outros adolescentes as relações entre os adultos, tomados como referência para os jovens, sendo que nessa atividade formam-se os pontos de vista gerais sobre a vida, sobre o futuro e sobre as

relações entre as pessoas. Nesse caso, a troca agora se eleva a uma condição superior, devido aos conceitos desenvolvidos nas etapas anteriores, e ganha o relevo de reflexões mais amplas sobre a natureza, o mundo, a sociedade, etc.

Além disso, em relação à segunda fase da atividade-guia da adolescência, que continua sendo a atividade de estudo, nessa fase o indivíduo começa a descobrir o significado do conhecimento científico e, conseqüentemente, desenvolvem-se os chamados interesses cognoscitivos científicos, voltados às possibilidades futuras de desenvolvimento de um trabalho socialmente útil. Nesse sentido, a adolescência caracteriza-se por um período crucial do desenvolvimento do indivíduo, pois, dependendo das mediações realizadas, o pensamento por conceitos que se forma após os vários anos de escolarização possibilita a edificação de uma concepção de mundo e, igualmente, prepara-o para a entrada na vida adulta e no mundo do trabalho de uma forma consciente (Leal & Mascagna, 2016).

Segundo Leal e Mascagna (2016), na sociedade contemporânea a adolescência é um período entre a infância e a idade adulta e a entrada no mundo do trabalho é o marco para a fase adulta, na qual o jovem passa a fazer parte de outras atividades sociais. A escolha da profissão é algo que marca fortemente esse período em virtude dos vários fatores que envolvem tal atitude, como a perspectiva de futuro e de realização pessoal, ante as contradições da sociedade em que o indivíduo está inserido (Leal & Mascagna, 2016). São muitas as considerações a se fazer sobre esse processo de escolha e muitas delas permanecem na fantasia. Por exemplo, referentes ao que o adolescente concebe sobre seu futuro profissional⁵⁰ e do que espera que seja contemplado nesse futuro, muitas vezes influenciado pelo prestígio que a profissão expressa socialmente (Leal & Mascagna, 2016).

Esse período envolve grandes mudanças da personalidade, dentre elas o “sentimento adulez”, referindo-se à neoformação psicológica que expressa a situação social específica de desenvolvimento dos adolescentes, as particularidades de sua personalidade, o que não ocorre de maneira simples e linear (Leal & Mascagna, 2016). As incertezas desse futuro projetado são um aspecto constante nas reflexões do adolescente, povoadas por preocupações e medos, que são mais ou menos exacerbadas pelas condições de classe e lugar social que ocupa (Leal & Mascagna, 2016).

⁵⁰ Por outro lado, considera-se que este processo de escolha profissional pode ser um fator gerador de sofrimento dentro da família, diante dos conflitos de interesses e a realidade concreta. Ou seja, o choque entre o projeto de futuro do adolescente e dos pais, mas também da realidade social da família. Além disso, esta fase, tradicionalmente, é vista como uma “síndrome normal”, na qual a família tradicional enxerga o adolescente como rebelde e teimoso.

Nesse momento da vida, o adolescente vai tomando consciência de suas possibilidades, embora ainda em um plano bastante ideal, buscando decidir em que atividade poderá realizar suas potencialidades no que diz respeito às suas capacidades físicas e intelectuais. Contudo, as escolhas profissionais são resultantes das contradições concretas advindas do capitalismo, que dissemina a valorização do sucesso profissional baseado na compra e no consumo, e assim povoando de fantasias o imaginário do adolescente sobre a vida adulta, muitas vezes, distantes de sua realidade concreta e de sua classe social (Leal & Mascagna, 2016).

Por fim, conclui-se que a compreensão da periodização do desenvolvimento é fundamental para a atuação do(a) psicólogo(a) com famílias, independentemente da área profissional, por exemplo, não apenas na clínica ou escola, mas também em contexto hospitalar, assistência social, dentre outras. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, ao intervir com grupos familiares enfrentando o sofrimento psicológico, cabe ao profissional trabalhar cada fase do desenvolvimento, bem como as características de cada atividade principal, elaborando estratégias de intervenção com os membros da família que estão vivenciando dificuldades.

3.2.2 O papel da família na constituição do psiquismo

A partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, entende-se que a personalidade e o caráter não são inatos, mas desenvolvem-se durante a vida. Tradicionalmente, compreendeu-se o caráter como traço estático do psiquismo, como uma das propriedades da personalidade, que surge na primeira infância e que permanecia constante durante a vida. Para Vigotski (2006), a dinâmica da personalidade é construída sobre as relações sociais que o indivíduo trava ao longo da vida por meio de sua atividade, nela, portanto, funde-se o social e o pessoal. Segundo Vigotski (2006), “o caráter é o cunho social da personalidade” (p. 282), posto que o indivíduo diante da necessidade de viver em um meio histórico e social reconstrói as funções psicológicas de acordo com as exigências do meio, no caso, pela posição social e econômica da família.

A Psicologia Histórico-Cultural defende que no decorrer do desenvolvimento do psiquismo os vínculos realizados entre a criança e o mundo humano constituem-se como conhecimento da realidade e de si mesmo. Tendo em vista que o homem é um ser social, os vínculos reais do ser humano acontecem, essencialmente, e inicialmente, no ambiente familiar e as vivências direcionam o desenvolvimento do psiquismo. Em síntese:

[...] vivência é uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso. Ou seja, as especificidades da personalidade e do meio estão representadas na vivência: o que foi selecionado do meio, os momentos que têm relação com determinada personalidade e foram selecionados desta, os traços do caráter, os traços constitutivos que têm relação com certo acontecimento. Dessa forma, sempre lidamos com uma unidade indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação que está representada na vivência. (Vigotski, 2018, p. 78).

Segundo Vigotski (2018), o meio – que não se restringe ao ambiente familiar, mas o abarca – não deve ser estudado como um ambiente que define pura e objetivamente o desenvolvimento da criança. Tendo em vista que a influência do meio no desenvolvimento da criança, junto às demais influências, será medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido pelo sujeito ao que lhe acontece. Em outras palavras, a influência de uma ou outra situação não depende apenas do seu conteúdo, mas também do quanto a criança a compreende ou lhe atribui sentido. Um mesmo acontecimento ocorrido em idades distintas da criança, ao se refletir na consciência de modo absolutamente diferente, tem para ela um significado absolutamente diferente.

Destaca-se que a família não está isolada do contexto pós-moderno e neoliberal, no caso do Brasil, permeado pelas ideologias que perpetuam e mantêm o sistema capitalista. Neste contexto, a família sofre o influxo das demais relações sociais, do mesmo modo que a criança, e cada integrante da família, “carrega” para o seu interior elementos das relações exteriores e vice-versa. Em outras palavras, trata-se da compreensão das múltiplas determinações recíprocas entre meio interno e externo (subjetividade e objetividade) na constituição e no desenvolvimento da personalidade dos integrantes do grupo familiar.

Dessa forma, analisam-se as leis do desenvolvimento, a partir do conceito de vivência como uma unidade das peculiaridades – papel e influência – do meio, da personalidade e do caráter. Segundo Vigotski (2018), o meio exerce influência sobre o desenvolvimento da criança de forma distinta, em idades diferentes, porque a própria criança se modifica, assim, como se altera a relação com a situação social de desenvolvimento. Destaca-se que o meio deve ser estudado como condição variável e dinâmica (e não estática e exterior) com relação ao desenvolvimento. Além disso, até mesmo quando o meio se mantém pouco alterado, quando a

criança se transforma no processo de desenvolvimento, faz com que se modifiquem o papel e o significado dos momentos do meio.

Como já abordado, uma mesma situação em família exerce influências diferentes no desenvolvimento. Isso significa também que a criança se modifica, assim como se modifica sua relação para com aquela situação. Portanto, o meio é a fonte de todas as características especificamente humanas da criança. Além disso, levando em conta que o homem é um ser social, as funções psicológicas superiores surgem inicialmente como formas de comportamento coletivo da criança, como formas de colaboração com outras pessoas em dado meio social (Vigotski, 2018).

Desse modo, entende-se a importância do conceito de vivência para a atuação do(a) psicólogo(a) junto à família em sofrimento, pois essa perspectiva possibilita a compreensão das relações intra e extrafamiliares. Em outras palavras, o conceito de vivência é a unidade daquilo que constitui a personalidade e o contexto social. Assim, cabe ao psicólogo(a) na análise dialética do singular-particular-universal, ou seja, da unidade personalidade e meio, compreender os fatores que estão produzindo o sofrimento. Além disso, pode atuar com o intuito de auxiliar os membros da família na tomada de consciência sobre tais condicionantes, e assim possibilitar a superação das causas – e não somente dos sintomas – do problema gerador de sofrimento.

Posto isto, o a mudança da estrutura da personalidade se deve pela passagem dos processos elementares para novas formações psíquicas que se baseiam na complexa relação entre processos elementares e superiores, que se potencializam e transformam no interior da atividade (Vigotski, 1996a). Segundo Vigotski (1995), as funções psicológicas elementares (respostas imediatas aos estímulos) formam uma parte ativa, inseparável e orgânica do ser humano. Sua existência demonstra que o comportamento do homem atual advém dos sistemas mais primitivos. Por isso defende-se que as funções elementares e as superiores são os polos extremos de um mesmo sistema de conduta, funcionando em unidade.

Diante disso, a família tem papel fundamental no desenvolvimento das mediações (espontâneas ou não) e, assim, atua diretamente no processo de humanização da criança. Destaca-se que a mediação ocorre por meio do signo disponibilizado por outro ser social, principalmente por meio do ensino formal e/ou informal que opera na atribuição de sentidos e significados ao mundo. Assim, as funções psicológicas superiores se desenvolvem nas crianças por intermédio do emprego de estímulos-meios artificiais que colaboram na determinação da própria conduta e da consciência do homem.

Ao passo que os significados são atribuídos socialmente, os sentidos apresentam uma conotação pessoal e variável em cada contexto social e histórico, ligando-se mais às vivências pessoais (Vigotski, 1996a). Acerca disso, Toassa (2009) aponta que:

[...] o significado é a unidade básica da relação pensamento-linguagem; um fenômeno tanto discursivo quanto intelectual que se desenvolve (Vigotski, 1934/2001a, p. 396). O sentido [...] é categoria que engloba a face estável representada pelo significado [...], estende-se as ignotas profundezas da consciência na forma do pensamento e da linguagem interior. (Toassa, 2009, p. 267).

Por isso, o desenvolvimento da consciência (e autoconsciência) e da personalidade tem momentos de inflexão coincidente com as crises de desenvolvimento e se caracteriza também como unidade sistêmica das vivências familiares (Toassa, 2009). Acerca da consciência, para a autora, esta é um único sistema psicológico composto pelas estruturas de funções psicológicas superiores. Segundo Leontiev (1981), a consciência é como o reflexo psíquico da realidade, e depende de condições históricas concretas e do modo de vida que os homens estabelecem entre si numa dada condição de classe. A consciência desenvolve-se como modificações da estrutura geral e de vínculos entre seus elementos, os quais mantêm entre si uma relação dialética de parte-todo, criada pela inserção dos sujeitos nas atividades sociais (Toassa, 2009). Ou seja, desenvolve-se por meio da atividade, como apresentado anteriormente acerca da periodização.

De acordo com Vigotski (1996a), a consciência se forma com o surgimento da relação entre as unidades sensoriais e motoras e, posteriormente, pela percepção e sentimento que formam uma unidade. Destaca-se que é nas relações com outras pessoas que ontologicamente desenvolve-se a consciência – compreensão do mundo – e a personalidade, sendo que um sistema psicológico impacta o outro (Toassa, 2009).

As propriedades mínimas de um todo estrutural do psiquismo: a) Unidade funcional da consciência: a tomada de consciência, ou seja, a relação de compreensão do sujeito para com a realidade exterior, ou consigo próprio, uma consonância entre os fatos internos ou externos e sua representação, ainda que de forma inconclusa ou imperfeita, no sistema psicológico da consciência. A tomada de consciência é unidade funcional por ser processo pelo qual a consciência realiza um trabalho intencional, desde as formas mais simples até as mais complexas do desenvolvimento humano, tendo uma relação

íntima com o sentido do termo “consciência” no marxismo [...]; b) Unidade sistêmica da consciência e também da relação personalidade-meio: vivência – unidade dinâmica que contém o meio e a personalidade da criança. É, a princípio, uma espécie de “campo psicológico” que contém criança e meio. Refere-se a uma relação interior e pessoal da criança com o meio, englobando o processo de tomada de consciência como uma das formas de relação com o mundo. (Toassa, 2009, p. 235-236).

Em síntese, a criança desenvolve a consciência a partir do momento que percebe a existência de um adulto que presta os cuidados básicos a ela, ou seja, uma diferenciação pela qual a criança se une às pessoas e se separa dos objetos físicos. Toassa (2009) afirma que “esta neoformação é constituída por uma estrutura sensório-motora e afetiva que possibilita à criança e seus cuidadores interações conjuntas, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores” (p. 234). Para esta autora, no final da primeira infância (1-3 anos), a criança tende a diferenciar-se do adulto e do mundo social. Com o desenvolvimento da linguagem verbal e da independência da unidade sensório-motora, a criança vai diminuindo gradualmente a dependência situacional do adulto (Toassa, 2009). Na crise dos 7 anos, há uma diminuição quantitativa da linguagem egocêntrica da criança e uma correspondente expansão de sua linguagem interior, propiciando à criança uma compreensão maior da sua realidade interna. E assim, na adolescência configura-se a formação de uma consciência sistematizada, racional, criativa e voluntária (Toassa, 2009).

Por fim, destaca-se que é importante a compreensão sobre como se desenvolve a consciência a partir das mudanças nas atividades ao longo da vida, pois a partir disso o psicólogo(a) pode intervir nas demandas dos membros da família, e assim utilizar estes conhecimentos como estratégias de transformação da realidade familiar por meio da atividade compartilhada no interior do grupo familiar. Assim, entende-se que tal compreensão auxilia a intervenção do(a) psicólogo(a) junto às famílias em sofrimento com o objetivo de potencializar os relacionamentos familiares no que se refere à unidade afetivo-cognitiva diante do surgimento de crises, problemas ou dificuldades.

3.3 Eixos norteadores para o atendimento de família à luz da psicologia histórico-cultural

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural sistematizados neste trabalho, buscou-se apresentar inicialmente o processo de transformação e constituição da família no decorrer das mudanças sociais e históricas. Em seguida, o

entendimento da contribuição da ciência psicológica sobre o fenômeno da família com as suas diferentes combinações e especificidades, numa perspectiva tradicional. E, por fim, uma análise crítica específica preliminar das contribuições e dos limites da Teoria Sistêmica, do Construcionismo Social e da Psicologia Sócio-Histórica, que buscam superar a perspectiva tradicional de atendimento psicológico.

Todo este material constituiu-se como pano de fundo para a construção dos eixos norteadores para o atendimento psicológico de família, respaldado nas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Por isso, faz-se necessário neste momento destacar que nesta perspectiva teórica não há uma única estratégia, técnica, método ou intervenção para o atendimento de família. Assim, destaca-se que este trabalho se constitui como exercício para exemplificar a prática de atendimento psicológico. Defende-se que o trabalho do(a) psicólogo(a) esteja atrelado às mais diversas possibilidades de atuação, mas acima de tudo ancorado nos princípios do materialismo histórico dialético, que fundamentam a Psicologia Histórico-Cultural. Em outras palavras, o que define os procedimentos técnicos de intervenção são os princípios teóricos, os quais nortearão as finalidades da intervenção.

Sendo assim, de antemão, é importante demarcar que a sociedade de classes e os processos de exploração e alienação que produzem e reproduzem as mais diversas formas de sofrimento psíquico e impactam as relações familiares só podem ser efetivamente eliminadas com a supressão desta forma de sociabilidade, tal como expõe Vigotski (1930/2004) em seu texto “A transformação socialista do homem”. No entanto, ainda que se tenha plena clareza disto, há que se intervir nos processos geradores de sofrimento e nas formas de consciência das causas deste mesmo sofrimento. Numa direção oposta às concepções que buscam a mera adaptação dos indivíduos e grupos à sociabilidade capitalista, as formas de intervenção que se pautem na Psicologia Histórico-Cultural devem ter como finalidade última uma melhor compreensão da realidade social em que o indivíduo está inserido, para que nela possa se posicionar de modo mais consciente. Isto requer um posicionamento consciente de classe, independentemente de seu enraizamento de classe original.

Neste sentido, a pergunta para a qual se dirige a intervenção é: o trabalho realizado tem como horizonte a médio e longo prazo a manutenção ou superação radical das condições adoecedoras? Ele caminha em qual direção: para a manutenção ou questionamento das ideologias vigentes no capitalismo que produzem cisões internas nos indivíduos e nas relações por estes estabelecidas, inclusive, nas relações familiares? Com isso, é possível articular os conceitos anteriormente tratados, de modo que estes se expressem em possibilidades de intervenção que não reproduzam, mas superem os limites das perspectivas anteriores. Não se

trata de uma tarefa fácil e muito menos individual, mas é necessário um esforço coletivo nesta direção.

Posto isto, entende-se que a categoria trabalho da qual deriva o conceito de atividade e, mais especificamente, de atividade-guia em cada etapa do desenvolvimento deve ser nuclear. É justamente pela atividade socialmente compartilhada que os seres humanos se apropriam dos instrumentos e signos produzidos em sua cultura. Por isso, ressalta-se a lei geral do desenvolvimento postulada por (Vigotski, 1996a), de que as funções psicológicas superiores, culturalmente formadas, seguem a direção do intersíquico para o intrapsíquico. Precisamente nestas relações e intercâmbios entre adultos, adultos e crianças, adultos e adolescentes e adolescentes e crianças, no interior dos mais diversos grupos sociais, especialmente no grupo familiar, foco deste trabalho, que se delineará o movimento não linear de desenvolvimento de cada sujeito em sua singularidade, que alterna períodos estáveis e de crise.

Desse modo, tais períodos são produzidos e superados pelas tarefas colocadas pelo próprio intercâmbio social. Tarefas estas que podem gerar formas novas e mais complexas de desenvolvimento e/ou estagnação e perpetuação de crise. As funções que emergem ao longo do desenvolvimento como diretrizes das demais ou, nas palavras de Vigotski (1996b), as neoformações ou sínteses complexas, são produto da processualidade deste desenvolvimento. Este movimento existente nos sistemas interfuncionais de cada integrante de um dado grupo é efetivado, tal como a lei do desenvolvimento preconiza, a partir de fora, do intercâmbio social, que coloca novas tarefas aos sujeitos e cria novas necessidades e motivos para a sua atividade.

As atividades coletivas, como forma de relação ativa do ser humano com a realidade lhe permitem a apropriação dos significados socialmente compartilhados e a produção de sentidos pessoais sobre a sua experiência. Todo este processo altamente complexo sintetiza o modo como a consciência se desenvolve, como qualidade específica do psiquismo humano, que configura a imagem mental/subjetiva que se tem da realidade e que orienta o indivíduo nela, produzindo o que se denomina de atividade consciente. Esta pressupõe a prévia ideação, o controle não só da própria conduta, mas das condições existentes para a atuação na realidade objetiva (Vigotski, 1996b).

Do exposto, é possível inferir que qualquer intervenção junto ao grupo familiar deve ter por base a articulação destes elementos teóricos, de modo que eles orientem o(a) psicólogo(a) na elucidação do percurso do desenvolvimento pregresso de cada um dos integrantes da família até o momento. Porém, não de modo isolado, mas articulado, de forma que se delineie o momento presente, o quadro que se apresenta ou a problemática que desencadeou a busca pelo auxílio terapêutico.

Assim, não basta ao psicólogo(a) descrever as queixas individuais trazidas por cada membro do grupo familiar e tentar fazer delas uma somatória. Importa saber como cada uma delas se articula em busca de uma síntese consciente coletiva, que possa ser compartilhada. Neste caso, a finalidade posta ao processo terapêutico não seria somente a consciência de si a ser desenvolvida em cada membro do grupo familiar ou na direção da autoconsciência, mas, para além disso, a busca por uma síntese coletiva, uma tomada de consciência coletiva das múltiplas determinações do problema ou sofrimento que estão vivenciando. Assim seria possível a articulação de ações e operações que integrem novas atividades na direção desta superação, nos limites dados a condições objetivas existentes.

3.3.1 Proposta de atendimento psicológico com famílias

Considerando o exposto, quais seriam os eixos orientadores para uma intervenção psicológica histórico-cultural com grupos familiares? Primeiramente, é importante distinguir duas modalidades de intervenção: a voltada a um único grupo familiar e a voltada a vários grupos familiares. A primeira modalidade não necessariamente ocorreria apenas no *setting* da clínica, mas poderia ocorrer em outros locais de atuação do(a) psicólogo(a), do mesmo modo que a modalidade voltada a mais de um grupo. A diferença entre uma e outra modalidade refere-se mais especificamente à finalidade terapêutica e/ou educativa, ainda que não haja limites tão estanques entre ambas.

No entanto, na primeira o foco é mais terapêutico, na direção de uma reordenação de aspectos específicos daquele grupo familiar para a solução de sua problemática, ainda que elementos educativos existam, estarão articulados de modo secundário ao processo. Já na segunda a finalidade é educativa, abarcando temáticas gerais elencadas pelos grupos participantes, que auxiliem a pensar processos mais particulares de seu grupo familiar e, neste caso, os aspectos terapêuticos são secundários. Feita esta distinção, abordam-se as proposições mais específicas para cada modalidade.

3.3.1.1 Atendimento psicológico a um grupo familiar

Não se pretende esgotar neste trabalho tais questões, porém propõe-se nesta reta final retomar alguns princípios fundamentais para o atendimento psicológico de famílias, a partir das contribuições de Vigotski (1997) no texto “Diagnóstico da clínica pedológica” e nas “Sete aulas de Vigotski sobre os fundamentos da pedologia” (Vigotski, 2018). Desses referenciais, defende-se que cabe ao psicólogo(a) no trabalho realizado com as famílias a formulação do

diagnóstico das causas geradoras do sofrimento. Esta etapa acontece após a definição e compreensão total da queixa do grupo familiar, e é necessário investigar a história do desenvolvimento da família, levando em conta os aspectos hereditários, psicológicos e do meio social em que vive a família (Vigotski, 1997). Considerando que esta modalidade pode se dar por demanda espontânea ou por encaminhamento institucional, ainda assim é possível elencar algumas etapas imprescindíveis para o processo.

1. Levantamento da problemática

Diz respeito à obtenção de dados referentes ao desenvolvimento de cada integrante do grupo, suas características pessoais e aspectos gerais de intercâmbio do grupo. Esta etapa pode envolver dois a três encontros⁵¹ distribuídos da seguinte forma: **primeiro encontro** coletivo para levantamento da problemática mediante tarefa a ser realizada por todos, no qual pode ser feito um desenho coletivo ou uma montagem com objetos que externalizem as dificuldades e as potencialidades; **segundo encontro** individual para levantamento de dados particulares e específicos do desenvolvimento dos sujeitos, bem como da percepção individual da problemática posta no primeiro encontro; **terceiro encontro** coletivo, com proposição de atividade espontânea escolhida coletivamente pelo grupo, a fim de observar quem dirige a atividade, e como cada membro da família se comporta no processo de escolha e desenvolvimento da tarefa, para assim verificar se as atitudes contradizem ou não os discursos feitos pelos familiares. Para este encontro sugere-se que um conjunto de materiais seja distribuído na sala, desde jogos (de linguagem, montagem, etc.), papéis diversos, giz de cera, massa de modelar, livros de literatura, etc. Desse modo, no desenvolvimento da atividade coletiva é interessante verificar se há divisão espontânea em subgrupos, e como interagem e se comunicam entre si para tomar a decisão. O objetivo do último encontro é estabelecer uma síntese coletiva, mais sistematizada, pelo próprio grupo sobre a problemática trazida.

No primeiro encontro, cabe ao psicólogo(a) levantar informações sobre a composição familiar e investigar coletivamente com cada membro a queixa da família e, assim, como cada um compreende as dificuldades vivenciadas. Desse modo, sugere-se um modelo de “Entrevista Inicial com a Família” (Apêndice C), que pode ser utilizada nesta etapa de levantamento de informações, onde o(a) psicólogo(a) pode preencher os dados referentes à composição familiar:

⁵¹ Entende-se que não seja interessante que os encontros tenham a mesma duração de um atendimento individual de 50 minutos, pois o atendimento grupal normalmente precisa do dobro do tempo necessário, incluindo o processo de levantamento de informações com as entrevistas iniciais.

nome completo, idade, parentesco, escolaridade, profissão e salário, lazer, formas de interação, atividade coletiva da família, dentre outras informações necessárias.

Na investigação coletiva da problemática sugerem-se algumas perguntas como elemento disparador de informações: o que motivou a família a estar aqui? Qual problema (ou dificuldade) a família está enfrentando? Segundo Vigotski (1997), a queixa deve ser comprovada na realidade concreta, por meio dos fatos, pois a queixa aparece carregada de generalizações e opiniões parciais. Destaca-se que mais importante do que registrar a gênese e o desenvolvimento do sintoma ou da problemática é verificar exemplos das dificuldades do indivíduo e do grupo familiar, percebendo como estas foram construídas no processo de desenvolvimento. Em outras palavras, cabe ao investigador compreender os significados que os adultos atribuem às dificuldades da criança e vice-versa e, assim, observar como os membros atribuem significado às dificuldades que observam e enfrentam.

No segundo encontro, o(a) psicólogo(a) individualmente poderá investigar a problemática da família. Contudo, especialmente no caso de crianças e adolescentes, os mesmos devem ser incluídos neste processo, de modo a levar em consideração a atividade-guia de cada um, a partir da compreensão da periodização do desenvolvimento. Neste momento, é fundamental para o(a) psicólogo(a) comparar os dados entre os membros da família, levando em conta as informações do encontro anterior. Isto é, deve debruçar-se na função social de cada um, nos aspectos referentes à queixa de cada membro da família, na percepção das causas geradoras dos problemas familiares, nas tentativas realizadas pela família para a superação do sofrimento psicológico, etc.

Desse modo, na “Investigação da Problemática Familiar” (Apêndice C) são sugeridas algumas perguntas a serem feitas, quais sejam: como posso ajudar a sua família? O que está acontecendo com você e a sua família? O que mais tem preocupado você sobre a sua família? Além disso, o(a) psicólogo(a) tem papel fundamental na busca de potencialidade e recursos emocionais dos indivíduos e da família para a superação dessas problemáticas. Por exemplo, a partir de perguntas que indicam a tentativa da família nesta superação: o que você fez para solucionar o problema que a família está enfrentando? Quais foram as tentativas da família? Quais resultados foram obtidos? Como você pode contribuir para a solução do problema da família? Como a família pode solucionar este problema?

O terceiro encontro pode ser realizado com o grupo da família, com o objetivo perceber as diferenças e as contradições diante da problemática que a família vivencia e que está sendo geradora de sofrimento psicológico, a partir de uma análise crítica da realidade. Além disso, é fundamental para o diagnóstico psicológico do grupo familiar que o mesmo construa hipóteses

que possam apontar os motivos geradores do sofrimento psicológico dos membros da família. Este momento é realizado com todos os membros da família e nele o objetivo será evidenciar as convergências e divergências existentes com relação à problemática que o grupo familiar enfrenta.

Por fim, sugere-se que psicólogo(a) realize uma atividade coletiva, a fim de verificar a interação entre os membros da família e o nível de desenvolvimento de cada um, que pode ser utilizado no registro do item “Sistematização das Informações obtidas no Levantamento da Problemática” (Apêndice C). Acerca desta atividade coletiva, esta será selecionada a depender da configuração da família, ou seja, se possui mais adultos, crianças, adolescentes ou se é heterogênea. Para a escolha da atividade coletiva é também necessário considerar o nível de escolaridade dos membros da mesma, podendo ser utilizados desde jogos construtivos (quebra-cabeça ou de montagem), de perguntas e respostas, jogos dramáticos, até a elaboração de desenhos e/ou textos coletivos ou vídeos.

2. Elaboração do diagnóstico por parte do(a) psicólogo(a): momento de sistematização de todos os dados obtidos sobre o desenvolvimento de cada um dos integrantes da família, suas percepções individuais e níveis de desenvolvimento. Busca-se nessa etapa estabelecer a correlação entre o “perfil” de cada integrante de modo a configurar um perfil coletivo de intercâmbio do grupo familiar, considerando as múltiplas determinações, extra e intrafamiliares. Além disso, relacionar os dados coletados ao movimento ocorrido entre os três encontros iniciais, se houve mudança na compreensão da problemática do primeiro ao terceiro encontro, quem a protagonizou, de que forma e em qual direção. O objetivo é identificar potencialidades existentes nas formas de intercâmbio interpessoal.

Neste momento de formulação do diagnóstico, cabe ao psicólogo(a) histórico-cultural, investigar e sistematizar de modo integrado e explicativo (não descritivo) os aspectos hereditários e ambientais da família, e assim correlacioná-los aos aspectos psicológicos de cada membro da família. Referente às características hereditárias e ambientais, para Vigotski (1997; 2018), deve-se estabelecer um nexos dinâmico entre o desenvolvimento e as peculiaridades hereditárias e ambientais, isto é, considerar o aparato biológico, mas também compreender a qualidade das mediações que estão sendo realizadas pela família.

Segundo Vigotski (1997; 2018), a investigação dos fatores biológicos e genéticos – tais como enfermidades⁵², síndromes genéticas (Síndrome de Down, esquizofrenia, Parkinson, etc.),

⁵² Destaca-se que esta retomada de informações pode levar em conta o processo de gestação e o desenvolvimento psicomotor. Mas, principalmente a relação da saúde familiar no presente momento. Por exemplo, o diagnóstico

a estrutura do corpo e etc. – devem ter como foco a compreensão do meio sócio-histórico, e assim, romper com explicações organicistas para a queixa. Para tanto, cabe ao psicólogo(a) buscar dados para correlacionar a queixa ao histórico familiar, isto é, às gerações anteriores (avôs, bisavôs, tios, primos, etc.). Segundo Vigotski (2018) cabe ao psicólogo(a) investigar as características complexas que surgem no desenvolvimento e que são determinadas tanto pela hereditariedade quanto pelos fatores do meio, e que constituem a personalidade. Neste aspecto, apresenta-se também como parte de investigação a superação das funções psicológicas elementares em FPS (Vigotski, 2018).

A respeito das características ambientais⁵³, a investigação pode ser feita no contexto familiar por meio de uma visita domiciliar (com o consentimento da família e aviso prévio). Nesta etapa do diagnóstico deve-se levar em consideração o papel do meio em cada etapa da vida e, assim, perceber a sua influência no psiquismo dos membros da família. Em síntese, o meio não pode ser analisado como um ambiente imóvel e externo em relação ao desenvolvimento, mas deve ser compreendido como mutável e dinâmico, assim como fonte das características especificamente humanas (Vigotski, 2018).

Este processo de investigação pode ser feito por meio de um desenho coletivo da estrutura da casa, com o objetivo de conhecer a divisão dos cômodos, onde são realizadas as tarefas domésticas e escolares, assim como onde cada pessoa da família dorme. Além disso, cabe ao psicólogo investigar a divisão das tarefas, isto é, as responsabilidades que cada membro da família tem e, assim, perceber as formas de gratificação pela obtenção dos objetivos familiares, bem como as estratégias de repreensão, conforme o Apêndice C. Acrescenta-se também a rotina da família, as atividades que os membros fazem fora do contexto familiar, de modo a observar as relações sociais externas e o envolvimento de cada um com os assuntos da família.

médico referente a uma doença, com a referida Classificação Internacional de Doenças (CID) e/ou Diagnóstico Médico de Saúde (DSM), bem como dados sobre os tratamentos já realizados, por exemplo, cirurgias, medicamentos, acompanhamentos com outros profissionais da saúde, etc.

⁵³ Sugerem-se as seguintes perguntas para averiguar acerca do ambiente familiar: 1) Divisão de responsabilidades: quais as tarefas você(s) desempenha na família? Quando você ou a família conquista um objetivo – cumpre as responsabilidades – quais são as formas de gratificação (premiação/recompensa)? Por outro lado, quando um dos membros acaba não cumprindo seus deveres, quais são as formas de repreensão (ou castigo)? 2) Rotina Semanal da Família: como é a rotina da família? O que vocês fazem no tempo livre (ou no final de semana)? O que fazem juntos durante a semana? Como são as refeições? Como é administrado o tempo de tecnologia? Como é o horário do sono? 3) Relacionamento Familiar: Quais os pontos positivos e negativos do relacionamento familiar? Como é o relacionamento conjugal? Com quem a família se relaciona externamente? Como é o relacionamento entre pais e filhos? Como é o relacionamento entre os irmãos? Assim, cabe ao psicólogo perceber no ambiente familiar, como é a configuração familiar, o lema, os valores, as histórias ou metáforas que caracterizam a família.

Por fim, durante o processo de diagnóstico investigam-se as características psicológicas cujo objetivo, segundo Vigotski (1997), deve ser compreender o processo de desenvolvimento da personalidade e não utilizar os dados para determinar a causa da queixa. Ou seja, almeja-se compreender o contexto e as mediações realizadas para que o desenvolvimento ocorresse. Neste sentido, cabe ao psicólogo(a) a compreensão de que a personalidade é constituída nas relações sociais, tendo como fundamento o desenvolvimento das FPS (Vigotski & Luria, 1996).

Assim, ao considerar a personalidade, uma das estratégias auxiliadoras para o(a) psicólogo(a) é observar a periodização do desenvolvimento em cada membro, questionando sobre os momentos nocivos e traumáticos do desenvolvimento, inclusive as dificuldades na transição de um período para o outro, como se deram os períodos de crise e como os indivíduos agem em cada atividade principal. Além disso, nesta etapa de diagnóstico o(a) psicólogo(a) pode investigar a questão do caráter para cada membro da família, os valores defendidos por cada pessoa, bem como a forma como a família desenvolve os relacionamentos externos, isto é, em outras instituições. Acrescenta-se que é necessário perceber a participação, o desempenho e o contato da família com a escola, acerca do processo de aprendizagem dos membros.

3. Devolutiva do diagnóstico e proposta de intervenção: em um encontro coletivo, mediante a realização de uma tarefa conjunta, o(a) psicólogo(a) dialoga com o grupo o que sistematizou como “perfil” do grupo familiar. Partindo das potencialidades percebidas, propõe a intervenção a ser realizada, a quantidade de encontros e sua organização.

4. Realização da intervenção⁵⁴: a quantidade de encontros e sua organização se darão pela problemática identificada e pela configuração do grupo familiar (mais ou menos heterogêneo), podendo ser realizada sempre coletivamente ou alternando o grupo em sua totalidade e subgrupos (somente adultos, crianças, adolescentes ou outras configurações pertinentes). As atividades a serem desenvolvidas devem remeter às etapas de desenvolvimento de seus membros, buscando a produção de neoformações, pela realização de ações compartilhadas entre adultos e crianças, adultos e adolescentes, etc. Podem ser utilizados os

⁵⁴ Defende-se que a intervenção psicológica pode ser realizada com a família independente da modalidade, ou seja, por meio do atendimento clínico na UBS, da orientação realizada no contexto escolar, do plantão psicológico desenvolvido na empresa, etc. Além dessas diversas possibilidades, entende-se que a intervenção com a família pode acontecer com todos os membros, mas também com grupos menores que a integram, por exemplo, um atendimento somente aos adultos, às crianças, aos adolescentes, etc. Desse modo, entende-se o que o que define a intervenção psicológica com a família não é o contexto de atuação profissional, ou a quantidade de membros da família, e sim o objeto de estudo e de intervenção do psicólogo.

mais diversos recursos, tais como jogos construtivos, jogos verbais, jogos simbólicos e dramáticos, colagem, modelagem, desenho e/ou textos coletivos, etc.

Como já exposto, o materialismo histórico dialético é o método que norteará as reflexões e intervenções do(a) psicólogo(a) que trabalha com famílias em sofrimento. A intervenção deste profissional deve levar em conta a dialética do singular-particular-universal na constituição de determinada família. Em outras palavras, a práxis deste profissional deve buscar romper com os ditames sociais impostos pela classe dominante, que durante os anos vêm legitimando modelos e padrões de relações familiares que reforçam uma sociedade de classes, no caso, uma sociedade capitalista. Assim, a partir deste método o profissional pode compreender a essência do sofrimento desta família e, assim, intervir com vistas à superação dos problemas enfrentados por estes membros.

Diante disso, o papel do(a) psicólogo(a) é instigar na família a consciência dos motivos geradores do sofrimento e, assim, levar os mesmos a direcionar estes motivos para outras necessidades, ou criar novos motivos para antigas necessidades. Ou seja, trata-se de produzir esta consciência nos membros da família, isto é, direcionar as atividades realizadas em casa com um propósito.

Acerca disso, investigar quais são os projetos futuros de cada membro da família pode ser uma possibilidade de intervenção. Conseqüentemente, possibilitar à família a tomada de consciência dos dilemas e das contradições presentes na sociedade capitalista (e alienante). Segundo Lessa (2012), esta sociedade produz um modelo de família que:

[...] é fundada pela propriedade privada, se caracteriza pela retirada das mulheres da vida coletiva e pela redução de suas atividades ao serviço privado de seu senhor. Contrapõe o homem, enquanto marido a ser servido, à esposa, que domina tiranicamente o espaço doméstico para melhor atender a seu “provedor”; reduz a riqueza e densidade das relações afetivas abertas à paternidade na mesma proporção com que sobrecarrega a maternidade com a função de mediação entre o senhor, a prole e os serviçais. Outra das suas características importantes é negar às crianças o convívio com outras crianças, isolando-as muitas vezes até chegarem à adolescência, como ocorria com as famílias mais abastadas no século 19 e início do século 20. (p. 69).

Vale a pena colocar em discussão o modo como cada membro da família vivencia as contradições da sociedade no âmbito familiar, baseada na divisão das tarefas posta aos homens

e às mulheres, bem como pela educação de gênero. Acerca disso, de acordo com Viera (2019), as relações de gênero estão relacionadas às posições desiguais ocupadas pelos homens e as mulheres num sistema capitalista (e patriarcal) de produção e reprodução da vida. Para esta autora, a partir disso, gera-se uma relação hierárquica entre os sexos, sustentada pela imposição concreta da “submissão” da mulher ao homem, ao passo que esta acaba ficando responsável pelos cuidados dos filhos, e o homem, pelo sustento da casa.

Esta divisão de trabalho entre homens e mulheres – tal como a oposição entre o trabalho intelectual e o manual – é manifestação da potência dominante do homem proprietário privado [...]. Esta divisão de trabalho entre os sexos retirou a mulher da vida coletiva e a isolou no interior do lar. As suas relações sociais se limitam, agora, aos mais próximos: empregados e escravos domésticos, filhos, esposo. (Lessa, 2012, p. 32-33).

Uma vez que os signos e os símbolos são instrumentos psicológicos que modificam o comportamento, esta compreensão é fundamental para o(a) psicólogo(a), pois este no contexto de atuação pode gerar mudanças na família diante do sofrimento, a partir dos instrumentos psicológicos, e assim, possibilitar à família o conhecimento de novos conteúdos e informações. Para tanto, este processo acontece por meio da linguagem (ou comunicação) e, independente do profissional, este papel é essencial para o desempenho de qualquer atividade. Por isso, a contribuição histórico-cultural acerca dos sentidos pessoais e significados sociais possibilita ao profissional compreender de fatos as demandas da família.

Por fim, a partir da periodização do desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural propõem-se formas de intervenção e estratégias de atendimento psicológico de família que utilizam a característica de cada fase como elemento de intervenção do(a) psicólogo(a). Busca-se potencializar o atendimento de família, pois muitas vezes o sofrimento familiar pode ser derivado do fato de um dos seus membros não conseguir avançar em seu desenvolvimento, conforme o quadro abaixo.

Quadro 12 – Estratégias de intervenção com a família em sofrimento psicológico

Atividade-Guia	Objetivo	Intervenção Técnica
<i>Comunicação Emocional Direta</i>	Nomear as emoções e sentimentos	Desenho das emoções vivenciadas pela família
<i>Atividade Objetiva Manipulatória</i>	Conhecer a realidade material da família	Colagem da estrutura da casa
<i>Jogo de Papéis</i>	Representar os relacionamentos intrafamiliares	Dramatização da rotina semanal da família
<i>Atividade de Estudo</i>	Compreender os “conceitos familiares” (valores)	Debate para formulação de uma escala de valores da família
<i>Comunicação Íntima Pessoal</i>	Estimular o fortalecimento das relações sociais	Conversa sobre sexualidade
<i>Atividade Profissional/ Estudo</i>	Desenvolver a consciência coletiva da família	Criação coletiva de um projeto futuro da família

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Visto que no período do 1º ano de vida a atividade-guia tem como característica o desenvolvimento das emoções mediado pelos objetos sociais, entende-se que a demanda da família pode derivar das dificuldades em lidar com as emoções dos pais, do bebê, dos irmãos. Sendo assim, uma possibilidade de intervenção seria auxiliar a família em nomear seus sentimentos e emoções acerca de fatos e eventos que podem ou não estar relacionados com a queixa ou o problema, o que pode ser feito por meio de desenhos. Já no período da 1ª infância, cuja atividade-guia tem por característica o desenvolvimento da motricidade mediado pelos adultos sociais, sugere-se ao psicólogo(a) utilizar de atividades manuais no atendimento, a fim de potencializar o conhecimento da família, por exemplo, por meio de colagem de imagens, fotos ou até mesmo jogos.

Na idade pré-escolar, com o jogo de papéis como atividade-guia, defende-se que é marcante o desenvolvimento da imaginação (e da criatividade) mediado pelo uso de jogos e brincadeiras. Desse modo, a realização da dramatização pode ser feita para entender a rotina da família e a queixa, de forma a estimular a discussão sobre um assunto difícil ou representar algum episódio vivenciado no passado.

Na fase da idade escolar, a atividade-guia refere-se à atividade de estudo, fundamentando desenvolvimento do pensamento lógico mediado pelo conhecimento científico.

Diante disso, sugere-se ao psicólogo(a) recorrer a argumentos lógicos, racionais e científicos com o propósito de ampliar os conhecimentos da família e, assim, desconstruir conceitos e pré-conceitos, ou, por exemplo, uma escala de valores da família.

Já na adolescência inicial, cuja atividade-guia é a comunicação íntima pessoal, há o desenvolvimento da sociabilidade mediado pela relação com os pares. Neste aspecto, considera-se como essencial o papel da família na construção da rede de apoio do adolescente. Isto é, a família precisa estar envolvida com outros grupos de pessoas, a fim de que as experiências em sociedade produzam um efeito terapêutico, por meio de relacionamentos saudáveis. Diante das mudanças hormonais do adolescente e da sexualidade ainda ser um tabu em nossa sociedade, podem ser exploradas discussões sobre o assunto que não foquem somente no casal ou nos filhos, separadamente, mas no sentido de esclarecimento das mudanças corporais e práticas afetivas e sexuais.

Por fim, na fase da adolescência final com a atividade profissional e/ou de estudo tem-se o desenvolvimento da consciência mediado pelas conquistas profissionais. Neste caso, considera-se o papel do estudo como fundamental. Sendo assim, é importante estimular na família a ampliação dos seus conhecimentos teóricos e científicos, assim como no aspecto profissional estimular a família a lidar com as relações de trabalho e os fenômenos de alienação advindos deste contexto. Desse modo, cabe ao psicólogo(a) nesta fase, como já discutido, definir conjuntamente com a família quais serão os planos e projetos para o futuro. Essa expectativa e a organização coletiva da família em prol de um objetivo e meta provocam uma mudança nos comportamentos e nas emoções dos membros.

3.3.1.2 Atendimento psicológico coletivo com mais de um grupo familiar

Como exposto anteriormente, a intervenção psicológica junto a mais de um grupo familiar tem em primeiro plano o foco educativo e em segundo plano o terapêutico. Esta modalidade de intervenção pode ser realizada nos mais variados campos de atuação do(a) psicólogo(a), tais como escolas, empresas, hospitais, associações, sindicatos, etc. Pode ser realizado por demanda da instituição ou por levantamento de necessidades por parte do(a) psicólogo(a), como também por demanda das próprias famílias. Destaca-se que as possibilidades e direções do atendimento psicológico coletivo vai depender da demanda do grupo, assim os temas apresentados serão apenas sugestões para serem trabalhadas.

A intervenção com múltiplas famílias pode ser organizada em vários formatos a partir do levantamento inicial das características do grupo participante, desde o nível de escolaridade

até as atividades que realizam, por exemplo. Pode ser estruturada em ciclos de palestras, rodas de conversa, mesas-redondas, oficinas de grupos, dinâmicas, dentre outras possibilidades.

Independente da modalidade de atividade a ser realizada com as famílias, deve ser levado em consideração que esta precisa estar voltada a tarefas específicas em conformidade com a faixa etária dos envolvidos, bem como que os grupos podem se realizar coletivamente ou em subgrupos. A partir das contribuições de Makarenko (1980), sugere-se que sejam desenvolvidos os seguintes temas a serem trabalhados com as famílias em cada encontro: 1) a educação familiar; 2) a autoridade dos pais/adultos; 3) a disciplina; 4) o jogo; 5) o trabalho; 6) a economia; 7) os hábitos culturais; e 8) a educação sexual. Outros temas podem ser elencados pelo grupo ou demandados institucionalmente.

Nesta sequência de temas a serem discutidos, segundo Makarenko (1980), o primeiro é a **educação familiar**, relativa à responsabilidade dos adultos na educação dos menores. Este aspecto se refere à consciência coletiva do papel da família na formação de futuros cidadãos, ou seja, os adultos da família enquanto formadores da história e da sociedade. Para este autor, é mais fácil educar do que reeducar, pois este processo sofre várias falhas ou omissões derivadas da negligência dos adultos. De acordo com Makarenko (1980), a família necessita ter clareza de seus propósitos e um programa definido sobre aquilo que os adultos querem propor na educação das crianças e jovens, visando à formação do futuro cidadão.

Neste caso, sugere-se que inicialmente seja trabalhado este tema, levando em conta o papel da família no desenvolvimento das futuras gerações. É preciso considerar a responsabilidade social que esta tem na manutenção e reprodução das demandas e ideologias do sistema capitalista. A partir de uma perspectiva histórico-cultural, entende-se o papel da família na educação dos menores dada pela coletividade, na direção da luta pela superação da sociedade de classes em prol da transformação social. Por isso, neste tema, propõe-se como possibilidade a divisão do grupos em famílias, a fim de construir um projeto coletivo grupal, que coloque em relevo sua inserção social, na direção do desenvolvimento da consciência de classe.

Defende-se que os adultos, antes de começar a educação das crianças, precisam reexaminar a própria conduta, pois seu comportamento pessoal é um fator decisivo para a formação dos menores (Makarenko, 1980). Para tanto, faz-se necessário que dêem uma atenção aos próprios defeitos, aos seus recursos e estratégias pedagógicas. Outro ponto destacado refere-se a preparar (treinar) as crianças para lidar com as influências negativas e circunstâncias difíceis, antecipando-as e conhecendo-as em tempo hábil (Makarenko, 1980).

Para o autor, a verdadeira essência do trabalho educativo não acontece somente pelas conversas, mas também pela organização familiar, pela organização da vida da criança e no exemplo que os adultos dão em suas vidas, pessoal e socialmente. A partir disso, compreende-se o papel da família no desenvolvimento dos seus membros. Desse modo, cabe ao psicólogo(a) trabalhar como se dá a periodização do desenvolvimento e suas implicações na constituição do psiquismo, na transição das funções elementares para as superiores, como já discutido anteriormente. Em sua intervenção, o(a) psicólogo(a) deve evidenciar os saltos qualitativos obtidos por cada membro do grupo, bem como identificar os manejos em períodos estáveis e de crise.

O segundo tema a ser trabalho com os grupos de famílias refere-se à **autoridade** dos pais. Segundo Makarenko (1980), se a criança "não obedece" é um sinal de que os adultos não tem autoridade. Desse modo, é preciso refletir acerca dos modelos de autoridade, a saber: a) autoridade cívica: baseada no compromisso da família com a sociedade, principalmente com o trabalho, quando a criança percebe as contribuições profissionais dos adultos para o avanço da sociedade; b) autoridade do conhecimento: os adultos conhecem a vida criança, o que lhe interessa, quais são suas afeições, o que gosta e o que não gosta, quem compõe seu círculo de amigos, com quem brinca e quais são seus jogos favoritos, o que lêem, como ela interpreta e assimila o que leu, etc.; c) autoridade da colaboração: muitas vezes a criança não sabe como proceder em certos casos e necessita de conselhos e ajuda (Makarenko, 1980).

Sobre essas modalidades de autoridade, o(a) psicólogo(a) pode apresentar informações, por meio de palestras ou oficinas, e com o apoio de dinâmicas que levem em consideração a necessidade de seguir regras e de se ter uma liderança. Novamente, referente à autoridade cívica, trata-se da conscientização das famílias sobre o compromisso com o avanço da sociedade e, no caso, sobre quais seriam as formas para a superação do sistema capitalista. Já a autoridade do conhecimento envolve o contexto em que a família vive, seus compromissos e diversões. Por último, a autoridade da colaboração é a compreensão da vivência na coletividade, em que as pessoas precisam ajudar umas as outras em prol do crescimento social.

Neste momento, cabe ao psicólogo(a) problematizar com as famílias acerca desta autoridade como elemento fundamental para a constituição do psiquismo e do caráter. Em outras palavras, refere-se ao trabalho psicológico com os adultos sobre a demarcação dos limites que precisam desenvolver com as crianças, ou seja, a importância de dizer "não". Contudo, não significa que os adultos devem desenvolver um autoritarismo, mas uma autoridade baseada no amor e no respeito, dada pela exposição das razões e os motivos que impedem a realização da vontade da criança.

Tais proposições convergem com os postulados vigotskianos sobre a aquisição da linguagem como forma de o ser humano realizar as mediações por signos, proporcionando o desenvolvimento cultural em si, para outros, e para si (Vigotski, 2000). Este processo social, a constituição dos vínculos, por meio da unidade afetivo-cognitiva, propicia entender a formação da consciência como foco para a intervenção em casos de sofrimento familiar. Neste sentido, por meio da mediação de instrumentos e signos, a família pode intervir com o intuito de instigar a compreensão desta autoridade. O(A) psicólogo(a) pode dividir as famílias em pequenos grupos, construindo uma lista de responsabilidades e deveres, levando em consideração o papel social das pessoas do grupo familiar.

Nesta linha de raciocínio, o terceiro tema a ser discutido neste grupo com famílias é a **disciplina**, que segundo Makarenko (1980) significa um conjunto de regras de conduta. Conforme a lei geral do desenvolvimento acerca da direção dos processos do nível intersíquico para o intrapsíquico, parte-se das vivências apresentadas pela família na forma de normas, valores e regras a serem seguidas e que são efetivamente praticadas. Por meio deste intercâmbio a criança internaliza as regras (nível intrapsíquico), apropriando-se das diretrizes familiares e as colocando novamente em prática no contexto social, no nível intersíquico, à medida que se desenvolvem as FPS.

Para Makarenko (1980), a disciplina deve ser consistente com o objetivo estabelecido pelos adultos, assim como deve haver uma constância e consistência nas orientações dadas pelos pais. Segundo o autor, as correções de comportamento não devem ser realizadas com mau humor, com gritos ou irritação, assim como devem estar ao alcance das possibilidades de compreensão da criança, ou seja, devem ser racionais. Por exemplo, não cabe ao pai de uma criança de 2 anos explicar os malefícios de se colocar o dedo na tomada, devido a uma descarga elétrica. Ou seja, a correção deve ser assertiva e considerar o nível de compreensão da criança. Destaca-se que a punição é um recurso prejudicial para o desenvolvimento psicológico da criança, por isso os adultos devem evitá-la ao máximo. Por outro lado, os prêmios nunca devem ser anunciados com antecedência, pois é melhor limitar-se a elogios e aprovação (Makarenko, 1980), de modo a não estabelecer uma relação de recompensa.

Neste sentido, o papel da linguagem como mediação simbólica e formação de conceitos é fundamental para a internalização das regras e normas da família.

Nós definimos a comunicação como determinada interação das pessoas, no curso na qual elas trocam diferentes informações com o objetivo de estabelecer relações ou unir esforços para alcançar um resultado comum. Desde o ponto de vista psicológico a

comunicação é um tipo peculiar de atividade que se caracteriza, antes de tudo, por sua orientação com outro participante da interação na qualidade de sujeito (Lísina, 1987, p. 276, tradução nossa).

Levando em consideração o desenvolvimento do grupo, sugere-se que para trabalhar este tema seja apresentada a importância das regras nos diversos contextos institucionais. E, num segundo momento, em pequenos grupos realizar a formulação de acordos e combinados, levando em conta a boa convivência da família, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pelos mesmos.

Na sequência, outro tema a ser discutido com os grupos familiares é o **jogo**. Em outras palavras, trata-se do brincar na vida da criança que se constitui como atividade fundamental para o seu desenvolvimento, marcado por esforços físicos e mentais (criatividade). Para Makarenko (1980), a principal diferença entre o jogo e o trabalho é que este traduz a participação do homem na produção social e na criação de valores materiais ou culturais. Por isso, o foco do(a) psicólogo(a) tem que estar na atividade prático-verbal.

No caso de famílias com crianças e adolescentes, a discussão acerca do brincar é fundamental, pois a brincadeira intencional potencializa o desenvolvimento. Referente à criança, inicialmente ela tem a preferência pelo jogo solitário, isto é, a tendência em querer brincar sozinha, e assim desenvolver as suas habilidades pessoais. Posteriormente, este indivíduo, na adolescência, desenvolve a necessidade do jogo coletivo, que promove o seu desenvolvimento (Makarenko, 1980). O autor destaca algumas instruções importantes acerca do jogo e da brincadeira, quais sejam:

- 1) Que a criança realmente brinque: que compõem, constroem, combinam;
- 2) Não inicie uma tarefa até terminar com a anterior: deixe-o levar sua atividade até o fim;
- 3) Que o jogador veja um valor definido, necessário para o futuro: para cuidar disso e mantê-lo;
- 4) Não destrua o brinquedo em caso de deterioração, mas repare-o, se isso é difícil para a criança, devemos fornecer cooperação. (Makarenko, 1980).

Levando em conta tais aspectos do jogo, cabe ao psicólogo(a) conscientizar as famílias sobre a potencialidade existente no brincar, no qual a criança desenvolve as FPS, por meio das características que envolvem o jogo: seguir regras e normas, divisão de peças/brinquedos, abstração, raciocínio lógico, etc. Desse modo, cabe ao psicólogo(a) apresentar para a família os

ganhos pedagógicos, psicológicos e sociais do desenvolvimento de brincadeiras e jogos. Num segundo momento, sugere-se que os membros sejam divididos em pequenos grupos com o intuito de realizar diversas brincadeiras que possam provocar o desenvolvimento dos integrantes de cada família, seja pela criação de novos jogos ou até mesmo de novas regras.

Além disso, sugere-se que seja discutido acerca da educação do **trabalho**⁵⁵ e das influências do trabalho na família. Pode ser abarcado: 1) a consciência de participar de uma sociedade capitalista; 2) o elemento criativo da atividade de trabalho; 3) o papel social e coletivo da sociedade nos relacionamentos; 4) a potencialização do desenvolvimento físico, psíquico e espiritual (Makarenko, 1980). Por estar em uma sociedade que caminhava na direção do comunismo, Makarenko (1980) defendia que não há diferenças fundamentais entre trabalho físico e trabalho intelectual. Ainda sobre o trabalho, em contexto escolar este se refere à sua função pessoal e social. Todavia, o autor não indica que seja realizada a dedicação exclusiva ao trabalho escolar, pois isso pode despertar nas crianças um total desdém pela vida e pelo trabalho no grupo familiar. É importante destacar que no sistema educacional soviético, do contexto do autor citado, a escola era voltada à politecnicidade desde os anos iniciais, e o autosserviço era parte das atividades escolares.

Em seguida, outro tema a ser desenvolvido com as famílias, segundo Makarenko (1980), seria a **economia familiar**, que oferece um campo apropriado para educar os traços de caráter do futuro cidadão administrador. Esta atividade econômica é formada pelo coletivismo, uma verdadeira relação de solidariedade do homem para com a sociedade, ou seja, trata-se de lutar pelos interesses e necessidades sociais de todos. Isso acontece, quando as crianças têm conhecimento sobre o contexto e as dificuldades do trabalho dos adultos, assim como têm envolvimento no orçamento financeiro da família. Para este autor, a honestidade, isto é, uma atitude aberta e sincera em relação aos homens e às coisas, não se dá pelas atitudes de escondê-las no ambiente familiar, manter algo secreto, como comer pelos cantos e escondido para não ter que dividir com os outros, fatos que geram desonestidade.

Ainda sobre a economia familiar, de acordo com Makarenko (1980), faz parte dela a previsão, que se refere à constante atenção às necessidades da família e o plano para satisfazê-las por meio do investimento e da aplicação correta do dinheiro, em suma, de forma racional escolher o que for melhor para todos. Para este autor, outra característica fundamental é o

⁵⁵ Entende-se que a partir do jogo e da brincadeira é possível desenvolver na criança a consciência e o significado do trabalho, por exemplo, lavar a louça, arrumar a cama, preparar a mesa para o jantar, limpar o espaço do animal doméstico, limpar o banheiro, comprar pão na padaria, decorar a sala, organizar os passeios, limpar a casa (Makarenko, 1980).

cuidado, que consiste no hábito de guardar os objetos. Segundo Makarenko (1980), a responsabilidade diz respeito ao sentimento de culpa e desconforto em caso de deterioração ou destruição de algo. Para este autor, a capacidade de orientação trata da capacidade de se concentrar em um conjunto de elementos e problemas. E, por fim, a capacidade operacional se refere à capacidade de distribuir tempo e trabalho na execução de uma tarefa (Makarenko, 1980).

Neste caso, cabe ao psicólogo(a) problematizar acerca das características da sociedade de classes, que dissemina os ideais da classe dominante e que se concretizam em comportamentos de usura, individualismo e egoísmo, na direção contrária do coletivismo. Cabe ao psicólogo(a) provocar reflexões junto aos grupos de famílias sobre as possibilidades de superação deste sistema, que rompa com os interesses particulares em detrimento da construção de uma sociedade coletiva. No segundo momento, dividida em pequenos grupos, a família pode construir uma planilha de gastos e ganhos, correlacionando isso aos projetos conjuntos futuros, com o compromisso social de transformação da sociedade.

Nessa direção, Lísina (1987, p. 277, tradução nossa) defende que “as necessidades e seus motivos⁵⁶ objetivados conforme a principal característica do nível de desenvolvimento da atividade, seu surgimento serve de base para julgar [...], em geral, a atividade dada no indivíduo”. Para esta autora, as necessidades humanas – especialmente na comunicação – envolvem a atenção e a interação dos adultos com as demandas sociais e pessoais, a percepção (ou a sensibilidade) e a realização da iniciativa própria manifesta pela atitude do adulto nas relações sociais.

Outro tema a ser desenvolvido é o papel da **educação cultural**⁵⁷, que não se restringe à responsabilidade da escola e da sociedade, e sim uma educação permanente da família propiciando o contato com o mundo (Makarenko, 1980). Para este autor, defende-se a existência de meios de educação cultural, tais como: a) o jornal: mesmo que a criança não saiba ler, apenas ouvir os conteúdos relacionados a eventos nacionais e internacionais permitirá a ela envolver-se com a sociedade; b) o livro: sugere-se que esta leitura não seja feita especialmente para a criança, mas para o círculo familiar, com o propósito de provocar o intercâmbio de opiniões e

⁵⁶ A autora aponta diferentes categorias de motivos: 1) cognitivos: a comunicação se personifica no adulto que atua como fonte de conhecimento e como organizador de novas impressões da criança; 2) de trabalho: revela ao adulto uma nova qualidade, como participar da atividade prática conjunta; 3) pessoais: objetivam o adulto como membro da sociedade, como porta-voz de exigências e ideias sociais (Lísina, 1987).

⁵⁷ Problematiza-se sobre quais famílias tem acesso a esses bens culturais, por exemplo, museus, cinema, exposições, pois na sociedade capitalista isto acaba sendo desvalorizado e, assim, ampliam-se ainda mais as desigualdades materiais que perpassam as configurações familiares, pois não são todas as famílias que têm condições financeiras e de tempo para frequentar estes lugares.

juízos coletivos; c) os filmes: não devem ser de forma ilimitada e sem controle, sugere-se que cada filme seja tema de um breve comentário da família, a fim de saber a opinião, interesses e impressões agradáveis e desagradáveis dos membros; d) museus e exposições: uma atividade intelectual e emocional, que requer atenção da criança, pois provoca ideias e sentimentos (Makarenko, 1980).

Cabe ao psicólogo(a) o desenvolvimento da conscientização da família sobre o papel pedagógico das relações familiares e das trocas de informações e conhecimentos. Neste sentido, o(a) psicólogo(a) apresenta o papel da sociedade na formação da família, a partir de toda produção realizada pela humanidade. De um lado, a família tem o compromisso social de produzir avanços na sociedade e, de outro, a sociedade contribui com o desenvolvimento das relações familiares. O trabalho pode ser realizado em pequenos grupos e em cada família ser discutido e até mesmo apresentado algum destes meios – jornal, livros, filmes, exposições – como estratégias de conhecimento social.

Conforme propõe Makarenko (1980), o último tema a ser tratado no grupo com as famílias refere-se à **educação sexual**. Acerca disso, para este autor, a vida sexual do ser humano difere substancialmente da do animal e a diferença é o objetivo da educação sexual. Os objetivos da educação sexual são de definir a formação espiritual da criança, para que no futuro possa considerar o amor como um sentimento profundo e sério, trazendo felicidade e prazer no âmbito da família. Esses assuntos devem ser desenvolvidos pela família em conversas particulares com a finalidade de referir-se a problemas de higiene sexual e, em particular, à moralidade sexual, a partir do exemplo genuíno de amor entre os adultos e o respeito mútuo.

Neste sentido, o papel do(a) psicólogo(a) é contribuir para a superação do “tabu” da sexualidade dentro da família, uma vez que, muitas vezes, adultos e crianças não desenvolvem a conversa acerca desta temática. Assim, o(a) psicólogo(a) pode refletir junto às famílias sobre os compromissos e responsabilidades que envolvem a sexualidade, o que não se restringe à discussão biológica dos órgãos sexuais e seu funcionamento. O(A) psicólogo(a) pode apresentar dados sobre sexualidade, auxiliando a família na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez precoce, entre outros problemas, como considerar que a maioria dos casos de abuso sexual ocorre dentro de casa, sendo praticado por familiares. Além disso, o(a) psicólogo(a) pode contribuir com discussões sobre as relações de gênero, por exemplo, na forma como se fala com meninos e meninas sobre sexualidade, etc.

Por fim, diante das possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a) com famílias, defende-se a necessidade de superação do sofrimento psicológico gerado pela sociedade capitalista vigente, que ganha contornos distintos conforme a classe social. Acerca disso, a superação total

só será possível com a supressão da materialidade que produz e reproduz tais contradições, isto é, a transformação social deste sistema. Segundo Vigotski (1930/2004), a superação se dá pela transformação do homem, ou seja, da personalidade humana, por meio da destruição das formas capitalistas de organização e produção, pela combinação de trabalho físico e intelectual, ou seja, o trabalho associado e, pelas mudanças das relações sociais entre as pessoas.

Diante disso, é fundamental para a intervenção psicológica nesta perspectiva, a fim de superar a modalidade de atendimento individualizante o trabalho com equipes multi/interdisciplinares para a superação da problemática apresentada pela família, por exemplo por meio de equipes e profissionais de referência e/ou aliados a equipes e profissionais de apoio. Assim, no contexto da saúde coletiva, as discussões teórico-metodológicas e técnico-assistenciais evidenciam a necessidade de superar o viés especialista – modelo biomédico – para o atendimento de demandas multideterminadas socialmente. Desse modo, esses eixos norteadores apresentados podem constituir ferramentas para o trabalho de uma equipe multi/interdisciplinar no atendimento de família e aos profissionais da psicologia que se apropriem das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural.

Acrescenta-se que o trabalho psicológico em si não realizará a revolução material, porém, a superação de formas de intervenção que se encaminham para a manutenção, conformação e adaptação dos indivíduos e grupos à sociedade burguesa, contribui para a construção das condições subjetivas necessárias a uma transformação radical da sociedade. Neste sentido, independentemente da modalidade de atendimento, trata-se da superação do modelo biomédico, a partir de uma compreensão histórico-cultural sobre os indivíduos e grupos sobre seu sofrimento psíquico, como construído socialmente, e, portanto, multideterminado.

Em suma, tomando como base os pressupostos já discutidos da Psicologia Histórico-Cultural, o horizonte de quaisquer práticas psicológicas deve ter como base o fim das condições estruturais geradoras do sofrimento humano, ou seja, a superação da sociedade capitalista. Por isso, tomaram-se como aporte teórico as produções de autoras e autores soviéticos que problematizaram as tarefas da família em uma sociedade em transição para o comunismo.

Segundo Kollontai (1920/2002), esta nova sociedade visa facilitar a tarefa da família de criar e manter suas crianças, tornando-as papel da coletividade. Em outras palavras, a proposta socialista não pretende separar as crianças dos adultos, mas oferecer todas as condições necessárias para que todas as crianças sejam alimentadas, criadas, desenvolvidas e educadas nas melhores condições possíveis. Para esta autora, na nova sociedade haveria uma nova forma de família, o que implicaria em relações diferentes entre homens e mulheres, baseadas na união de afetos e na camaradagem. Ao invés do matrimônio indissolúvel, baseado na servidão da

mulher, a união seria permeada por laços de amor e respeito (Kollontai, 1920/2002). Em uma nova formação social, diferentemente da sociedade burguesa, como discutido no capítulo 2, uma nova configuração familiar seria gerada, o que redimensionaria os papéis do grupo familiar em relação à sociedade e de seus membros entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trajeto acadêmico e profissional, o objetivo da pesquisa surgiu com a intenção de expandir os conhecimentos teóricos e metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural aplicáveis ao atendimento psicológico. Tradicionalmente, esta abordagem psicológica desenvolveu-se no Brasil mais vinculada ao contexto escolar. Contudo, como apresentado, defendem-se os princípios científicos e filosóficos do materialismo histórico dialético que a embasam como pertinentes a todas as áreas de atuação da Psicologia.

Neste sentido, este objetivo fortaleceu-se na busca em problematizar a práxis profissional do(a) psicólogo(a) com famílias em sofrimento emocional, por meio de uma proposta teórica alternativa em detrimento de outros modelos da Psicologia comumente empregados. Como se buscou discutir ao longo da pesquisa, o estudo da família pela Psicologia esteve relacionado às contribuições de uma ciência de viés tradicional, como a Psicanálise e, especialmente, a Teoria Sistêmica, que propõe a superação desta tendência. Esta afirmação foi corroborada pelo levantamento de artigos realizado e analisado no primeiro capítulo. Por exemplo, grande parte dos artigos encontrados (40,91%) possuía a influência da Teoria Sistêmica, tendo como temática central a discussão do ciclo vital e sua influência no contexto familiar.

Na análise qualitativa dos artigos foi notada a discussão referente ao modelo de família tradicional baseado no modelo ideal da família burguesa, marcado pela autoridade patriarcal e legitimado pelo discurso religioso, cujo papel masculino é prover o sustento, e o feminino responsável pelo cuidado da casa e dos filhos (Zanetti & Gomes, 2009). Nesse sentido, dos textos analisados, apenas 27, 28% (n=6) discutiram acerca da superação deste modelo familiar tradicional, denominado de “família nuclear”, que se refere a um grupo familiar unido pelo matrimônio entre um casal heterossexual e os filhos.

Com isso, constatou-se que grande parte dos artigos ainda carrega em seu escopo teórico uma concepção de família marcada pela heteronormatividade, trazendo em seu bojo uma proposta reducionista e universalizante de configuração familiar. Contudo, a análise destes textos constatou que o surgimento de novos arranjos e configurações familiares, por exemplo, a monoparental e a homoafetiva, ganhou mais espaço na sociedade, especialmente após a Revolução Sexual (1960-1970) (Tokuda, Peres & André, 2016). De certo modo, a influência também do feminismo contribuiu para tentativas de romper com este modelo tradicional, legitimado pelo discurso religioso e ancorado numa concepção biológica do papel da família,

isto é, sobre os cuidados básicos para a sobrevivência dos membros da família (Zanetti & Gomes).

Dos textos analisados, constatou-se que a abordagem teórica que mais contribuiu para tais discussões foi a Teoria Sistêmica, principalmente a partir do conceito “Ciclo Vital Familiar”, que compreende que as famílias passam por 6 (seis) estágios no decorrer da vida (Boing, Crepaldi & Moré, 2008; Vásquez, Posada & Messenger, 2015). Este conceito contribui para se pensar que a família sofre mudanças, devido ao contexto social e histórico, mas deve-se considerar que existem transformações durante o desenvolvimento humano que precisam ser observadas pelo(a) psicólogo(a).

Outro foco de discussão por esta abordagem refere-se ao conceito “Transmissão Geracional”, por meio do qual se investiga a repetição dos padrões familiares, por exemplo, a escolha profissional ou amorosa. Acerca deste conceito, é possível refletir sobre o papel e a influência da família na constituição da personalidade e do caráter. Neste sentido, na análise qualitativa observou-se que o papel da família esteve atrelado ao cuidado e educação dos filhos. Os artigos levantados discutiram que a família, por meios dos estilos parentais (ou práticas educativas), influencia diretamente os filhos, especialmente, no aprendizado da autonomia e da disciplina.

Sobre a prática e a atuação profissional do(a) psicólogo(a), percebeu-se que os textos trouxeram algumas propostas alternativas para a realização do atendimento psicológico com famílias em situação de sofrimento físico e/ou emocional. Neste sentido, além do atendimento psicológico com famílias, propõem: Terapia Familiar Múltipla (Costa, Almeida, Ribeiro & Penso, 2009) e as Oficinas de Pais (Tornaría, Capano, Guerra & Scafarelli, 2012).

Por outro lado, na análise dos artigos científicos que se anunciavam fundamentados na perspectiva vigotskiana/marxista percebeu-se limites teórico-metodológicos, devido a uma desapropriação dos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, não levando em conta os fundamentos do materialismo histórico dialético. Estes textos, porém, avançaram na reflexão sobre as possibilidades de intervenção do(a) psicólogo(a) com famílias, rompendo com o viés biologizante, universalizante e patologizante. Apresentaram a intervenção do(a) psicólogo(a) com famílias que enfrentam sofrimento físico e/ou psicológico, destacando as implicações alienantes desta sociedade de classes capitalista e altamente individualista, sendo a intervenção psicológica no contexto das políticas públicas uma das estratégias de superação dessa realidade. Acerca disso, no contexto das políticas públicas o papel do(a) psicólogo(a) é superar os nexos-causais da compreensão tradicional sobre a família, levando em consideração a necessidade do trabalho multi e interprofissional visando a superação do sofrimento familiar.

Considerando o mapeamento realizado e ancorando-se nos pressupostos metodológicos do materialismo histórico dialético, realizou-se um *detour* histórico que propiciou a compreensão da constituição da família no decorrer da história. Para Klein (2012), este processo de análise da realidade objetiva almeja capturá-la em seu constante movimento, sendo necessário observar a família socialmente e no decorrer da história econômica, isto é, dentro da luta de classes. Assim, constatou-se que os conflitos de interesse, a divisão entre classes e entre os sexos foram determinantes para as formas e contornos do modelo atual de família.

A partir desta recapitulação histórica foi possível entender como se deram as mudanças nas configurações familiares, que aconteceram devido aos processos de transformação da natureza/realidade, na luta pela sobrevivência da espécie humana. Por exemplo, nas sociedades primitivas, a família punaluana vivia em bandos com poucos indivíduos, e os papéis de cada membro não eram definidos, pois também as relações sociais eram marcadas por laços de cooperação, afeto e carinho.

A invenção de instrumentos complexos e o desenvolvimento das faculdades mentais resultaram na transformação da natureza e, ao mesmo tempo, do ser humano e das relações sociais e familiares. Diante deste contexto de dominação com a divisão social do trabalho e dos papéis entre os membros da família, desenvolveu-se outra configuração familiar, denominada sindiásmica, cujo modelo pré-monogâmico já estabelecia proibições nas relações familiares, principalmente para as mulheres.

Tais elementos históricos permitem reconhecer a gênese da divisão de tarefas e responsabilidades, assim como a compreensão social de que os papéis de cuidado e afeto são extensivos apenas à mulher, como esposa e mãe. Contudo, é neste contexto que surgem as proibições a ela, que deve voltar-se para o espaço particular, ser a única responsável pelos cuidados dos filhos e manter fidelidade e submissão ao marido, enquanto que ao homem caberia o espaço público, com o papel de guerrear, filosofar, etc.

As necessidades humanas que produziram o desenvolvimento da escrita acirraram as diferenças entre o homem e a mulher, no interior de uma sociedade escravista marcada por classes antagônicas, no caso, os senhores e os escravos. Pode-se dizer que o processo de subordinação da natureza à própria atividade humana (trabalho) permitiu aos seres humanos a condição de subordinação entre grupos humanos, e a divisão social do trabalho nas sociedades escravagistas é seu retrato. Porém, a subordinação de uma classe de seres humanos a outra é atravessada por outras formas de subordinação e dominação, como por exemplo, da mulher ao homem e das crianças e jovens aos adultos. Neste contexto, a família desenvolve uma configuração monogâmica, atrelada a um modelo patriarcal, marcado pelo governo autoritário

(ou escravista) do pai, sendo a mulher e os filhos vistos como posse ou objeto para satisfação de desejos e interesses sexuais, afetivos e econômicos do homem.

Na Idade Média, com a superação do modelo escravista pelo modelo servil, a Igreja Católica, por meio do discurso religioso legitima este modelo familiar, cuja configuração se restringe ao casal (marido e esposa) e os filhos. No Império Romano, um homem podia ter várias mulheres, não só nobres como escravas, bem como gerar filhos de ambas, sendo reconhecidos apenas aqueles da mulher legítima. Em virtude das riquezas, no feudalismo os rituais de casamento e a lei do primogênito já eram um exemplo da primazia dos aspectos econômicos acima de quaisquer aspectos afetivos das relações entre homem e mulher. A proposta do capitalismo fez falsear e encobrir esta realidade, pois advoga o matrimônio “livre”, do mesmo modo que o trabalho é “livre”, cada um vende o que possui: o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho e o capitalista os bens de produção oriundos da compra da força de trabalho dos trabalhadores, acumulando lucro pela exploração de mais-valia.

Acerca desta discussão, para Tonet (2013), a sociedade capitalista é também caracterizada pela divisão social em classes, dividida entre explorados e exploradores, entre detentores da força de trabalho e dos meios de produção, entre trabalho intelectual e manual. Esta divisão é aperfeiçoada na sociedade burguesa, por meio da lógica material de acumulação de capital, a qual se dá pela exploração do homem pelo homem (Tonet, 2013). Segundo Marx (2004), isso se funda na venda da força de trabalho, para a satisfação das suas necessidades, o que proporciona a criação da mercadoria por meio do emprego da propriedade privada dos meios de produção. Deste modo, para Marx e Engels (2011), a partir desta organização do trabalho, o homem que vende sua força de trabalho acaba não tendo acesso aos bens que ele produz, tornando-se objeto de consumo, uma mercadoria a serviço do empregador.

Tal retomada histórica contribuiu para compreender o ser humano e suas relações atuais como reflexo de uma história de luta de classes. Permitiu elucidar que o modelo de família ideal atual, a burguesa, é fruto desta sociedade capitalista e não surgiu aleatoriamente, mas é produto do desenvolvimento histórico. Desse modo, entende-se que em cada momento histórico a família se organizou de uma forma para sobreviver diante das demandas sociais, foi se transformando e sendo transformada. Portanto, não é estática nem em sua concretude e nem nas formas ideológicas existentes, tal como a própria sociedade.

Compreender a constituição familiar na atualidade, tanto em seu aspecto concreto quanto ideológico, a partir do arcabouço teórico da Psicologia Histórico-Cultural, exigiu este recuo histórico. De modo a não “eternizar” nem os modelos divulgados como mais “aceitáveis”, nem relativizar que haja sofrimento nos agrupamentos familiares concretos existentes,

principalmente por sofrerem o influxo das relações de exploração do trabalho e dos processos de alienação dali oriundos. Vigotski (1996b), por exemplo, defendeu exaustivamente a importância de que cada fenômeno seja investigado em sua gênese e desenvolvimento, pois somente assim se pode compreender como e porque determinado fenômeno se apresenta desta forma no presente.

O método marxista que embasa a Psicologia Histórico-Cultural desenvolve um processo de reflexão e análise que se ancora na dialética do singular-particular-universal. Por isso, o psicólogo(a) que trabalhará com famílias precisa compreender a essência do fenômeno, para além das representações sensoriais, aparentes e caóticas acerca do sofrimento que lhe acometem. É preciso compreender as influências ideológicas que legitimam o modelo atual de família que se desenvolveu na esteira da dominação econômica para que assim seja possível ao psicólogo(a) romper, em sua prática profissional, com a reprodução dos valores da classe dominante: o modelo burguês que valora determinadas configurações familiares em detrimento de outras.

A partir deste método foi possível compreender a família concreta, e não apenas a família ideal conforme fazem os artigos levantados na primeira etapa da pesquisa. Na conjuntura atual se observa que o modelo de família burguesa ainda é disseminado nas mídias e nos artigos científicos. Na sociedade de classe, os interesses dominantes reverberam no ideário das pessoas, e isso se manifesta em seu cotidiano, na busca inatingível por um modelo romantizado (e inexistente) que muitas vezes é proposto pela classe burguesa. Torna-se um modelo de consumo, balizador das relações ditas mais normais ou saudáveis e degradadas ou anormais. Um ideal inatingível inclusive na própria classe dominante e não somente nas famílias consideradas em vulnerabilidade social.

Um exemplo de como o desenvolvimento histórico legitimou as desigualdades entre homens e mulheres pode ser evidenciado pelo percentual de feminicídios e agressões às mulheres, que ocorre nas mais diversas camadas sociais, havendo diferença brutal nas formas como cada classe terá tratamento, seja este judicial ou mesmo médico/psicológico. O mesmo pode ser dito sobre os índices de autoagressão e suicídio entre jovens.

A investigação realizada demonstrou que as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o trabalho psicológico com famílias em sofrimento físico e/ou emocional são férteis, desde que não haja uma assepsia ou descolamento de conceitos da base filosófica-metodológica da mesma. Sua fertilidade está justamente na compreensão histórica e dialética dos fenômenos humanos. Observou-se que há trabalhos que se anunciam embasados nesta perspectiva, mas, na realidade, ou tomam conceitos isoladamente, ou apenas os mencionam sem incorporar o método materialista histórico dialético em seu “esqueleto”.

Para avançar nesta direção, percebeu-se a necessidade da demarcação teórica das bases conceituais da Psicologia Histórico-Cultural para o atendimento de família em sofrimento emocional e/ou físico. Esta proposta teórica propõe uma análise da totalidade dos fenômenos, no caso, da família concreta, a partir dos pressupostos marxistas, que consideram o homem como produto e produtor da história (Facci, Barroco & Leonardo, 2010). O método marxista objetiva-se na dialética do singular-particular-universal (Netto, 2011; Oliveira, 2005), compreendendo o homem como síntese de múltiplas determinações.

Constatou-se que as contribuições deste referencial teórico para o atendimento psicológico de famílias em sofrimento se dão primordialmente pelo método marxista, a partir da lógica dialética que permite conhecer este fenômeno e, ao mesmo tempo, intervir diretamente na sua essência. Outro conceito importante é o de **vivência**, pelo qual cada membro familiar vai formando a sua personalidade e o seu caráter. Para Vigotski (2018), a constituição do psiquismo acontece por meio dos vínculos realizados pelo ser humano durante sua história de vida, formando sua personalidade e caráter de modo imbricado às condições materiais/ideais de seu contexto social, ou seja, de seu meio concreto, que constitui as vivências singulares. Por isso, o papel do(a) psicólogo(a) é fazer o diagnóstico da família, levando em consideração a formação destas vivências que acontecem na relação dialética entre as influências hereditárias, do meio social e da personalidade.

O estudo da **periodização do desenvolvimento** é fundamental para a realização do trabalho do(a) psicólogo(a) com famílias, pois a partir desta compreensão é possível utilizar a atividade-guia como estratégia de intervenção para a superação de condições geradoras do sofrimento. Este conceito deve balizar o entendimento de como os membros da família se integram e interagem entre si, em níveis diferentes de desenvolvimento.

Resgata-se que o desenvolvimento não acontece de forma cíclica, cronológica ou linear, e sim de forma revolucionária, alternando períodos críticos e estáveis – dos quais emergem as atividade-guia em cada período do desenvolvimento, se houver condições para isso, de modo a nortear e direcionar seu desenvolvimento psíquico. Acerca disso, a proposta vigotskiana apresenta que existem seis atividades-guias até o período da adolescência: comunicação emocional direta, atividade objetual manipulatória, jogo de papéis, atividade de estudo, comunicação com pares, atividade profissional-estudo. É necessário que se investigue que outras atividades-guia emergem após a adolescência, principalmente na sociedade atual, pois estas não se criam em abstrato.

A partir do levantamento bibliográfico das produções científicas da Psicologia sobre a família, do *detour* histórico da constituição da família e do levantamento de aspectos teóricos

fundamentais da Psicologia Histórico-Cultural, foram propostos eixos norteadores para a práxis do(a) psicólogo(a) com famílias: o atendimento psicológico a um grupo familiar e o atendimento psicológico a mais de um grupo familiar.

Referente à proposta de atendimento psicológico a um grupo familiar, este tem a finalidade de instrumentalizar o(a) psicólogo(a) a partir da sugestão de atendimento, que tem início com o levantamento das queixas da família, por meio da entrevista coletiva/individual inicial. Em seguida, a realização do diagnóstico psicológico com base nas contribuições de Vigotski acerca da investigação dos aspectos hereditários, ambientais e psicológicos dos sujeitos. Após isso, é apresentada como necessária a realização da devolutiva do diagnóstico psicológico feito com a família, para que posteriormente sejam feitas as intervenções.

A respeito do atendimento psicológico a mais de um grupo familiar, este tem por objetivo auxiliar a família no desempenho dos seus papéis, a fim de potencializar os relacionamentos, por meio da realização de grupos de pais e filhos. A partir das contribuições de Makarenko (1980) sugere-se que sejam desenvolvidos os seguintes temas a serem trabalhados com as famílias em cada encontro: 1) educação familiar; 2) autoridade paterna; 3) disciplina; 4) jogo; 5) trabalho; 6) economia; 7) hábitos culturais; e 8) educação sexual. A realização deste grupo tem a finalidade de intervir nas demandas da família diante da necessidade de superação dos problemas familiares. Entende-se que outros temas não elencados pelo autor podem emergir do trabalho sistemático com as famílias. Por exemplo, a interferência das tecnologias pode ser um tema emergente diante do contexto atual vivenciado pelas famílias.

Em síntese, foram apresentados alguns eixos norteadores iniciais para o atendimento de família em sofrimento, sendo que não há uma única estratégia ou técnica de intervenção para o atendimento. Destaca-se que este estudo teve o caráter preliminar e, assim, não esgota todas as possibilidades de discussão desta temática.

Este trabalho aponta para a necessidade da criação de um espaço de diálogo e da crítica, a fim de produzir avanços dentro da Psicologia Histórico-Cultural, considerando as dificuldades anteriormente elencadas de se ter o método materialista histórico dialético como estruturante das práticas psicológicas, o que não é uma tarefa fácil. Entende-se que aqui se realizou um esforço nesta direção, ainda que apresente lacunas oriundas de seu caráter inicial.

Por isso, reconhece-se como necessário que as novas pesquisas aprofundem as contribuições e discussões realizadas, com o intuito de refletir na prática sobre a atuação do(a) psicólogo(a) no atendimento de família, bem como buscar preencher as possíveis lacunas ainda existentes. Diante dos limites do tempo e de execução no âmbito de uma dissertação, evidencia-se em trabalhos futuros a importância de trabalhos empíricos e de campo, que sejam colocadas

em prática as sugestões propostas, a fim de verificar sua aplicabilidade concreta. Tal como expõe Vigotski (1996), a prática é o critério de verdade da teoria e, deste modo, somente a realização de trabalhos com famílias nesta direção permitirá verificar as contribuições efetivas das propostas de intervenção.

Posto isso, finaliza-se com a defesa de que serão necessários estudos e pesquisas de campo que coloquem em prática os eixos propostos, avaliando os resultados obtidos. A partir desta perspectiva, entende-se que este processo faz parte de um trabalho extenso e coletivo de construção de um arcabouço teórico-metodológico para a atuação do psicólogo junto a famílias e para a Psicologia enquanto ciência que se pretende concreta.

REFERÊNCIAS

- Aires, J. M. Q. (2006). A abordagem Sócio-histórica na Psicoterapia com adultos. *Psicologia América Latina*, México, (5).
- Alves, C. E. R.; Silva, G. F. & Moreira, M. I. C. (2016). Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. *Pesquisa: práticas psicossociais*, São João del-Rei, 11(2), 295-309.
- Andolfi, M. (1996). A família como sistema de interação. In: M. Andolfi (Org.). *A terapia familiar: um enfoque interacional*. (pp. 15-38). São Paulo: Psy.
- Anjos, R. E. & Duarte, N. (2016). A adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 195-220). Campinas: Autores Associados.
- Aquino, R. S. L. (1980). *História das Sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trad.). (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Asbahr, F. S. F. (2016). Idade escolar e atividade de estudo: educação, ensino e apropriação dos sistemas conceituais. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 171-192). Campinas: Autores Associados.
- Barroco, S. M. S. (2012). A família fetichizada na ideologia educacional da sociedade capitalista em crise: uma questão para a psicologia da educação. In N. Duarte (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. (pp. 151-173). Campinas: Autores Associados.
- Barroco, S. M. S., Facci, M. G. D. & Moraes, R. J. S. (2017). Posicionamento da psicologia ante o crescimento da medicalização: considerações educacionais. In N. S. T. Leonardo, Z. F. de R. G. Leal & A. de F. Franco (Orgs.). *Medicalização da educação e psicologia histórico-cultural: em defesa da emancipação humana*. (pp. 17-42). Maringá: Eduem.
- Bastos, A. V. B. & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 9(1), 6-15.
- Bock, A. M. B. (1997). Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 17(2), 37-42.
- Bock, A. M. B. (1999). A psicologia no caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, Natal, 4(2), 315-329.
- Bonadio, R. A. A. & Mori, N. N. R. (2013). *Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade: diagnóstico da prática pedagógica*. Maringá: Eduem, 251p.

- Bottomore, T. (1983). *Dicionário do Pensamento Marxista*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Brasil. (2004). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2013). *Cadernos de Atenção Básica*, nº. 34. Brasília: Ministério da Saúde, 176p.
- Breunlin, D., Schwartz, R. C., Kune-Karrer, B. M. (2000). *Metaconceitos: transcendendo os modelos de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Calve, T. M; Rossler, J. H. & Silva, G. L. R. (2015). A aprendizagem escolar e o sentido pessoal na Psicologia de A. N. Leontiev. *Psicologia Escolar e Educação*, Maringá, 19(3), 435-444.
- Camargo-Borges, C. (2010). Terapia social: desenvolvimento humano e mudança social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 62(3), 1-114.
- Cambaúva, L. G. & Tuleski, S. C. (2007). A pseudo-concreticidade do conceito de subjetividade na psicologia. *Revista de Educação: PUC-Campinas*, Campinas, (23), 79-89.
- Capra, F. (1982). *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cervený, C. M. O. (1994). *A família como modelo: desconstruindo a patologia*. Campinas: Psy II.
- Chauí, M. (1989). *Cultura e democracia: o discurso competente e as outras falas*. São Paulo: Cortéz.
- Chaves, M. & Franco, A. F. (2016). Primeira infância: educação e cuidados para o desenvolvimento humano. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 109-126). Campinas: Autores Associados.
- Cheroglu, S. & Magalhães, G. M. (2016). O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 93-108). Campinas: Autores Associados
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Educação Básica*. Brasília: CFP.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília: Senado.
- Costa, E. M. da. (2015). *Psicologia como retórica: uma análise das apropriações dos conceitos vigotskianos pelo construcionismo social*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. (colocar nas referências).

- Dacal, M. P. O. (2012). *Significados e sentidos das práticas psicológicas no contexto de um hospital geral: uma construção dos profissionais de saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Bahia.
- Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007. (2007). Dispõe sobre o cadastro único para programas sociais do governo federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Dimenstein, M. (2001). Psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 6(2), 57-63.
- Durham, E. R. (1980). A família operária: consciência e ideologia. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, 23(2), 201-213.
- Engels, F. (2000). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. (16a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Evangelista, J. E. (s/d). *Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos*.
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cadernos CEDES*, 24(62), 64-81.
- Facci; M. G. D.; Barroco, S. M. S. & Leonardo, N. S. T. (2010). A historicidade na constituição do sujeito: considerações do marxismo e da Psicologia Histórico-Cultural. In: A. M. P. Caniato; M. G. D. Facci & E. A. Tomanik (Orgs.). *A constituição do sujeito e a historicidade*. (pp. 107 -132). Maringá: Alínea.
- Ferreira, C. R. C. (2010). *As contribuições da Psicologia Histórico-Cultural aos psicólogos que trabalham junto às Políticas Públicas de Assistência Social voltada às crianças entre zero e seis anos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272.
- Fontes, R. S. (2005). A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. *Revista Brasileira de Educação*, (29), 118-138.
- Fruggeri, L. (1998). O processo terapêutico como construção social da mudança. In: S. Macnamee & K. J. Gergen (Orgs.). *A terapia como construção social*. (pp. 51-65). Porto Alegre: Artes médicas.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, L. B.; Bolze, S. D. A., Bueno, R. K. & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. *Pensando famílias*, 18(2), 3-16.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- Grandesso, M. A. (2006). Famílias e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: C. M. O. Cerveny (Org.). *Família e Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social*. (pp. 13-29). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hobsbawm, E. (2013). O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea. In: E. Hobsbawm. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). *Resumo técnico: Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Resumo técnico: Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP.
- Kaloustian, S. M. (2002). *Família brasileira: a base de tudo*. 5ª. Ed. Brasília: Unicef, Cortez.
- Kina, D. J. (2011). *A afetividade nos processos de transformação: uma reflexão sobre a relação entre profissionais e usuários de serviço de atenção a violência*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, São Paulo.
- Klein, L. G. (2012). *A construção das categorias infância e adolescência sob a produção fabril: contribuição ao debate pedagógico*. (Relatório final de Pós-Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas.
- Kollontai, A. (1920/2002). *O comunismo e a família*. (C. Henrique, Trad.). Recuperado de: https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. (2a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Lazaretti, L. M. (2016). Idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 129-147). Campinas: Autores Associados.
- Leal, Z. R. G. & Mascagna, G. C. (2016). Adolescência: trabalho, educação e a formação omnilateral. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 221-238). Campinas: Autores Associados.
- Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da

Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

Lei nº 12.647 de 16 de maio de 2012. (2012). Institui o Dia Nacional de Valorização da Família. Diário Oficial da União, Brasília.

Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei nº. 13.010 de 26 de junho de 2014. (2014). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº. 13.144 de 06 de julho de 2015. (2015). Altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13144.htm

Lei nº. 13.257 de 08 de março de 2016. (2016). Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

Leontiev, A. N. (1978). O homem e a cultura. In: A. N. Leontiev. *O desenvolvimento do psiquismo*. (pp. 261-284) Lisboa: Horizonte.

Leontiev, A. N. (1981). El marxismo y la ciencia psicologica. In: A. N. Leontiev. *Actividad, consciencia, personalidad*. Havana: Editorial Pueblo Y Educacioón.

Leontiev, A. N. (1983). *Actividad, consciência, personalidad*. Havana: Pueblo e Educación.

Leontiev, A. N. (2006). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: L. S. Vigotski, A. R. Luria & A. N. Leontiev (Orgs.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (13 ed.). (pp. 59-84). São Paulo: Ícone.

Lessa, S. & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 126p.

Lessa, S. (2012). *Abaixo a família monogâmica!* Instituto Lukács: São Paulo.

Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. (M. Ferreira, Trad.). Petrópolis: Vozes, 540p.

- Lima, P. M. & Carvalho, C. F. C. (2013). A psicoterapia sócio-histórica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 33, 154-163.
- Lísina, M. (1987). La genesis de las formas de comunicacion em los niños. In: V. Davidov & M. Shuare (Orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS* (antologia). (pp. 274-298). Moscou: Progresso.
- Macedo, E. O. S. (2012). *Significações sobre adolescência e promoção da saúde entre os participantes de um grupo educativo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília.
- Macedo, J. P.; Sousa, A. P.; Carvalho, D. M.; Magalhães, M. A.; Sousa, F. M. S. de; Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16 (3), 479-489.
- Makarenko, A. K. (1980). *La educación infantil*. Editorial Nuestra Cultura: Madrid.
- Manfrim, A. F. N. & Rasera, E. F. (2016). Diálogos entre o discurso construcionista social e a terapia social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 34-48.
- Marangoni, S. & Aires, J. M. Q. (2006). A psicologia sócio-histórica na formação de psicoterapeutas. *Psicologia: América Latina*, México, (6).
- Marques, P. N. (2010). *Polifonia e emoções: um estudo sobre a construção da subjetividade em crime e castigo de Dostoiévski*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura Russa, São Paulo.
- Marriott, E. (2015). *A história do mundo para quem tem pressa*. (P. Afonso, Trad.). Rio de Janeiro: Valentina.
- Martins, J. C. & Facci, M. G. D. (2016). A transição da educação infantil para o ensino fundamental: dos jogos de papéis sociais à atividade de estudo. In: L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. (pp. 149-170). Campinas: Autores Associados.
- Martins, L. M. (2004). A natureza histórico-social da personalidade. *Caderno Cedes*, Campinas, 24 (62), 82-99.
- Martins, S. A. C. (2011). *Cotidiano de trabalho de profissionais da atenção básica à saúde: uma "arena" de sentidos, emoções, saberes e fazeres*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.
- Martins, S. T. F. & Paduan, V. C. (2010). A equipe de saúde como mediadora no desenvolvimento psicossocial da criança hospitalizada. *Psicologia em estudo*, Maringá, 15 (1), 45-54.
- Marx, K. & Engels, F. (1982). *A ideologia alemã*. (3a ed.). Martins Fontes: São Paulo.

- Marx, K. & Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista*. (11a ed.). (M. A. Nogueira & L. Konder, Trads.). Petrópolis: Vozes.
- Marx, K. & Engels, F. (2011). *A sagrada família, ou, a Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. (1a ed. revista). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. (J. Ranieri, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. (2a ed.). (F. Fernandes, Trad.). São Paulo: Expressão Popular.
- Meira, C. H. M. G; Nunes, M. L. T. (2005). Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. *Paidéia*, Rio Grande do Sul, 15(32), 339-353.
- Ministério da Saúde (2003). *Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS*. Recuperado de: www.saude.gov.br/saude-de-a-z/projeto-lean-nas-emergencias/693-acoes-programas/40038-humanizaus
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008). *SUAS: configurando os eixos de mudança*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: Gráfica e Editora Brasil LTDA.
- Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(4), 608-621.
- Moura, R. H. (2008). *Saúde da família: (des)encontros históricos da família brasileira com a higiene mental (1920-1940)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá.
- Moura, R. H. (2014). *O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) como mobilizador da práxis psicossocial*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Assis.
- Nabas, R. R. (2000). A engrenagem: terapia das relações interpessoais. In H. M. Cruz (Org.). *Papai, mamãe, você... E eu? Conversações terapêuticas em famílias com crianças*. (pp.213-231). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nagel, L. H. (2015). Do método ou de como pensar o pensamento. In: S. C. Tuleski, M. Chaves & H. A. Leite. *Materialismo histórico dialético como fundamento da Psicologia Histórico-Cultural: método e metodologia de pesquisa*. (pp. 19-28). Maringá: Eduem.
- Netto, J. P. (2006). *O que é marxismo?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

- Netto, J. P. (2011). Entrevista. *Revista Trabalho, Educação e Sociedade*, Rio de Janeiro, 9(2), 333-340.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In: A. A. Abrantes; N. R. Silva & S. T. F. Martins. *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Vozes. Recuperado de: <http://stoa.usp.br/mpp5004/files/1/18602/ADialeticaDoSingularParticular>
- Oliveira, N. H. D. (2009). Contexto de família. In: N. H. D. Oliveira. (Org.). *Recomeçar: família, filhos e desafios*. (pp. 23-63). São Paulo: Editora UNESP.
- Oliveira, R. B. S. & Alves, A. M. P. (2015). *As possibilidades de uma prática clínica na psicologia sócio-histórica*. (Relatório Final de Projeto de Iniciação Científica). Universidade Estadual de Maringá, Graduação em Psicologia, Maringá.
- Oliveira, R. B. S. & Moura, R. H. (2016). *Contribuições da perspectiva sócio-histórica para a produção da práxis psicológica no contexto hospitalar*. Universidade Estadual de Maringá. (Relatório Final de Projeto de Iniciação Científica). Universidade Estadual de Maringá, Graduação em Psicologia, Maringá.
- Ozella, S. (2003). *Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica*. São Paulo: Cortez.
- Pasqualini, J. C. & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371.
- Pasqualini, J. C. (2013). Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: A. C. G. Marsiglia (Org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. (pp. 71-97). Campinas: Autores Associados.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Pinheiro, G. R. & Bomfim, Z. A. C. (2009). Afetividade na relação paciente e ambiente hospitalar. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, 9(1), 45-74.
- Prestes, Z. (2010). *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de tradução de Lev. Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília.
- Revista PSICO. (s/d). *Políticas Editoriais*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/about/editorialPolicies#focusAndScope>
- Revista Psicologia em Estudo. (s/d). *Políticas Editoriais*. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-7372&lng=en&nrm=iso

- Sampaio, J. R. (1998). As três faces da Psicologia do Trabalho. In: J. R. Sampaio (Org.). *Psicologia do Trabalho e Gestão de Recursos Humanos: estudos contemporâneos*. (pp.19-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Saviani, D. (2003). Sobre a natureza e especificidade da educação. In: D. Saviani. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. (pp. 11-21). (11a ed.). Campinas: Cortez – Autores Associados.
- Schneider, D. (2003). “Alunos excepcionais”: um estudo de caso de desvio. In: G. Velho (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Schwarcz, L. M. (1983). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, G. L. R. (2004). *Literatura, Psicologia e Educação: reflexões históricas sobre situações familiares*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá.
- Silveira, M. L. da. (2000). Família: conceitos sócio antropológicos básicos para o trabalho em saúde. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, Curitiba, 2(2), 58-64.
- Soares, T. Q. S., Pagani, R. & Oliveira, D. L. (2005). *Abordagem a Família no PSF: Escola de Formação em Saúde da Família*. Mimeo.
- Sousa, A. A. S. (2004). *Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife.
- Souza, T. M. S., & Ducatti, I. (2017). O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 20(1), 79-94.
- Tanamachi, E. R. & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia da Educação. In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.). *Psicologia Escolar: práticas críticas*. (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Toassa, G. (2009). Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem, 207p.
- Vasques-Menezes, I., Codo, W. & Medeiros, L. (1999). O conflito entre o trabalho e a família e o sofrimento psíquico. In: W. Codo (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. (pp. 255-260). Petrópolis: Vozes.

- Viera, B. M. B. (2019). *Medicando meninos e meninas: uma leitura histórico-cultural das relações de gênero no TDAH na infância*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá.
- Vigotski, L. S. & Luria, A. R. (1996). A criança e seu comportamento. In: L. S. Vigotski & A. R. Luria (Orgs.). *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e a criança*. (pp. 151-235). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Vigotski, L. S. (1996a). O método instrumental em psicologia. In: L. S. Vigotski. *Teoria e método em psicologia*. (pp. 93-101). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1996b). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In L. S. Vigotski. *Teoria e método em psicologia*. (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1996c). *Obras Escogidas Tomo 4*. Madrid: Visor Distribuciones.
- Vigotski, L. S. (1997). Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil: esquema de investigação pedológica. In: L. S. Vigotski. *Obras Escogidas Tomo 5*. (pp. 275-338). (A. D. Junior, Trad.). Madrid: Visor y Ministerio de Educacion y Ciencia.
- Vigotski, L. S. (1998). O domínio sobre a memória e o pensamento. In: L. S. Vigotski. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929 – Psicologia concreta do homem. *Educação & Sociedade*, 21(71).
- Vigotski, L. S. (2006). Sobre a questão da dinâmica do caráter infantil. *Revista da Faculdade de Educação*, Brasília, 12(23), 279-291.
- Vigotski, L. S. (2018). *Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. In: Z. Prestes & E. Tunes (Orgs.). Rio de Janeiro: E-papers. 176p.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas Tomo 3*. Madrid: Visor.
- Vygotsky, L. S. (1930/2004). *A transformação socialista do homem*. (N. Doria, Trad.). Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm#nota8>
- Yamamoto, O. H.; Campos, H. R. (1997). Novos espaços, práticas emergentes: um novo horizonte para a Psicologia brasileira? *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2, 89-111.
- Yamamoto, O. H; Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, 26 (spe.), 9-24.

Zurba, M. do C. (2011). Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, 23, 5-11.

APÊNDICE A – Dados do levantamento bibliográfico (Parte 1)

Processo de Análise Qualitativa-Quantitativa

<i>Nº</i>	<i>Autores</i>	<i>Resumo</i>
01	Carvalho-Barreto & Lima (2013)	O objetivo do artigo é de conhecer o modo como os pais naturais do sertão central Cearense experienciam a saída de seus filhos de casa. O tema central do artigo perpassa pelo conceito de Ciclo Vital, na qual os autores apresentam a sua definição focando na etapa da juventude. A metodologia utilizada pelos autores foi a Teoria Sistêmica, na qual os autores problematizaram sobre perspectiva do desenvolvimento familiar, por meio das fases e dos estágios. O texto discutiu também acerca da “transição da pós-parentalidade”, caracterizada como uma fase de transição de vida de jovens adultos. Nesta etapa, de saída da casa, essas mudanças trazem consequências para cada membro da família, no caso do jovem, a independência emocional e financeira, para os pais o sentimento de perda, e as mudanças na relação conjugal e parenta.
02	Boing, Crepaldi & Moré (2008)	O objetivo do texto é de apresentar reflexões conceituais e teórico-metodológicas consideradas relevantes no planejamento de pesquisas com famílias. A metodologia utilizada foi a pesquisa conceitual, a partir da discussão do Ciclo Vital, a partir das contribuições da Epistemológica Sistêmica, na qual é formada pela Teoria do Ciclo Vital e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. O texto discute que a unidade familiar é um sistema comportamento do membro interdependentes, na qual sofrem influência do sistema sociocultural. Esta família pode ser analisada a partir do Ciclo Vital, na qual divididos em estágios do ciclo de vida familiar são: “(1) estágio em que os jovens solteiros saem de casa; (2) a união de famílias no casamento: o novo casal; (3) famílias com filhos pequenos; (4) famílias com adolescentes; (5) ‘lançando os filhos e seguindo em frente’ e (6) famílias no estágio tardio da vida” (p. 253). Para estes autores, a intervenção deve superar a culpabilização dos membros da família, e assim, valorizar os pontos positivos (fortalezas, e recursos emocionais). Dentre as estratégias apresentadas destaca-se: 1- Inserção ecológica (pesquisador faz parte do contexto); 2- Pesquisa participantes; 3- Genograma; 4- Linha do tempo; 5- Ecomapa; 6-Mapa de redes
03	Muniz & Eisenstei (2009)	O objetivo da pesquisa é de apresentar o genograma como um instrumento clínico de trabalho para o profissional de saúde. A metodologia utilizada foi da pesquisa conceitual, a partir da discussão acerca do genograma, “retratos gráficos da história e do padrão familiar, que identificam a estrutura básica, o funcionamento e os relacionamentos da família e, assim, evidenciam estressores, constituindo um mapa relacional do paciente e sua família” (p. 72). A partir da Teoria Sistêmica, os autores discutem a família em seus estágios de desenvolvimento, e as características deste sistema, na qual é marcado por padrões, mitos, segredos e legados familiares transmitidos através das gerações.
04	Rodrigues & Kublikowski (2014)	O objetivo deste trabalho é de compreender o modo como pais percebem seus filhos em transição para a vida adulta. A metodologia utiliza é da pesquisa empírica, apoiada nas contribuições da Teoria Sistêmica. Para os autores, com o passar do tempo houveram mudanças na transição para a vida adulta, e isso culminou no surgimento de discussão como “geração canguru” e o “ninho cheio”. Estas mudanças se deram devido a proliferação de novas tecnologias, o aumento nos investimentos em estudo, e assim, retardando o ingresso

	do jovem no mercado de trabalho. A partir da discussão de Ciclo Vital, os autores apresentam as implicações para família e para o jovem diante desta nova realidade.
05	Vásquez, Posada & Messenger (2015) O objetivo do artigo é de analisar os estudos públicos durante os anos 2002 a 2015 em relação ao tema do Ciclo Vital Familiar (CVF). A metodologia utilizada foi da pesquisa bibliográfica, e análise realizada levou em consideração as contribuições da Teoria Sistêmica. Os autores apresentam a família como forma de organização básica para sobrevivência biológica e afetiva de seus membros, a partir das funções de conjugalidade, sexualidade, reprodução biológica e social, subsistência e convivência. O texto discute acerca do ciclo evolutivo da família, e as suas características em cada fase, a partir da problematização do Ciclo Vital Familiar.
06	Azevedo & Miranda (2011) O objetivo deste texto é de apreender as representações sociais dos familiares de usuários dos CAPS do Município de Natal-RN, a respeito de sua participação nas atividades desses serviços. A metodologia utilizada é da pesquisa empírica, a partir das contribuições da Teoria das Representações Sociais. Para os autores, o CAPS é a porta de entrada e regulação em saúde mental, conforme preconiza o SUS. O objetivo do CAPS é de fornecer atendimento à população com acompanhamento clínico e reinserção social. O texto apresenta o papel da família como fundamental, no tratamento de saúde mental, além disso, propõe a necessidade do acompanhamento da família que experiencia situações de sofrimento e angústia com os membros da família.
07	Gabardo, Junges & Selli (2009) O objetivo é de descrever a percepção dos profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) sobre as configurações familiares e a compreensão de família saudável. A metodologia utilizada foi da pesquisa empírica, na qual apresenta as políticas públicas da saúde. O texto discute acerca do PSF, na qual foi proposto pelo Ministério da Saúde, como estratégia de reorganização do modelo assistencial da atenção básica de saúde. Os autores pontuam, a intersecção do trabalho com a família, com outras áreas do conhecimento, como ciência sociais, psicologia e antropologia. O texto também pontua acerca dos novos arranjos e configurações familiares, que derivam na sociedade, como o casal homossexual, a família monoparental feminina, em detrimento do modelo de “família saudável”.
08	Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro (2014) O objetivo da pesquisa é de discutir o processo de transmissão geracional da profissão na família. A metodologia utilizada foi da pesquisa empírica, a partir da proposta da Teoria Sistêmica. Os autores apresentam que a transmissão geracional é elemento característico da família, pois a partir dela perpassa modelos, padrões e opiniões. A transmissão geracional é a repetição dos padrões familiares para sobrevivência e perpetuação do modelo familiar, e assim, constituindo a identidade de cada membro da família. Este processo de transmissão envolve a escolha do nome, o sobrenome da família, os legados e segredos familiares.
09	Scorsolini-Comin & Santos (2012) O objetivo do texto é de discutir a transmissão psíquica geracional em duas obras do escritor Mia Couto: Antes de nascer o mundo (2009) e Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra (2003), e no conto A terceira margem do rio, de Guimarães Rosa (1962). A metodologia utilizada é da pesquisa documental, a partir das contribuições da Psicanálise. Os autores discutem que existem diversos pontos de vista para compreensão da família, e no caso da psicanálise é proposto compreende-la por meio do conceito da transgeracionalidade nas obras apresentadas. A família é considerada matriz intersubjetiva e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações, na qual acontece pelas vinculações e desvinculações (separações e rupturas) do decorrer de vida. O texto apresenta, que na pós-modernidade, diante do relacionamento conjugal, o casal pode acabar recuperando e reproduzindo vivências infantis. A transmissão

	geracional acontece pelas imagens psíquicas originadas na vida libidinal do sujeito ou por meio da censura e dos segredos, sejam eles traumáticos ou não.
10	Zanetti & Gomes (2009) O objetivo do trabalho é de discutir sobre interferências do contexto histórico e sociocultural brasileiro na estruturação da família contemporânea e a fragilização dos papéis parentais. Para tanto, os autores utilizam a metodologia da pesquisa conceitual, apoiada na abordagem teórica psicanalítica. O texto discute acerca do modelo da família tradicional, marcada pela autoridade patriarcal, em seguida, a família moderna é fundamentada no “amor romântico”, e na busca pela realização dos desejos sexuais dentro do casamento, e por fim, a junção destes, na qual a família pós-moderna é caracterizada pela busca de relações íntimas/sexuais, sem hierarquia ou autoridade. Em síntese, para os autores, essas transformações aconteceram devido as Revoluções (Industrial, Científica e Sexual), na qual levaram uma mudança na compreensão e na configuração familiar.
11	Tokuda, Peres & Andréo (2016) O objetivo é de problematizar as interseções entre relações familiares, gênero e emancipação psicossocial a partir da prática de estágio curricular “Clínica Transdisciplinar: gênero, saúde e família”. A metodologia adotada foi da pesquisa conceitual, aliado com a perspectiva da Teoria Esquizoanalítica. Os autores discutem acerca da existência de um modelo heteronormativo procriativo e religioso de família, marcado pela incorporação de relações de consanguinidade e aliança em torno da normatização e identificação de pares com relações sexuais estabelecidas, e com noções hierarquizadas de gênero.
12	Tornarí, Capano, Guerra & Scafarelli (2012) O objetivo do artigo é de relatar a experiência de Oficinas de Formação de Pais desenvolvidas em 2011 pela Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Uruguai. A metodologia utilizada foi o relato de experiência, de caráter exploratório, cuja a fundamentação está na Teoria da Resposta ao Item. O texto aborda as mudanças da família, diante das crises e da perda das funções familiares, e assim, propõe a necessidade da criação de formações para pais, como estratégia de intervenção com a família com temas sobre insegurança, ansiedade, falta de apoio, parentalidade, estressores familiares, processo de socialização.
13	Costa, Almeida, Ribeiro & Penso (2009) O objetivo é de focar a relação desenvolvida entre as famílias, entre os membros internos de cada unidade familiar e entre as famílias e os profissionais presentes nas sessões de Grupos Multifamiliares (GM). A metodologia utilizada foi da pesquisa-ação, cuja fundamentação esta alicerçada na Teoria Sistêmica. Os autores discutem que os GMs foram inicialmente denominados de Terapia Familiar Múltipla, na década de 50, e a realização dos grupos é aberta e acontece conforme for conveniente. A seleção das famílias é feita pela semelhança de problemas, e foco está na aprendizagem de novas formas de comportamento. Os atendimentos, tradicionalmente, são formados pela Psicologia Comunitária, com enfoque na Psicologia Social Crítica e Histórica; a Terapia Familiar Sistêmica; o Sociodrama; e a Teoria das Redes Sociais.
14	Bucher-Maluschke (2007) O objetivo é de apresentar as transformações da Psicologia, Psicanálise e Direito após a publicação do artigo “Leis, transgressões, famílias e instituições: elementos para uma reflexão sistêmica”. A metodologia utilizada foi do estudo de caso, a partir das contribuições da Teoria Sistêmica. O autor pontua acerca dos procedimentos legais em função das demandas dos psicólogos que atuam em Varas de Família, por exemplo, adoção, investigação de paternidade, guarda de filhos, divórcio, casamentos, mediação de conflitos, etc. O texto pontua acerca dos novos arranjos familiares, por exemplo, a família monoparental, por exemplo mãe solteira com filhos, pai solteiro adotando filhos.

	Desse modo, a técnica de mediação de conflitos surge como estratégia para resolução dos problemas no contexto jurídico, na qual visa restaurar a justiça, a partir da perspectiva transgeracional.
15	Gomes & Baptista (2013) O objetivo é de verificar se existe o Funcionamento Diferencial de Itens (DIF) em função do sexo no Inventário de Percepção do Suporte Familiar (IPSF), a partir da metodologia da pesquisa empírica. Os autores pontuam a família como “unidade básica da organização social”, cuja responsabilidade é de prover alimentação, abrigo, educação e outras necessidades materiais. O texto aborda o papel da família para formação da sociedade, a partir convivência e do fortalecimento do amor, carinho, respeito, moral, ética e sociabilidade. Os autores discutem acerca do suporte familiar, como estratégia de intervenção, na qual a partir do sentimento de pertencimento, isso auxilia a família a lidar com os problemas e as dificuldades. Neste sentido, IPSF surge como estratégia para avaliar as relações familiares referente a afetividade, adaptação e autonomia.
16	Altenbernd, Barcinski & Lermen (2015) O objetivo da pesquisa é de conhecer o projeto de extensão realizado com familiares de mulheres encarceradas em uma penitenciária feminina, a partir da metodologia do relato de experiência. O texto apresenta o projeto extensão de uma penitenciária feminina de Porto Alegre, cujo objetivo é criar um espaço de escuta e acolhimento para os membros da família. O texto discute os impactos do encarceramento, na qual não é apenas para o detento, mas também para família, além disso, o aprisionamento traz impacto para o contexto financeiro da família. Assim, os autores concordam que diante desta situação, a família precisa se reestrutura e se reorganizar, e este projeto acaba sendo uma oportunidade para família criar uma rede de apoio.
17	Arboleda & Bustamante (2012) O objetivo do trabalho é de apresentar a convergência entre a construção identitária daqueles que padecem pelo conflito armado e o desaparecimento familiar. A metodologia apresentada foi da pesquisa conceitual, a partir do referencial da Teoria Sistêmica, na qual discute sobre o sofrimento emocional da família. Os autores apresentam que as condições internas do grupo familiar têm papel fundamental na consistência dos vínculos emocionais. O texto apresenta alguns exemplos de mudanças nas famílias: novas relações familiares, desenvolvimento de liderança, minimização do stress familiar, fortalecimento das relações familiares, novas regras comunicativas, resolução de problemas concretos. Por fim, os autores concordam sobre a necessidade da família em buscar o acompanhamento psicossocial com intuito de facilitar a expressão emocional diante do contexto de sofrimento.
18	Teodoro, Hess, Saraiva & Cardoso (2014) O objetivo do texto é de investigar os Problemas Emocionais e de Comportamento (PEC) e sua relação com aspectos do clima familiar, a partir da metodologia da pesquisa empírica. O texto aborda acerca da etapa de transição da infância para a fase adulta, e a necessidade de desenvolver no adolescente a autonomia. Os autores discutem sobre a fase da adolescente, e as suas características, como agressividade, impulsividade, raiva, delinquência, tristeza, retraimento, queixas somáticas e medo. Diante disso, pontua-se sobre a necessidade de investigar o clima familiar, isto é, a manutenção da família, a fim de superar as crises e as dificuldades.
19	Leme, Prette & Coimbra (2013) O objetivo é de analisar a relação entre a percepção sobre práticas educativas maternas e sobre as próprias habilidades sociais em adolescentes de diferentes configurações familiares. A metodologia utilizada foi da pesquisa empírica, apoiado na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Os autores discutem que as práticas parentais são estratégias utilizadas pelos pais para orientar os filhos, por exemplo, a expressão de afeto, o suporte parental para as atividades escolares, a consistência nas práticas disciplinares, bem-estar psicológico, autoestima, auto eficácia, desempenho acadêmico e prevenção de dificuldades socioemocionais e comportamentais.

20	Reichert & Wagner (2007)	O objetivo é de conhecer a relação entre a autonomia dos jovens e o tipo de relação estabelecida entre pais e filhos durante a adolescência intermediária. A metodologia utilizada foi da pesquisa experimental, alicerçada nas contribuições da Teoria Sistêmica. O texto discute sobre a fase da adolescência, enquanto etapa do ciclo vital marcada pelas mudanças físicas, sociais, cognitivas e emocionais (identidade e independência). O texto discute sobre a necessidade de autonomia para o jovem, na qual seu desenvolvimento está atrelado à influência de variáveis internas, tais como autoestima, percepção do ambiente, relações com autoridade e desejo para a independência, assim como variáveis externas, tais como: estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controle e o ambiente emocional.
21	Formiga (2011)	O objetivo é de avaliar a consistência interna e validade estrutural dos indicadores da valoração interna da família e sua influência nos jovens, a partir da realização de pesquisa experimental. O texto argumenta sobre a importância do relacionamento familiar para a vida do jovem, pois tem direta formação no comportamento social e psicológico. Os autores discutem também sobre as condutas desviantes, delitivas e antissociais, na qual é resultante do contexto familiar, e dos padrões tradicionais sociais em que vive o jovem ou adolescente.
22	Martínez, Fernández, Puigdesens, Tajedor & Orriols, (2012)	O objetivo do artigo é de analisar a estrutura fatorial e a consistência do Questionário de Evolução das Relações Familiares Básicas. A metodologia empregada foi da pesquisa experimental, a partir das contribuições da Teoria Sistêmica. Os autores pontuam que a família é um sistema dinâmico, na qual pode manter o surgimento de transtornos mentais, transtornos de conduta alimentar, transtornos de adaptação, transtornos de estado de ânimo, transtornos psicóticos e transtornos de abuso de substância psicoativas. O texto discute acerca das funções básicas da família, com a Conjugalidade (harmoniosa ou desarmoniosa) e a Parentalidade (conservada ou deteriorada), enquanto ferramenta para investigar a dinâmica familiar.

APÊNDICE B – Dados do levantamento bibliográfico (Parte 2)

Processo de Análise Qualitativa-Quantitativa

<i>Nº</i>	<i>Autores</i>	<i>Resumo</i>
01	Moreira (2014)	O objetivo do texto é tratar do direito à convivência das crianças e adolescentes, a partir da metodologia da pesquisa empírica. O texto fundamenta-se na Psicologia Sócio-Histórica, e recuperar a discussão conceitual do método dialético, os sentidos e significados, e sobre vivências. Os autores apresentam o processo de mudanças nas concepções de família, diante das contradições e paradoxos, a partir do viés das políticas públicas. A convivência familiar é um dos direitos elencados no ECA, na qual quando a família não cumpre o seu dever, isto é de garantir os direitos da criança e do adolescente, o Conselho Tutelar recebe as denúncias e realiza os encaminhamentos diante da violação de direitos, por exemplo, maus-tratos, abuso sexual, etc. O papel da família é de garantir as condições básicas para sobrevivência, contudo é necessário também o desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente, e quando há violação de direitos, estes podem ser encaminhados para o Acolhimento Institucional ou Familiar.
02	Olivi & Fonseca (2007)	O objetivo do artigo é de explicar a assistência à saúde da criança em idade escolar à luz do materialismo histórico e dialético, incluindo gênero para a abordagem do social. A metodologia adotada pelos autores da pesquisa conceitual, apoiado nas contribuições teóricas do Materialismo Histórico-Dialético. Os autores discutem o processo histórico de constituição da família no Brasil, e as suas mudanças nas configurações e na dinâmica familiar, especialmente, acerca das transformações do papel da mulher na sociedade e na família, e assim, contribuindo para a construção da identidade feminina.
03	Lima & Alberto (2016)	O objetivo é de analisar o discurso das mães de meninas vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar sobre a importância do atendimento especializado para elas que, assim como suas filhas, também foram vitimadas. Os autores fundamentam-se na Teoria Histórico-Cultural, e trazem para a discussão os conceitos de consciência e subjetividade. O texto discute acerca do abuso sexual como uma forma de violência, sendo o sexo feminino o número maior de vítimas. Desse modo, o papel do CREAS é de articular ações com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, bem como os Hospitais e Institutos Médicos Legais (IML). As consequências do abuso sexual dependem do tempo de duração, do parentesco com o vitimador, dos fatores intrínsecos (vulnerabilidade e resiliência) e extrínsecos (rede de apoio social e afetivo).
04	Vecchia & Martins (2009)	O objetivo é de analisar sentidos pessoais e significações sociais das atividades de atenção em saúde mental desenvolvidas por profissionais integrantes de uma equipe de saúde da família. A metodologia utilizada foi da pesquisa participante, apoiado nas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. O texto discute acerca dos estudos sistemáticos e experiências municipais e regionais no contexto do SUS, por exemplo a adoção da Estratégia de Saúde da Família (ESF)

APÊNDICE C – Modelo de Entrevista Psicológica com a Família

<i>Entrevista Inicial com a família</i>								
1) Composição Familiar								
Nome Completo	Idade	Parentesco	Escolaridade	Profissão & Salário	Lazer	Interação	Atividade Coletiva	Outros
2) Investigação da Problemática Familiar								
Nome	Problemática Familiar		Causas		Superação		Resultados	
3) Sistematização das Informações obtidas no Levantamento da Problemática								
Atividade Coletiva		Reações da Família			Problemática Central		Hipóteses	

4) Divisão de Responsabilidades						
Nome	Responsabilidades		Gratificações		Repreensões	
5) Rotina Semanal da Família						
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
6) Relacionamento Familiar						
	Relacionamento Conjugal	Relacionamento Paternal	Relacionamento Fraternal	Relacionamento Extrafamiliar		
O que seria ideal?						
Como é hoje?						
Como melhorar?						